

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social

OS COLONOS DO FUMO: TOBACCO PAY MY BILLS
Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no
Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do
Sul
Vale do Rio Pardo-RS

Luciana da Costa Job

Orientadora: Profª Drª Daisy Barcellos

Porto Alegre, fevereiro de 2003

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social

OS COLONOS DO FUMO: TOBACCO PAY MY BILLS
Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da
Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul
Vale do Rio Pardo-RS

LUCIANA DA COSTA JOB

Dissertação apresentada no Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Daisy Barcellos

Porto Alegre, fevereiro de 2003.

Dedicatória

Aos colonos, caboclos, quilombolas e indígenas, pela sua luta Invisível!
Ao 'velho' Índio da Costa.

Agradecimentos e lembranças:

- Aos que me inspiraram e incentivaram a ir pelo caminho da pesquisa, especialmente a Horácio Martins de Carvalho e Marcos Lins e Romualdo Hernández Astudillo;
- Ao Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social da UFRGS, pela sua excelência;
- Aos meus entrevistados, pela sua generosidade e compreensão;
- Ao meu irmão Armando, pelo empenho em ajudar-me na constituição de uma rede de informantes e informações, além do apoio logístico e moral de Úrsula, em Santa Cruz do Sul, sem o qual o trabalho seria quase impraticável;
- Á minha orientadora Daisy Barcellos, pela amizade e amorosidade;
- Aos professores, pelo estímulo e generosa partilha de um olhar, pensar e agir antropológico, em especial á Carlos Steil, Cláudia Lee Fonseca, Maria Eunice Maciel, Ary Pedro Oro, José Otávio Catafesto de Souza, e do sociólogo profº Dr. Zander Navarro;
- Aos companheiros do ANTROPOS e a Cesar Góes, minha turma de pós-2002, cuja cumplicidade e solidariedade me fizeram continuar e chegar até aqui;
- Á Rose, Andréa e os demais componentes da secretaria do pós - graduação, pela amizade e empenho em ajudar-nos na caminhada.
- Enfim, mas jamais por último, aos familiares, amigos e colegas, dos quais me privei durante praticamente os dois anos de pós - graduação, pela paciência, compreensão e incentivo em razão dos nossos humores!

Convenções

Na elaboração dessa dissertação, utilizamo-nos das seguintes convenções:

- Palavras entre apóstrofes: expressões específicas do universo estudado, via de regra, usadas pelos fumicultores e demais envolvidos com o fumo.
- Frases em itálico sem aspas: citações literais das falas das pessoas entrevistadas.
- Frases em itálico com aspas: expressões em língua estrangeira.
- Frases ou parágrafos entre aspas: transcrições ou citações literais de autores referidos na bibliografia, discursos insertos em *folders*, jornais, etc.
- As citações de falas de pessoas entrevistadas ou de autores, cuja dimensão não excede a três linhas foram incorporadas ao corpo do texto. Acima de três linhas foram destacadas em itálico.

Resumo

Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade de uma comunidade teuto-brasileira, a partir do universo dos agricultores familiares plantadores de fumo em região de imigração alemã (teuta). Através do estudo de casos, objetivamos dar conta da formação sócio - política da região, a partir da análise dos processos de trabalho dos pequenos proprietários produtores de fumo, descendentes de alemães, residentes em comunidades ou bairros rurais de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo-RS, suas relações entre si e com o meio externo, e, em especial, com o mercado nacional e internacional. Por tratar-se de uma região de colonização alemã, buscou-se verificar como se conforma a identidade teuto - brasileira, analisando como o elemento étnico, aliado às características próprias do campesinato, conferem suporte ao modo de inserção política deste segmento, acomodando tradição e modernidade.

Palavras-Chave: campesinato, etnia, identidade, comunidade teuto-brasileira, agricultura familiar, fumicultura.

Abstract

Anthropological study about politics, ethnos and identity of a community teuto - Brazilian, from the farmers' family universe tobacco planters in German immigration region (teuta). Through the study of cases, objectify give tells of the formation social-political of the region, from the analysis of the working processes of the proprietary littles tobacco producers, descendants of Germen, residents in communities or Santa Cruz do Sul's rural districts, in Rio Pardo Valley, their relationships to each other and with the a external environment, and, especially, with the national and international market. For being itself of a German colonization region, it sought check as if conform the identity teuto - Brazilian, analyzing as the ethnic element, allied to own characteristic of peasant society, they check support to the way of political insert of this segment, accommodating tradition and modernity.

Words-key: peasant society, ethnos, identity, community Teuto-Brazilian, family agriculture, tobacco.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1- Os alemães de Santa Cruz do Sul: <i>Deutschbrasilianertun – Brazilianer - A Volksgemeinschaft?</i>	20
1.1 Percebendo as diferenças.....	20
1.2. A imigração Alemã para o Sul do Brasil - contexto europeu e brasileiro.....	24
1.3. Colonização para o Rio Grande do Sul.....	26
1.4. Aspectos sócio - culturais de Santa Cruz do Sul – <i>Volksgeneischaft</i>	37
1.4.1.Os <i>kalanders</i>	43
1.5. Enquistamento, isolamento ou assimilação - a emergência de uma identidade étnica Teuto – Brasileira.....	46
Capítulo 2- O campesinato teuto- brasileiro de Santa Cruz do Sul	58
2.1. O camponês.....	58
2.2 A composição da unidade doméstica.....	61
2.3.O modo de reprodução camponês e a tecnologia aplicada á fumicultura.....	76
Capítulo 3- O Circuito Fumageiro-representações políticas e mediações	86
3.1. Religião e mediação - o imbricamento da religião e da política.....	101
3.2. Camponeses, Agricultores, Trabalhadores Rurais ou Produtores Integrados?.....	109
3.3. Alianças e mediações do fumo.....	118

Capítulo 4- As ameaças, vantagens e desvantagens da fumicultura.....	133
4.1. O trabalho infantil na fumicultura.....	133
4.2. O agrotóxico, o veneno.....	142
4.3. A lavoura <i>versus</i> o mato.....	152
4.4. A monocultura do fumo e a diversificação para produção de alimentos.....	156
Capítulo 5- Rituais de Etnicidade e Identidade.....	159
5.1. Etnografando um seminário ou ritual político.....	159
5.2. Os museus.....	164
5.3. A língua.....	171
5.4. Rituais, cerimônias e as liturgias políticas.....	181
5.5. Festas e Festejos.....	187
Considerações finais.....	192
Bibliografia.....	199
Índice de Imagens.....	206
Anexos.....	208

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação é resultado de pesquisa etnográfica realizada no período compreendido entre setembro de 2001 e setembro de 2002, em Santa Cruz do Sul, a “capital mundial do fumo”, no Vale do Rio Pardo, tendo o campo se efetuado em vários finais de semana, feriados, bem como durante os dois períodos de férias do trabalho, devido á nossa impossibilidade de dedicação exclusiva para esta pesquisa, bem como do cumprimento dos trinta e seis créditos obrigatórios à titulação do mestrado.

Trata-se de um estudo antropológico sobre política, etnia e identidade de uma comunidade teuto - brasileira, a partir do universo dos agricultores familiares plantadores de fumo em região de imigração alemã (teuta). Objetivamos dar conta da formação sócio - política da região, a partir da análise dos processos de trabalho dos pequenos proprietários produtores de fumo, descendentes de alemães, residentes em comunidades ou bairros rurais circunvizinhos á Santa Cruz do Sul, a partir de suas relações entre si e com o meio externo, e, em especial, com o mercado.

Como propõe José Vicente Tavares dos Santos em: Os colonos do Vinho (SANTOS: 1984), os camponeses personificam processos de trabalhos muito específicos na sociedade capitalista, mas descarta-se, de plano, o enquadramento do(s) camponês(s) como classe social, uma vez que o capitalismo - aqui representado pelo complexo industrial fumageiro - não os desestrutura, mas antes, lhes permite a sua reprodução social. Desta forma, o que se propõe aqui é examinar as relações (ambíguas) estabelecidas entre o camponês e esta burguesia industrial, que se fundam na expropriação do sobretrabalho camponês.

Mas em se tratando de uma região de colonização alemã, buscou-se verificar como se conforma a identidade teuto - brasileira, analisando quais e como o elemento étnico, aliado às características próprias do campesinato, conferem suporte ao modo de inserção política deste segmento.

Quanto ao modo de investigação, utilizamos o estudo de caso, que nos permite uma reconstrução antropológica da realidade observada, permitindo que a unidade social analisada seja vista como uma totalidade, carregando intrinsecamente uma polidimensionalidade.

A pesquisa constituiu-se de levantamentos de dados materiais primários e secundários, através de entrevistas não - estruturadas, para deixar á o mais a vontade possível os nossos informantes, mas cuidando em seguir um roteiro prévio, abrangendo questões relevantes para o problema investigado; coleta e análise de dados quantitativos (demográficos, produtivos, etc.); análise dos diversos discursos, seja em documentos, entrevistas, materiais de divulgação, etc; levantamento bibliográfico, artigos, jornais, etc.; além da observação direta e participante.

Foram tomados como referencial, para fins de generalizações de resultados, algumas famílias de produtores (em número de três), residentes em bairros rurais de Santa Cruz do Sul (linhas e picadas), com variação de tamanho de áreas e predominância do cultivo de fumo. Utilizamos análises comparativas, analogias, análise de discursos e depoimentos (além de documentos) dos agricultores e dos diversos atores que compõem este universo. Mas o centro de minhas análises foi, certamente, tentar uma análise dos conteúdos, principalmente das entrevistas e conversas, a partir da perspectiva teórica da análise do discurso do camponês teuto - brasileiro, o que nos levou a enxertar diversos trechos de entrevistas, observações, etc., no corpo do texto.

Creemos ser relevante anotar que, a suposição de minha origem étnica ‘patricia’, em virtude meu sobrenome (Job = “chob” ou “iob”) por parte de grande parte, senão maioria, dos informantes, foi marcante senão determinante para a inserção no campo, principalmente porque, quando lidamos com a questão étnica, percebemos que os indivíduos, integrantes do grupo, constroem inúmeras possibilidades de inserção. O fato de meu irmão caçula residir e fazer parte da sociedade santa-cruzense, que além do apoio logístico familiar, abriu-me algumas possibilidades de contatos, permitindo o estabelecimento de uma pequena rede de informantes e informações, também é um fator a ser notado (sem nos esquecermos de alguns amigos de origem alemã que sempre têm alguém que nasceu ou morou em Santa Cruz do Sul). Importante ainda registrar que a profícua produção literária da região, facilitada pelo investimento de capital monetário e simbólico da universidade local - UNISC, foi o que nos forneceu o suporte inicial desta pesquisa, sendo de grande valia para a compreensão do imaginário e da história da comunidade.

Alguns nomes citados como entrevistados ou informantes são fictícios, evitando exposições ou constrangimentos.

Estruturamos o trabalho em duas partes, além da introdução e considerações finais, sendo a primeira parte dividida em três capítulos: o primeiro capítulo, intitula-se “Os Alemães de Santa Cruz do Sul”, onde trabalhamos os aspectos etno-históricos da comunidade que articulam campesinidade e etnicidade; o segundo e terceiro capítulos tratam do “Campesinato Santa-Cruzense”, e do que denominamos “Circuito Fumageiro”. Na segunda parte, temos o quarto capítulo: “As ameaças e vantagens da fumicultura” e o quinto e último capítulo descreve um ritual político: “Ritual de Etnicidade”.

A estrutura fundiária¹ ou agrária de um país, principalmente num país como o Brasil, espelha a sua estrutura social. A disparidade na divisão fundiária, e, conseqüentemente, a grande concentração de terras, é causa imediata das díspares divisão social, fundiária e distribuição de renda do país. Em que pese a adoção do privilegiamento histórico da agricultura patronal por parte dos governos, bem como da hegemonia das grandes entidades de classe patronais, acreditamos que é na agricultura familiar que se encontra a possibilidade do desenvolvimento rural sustentável, via de conseqüência, do desenvolvimento municipal, regional e nacional. Acreditamos que o fortalecimento da agricultura familiar pode ser um instrumento eficaz na geração de emprego e na distribuição mais justa de renda, pois fixa o homem ao campo, e permite a ele uma relativa autonomia.

Percebemos os conflitos rurais como conseqüência do esgotamento do modelo agrário concentrador, das transformações tecnológicas e, ainda, o fechamento das “fronteiras de expansão” (VELHO: 1976) para as unidades familiares, o que se reflete na migração e no empobrecimento dos agricultores, gerando tensão, endividamento e dependência perante os grandes grupos da agroindústria e correlatos.

Neste contexto, o êxodo rural, conforme refere Brose (BROSE: 1999) constitui-se numa “catástrofe cultural, social e econômica” para a família camponesa, pois, além de acarretar a perda de sua autonomia, alterando seu *modus vivendi*, torna pelo menos um de seus componentes um subempregado, gerando insegurança, principalmente no âmbito alimentar.

Neste universo da agricultura familiar, ainda existem crenças e oposições como: o arcaísmo da pequena propriedade familiar em oposição à eficiência do latifúndio e à empresa rural; a mentalidade individualista e conservadora do colono, articulando-se com o

¹ Para um Estado minifundista, como é o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, enquanto uma unidade patronal exigirá cerca de 60 ha para manter um trabalhador rural, uma unidade familiar exige apenas 9, 10 ha.

paternalismo dos técnicos assistencialistas; mitos sobre origens étnicas: caboclos, “pêlo- duro”, “gringos”, “cabeça- chata” (parte do discurso explicativo do conservadorismo) em oposição á mentalidade moderna, produtivista, de empresa agrária. A tudo isso se acrescenta a preferência estabelecida, ainda na fase de afirmação das fronteiras nacionais, pelos imigrantes europeus, especialmente pelo colono alemão, a quem se atribui (além da auto - atribuição) um *ethos* de trabalho diferenciado, que é visto como uma possibilidade de branqueamento da população nacional.

Persistem as crenças sobre a mentalidade fatalista, determinista e resignada do agricultor - colono, que trabalha e produz em regime de economia familiar e, conseqüentemente, atribuindo a isso uma das causas da pobreza rural, ainda pensadas como insolúveis.

Na região pesquisada, a cultura do fumo, desenvolvida principalmente por descendentes de colonos alemães, constrói um cosmos diferenciado. As relações sociais estabelecidas entre agricultores rurais e a população urbana são tramadas com um fio - triplo: étnico, econômico e político. A comunidade como um todo, rural e urbana, tem a língua alemã, como a segunda mais falada na região, sendo a marca distintiva da origem étnica, que produz a representação de sua cidadania teuto - brasileira.

Santa Cruz do Sul e seus bairros rurais fazem parte de uma região de imigração alemã, minifundista em razão da forma de ocupação, dada a sua topografia (região de vales), e se organiza através de unidades de produção familiares. Economia, política, o social, tudo gira em torno da produção e industria fumageiras, pois lhes gera renda, emprego e trabalho, permanente ou temporário (como safristas, por exemplo).²

² Embora haja a possibilidade de recursos, tais como o Programa Federal do Banco da Terra que visa o financiamento para aquisição de terras e o PRONAF - Programa de financiamento á agricultura familiar,

Os colonos do vale do Rio Pardo se dizem “diferente” dos não - fumageiros, por eles referidos como os outros, bem como quanto á sociedade envolvente (dominante).³ Vê-se nas falas e práticas camponesas da área estudada, uma razoável incorporação do discurso dos projetos sociais, elaborados e executados na sua grande maioria, em parcerias firmadas entre as fumageiras, a AFUBRA e o SINDIFUMO⁴. Mas, como abordaremos em capítulo próprio, trata-se antes de uma adesão “constrangida”, onde o pano de fundo pode ser unicamente uma estratégia que visa, de fato, a produção de um contra - discurso ás campanhas anti-tabagismo, eliminando ou neutralizando quaisquer argumentações ou acusações quanto ao uso de trabalho infantil, a manipulação indevida de agrotóxicos, e acusações de degradação ou devastação ambiental pelos agricultores familiares. Ademais esta é a tônica do discurso das Nações Unidas, bem como da legislação nacional e internacional vigentes.

Considerando nossa relativa experiência com a categoria do agricultor familiar, no universo de assentamentos em projetos oficiais de reforma agrária, e visualizando agora com um outro olhar este segmento específico pertencente a um contexto extra-assentamento, onde os princípios políticos que norteiam suas vidas parecem ser distintos, enquanto processos e éticas de trabalho e simbologias, embora pertençam á categoria cheia de “camponeses” supomos encontrar neste último contexto, o dos plantadores ou produtores de fumo (fumicultores), um processo ou sistema de produção gerador de menos conflitos entre os atores que compõem a cadeia produtiva. A partir disto, sentimos a necessidade de uma

nesta região é insignificante o engajamento dos agricultores, que se mantêm trabalhando na “meia” (meação) ou parceria, ou nas fumageiras como safristas, nas épocas de colheitas.

³ Da mesma forma que os sitiantes, citados por Ellen e Klaas Woortmann, os “fracos” do Nordeste que plantam para a subsistência e para fornecer alimentos para os Engenhos. Os colonos alemães seriam os fortes, pois são proprietários e fornecem fumo para sustentar a economia de Santa Cruz do Sul, além de manter o Brasil nos primeiros lugares no ranking mundial de produção de fumo.

⁴ Associação dos Fumicultores do Brasil e Sindicato das Empresas Produtoras de Fumo.

investigação empírica e teórica acerca de como estes agricultores, e mesmo os sujeitos que compõem esta rede de relações sociais, econômicas, políticas e religiosas, constroem sua identidade, negociando o poder relativo que detém, tendo em vista a dependência recíproca que se estabeleceu entre eles.

Interessou verificar como é composto este universo dos “colonos” plantadores de fumo, situados no meio rural, numa região de colonização alemã, inserida num contexto econômico nacional e internacional através de uma relação de mercado.

Importa refletir um pouco sobre as bases dessa espécie de “pacto de não - conflito”. cremos que isto se deva a uma combinação de alguns fatores, tais como: a) desde a colonização já se configuravam poucas condições de expansão fundiária, dado o tamanho dos lotes coloniais e a conseqüente minifundização da região; b) a possibilidade das relações estabelecidas entre os agricultores- pequenos produtores- e as indústrias, duas instâncias bem definidas, serem menos verticalizada ou, ainda: c) tenham obtido uma relação de complementaridade tal, que as tornaram interdependentes. Nesta última formulação, há que se considerar a parcela de poder relativo destes camponeses, pois a economia local centra-se na agricultura e tem como principal produto (praticamente monocultura) o fumo, matéria - prima imprescindível à indústria fumageira já praticamente oligopolizada.

Uma hipótese para explicarmos a redução dos conflitos e da verticalização, é o idioma étnico, pautando sua inserção na sociedade envolvente, produzindo a diferença relativamente a outras comunidades rurais tradicionais. Preocupamo-nos com uma reflexão que possibilite a compreensão do cotidiano destas pessoas, bem como as relações de poder que constituem e enfrentam.

Através do processo de produção do fumo, ou a partir dele, forma-se e conforma-se um tecido social cuja trama nos parece entrelaçar aspectos que os conceitos de nação, etnicidade e identidade, podem sustentar analiticamente.

Por nossos sujeitos se configurarem como um grupo étnico, se fazem necessárias algumas reflexões sobre o tipo de sociedade que os envolve ou insere.

O pensamento ocidental moderno parte do pressuposto de que a unidade política é o estado-nação, onde se estabelecem relações específicas entre os indivíduos, operando através de processos de homogeneização e reestruturação simbólica, valores básicos que são compartilhados e remetidos à própria origem da coletividade (WEBER:1983). A nação é um sujeito coletivo que se reconstrói, administra, e se manifesta como um projeto político fundado numa proposta de destino comum. Assim, os grupos étnicos no seu interior são vistos como ameaças à própria constituição da ideologia nacional, pois o que é nacional é uma questão cultural, composta pelas tradições populares.

O estado nacional, aqui, é o governo: o maior “parceiro” do fumo, através da tributação dos cigarros (produto final da indústria fumageira) além de outros impostos relativos á circulação de mercadorias, exportação, etc. Entretanto, paradoxalmente, ele praticamente não investe em programas ou projetos na região, exceto pelas determinações constitucionais, o que acaba reforçando a relação de dependência entre produtores e indústrias.

Outro aspecto é o relacionamento e a inserção deste segmento da sociedade num contexto econômico e social internacional, pois as indústrias fumageiras locais são, na sua maioria, subsidiárias de empresas multinacionais do fumo. O Brasil está numa posição vantajosa no mercado mundial do fumo, fato que coloca os produtores familiares fomicultores neste cenário destacado.⁵ Outro foco de exame é a concepção de que o produtor seria um ‘refém’ das fumageiras.

Vislumbramos uma solidariedade entre esta comunidade, composta de agricultores, empresas, entidades de classe, não somente pela majoritária origem étnica, mas também porque ambos dependem do sucesso da produção do fumo, principal fator econômico e social da região. Há uma relação de dependência do colono plantador de fumo, não só em relação á indústria e ao mercado locais (regional e nacional), mas ao internacional, pois conforme o comportamento deste, toda a região será afetada. Esta dependência advinda da monocultura do fumo, também nos permite afirmar que aquele agricultor que reserva boa parte de seus esforços e investimentos para produtos de auto - subsistência, gozará de maior segurança e além de obter uma margem de lucro relativamente mais alta.

Essa dissertação descreve o modo como o pertencimento étnico, um dos fios das tramas deste tecido social, as crenças, os valores e alianças, são acionados, junto com o fumo, observando fatos e evidências acerca da existência de um “nós”, dos descendentes de alemães, perante os “outros”, não descendentes.

Portanto, existe um componente étnico, além do interesse econômico, que articula as unidades familiares, a população urbana e lideranças políticas e empresariais, produzindo a identidade teuto – brasileira, forjada com representações políticas e culturais muito diferenciadas daqueles que não vivem dentro do que denominamos de “circuito fumageiro”.

No universo da agricultura familiar, da categoria dos camponeses ou dos pequenos agricultores familiares, há uma sub- categoria à qual pretendemos chamar de “plantadores ou produtores de fumo” (fumicultores), que se diferencia dos agricultores e produtores de outras culturas.

Há uma relação de complementaridade e uma circularidade, e não oposição, que clarifica a relação cidade - campo, acrescentando uma outra dimensão ao conceito sócio-

antropológico de camponês, produzindo uma relação dialética que terá como catalisador, entre estes espaços, os a etnicidade.

Assim, o obstáculo á autonomia e sucesso do camponês não é o conservadorismo, a tradição dos colonos, mas sim os efeitos da globalização e, portanto, a modernidade, que estabelece estruturas que dificultam ou impedem a participação efetiva dos camponeses nos processos globais de desenvolvimento.

Mas em se tratando de toda uma região dependente da produção do fumo, o que, por um lado pode minimizar a verticalização das relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos na cadeia produtiva, de outro pode ser uma dependência relida em termos de solidariedade étnica.

Instituições como a igreja (basicamente a católica e a evangélica luterana) escola, universidade, associações, etc. são agentes de produção, preservação e renovação cultural, estando envolvidas de modo determinante na produção de representações acerca de uma cultura teuto - brasileira.

Trabalhamos, fundamentalmente com os conceitos sobre camponeses apresentados por Bourdieu, Grignon, Woortmann, dentre outros, buscando aliá-los ás etnografias sobre etnicidade produzidas por Seyferth (a partir de Barth e Banton) e Weber, a fim de verificarmos como se conforma a identidade teuto- brasileira, produto da colonização alemã, a partir do contato destes imigrantes com a sociedade nacional, podendo ser compreendida como consciência coletiva a partir do processo histórico de colonização.⁶

Uma das peculiaridades desta imigração, era a concentração em poucas regiões, o que acabou por formar colônias etnicamente homogêneas, mais tarde consideradas suspeitas de separatismo. Esta política imigratória era tida como isolacionista e de enquistamento, pois formaria colônias homogêneas. Seyferth⁷ propõe relativizar esta crítica, pois, mais cedo ou

mais tarde, as colônias foram miscigenadas com a imigração de outras etnias para a mesma região, em razão do desenvolvimento industrial. Mas o isolamento não era um desejo ou projeto dos imigrantes e sim um efeito desta política imigratória, que acaba privilegiando o imigrante europeu em detrimento da mão-de-obra nacional.⁸

O surgimento da identidade étnica não é resultante do isolamento ou enquistamento, e sim do contato e do próprio processo colonizador que produziu uma cultura camponesa compartilhada com outros grupos imigrantes, entendida como uma cultura teuto-brasileira.

A cidadania está associada ao ethos de trabalho: o colono pioneiro tem grande capacidade de trabalho “em razão de sua origem étnica”.

Creemos que a população teuto-brasileira mantém um grau de distintividade no âmbito da sociedade nacional, como uma unidade cultural determinada, que maneja a língua, o estilo de vida, as festas, etc. Abordamos, particularmente, essa distintividade, a partir dos fios que ligam os produtores familiares de fumo às elites teuto- brasileiras locais e regionais.

1.OS ALEMÃES DE SANTA CRUZ DO SUL: *Deuschtum - Deutschbrasilianertum – Brasilianer – A Gemeinsamkeit, a Volksgemeinschaft?*¹

“ Wer seiner Scholle Liebe schenkt. Mit nimmermüden frohen Fleiss Den Geist in seine Taten drängt, Und Auch ihr Volk zu lieben weiss ,Der ist...Ein wirklicher deutscher Mann.”²

1.1. PERCEBENDO DIFERENÇAS

Não podemos falar de ou em Santa Cruz do Sul, apenas como um *locus* de pesquisa, pois se trata de ver, ouvir e pensar uma comunidade, que se conhece e se faz conhecer pela sua origem teuta (alemã), e mantém características bastante peculiares, seja por motivações econômicas (turismo, por exemplo) ou culturais, forjando uma identidade teuto - brasileira.

Ao nos referirmos à comunidade, tendemos á visualiza-la como uma cidade inserida num contexto e espaço regional, mas que também se relaciona, quotidianamente, através de relações de mercado, num primeiro plano, mas também cultural, não apenas com a Alemanha, mas com outros países, através da produção do fumo.

¹ Tradução de Seyferth (1976:1994): *Deuschtum*: usado como conceito de germanidade, ou alemão; *Deutschbrasilianer*: germanidade teuto - brasileira; *Brasilianer*: brasileiro; *Gemeinsamkeit* e *Volksgemeinschaft*: comunidade étnica ou comunidade nacional, formada a partir da crença na origem comum e que têm um sentimento de vida em comum.

² Tradução: “Quem é um homem alemão? Quem ama o seu torrão/ com incansável e feliz diligência/ põe o espírito em seus atos/ e também sabe amar o seu povo/ este é um cristão e também um autêntico homem alemão”. GERMER, Leopold. “ Wer ist deutscher Mann? Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo: Rotermund, 1938.p.86, citado por Irmgard Grützmann no artigo “ Entre o Cruzeiro do Sul e a Ursa Maior: o imigrante na literatura de expressão alemã no Brasil”, em “ Nós, os Teuto- Gaúchos”, p. 99, Editora da Universidade, 1996.

Isto nos remete a pensar conceitos como nação, pátria (*Heimat*), estado, nacionalidade (*Volkstum*), cidadania (*Deutschtum*), etnia (*Volk*), imigração, e fronteiras nacionais (dentre outros).

A identidade teuto-brasileira é um modo diferente de ser brasileiro: “uma concepção de etnicidade ancorada no ideário da colonização, que acaba anulando possíveis clivagens internas. A elite nacional (no sul, os latifundiários) queria os imigrantes, os colonos, no meio rural.

Na segunda metade do século XIX surge o termo *Deutschbrasilianer*, para definir o duplo pertencimento: à etnia alemã e à cidadania brasileira. Esta formulação ideológica surge da própria visibilidade das diferenças sociais e culturais relativamente à sociedade nacional. A comunidade étnica teuto - brasileira foi definida por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (comidas espaços domésticos, sociabilidade, religião, etc.). Portanto, a língua é o sinal diacrítico acionado para diferenciá-los.

O termo *Deutschbrasilianertum*, como ideologia étnica, traz consigo uma proposta de pluralismo étnico-cultural, onde a origem nacional é base da identidade étnica, englobando elementos da cultura germânica que são reelaborados no Brasil.

Consideramos Santa Cruz do Sul um bom exemplo de como se construiu esta ideologia.

Ao chegarmos à cidade (de visita, a princípio) algo nos deixou em alerta. Havia uma germanidade explícita, na paisagem, na comida, nas fisionomias, no sotaque carregado, e mesmo nos inúmeros cartazes bilingües encontrados nos mais diversos locais, tais como:

igrejas, parque, *folders*, etc. A questão da etnia era muito presente, e isto me causava um grande estranhamento. Mas a mim parecia algo mais que mero apelo turístico. Quando entrevistei pessoas, já para a pesquisa, tanto no meio rural quanto no urbano: agricultores e lideranças locais, empresários, religiosos, etc., a questão étnica aparecia direta e indiretamente nas suas falas. Quase todos falavam o alemão, tinham ancestrais alemães, aos quais se referiam com orgulho (mas também um tanto sestrosos, temerosos), e tinham alguma ligação, no passado ou presente, com a terra, com agricultura. A cultura do fumo e a origem ancestral ligavam estas pessoas, embora pertencentes as mais diversas posições sócio-econômicas.

As diferenças desta comunidade para com outras, como Rio Pardo, por exemplo, eram levantadas por praticamente todos os entrevistados, que, quase sempre justificavam a diferença pela origem étnica. Nós, descendentes de alemães, e os outros, os brasileiros em geral, ou os descendentes de portugueses. Não foram raras as vezes em que se dirigiam a outros descendentes de alemães, como “*sapatos de pau*”, referindo-se á língua alemã falada em Venâncio Aires, Teutônia, Forquilha, etc. como um “alemão quebrado”, enquanto ressaltavam o alemão falado em Santa Cruz, como o alemão antigo, mais “puro”, cristalizado no tempo, e alegavam que isto era dito pelos alemães que vinham a Santa Cruz na atualidade, seja para turismo, intercâmbio cultural ou para a compra do fumo. Alguns atribuíam as diferenças, à história, não somente da própria Alemanha, mas também á imigração ou colonização teuta ocorrida no Rio Grande do Sul.³

³ Isto restou muito evidente, ao participarmos do VI Seminário Nacional de Pesquisadores de Comunidades Teuto-Brasileiras, em Santa Cruz, entre 18 e 21 de julho deste ano. Além da temática e dos conteúdos apresentados neste evento, os discursos e posturas dos participantes, palestrantes ou não, estavam impregnados de um acento ritualístico, enaltecendo a origem germânica.

Além deste aspecto étnico, no meio rural os pequenos produtores de fumo, nas suas falas, se diferenciam dos “outros” agricultores, produtores de milho, feijões, etc. Dizem-se satisfeitos com esta cultura do fumo, por ser ela mais lucrativa e rentável que qualquer outra, apesar do preço pago pelas fumajeiras nunca ser o pretendido. Os entrevistados sempre se referiam a AFUBRA⁴ em suas vidas. A sua atuação perpassa todos os setores da produção, alcançando até a comercialização do fumo, securitização, negociação do preço do fumo, assistência técnica, programas ambientais (reflorestamento e recolhimento de embalagens, por exemplo), etc. O Estado e o governo não estavam presentes nas falas.

Chamou-nos muita atenção, a inexistência de movimentos sociais reivindicadores de terras, ou outras demandas, e, principalmente, o desprezo que os rurais locais têm pelo MST. Trata-se um campesinato tradicional que, possuindo um nível aquisitivo superior àquele outro camponês não –produtor de fumo, e “não – alemão”, mantém uma relação menos conflituosa com os setores empresariais (fumageiras).⁵

Neste estudo, percebemos como os cidadãos Santacruzenses, de origem germânica, se percebem e forjam sua identidade, tomando como ponto de apoio a imigração oficial que fundou a comunidade, contextualizando-a com a situação nacional e da própria Alemanha, até os dias de hoje. A organização camponesa é apenas o pano de fundo, com uma função

⁴ Associação dos Fumicultores do Brasil, uma associação civil, cujo objeto social seria o Mútuo, seguro do fumo contra o granizo, incêndio e furacões, mas cuja atuação é bem mais ampla, rivalizando e até suplantando a atuação sindical. Isto reafirma o que já dissemos em um estudo realizado por nós para o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (JOB: 1998), intitulado Organizações Camponesas-alternativas de formalização jurídica”, de que as pessoas utilizam-se de formas organizacionais alternativas, juridicamente informais, afim de solucionar seus anseios e problemas práticos, pois o ordenamento jurídico muitas vezes não lhes oferece alternativa adequada.

⁵ Durante a pesquisa, soubemos de algumas tentativas de articulação por parte do MST, como no Dia do Trabalho –1º de Maio, de 2002, quando um ônibus chegou à cidade com integrantes do Movimento para uma manifestação pública; e recentemente, quando João Pedro Stédile esteve em Santa Cruz debatendo com integrantes da FETAG - RS (Heitor Schuch, o presidente, é de Santa Cruz), SINDIFUMO e AFUBRA.

econômica e simbólica, cujo produto principal é o fumo, aliás, o primeiro produto introduzido e produzido desde a Colônia, sendo hoje o responsável pela inserção desta comunidade no cenário sócio-econômico nacional e internacional.

1.2. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O SUL DO BRASIL-CONTEXTO EUROPEU E BRASILEIRO

Até os primórdios do século XIX a Alemanha era essencialmente rural. No decorrer deste século, o país encaminhou-se para uma revolução agrícola, acarretando um processo de industrialização crescente, cujo efeito principal foi a extirpação da estrutura feudal até então vigente. O camponês, um “servo”, passa à condição de pequeno proprietário parcelar, devendo ceder 1/3 desta área ao “senhor”. Portanto, esta condição, acaba por favorecer uma parcela reduzida do campesinato, do tipo médio, pois apesar de ceder 1/3 ou mais ao “senhor”, manter-se-á com o restante da área, praticando uma agricultura de subsistência, através da força de trabalho familiar, produzindo e alienando um excedente mínimo. Já o pequeno agricultor, cuja parcela de terra não lhe permitirá sequer viver, acabará por assalariar-se, arrendará sua terra, ou a suplementará alugando parte de terra alheia. Entretanto, em ambos os casos, seus filhos, que por transmissão hereditária acabariam por repartir a já diminuta área de terra, acabarão migrando, fugindo da fome e da miséria.

Conjugado a este campesinato paupérrimo, havia a produção artesanal doméstica. Ambos os fatores fazem da Alemanha um país de contrastes desfavoráveis, comparativamente ao restante da Europa, que nesta fase já gozava de um franco desenvolvimento industrial.

Esta situação é reflexo da Guerra do Trinta Anos, cujo efeito principal foi a desagregação política, numa época em que o mercado nacional (interno) depende de uma coesão, da união nacional e do centralismo político.

A história econômica neste século XIX vai influenciar sobremaneira a unificação dos 39 estados alemães, sob o comando da Prússia, em 1871, mas que sob o ponto de vista aduaneiro (Zollverein), já se figurava desde 1834, com a liberdade de tráfego de homens, bens e mercadorias, formando-se um verdadeiro *mercado comum*. Isto era favorável à industrialização, pois absorvia grande contingente de mão-de-obra, acabando com a produção campesina e artesanal.

Conseqüentemente, esta “massa” de excluídos, incapaz de resistir a este sistema, buscará novas chances no Novo Mundo.

Assim, pode-se afirmar que a causa imediata da emigração seja a reforma agrícola ocorrida na Alemanha do Século XIX.⁶ Como causa mediata, temos as lutas pela unificação nacional na Alemanha, a Guerra Franco-Prussiana, e o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa.⁷

⁶ Um exemplo desta situação extrema é encontrado no estudo de Willems (Assimilação e populações marginais no Brasil - estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. SP, Nacional, 1940, p. 43) sobre a imigração germânica: “Nas Regiões (...) do Sul e Sudoeste da Alemanha, depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Palatinado, a fome forçava milhares de sitiantes alemães a emigrar, tornando-os presa fácil de agentes estrangeiros. Independentemente desses fatos intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal maneira retalhados que mesmo em épocas boas não comportavam mais o número de pessoas que deles procuravam manter-se. Para se fazer idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vezes, o dote concedido à filha casadeira era constituído por uma única árvore frutífera.”

⁷ Segundo Prado Jr. (PRADO JR: 1970), a partir da vinda da Família Real para o Brasil, coexistirão, no processo imigratório, dois fluxos ou atividades distintas: uma oficial, com vista à ocupação e povoamento, “colonização”; e outra de iniciativa privada, com estímulo oficial, com vistas á obtenção de mão-de-obra livre, em substituição à escrava, sendo denominada “imigração”. O interesse do Brasil pelas imigrações européias, teve sentido de expansão e garantia de suas fronteiras nacionais, através de uma política de povoamento (Tratado de Tordesillas, inicialmente), ou pelo interesse do particular na obtenção de mão- de- obra. Grande parte da motivação (senão exclusivamente) se deu em virtude da estrutura produtiva vigente no Brasil do século XIX, voltada para o mercado externo, baseada nas monoculturas (cana- de- açúcar, algodão e café), escravocrata, fator este que acabará por desagregar-se, em virtude da expansão do modo de produção capitalista, que exige uma mão-de-obra

A situação sócio-política da Europa, em meados deste século XIX, onde proliferavam movimentos revolucionários, como a situação já citada anteriormente, na Alemanha, acaba por impulsionar a migração de europeus para o Brasil.⁸

Além do aparato legislativo incentivando a imigração, a decadência da produção canavieira, substituída pela cafeeira, transforma a face da elite ou oligarquia rural. Afinal, os cafeicultores viam neste processo de doação de terras a imigrantes, a possibilidade de mão-de-obra barata, enquanto os canavieiros se viam, assim, desobrigados de ocupar partes de seus latifúndios com culturas de subsistência para a colônia, o que seria feito por estes imigrantes, em seus pequenos lotes, obtidos na distribuição de terras entre estes pequenos cultivadores.⁹

No Brasil, o colono e sua família tornam-se reféns, ora do Governo, ora dos agentes de imigração e, principalmente, dos detentores do poder político - os “senhores de terras” - para pagarem suas “dívidas”, contraídas com a imigração. Trata-se de uma nova relação de servidão ou escravidão, agora estabelecida entre este imigrante, o colono, e o Novo Mundo.

livre, pressuposto para assalariar-se, ou seja, capaz de alienar sua força de trabalho. Aliás, a abolição da escravatura, tanto quanto o ato de “abertura dos Portos brasileiros às nações amigas”, foram exigências da Coroa Inglesas, consubstanciadas em tratados, que buscavam, de fato, expandir seu mercado consumidor.

⁸ Dom João VI, em 1808, baixou decreto determinando que fossem doadas terras a não portugueses e imigrantes, condicionando-as à produção exclusivamente agrícola ou ao povoamento. Em 1848, a lei n.º 514 descentraliza este processo para os Governos Provinciais, tendo o Império cedido 6 léguas em quadras de terras devolutas para colonização por imigrantes não-escravos, os quais, após 5 anos de exploração da terra, se tornariam proprietários.

⁹ O escravo, como já dissemos antes, não poderia alienar sua força de trabalho enquanto escravo; e, na verdade, receberia apenas a paga de sua própria subsistência. Como alguém que fora sempre cativo, uma *res* (coisa) produziria um trabalho excedente, não pago? No sistema capitalista, o trabalhador aliena não apenas o tempo necessário para produzir sua subsistência e de sua família, mas um tempo extra, no qual permanece disponível ao empregador. Costumes, crenças, direitos de pessoa, eram completamente desprezados pela “Sociedade das Grandes Lavouras”. Além disso, que outras oportunidades lhes era oferecida?

1.3. COLONIZAÇÃO PARA O RIO GRANDE DO SUL

O Sul do Brasil foi uma constante preocupação para Portugal, tendo em vista, inicialmente, a linha demarcatória do Tratado de Tordesillas, fixando Laguna (SC) como limite do domínio Português, ficando o Rio Grande praticamente sob o domínio da Coroa de Espanha.¹⁰

Tivemos duas correntes de povoamento do RS: a *lagunista*, de origem paulista, e a *açorita ou açoriana*, chegada por volta de 1746. Dois movimentos de povoação: *Sertanistas (paulistas)*, que a partir de Laguna se expande, pela costa, para o sul com vistas ao apresamento no interior, dedicando-se ao pastoreio, na região de Campanha; e a *Açoriana (imigrantes estimulados a vir, ou por conta própria)* indo para a barra do Rio Grande, formando centros e povoados, dedicando-se á agricultura, principalmente de culturas portuguesas: oliva, a vinha, trigo, etc.

São duas correntes que, segundo Bastide (BASTIDE: 1973)¹¹ que farão surgir dois tipos de sociedades e economias diferenciadas: **a sociedade patriarcal paulista**, que nos apresenta este ciclo: campanha → tropeiros → criação de gado → propriedade pastoril → fixação á terra → Sesmarias → Estâncias → Charqueadas → propriedade privada da terra. Isto, por sua vez implica em latifúndios, produzindo vazios demográficos, que ensejarão ocupações

¹⁰ Mesmo após a revogação do Tratado, permanece a região sob litígio entre as Coroas, agravando-se a situação pela distância e isolamento deste rincão, relativamente aos núcleos políticos, colonial e nacional: SP, RJ e MGO distanciamento do Sul se dava por questões geopolíticas, que conformarão três fatores de grande influência a formação social, política e econômica peculiar da região: o isolamento, a natureza de zona de transição e de zona fronteiriça. Esta conjugação de fatores levará o Governo Imperial a adotar uma política de integração às outras regiões, mas prioritariamente promover a ocupação e o povoamento intensivos.

¹¹ Bastide, Roger. Brasil, terra de contrastes. 5ª ed. SP, Difusão Européia do Livro, 1973, c.9.

e invasões. E, a segunda, a **sociedade de pequenas famílias**, situada no litoral, produzindo num regime de agricultura intensiva ou praticando uma pecuária extensiva, criando gado.¹²

A Estância, como unidade de produção, é base da conjuntura econômica sulista, resultado do regime de Sesmarias. Este sistema visava “premiar” aqueles que, na visão de Bourdieu, não eram herdeiros do patrimônio cultural familiar, ou seja, eram desprovidos de tradição, equivalendo tal concessão a um título nobiliário. Este *status* era pressuposto básico para a hegemonia política e econômica. Com as Sesmarias, a terra adquire um novo sentido, pois, embora originalmente fosse concessão de uso, pois as terras eram da Coroa, elas derivarão em propriedade privada da terra, adquirindo o *status* de capital.¹³

Este é o cenário e o contexto da região, para onde imigrantes europeus se aventuram. Os imigrantes que se dirigiam ao sul do Brasil, estavam inseridos dentro de uma política governamental¹⁴ que visava à ocupação das áreas semi ou totalmente despovoadas, dentro de uma perspectiva de manutenção e expansão de suas fronteiras. Assim, através de legislação e incentivos, promoviam a fixação destes imigrantes, através da formação de colônias, que, por sua vez, produziriam gêneros destinados ao consumo interno (interesse direto das Províncias), em contraposição às monoculturas, que visavam o mercado externo.

¹² Esta configuração se estende até a atualidade e é demarcadora das diferenças econômicas e sociais entre o sul, centro e nordeste do RS.

¹³ É exatamente isto que diferenciara *Estância* de *Campanha*, pois na *Campanha* não há organização da produção, mas visa-se somente a subsistência, sendo o gado criado solto, pertencendo à coletividade. Portanto, a *Estância* significa um novo modo de produção, organizado e voltado para um mercado consumidor. As *Charqueadas*, introduzem a produção e a exportação de carne seca para outros estados, base de alimentação dos escravos, que serão introduzidos na região como mão-de-obra, pois este produto exigirá uma maior quantidade de força de trabalho. Com esta cultura, se por um lado houve uma expansão econômica, inclusive dos negócios públicos, por outro acarretou uma redução do povoamento, pois os estancieiros detêm grandes extensões de terras improdutivas e despovoadas (latifúndios por extensão). Portanto, a má-distribuição de terras, teve início justamente com a política das *Sesmarias*, e com o surgimento das *Charqueadas* e das *Estâncias* no Rio Grande do Sul.

¹⁴ Primeiramente, os colonos receberiam lotes do governo imperial e posteriormente das Províncias.

Estas colônias, via de regra, localizavam-se perto das capitais ou centros urbanos, distantes dos latifúndios, visando manter a hegemonia política e econômica deste segmento. Portanto, iriam situar-se em áreas impróprias para a constituição de latifúndios, ou seja, nos vales e serras.¹⁵

A economia sulista sempre se caracterizou pela complementaridade à economia nacional, o que foi importante para o êxito dos projetos de colonização, tendo repercutido em vários momentos históricos do RS e do país, e na própria formação política-partidária do Rio Grande do Sul. Aliás, isto foi levado ao extremo para afirmar-se que, mais que uma complementaridade, o RS sustentaria outras regiões do Brasil. Ou seja: um *ethos* gaúcho em oposição a um *ethos* nacional.

Entretanto, o financiamento deste processo imigratório era oneroso para o Governo, o que acaba propiciando o ingresso de capital privado para a sua continuidade, e, conseqüentemente, em virtude da diversidade de interesses e objetivos, outro rumo tomará.

No Rio Grande do Sul aconteceu a maior colonização oficial do país, iniciada com a fundação de São Leopoldo, em 1824 (Real Feitoria do Linho do Cânhamo).¹⁶ Segundo consta

¹⁵ Conforme observado por Sérgio Teixeira inicialmente havia uma discriminação deste segmento- a agricultura colonial- relativamente à pecuária, sendo uma atividade considerada “degradante”, “socialmente inferior”. Essa situação demonstra bem a oposição entre as categorias: colono, frente a gaúcho. Na simbologia do cavalo podemos ver exemplificado o diferencial de *status*. Na Europa a montaria já era um privilégio da aristocracia rural, usado para esportes de elite, enquanto no RS os cavalos seriam utilizados para a tração animal, sendo, pois, um instrumento de trabalho. Relata, o autor, que tão logo chegavam, os colonos adquiriam o cavalo, fato este que poderá ser considerado como símbolo de ascensão social (além de ser um elemento demarcador de diferenças).

¹⁶ O fluxo imigratório alemão para o Brasil e RS, ao contrário do que muitos pensam, foi bastante irregular. Segundo LANDO e CRUXEN BARROS (1996)¹⁶ entre 1824-1830, entraram na Província 4.856 alemães, totalizando, entre 1847-1854, 2.635. Segundo HUNSCHÉ (1975), entre 1824 e 1914, entraram no RS cerca de 48.000 alemães, 64,3% entre 1824 e 1889, 35,7% entre 1889 e 1914. O declínio da imigração alemã seria reflexo da perda de interesse do Brasil, que no início estava motivado pelo estado de beligerância vigente entre Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França e pelo matrimônio do Imperador Pedro I com D. Leopoldina, de origem germânica. Soma-se a este o descrédito advindo da arregimentação feita por Schaffer.

na historiografia da colonização alemã houve um incidente no recrutamento de alemães, pois se estava recrutando “secretamente”, soldados para formar batalhões estrangeiros contratados a partir de 1823 pelo Império brasileiro, quando na verdade seriam trazidos para o Brasil¹⁷. Ademais, fez-se promessas irreais para os candidatos á imigração: a. custeio pelo Império da passagem; b. concessão gratuita de um lote de terra de 400 braças, em quadro, ou 160.000 de superfície; c. subsídio de um franco ou 160 réis/dia por colono no 1º ano, e metade no 2º ano; de. bois e cavalos (animais) a cada família, proporcional ao nº de pessoas; e. cidadania brasileira imediata; f. liberdade, irrestrita, de culto; e, g. isenção de impostos por 10 anos.¹⁸

Entre 1830-1844, a colônia de São Leopoldo não recebeu um único imigrante, sendo restabelecida a imigração para esta mesma colônia, em outubro e novembro de 1844 (66 imigrantes no total). Os imigrantes chegados em 1846 não encontravam terras disponíveis senão nas serras, onde não havia demarcação das terras ou picadas abertas, ficando entregues á própria sorte. Alguns colonos (e não-colonos também) mais abastados abriam novas picadas loteando e vendendo glebas a quem as podia pagar.¹⁹

¹⁷ Aqui bem caberia Elias, em sua obra *Os Alemães*, quando através de configurações, nos descreve a formação do habitus alemão, ilustrando a ligação da nobreza com o militarismo num dado contexto.

¹⁸ Este incidente originou uma campanha de descrédito do Brasil, e a suspensão de uma série de subsídios concedidos aos colonos, afetando, principalmente, a 2ª leva de imigrantes alemães (Santa Cruz do Sul). Com este retrocesso da política de colonização brasileira, o governo alemão resolveu intervir, levando o Imperador a repensar alguns pontos. Passa-se a custear as passagens, conceder o subsídio diário e a concessão gratuita dos lotes de terra (1824-1830). Em 1832 uma lei de 23 de outubro abolirá, parcialmente o entrave á naturalização, permitindo-a mediante o adimplemento de certas qualidades e condições, tais como residência há no mínimo 4 anos (depois 2) de residência no país. Em 1846, a lei de 03 de setembro concede naturalização imediata aos colonos residentes em São Leopoldo, o que se estendeu, em 1850, aos colonos de Petrópolis e São Pedro de Alcântara (RJ). Com a Lei nº 514 de 1848, o Governo Imperial ordena á Província a reserva de 6 léguas de quadras devolutas para a colonização. A gratuidade dos lotes e a concessão de instrumentos de trabalho, além de sementes e indenizações de viagem, bem como subsídios para instalação, só viriam com a Lei Provincial n.º 229 de 4 de dezembro de 1851. Os alemães, entretanto, por volta de 1830, sofreriam um novo baque: a Lei Orçamentária de 15/11/1830. Este diploma legal viria a suspender os gastos com a imigração, quando o governo já era grande devedor dos imigrantes, de promessas não cumpridas quando da chegada ao país e á Colônia, além de vedar ás Províncias, quaisquer gastos com os colonos.

¹⁹ No ensaio de Lando & Barros, *Ob.Cit.* Pg. 30, que Santa Cruz existia em 1847.

Em 19 de dezembro de 1849, chegavam ao sul do Brasil, para comporem a colônia de Santa Cruz, colonos de origem germânica. Era a primeira colônia fundada e administrada pela então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, (São Leopoldo era uma colônia imperial) primeiramente utilizando-se de terras devolutas e, posteriormente, terras particulares. A colônia foi assentada, primeiramente, no município de Rio Pardo, no caminho aberto antes, pelos criadores de gado-os campos da campanha gaúcha e do planalto - que ligava Cruz Alta a Rio Pardo, hoje chamado Linha Santa Cruz ou Picada Velha.²⁰

A primeira leva de imigrantes teria se constituído²¹, simbólica e representativamente de 12 colonos, que faziam parte de um grupo maior quando da chegada ao Rio de Janeiro, na barca de origem prussiana, denominada Bessel. Pelo mar chegaram ao Rio Grande, e pela Lagoa dos Patos a Porto Alegre. Via Rio Jacuí, na barca Bela Francisca chegariam a Rio Pardo, daí prosseguindo a pé e carreta de bois.²² Dessas pessoas, apenas um casado, com 4 filhos. Eram católicos e evangélicos, a maioria lavradores e dois moleiros.

²⁰ Quanto á origem do nome Santa Cruz do Sul, existem divergências, pois há diversas versões a este respeito. Alguns atribuem-no á influência de um notável comerciante, que gozaria da estima do Imperador Dom Pedro II, de nome Antônio da Cruz Jobim, vulgo Barão de Cambaí, a quem pertenceriam as terras onde se ergueu a povoação de Santa Cruz, em 1854, através da herança de João Faria, desapropriadas para fins de colonização. Outra hipótese é a Fazenda Santa Cruz, de propriedade de Antônio Rodrigues Chaves, localizada onde hoje é Soledade, mas ela é muito distante da Santa Cruz. Já no artigo “Teuto - gaúchos: a irredutível diferença” de Flávio R. Kothe (KOTHE: 1996: 206) encontramos uma referência interessante, e bastante plausível: o nome original seria São João Batista de Santa Cruz, um santo católico, mas também um ídolo da maçonaria progressista: “aquele que anuncia um novo tempo, aquele que prega e sacramenta a mudança em uma nova crença, aquele que anuncia a esperança e a redenção mediante o esforço de todos”. A maçonaria tem muita força em Santa Cruz do Sul. Essas versões marcam a disposição dos descendentes de emigrantes teutos em demonstrar que sua inserção no país se deu de forma diferenciada de outras imigrações, pois imaginavam-na como uma forma de aliança com o Imperador (casado com uma nobre de origem “germânica”, na verdade austríaca).

²¹Consta em documento guardado no arquivo histórico do Colégio Mauá, em Santa Cruz do Sul, que os imigrantes, chegados ao Brasil, via Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1849, “foram recebidos” pelo Imperador, tendo este lhes dito que seus destinos seriam a Colônia de Santa Cruz, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cujo nome seria inspirado ao Imperador pela comemoração do dia da Santa Cruz, ou até mesmo na Fazenda Imperial de Santa Cruz.

²² As carroças de quatro rodas foram introduzidas pelo colono alemão.

A chegada no “Novo Mundo” não seria fácil. Além da sensação de desterro, pela migração quase coativa, advinda das más condições de vida na Alemanha, foram muitos os perigos atravessados no caminho. Entretanto, segundo as narrativas consultadas, o entusiasmo e a esperança superaram os maus augúrios, tornando-se uma experiência visivelmente impactante, pela abundância retratada na própria paisagem, e pelas perspectivas e possibilidades acenadas.

Ilustramos com trechos destacados de uma carta escrita por um casal de imigrantes, que faz parte da literatura local e desse modo emblemática da identidade dos descendentes²³:

“Desejo relatar-lhes a nossa viagem que foi muito demorada. No dia 14 de Agosto de 1852, às 14 horas, partimos de Gluckstadt e chegamos às 21 horas em Kluxhaven, devido a ventos impróprios (o navio *Marianne* em que vieram os imigrantes era um veleiro). Às duas horas da madrugada a viagem prosseguiu. Ao raiar do dia passamos por “*Helgoland*”. Muitos sentiram-se mal com a “*seekrankheit*” (enjôo) ...As ondas cobriam o convés e as velas do navio foram recolhidas. A água penetrou nos alojamentos abaixo do convés, molhando inclusive as nossas camas. O navio foi jogado de um lado para o outro e assim regressamos muitas milhas. No dia 14 de agosto, encontramos um pesqueiro inglês, com cujos tripulantes conseguimos trocar aguardente por cigarros e peixes. Sempre dependemos do vento para impulsionar o navio, mas no dia 15 este foi bastante favorável. (...) À noite tivemos nosso primeiro baile no convés. (...) Mas a alegria durou pouco, pois iniciou nova tempestade. (...) No dia seguinte velejamos ao lado de navios que transportavam emigrantes para os Estados Unidos e para o Chile. A 2 de agosto, à noite, quase fomos abalroados por navio muito maior que o nosso. Fomos salvos por gritos de nossos marinheiros e escapamos por pouco. A água para beber estava ficando rara e o capitão resolveu reabastecer em Fallmouth, na Inglaterra. (...) Aos 11 de setembro de 1852, à noite, faleceu a esposa do amigo Berger, de Erfurt, devido a um ataque apoplético (*schlagfuss*). No dia seguinte, o corpo foi lançado nas águas do Oceano atlântico. (...) No dia 22 de setembro três enormes tubarões chegaram bem perto do nosso navio. No dia 25 de setembro assistimos a algo terrível. Uma senhora- mentalmente perturbada- não resistiu à solidão e lançou-se ao mar. Seu esposo e as seis crianças começaram a gritar. O Capitão imediatamente mandou descer um bote em que quatro marinheiros iniciaram busca infrutífera...Aos 29 de setembro, à noite, houve princípio de rebeldia a bordo devido ao racionamento de alimentos. Felizmente uma comissão eleita foi ter com o Capitão e a paz e a tranquilidade voltou a reinar. (...) No dia 13 de outubro ultrapassamos o Equador e recebemos o respectivo “batismo”. O dia esteve tão quente que não podíamos andar descalços no convés. Finalmente no dia 4 de novembro de 1852, ‘as 17 horas ,conseguimos vislumbrar o litoral do Brasil (portanto, após três meses de viagem). Não é possível descrever a alegria que todos sentimos. Porém, neste dia não conseguimos chegar á terra. (...) O pão, já raro, há duas semanas era servido apenas uma vez ao dia. (...) No dia seguinte, às seis horas, vieram autoridades brasileiras examinar os ocupantes do “*Marianne*”. (...) Entre os visitantes houve alguns negros com quem nossas crianças se assustaram. (...) Fomos embarcados em outro navio

²³ Parte da carta, traduzida e extraída do livro de Hardy Elmiro Martin, “Recortes do Passado”, aonde um dos três irmãos Gressler, chegados na Colônia de Santa Cruz em novembro de 1852, escreve para seus parentes residentes em Stadtilm, Alemanha.

que nos trouxe até Porto Alegre, aonde chegamos a 9 de novembro de 1852. Três dias após, em navio menor, fomos levados pelo Rio Jacuí a Rio Pardo, onde chegamos no 13 de novembro. Todos os nossos pertences foram carregados em carretas de duas rodas, puxadas por oito bois. (...) No dia 21 de novembro de 1852 chegamos ao local determinado pelo Agente do Brasil em Hamburgo, Sr. Peter Kleudgen. Nossas casas eram apenas rústicas choupanas, cobertas de palmeiras. Depois de quatro semanas recebemos os nossos lotes coloniais. A vegetação aqui é exuberante e excede toda e qualquer imaginação. O solo é muito fértil. É possível, dizem, obter duas colheitas de batatas por ano. O gado aqui é abundante. Também podemos comprar belos cavalos por preço módico. Carne bovina é o que existe de mais barato para a alimentação. Todos dizem que não pensam em retornar à Alemanha. Mas neste lindo país também há problemas. Os mosquitos incomodam bastante, principalmente durante o verão. Caçar e pescar são livres para cada um, havendo abundância de caça e pesca. Temos carne todos os dias. Papagaios e pombas abundam aqui, como também macacos que são servidos como alimentos para brasileiros e alemães. (...) Cada um de nós procura edificar o seu lar de modo a sempre ter lugar para, numa emergência, abrigar colegas. A viagem de Rio Grande até aqui, na Colônia de Santa Cruz, é inesquecível. A mata virgem, a infinidade de exemplares de pássaros e animais nos deixa estupefatos e perplexos. Apenas o clima, no início, pode apresentar pequenos transtornos. Mas logo nos habituamos. Os operários aqui são bem remunerados. Um seleiro que veio conosco da Alemanha encontrou logo trabalho em Rio Grande. Por onde passamos os habitantes logo perguntam e indagam se não há moças interessadas em emprego doméstico. São muito procuradas e percebem um bom dinheiro. Dizem muitos que em Montevidéu-Uruguaia a vida ainda é melhor. Não podemos garantir. Em Rio Pardo fomos convidados a participar de dois bailes. Tomamos a liberdade de uma recomendação: caso alguém desejar vir para cá, traga sua mulher. Assim a vida em família será mais fácil. No desejo sincero de breves notícias de todos vocês,

Rudolfo e Anna Gressler.”

O texto nos fornece um dado importante a ser analisado: o imaginário do colono sobre os imigrantes, construído com base no imigrante e no colono-herói. Conforme se pode perceber, a relação do imigrante com seu novo lugar foi marcada por contrastes, ora positivos, ora negativos. Vislumbra-se nesta narrativa, a surpresa positiva com o mercado de trabalho ofertado no Brasil, quando relata aos parentes a boa remuneração dos operários e a oferta de emprego doméstico às moças; a abundância de carne, a possibilidade de caçar e pescar. A solidariedade parece constituir-se tendo como referência essa base fundante da comunidade: “Cada um de nós procura edificar o seu lar de modo a sempre ter lugar para, numa emergência, abrigar colegas”.

Os lotes, em Santa Cruz do Sul, foram distribuídos entre os colonos indistintamente entre católicos e evangélicos, que se tornavam vizinhos cujo princípio de sobrevivência era ajudar, colaborar, ou ninguém teria sucesso!²⁴

Portanto, o discurso sobre a diversidade religiosa está presente desde a fundação da Colônia até os dias de hoje, pois jamais se soube ou sabe ao certo, se existem mais Luteranos ou mais Católicos em Santa Cruz do Sul. Isso, no entanto, não impediu, conforme a literatura local demonstra, a unidade que pensam ter construído.

Este espírito solidário, este olhar, agir e pensar coletivamente, fortemente marcado pelas religiosidades, ajudou-os a suportar as dificuldades: o desbravamento da mata, construção de casas, falta de recursos materiais e humanos, além do conseqüente isolamento causado pelo estranhamento entre os que aqui chegavam (imigrantes) e os que já estavam (nacionais), tornando-se um grupo ou comunidade bastante homogênea, permitindo-lhes manter a língua mãe - *Muttersprache*, seus costumes e tradições, e principalmente sua fé²⁵. Por outro lado, originou medo e desconfiança na população local e do próprio governo provincial. Afinal, numa época de formação e fortalecimento dos Estados Nacionais, e, conseqüentemente das fronteiras, temia-se a criação de uma “Pequena Alemanha”. Aliás, o visível progresso destas colônias sob o ponto de vista econômico era visto como concorrência ou ameaça.

Quando os colonos chegaram á colônia, dependiam do governo. Inicialmente, a província lhes fornecia: ferramentas (para os do sexo masculino, e maiores de 16 anos): foice

²⁴ Consta na literatura local já referida, que um colono, de idade mais avançada, gozando de saúde precária, de nome *August Arnold*, foi muito bem tratado por seus vizinhos, a família Kiemann, tendo-lhes cedido suas terras, apesar de pertencerem á ministérios religiosos diferentes. (VOGT: 1999)

²⁵ A religião oficial no Brasil era católica.

de roça, enxada grande de roça, machado grande de roça, uma serra braças grande, um facão de mato “reforçado”, uma pá de ferro com cabo, uma lima pequena de três quinas e uma lima maior de três quinas, uma lima grande, um formão de carpinteiro, largo; um badame de carpinteiro, uma torquesa de carpinteiro, um trado de colher, um martelo grande; utensílios (uma panela estanhada pequena, uma panela de ferro maior), alimentação, armas (uma espingarda de meia bala e de espoleta), pólvora (quatro libras de chumbo de caça, uma caixinha de espoletas; uma libra de pólvora de caça), etc., e “subsídios em dinheiro”, restituíveis *a posteriori*.²⁶ Aos colonos cabia a titulação das terras (escritura) disponibilizadas pelo Governo ao preço total de Rs9\$000 (nove mil réis), as quais só poderiam ser transacionadas após a quitação da dívida.²⁷

Após a ocupação das terras (devolutas) passou-se a utilizar terras particulares desapropriadas. Totalizavam cerca de 156 lotes, sendo um destinado á igreja e á escola. Localizavam-se em ambos os lados da Picada, estando os lotes pares ao lado direito e os ímpares á esquerda. Dos primeiros 153 “proprietários” da então Picada Velha, 84 colonos foram enviados á colônia pelo Governo Geral (Império), 69 pelo Governo Provincial. Destes primeiros, 85 eram católicos e 68 evangélicos, não havendo uma diferença tão marcante, a nosso ver.

²⁶ A descrição destes objetos se fez necessária para caracterizar o que se esperava destes colonos: o trabalho na agricultura, a produção de alimentos para subsidiar as metrópoles.

²⁷ O que foi permitido após o advento da Lei n.º 304 de 30/11/1854 que estabeleceu “ a venda de terras- nada mais seria doado A partir daí, atribui-se valor venal às propriedades: preço mínimo de 300\$000, para pagamento no prazo máximo de cinco anos Destacamos que se fala em doação, quando o processo foi aquisitivo, portanto, oneroso para os colonos imigrantes.

Chegariam imigrantes no período ocorrido entre 1849 a 1852, sendo que a partir de 1851²⁸ a colonização começa a ser executada através de agentes privados, sendo o primeiro agenciador Peter Kleudgen, a quem caberia promover a imigração alemã para a Província, principalmente para a Colônia de Santa Cruz.²⁹

O comércio, ainda tímido, realizava-se através de trocas e vendas de produtos, em Rio Pardo (levando dois dias de viagem, em carroças ou no lombo de animais), onde não se recebia bom preço.³⁰ Somente em 1854, surge um centro comercial no Vale, junto à Povoação, perto da Colônia, situada na Serra.

A Povoação surgiu pela desapropriação da herança de João Faria, conforme já referimos, sendo executada em 4/11/1854, fazendo surgir as primeiras ruas e quadras, destacando-se o local a ser assentada a Igreja Católica (o mesmo local onde hoje está a Catedral, eleita, hoje, como símbolo da cidade), os prédios públicos, praças, todos ao redor da praça de São Pedro³¹. Na periferia localizavam-se as chácaras que deveriam abastecer aos moradores da Povoação com produtos hortigranjeiros, formando uma espécie de bairro rural.³²

²⁸ Já se plantava fumo em 1851/1852, com sementes adquiridas em Havana – Cuba, pela Província.

²⁹ Ainda hoje se ouve argumentos sobre a exploração do colono alemão de Santa Cruz por Rio Pardo, e de como a colônia sempre sustentou o município de Rio Pardo. Muitos se referem à índole exploratória dos portugueses. Mas Santa Cruz também se tornou um polo para onde outras colônias (Mont'Alverne) viriam comercializar, batizar filhos, casar, etc., e que também enfrentavam dificuldades, principalmente de ordem burocrata e creditícia. Esta colônia possuía, em 1875, 273 brasileiros, 227 alemães, 71 austríacos, 7 suíços e 14 holandeses.

³⁰ Homenagem ao imperador do Brasil.

³¹ Apesar de ser palco de várias transformações e feições, onde convive o moderno e novo como o tradicional e velho, estão presentes os elementos que constituem o conceito de bairro rural: uma base territorial e um sentimento de pertencimento local (localidade): “os moradores tem consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.”(Candido:1971:65)

Em 1872 (Lei n. ° 807) a Colônia passa a ser Distrito, e em 1874, o 3º Distrito de Rio Pardo, para somente em 1878 tornar-se município autônomo: Município de São João de Santa Cruz. Portanto, a partir de 1872, Santa Cruz, em tese, caminharia para uma autonomia relativa, face á Província (acaba-se com os Diretores, e Vice-Diretores de Colônias). Entretanto, a condição distrital, Distrito de Rio Pardo, mantém-na subordinada, numa condição semi-autárquica, pois os “lucros dos trabalhos dos imigrantes ficavam para Rio Pardo”. Isto é dito por diversos historiadores da comunidade, e está presente nos comentários dos entrevistados, expressamente como a “exploração” de Santa Cruz, primeiramente pela Província, mas muito mais por Rio Pardo, coisa que “agora seria completamente diferente, pois não os sustentavam mais”. Parece haver um certo espírito revanchista nos Santacruzenses, pois na visão de meus entrevistados, hoje Santa Cruz do Sul é um município rico, próspero enquanto Rio Pardo é “decadente” e “pobre”. É o *ethos* de trabalho, do colono alemão, presente o tempo todo nesta história e no discurso atual, se contrapondo aos lusos, e que vai construindo a diferença.

1.4. ASPECTOS SÓCIO - CULTURAIS DE SANTA CRUZ DO SUL - *VOLKSGEMEINSCHAFT*³³

Num espírito de confraternização, os alemães viam no lazer, nas festas, nas competições desportivas, um meio de recuperar as energias gastas no trabalho árduo na terra e para a construção da comunidade, mas também um meio de reproduzir-se ideológica e culturalmente, através de instituições como: a imprensa, as sociedades de tiro, caça ou cavalaria, sociedades recreativas e ginásticas, os clubes de Bolão ou Boliche, as escolas, orquestras e representações teatrais, etc.

³³ Comunidade, segundo Giralda Seyferth.

A Freguesia de Santa Cruz do Sul era conhecida pelos seus desfiles e festividades, onde se podia vislumbrar a influência das Sociedades de Tiro e de Cavalaria.

A primeira sociedade a ser fundada foi a *Schutzengilde*, em 1863, onde eram realizados treinamentos de cavalaria em Potreiro.³⁴ Nesta mesma associação, mas em terras mais distantes, de propriedade de um dos associados, praticava-se também exercícios de tiro contra o morro. É interessante observar que nos campeonatos de tiro, o vencedor do torneio era consagrado “rei”³⁵, nos parecendo uma espécie de revival da monarquia prussiana. A partir de 1866 esta sociedade inicia o esporte do Bolão (uma espécie de boliche), que se constituía numa cancha aberta, com algumas tábuas laterais e um telhado. Diz-se que talvez tenha sido o primeiro de todo o Estado. Em 1868 associou-se ao *Club Union*, mais central, passando a chamar-se *Deutscher Club*, constituindo-se numa das mais antigas sociedades de Santa Cruz do Sul. Esta sociedade promoveu a primeira festa de confraternização (*Schutzenfest*), em 1º de janeiro de 1864, mas a partir de então, passou a realizar comemorações anuais, competitivas, de Cavalaria e Atiradores. Em 1872 inaugura-se o *Deutscher Schutzenverein Santa Cruz*, uma sociedade remanescente da *Schutzengilde*.

Mas estas sociedades tinham um caráter mais atuante do que a mera promoção de festejos, pois tinham o sentido de propagar costumes e tradições, valores e virtudes étnicas na comunidade (*Volksgemeinschaft*), pelo que eram vistas com desconfiança pelas autoridades municipais. Tanto assim que com as Guerras Mundiais (I e II) acabaram por proibi-las, face ao “perigo alemão”.

³⁴ Pequeno córrego que nasce no Cerro do Pinheiro, dentro da cidade, desaguardo no Rio Pardinho. Também conhecido como Sanga Preta.

³⁵ De 1882 a 1912, a região teve mais de nove sociedades de tiro, sendo que em 1884, 1901 e 1912 eram denominadas *Deutsch - Brasilianischer*. As sociedades de cavalaria existiram de 1885 a 1924, e algumas também utilizavam o termo.

Esta proibição, dentre outras como e principalmente a de falar o alemão está bastante destacada na literatura Santacruzense, de onde transcrevemos um “Aviso á população” (MARTIN: 1999):

“....Aviso à População”.

Levo ao conhecimento de todos e a quem interessar possa que, os nacionais da Alemanha, Itália, Hungria e Rumania, residentes e domiciliados neste município, estão, terminantemente, proibidos de se afastarem desta comuna, não podendo viajar para lugar algum. As viagens que os mesmos pretenderem fazer, no interior do município de Santa Cruz, estão acondicionadas à aprovação desta Delegacia de Polícia.

1- Estão proibidas as reuniões públicas, quer de caráter social, beneficente, etc., sem permissão da competente repartição policial. Outrotanto, as coletas em benefício das respectivas instituições devem ser aprovadas por esta Delegacia de Polícia.

2- Os senhores vendedores de aparelhos de RÁDIOS RECEPTORES, somente poderão efetuar suas vendas a elementos brasileiros, dependendo, todavia, a compra, á aprovação desta Delegacia de Polícia. E, nenhuma bateria poderá ser vendida ou carregada, sem prévia autorização desta DP.

3- Comunico aos senhores nacionais da Alemanha, Itália, Hungria e Rumania, que, dentro de 48 horas deverão recolher todos os seus aparelhos receptores, a esta Delegacia de Polícia, sob pena de serem apreendidos os aparelhos e presos os proprietários dos mesmos, se não o fizerem de acordo com o prazo estipulado.

4- Toda pessoa que for surpreendida falando o idioma alemão, ou italiano, onde quer que seja, será presa e recolhida à CASA DE CORREÇÃO.

Delegacia de Polícia de Santa Cruz, 17 de setembro de 1942. Dr. François Nehmé Delegado de Polícia.”

O preconceito era tanto, horizontal (entre cidadãos) e vertical (de autoridades para com os cidadãos) que chocavam até mesmo a algumas autoridades policiais:

“Esta Delegacia de Polícia comunica aos autores de anonimatos para que cessem de enviar a esta DP cartas anônimas com denúncias gratuitas. Não nos interessam o anonimato e as denúncias infundadas, baseadas em inimizades e ódios contra essa ou aquela pessoa. A Delegacia de Polícia desta Terra não carece de arrimo ou de amparos falsos; ela sabe nortear a sua ação com prudência, serenidade, equilíbrio e muita justiça. As pessoas cultas, com hombridade, dignas, elevadas de caráter e de bom senso, não adotam tal critério, índice demonstrativo de ignorância e de covardia. Pedimos, portanto, a esses indivíduos desconhecidos, que não nos perturbem e, nem embarassem a nossa ação, que é a mais digna, a mais útil e a mais patriótica.

Ass. François Nehmé-Delegado de Polícia (ob. Cit.)”

Embora a poesia e a literatura sejam adoradas pela cultura germânica, houve um período, compreendido entre a chegada na colônia e a fundação dos primeiros jornais ou periódicos, em que não houve qualquer produção literária, pois foi uma época de “luta”, a

construção de um novo lar, o cultivo de suas terras, mas, principalmente, de adaptação ao novo meio.

O primeiro jornal de Santa Cruz – *Kolonie* criou-se a partir de uma reunião no então *Club União*, em 4/11/1890, quando se decidiu fundar uma sociedade por ações com vistas à criação de um jornal editado em língua alemã.³⁶ Ocupa-se na sua maioria com política, ficando a literatura e o entretenimento, bem como os assuntos comunitários, relegados a um segundo plano.³⁷ Já as primeiras obras literárias foram produções de intelectuais que chegaram à Colônia depois das primeiras levas de imigrantes. Em todos eles está presente a homenagem e idealização de seus antepassados alemães, à terra natal e aos próprios imigrantes, pioneiros. Há uma nostalgia explícita. Ilustramos transcrevendo trecho de um poema, de Franz Sauer, cidadão Santa-cruzense nascido em Vorpommern, norte da Alemanha.

“Onde fica a Alemanha (1915)
Agora olhe, meu filho, olhe bem ao longe,
Lá onde o sol aponta antes do meio - dia;
Lá em algum lugar da Pomerânia,
Onde a branca espuma do mar bate nas dunas,
Lá em algum lugar do litoral da Mosela;
Junto ao Drau e Sal e encostas dos Alpes:
Está a casa dos pais de teus avós,
Fica a casa- mãe de todos nós,
Fica a Alemanha!
Meu filho, lá vive um povo heróico,
Que para cá enviou os seus primogênitos
Ah, como a nobre semente cai longe
por sobre terra e sobre mar!
Trabalharam, em cada braço um herói,
A nova terra em novo mundo,
Transformando em ouro,
selvas, matas e banhados:
Meu filho, assim trabalhou esse povo heróico,
Nova Alemanha!
Nós fizemos isto,
da Pátria separados;
Esta que continua forte ainda em todo mundo,

³⁶ Essa revolução surge em contraposição à uma ideologia militarizante (prussiana), muito bem descrito por Elias na obra: *Os Alemães* (ELIAS: 1997).

Continua forte e inabalável como sempre,
Onde o desprezível machado da inveja se espatifa!
Nem ganância nem cobiça - uma ordinária traição!-
Trata-se do sol, da lua e das estrelas
De tudo, que em nosso coração arde,
Por aquilo que a alma alemã conhece:
Eterna Alemanha!
Como o tinir de espadas e o bater das ondas-
Alemão é uma palavra marcante e sonora;
Alemão é tão profundo, alemão toca forte
E soa no peito como uma canção!
Dos melhores, muitos sentem-se derrotados,
Por alemães não poderem se chamar...
Onde sempre a língua alemã ecoa,
Meu filho, aqui, ali, em todo lugar
É a Alemanha!

Ampara-nos braço dos irmãos alemães,
Protege-nos fortaleza alemã:
Cercados por carrascos, traidores e invejosos,
Eles abriram caminho, eles resistiram,
Eles trabalharam; em roucos gritos
Agonizaram muitas almas assassinas...
Onde sempre o bando inimigo aparece,
Ergue-se, orgulhosa, jovem e quente.
Velha Alemanha!
Ah, como o brilho dos teus olhos fala!
Como as tuas faces se abrasam!
O teu sangue veloz tuas veias estica!
Teu braço se ergue tão alemão e valente!
Na força de tua juventude,
Este mundo transformou o mundo,
Este, cujo porão nenhum assalto destruirá;
Meu filho, no brilho de teus olhos:
Jovem Alemanha!
E quando a saudade repente aparece,
A alma até adocece,
A hora do destino bate forte:
Então toda a multidão que nos esgotou,
Desmembrou, separou, agradeceu!
Então debulho de trigo arriscadamente moído!
Então em todas as meias-noites!
Uma voz, um grito; está realizada
Aqui Alemanha! ”

A idéia de criar-se uma Nova Alemanha, através de uma percepção do passado da Alemanha, evidentemente construída e idealizada, aparece como uma meta, uma intenção nas estrofes desta verdadeira ode. Mas esta Alemanha aparece ora nova, ora velha, ora eterna, mas é sempre um referencial modelar.

É uma visão etnocêntrica, tomada de sentimentos contraditórios, pois se vê a Alemanha como uma vítima de um “outro”. Como se percebe nos versos, ela foi desmembrada, separada; foi vítima da inveja, da cobiça e ganância e da traição. Ao mesmo tempo é vista como fortaleza: é alma. A menção á língua, como algo que os irmana, que os liga (os imigrantes) ao “irmão alemão”, a quem pedem socorro. Aparece aqui a inconformidade com a proibição da autodenominação de alemães: **Alemão é uma palavra marcante e sonora; Alemão é tão profundo, alemão toca forte E soa no peito como uma canção! Dos melhores, muitos se sentem derrotados, por alemães não poderem se chamar...Onde sempre a língua alemã ecoa. O herói que “renasce das cinzas” e que transforma o lugar, a natureza em algo valioso: em ouro! O valor da terra transformada, após terem sido “a pátria desterrados”**. Ao mesmo tempo, a sensação de que há uma Alemanha inserida em cada um dos seus descendentes.

Mas também se faz necessário observar que haviam resquícios da chamada “utopia da igualdade social” da revolução liberal de 1848 (KOTHE: 1996), marcando esse segundo grupo de imigrantes alemães que vem fundar a Colônia de Santa Cruz do Sul. Essa revolução liberal preconizava os ideais de liberdade e fraternidade. Ademais grande parte desses imigrantes, pomerânios, silesianos, eram originários de países limítrofes da Alemanha, os quais viviam, tanto quanto a Alemanha, sob constante ameaça (Polônia, França, Tchecoslováquia, etc.). Essa ambigüidade, essa dualidade está presente na literatura teuto - brasileira, manifesta nos *Kalanders*, nos romances e poemas.

É preciso notar que durante o período compreendido entre 1890 e 1940, desenvolveu-se no Sul do país uma literatura chamada teuto-brasileira, expressa, sobretudo através de jornais ou periódicos, e almanaques (*Kalander*) espécie de revista anual, via de regra

publicada em dezembro, no Natal, típicas de comunidades rurais alemãs, embora consumidas também pela classe média e elite no sul do Brasil.

A poesia era destaque nesta literatura, expressando um forte sentimento patriótico e nacionalista. Giralda Seyferth, em sua tese de doutoramento, (citando Niemeyer) observa que essa linha literária buscava essencialmente “cultivar o patriotismo brasileiro com alma (*Seele*) alemã”. Para Niemayer (NIEMAYER: 1917), os teuto - brasileiros querem ter o “direito de expressar seu patriotismo pelo Brasil, mas em sua língua: a alemã!”.

1.4.1. Os *Kalanders*

Tanto quanto o próprio termo, teuto-brasileiro, e a própria identidade, a ambigüidade e o dualismo são marcas características deste estilo literário. Há uma pátria, onde se nasce, mas há uma cultura, uma origem, “a alma do Povo” a ser preservada: a *Seele des Volkes*. O imigrante já instalado nesta nova pátria, não é mais o alemão “puro”, e está longe de ser considerado um brasileiro típico. “... se no âmago, o teuto-brasileiro é alemão, na prática ele é brasileiro, tem uma vida nova no Brasil, desligada da velha pátria, a Alemanha”.

Uma das formas de expressão preferencial dos alemães foi, e é, a poesia cantada, o *Lied*, mas em Santa Cruz eram o teatro, as operetas e orquestras. O tema principal nos *Lied* era a sua saga, a partida, a saudade dos tempos idos de uma Alemanha grandiosa:

“Derramei muitas, muitas lágrimas/ porque tenho de partir daqui;

Porém, meu pai decidiu:

/ da Pátria nós emigramos!

Para a Pátria gostaria de voltar/

para a Pátria de meus pais, /

onde se cantam alegres canções,

/onde se fala uma palavra de conforto.

Nenhuma terra tão bonita, em nossa época,

como a nossa, pelas redondezas.

Onde nos achamos sob o pé de tília, ao anoitecer”³⁸

38 Canção extraída do artigo “Por que cantavam?”, pg. 13 do livro “Nós, os teuto- gaúchos” (FLORES:1996).

De 1881 até 1941, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, publicado em São Leopoldo, circulou por todas as comunidades teuto-brasileiras, inclusive em Santa Cruz do Sul. Estes anuários estruturavam-se basicamente da mesma forma: calendarium, practica e entretenimento. Visavam instruir e educar os seus leitores, trazendo todo tipo de informações para a vida comunitária, enfatizando práticas e sugestões para a atividade rural, propagandas de produtos, ilustrações, fotografias, etc. Entretenimento e instrução eram manifestos em literatura mais específicos, como artigos culturais, geográficos, biografias, retrospectiva anual, bem como relatos acerca das cidades, progresso da ciência, etc. Ainda publicavam aforismos, adivinhações, contos de fada, epigramas, lendas, novelas, e muita, muita poesia. Segundo consta, entre 1884 e 1942 estes anuários preocuparam-se em divulgar uma imagem dos imigrantes alemães, e a poesia era a forma escolhida para falar da alma do imigrante, enaltecendo, sobretudo, características, atributos e virtudes inerentes, que faziam com que o seu patriotismo para com o Brasil, fosse algo como que sagrado. Despertava-lhes, sobretudo, a vontade de “lutar pela Pátria.” Tudo isto embalado pela nostalgia das origens germânicas:

“Que a ti seja entoado o nosso desejo, cara terra, rica e bela”;
Ai dos inimigos que de ti escarneceram.
Felicidade de todos, que estejam do teu lado!
Terra, pela qual os antepassados morreram,
Novamente, perante o pendão verde-amarelo.
Queremos prestar o juramento da fidelidade alemã”.

“Ao colonizador,
Onde a natureza te mostra a senda,
e mesmo que seja um pobre campo.
Crias algo novo, operas um milagre.
Sentes - te um herói do trabalho.
A tua aplicação, a tua força, incansáveis,
Transformaram a imagem da paisagem...
Onde outrora nos tempos imemoriais,
O sono cobria a terra e a floresta.
Lá criaste, ser enviado por Deus,
A clareira e o campo para a plantação.
O lar com amor implanta na paz do ermo.”

“Onde o brilho do sol tudo doura”,
Onde o Cruzeiro do Sul brilha no céu:
Onde no mais belo esplendor a orquídea floresce,
Onde ecoa o grito dos papagaios:
Onde a palmeira farfalha,
Onde o orvalho da manhã
Reflete-se esplendidamente o azul do céu,
Onde o colibri beija as flores suaves,
... é o Brasil, minha cara pátria.”³⁹

Eis aqui a substituição da epopéia alemã por uma nova epopéia: a teuto – brasileira. O herói não é mais o pai de seus avós, da Pomerânia ou da Prússia, mas seus avós, os imigrantes que deixaram sua terra natal para criar-lhes um Novo Mundo, transformando o mato, a selva em algo rico “como o ouro”.

O que mais foi (e continua sendo) exaltado pelo descendente deste imigrante alemão em seu favor (muitas vezes adquirindo um demarcador de diferenças até mesmo raciais, quando usado para se contrapor ao trabalho caboclo, por exemplo) é seu *ethos* de trabalho, sua resistência e dedicação ao trabalho árduo, um herói desbravador das matas virgens, as quais subjugará através de seu trabalho, um ser místico e quase lendário:

Em que pese esta exaltação de um *ethos* de trabalho, que beira o místico, é necessário lembrar que o imigrante alemão não migrou, ao menos para o sul do Brasil, para ser trabalhador, mas sim proprietário rural. O Brasil (estado nacional em desenvolvimento) queria famílias camponesas (embora os latifundiários quisessem trabalhadores ou escravos) para expandir suas fronteiras em terras isoladas e semi-ocupadas, as quais eram objetos de disputa constantes com os países limítrofes, de colonização Espanhola. O sul do País era composto de enormes extensões de terras devolutas, que apesar de estarem povoadas esparsamente pelos indígenas e caboclos locais, eram tidos como vazios demográficos.

39 Idem, páginas 105,207.

Havia um “perfil ideal” almejado pela política imperialista, que, segundo Seyferth (SEYFERTH: 1991) constituía-se “verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional de base familiar. Os alemães invariavelmente ocuparam o primeiro lugar nessas hierarquias”, mesmo que em números quantitativos tenha sido pouco significativa frente á italiana, portuguesa ou mesmo a japonesa.

Embora a imigração alemã não fosse constituída apenas por “colonos”, camponeses e membros da classe dos trabalhadores urbanos e artesãos, estes formaram um contingente majoritário, ao menos até a 1ª Guerra Mundial. Mas entre eles vinha uma certa elite intelectual, formada por técnicos especializados, refugiados políticos, ex –militares, pequenos empresários e intelectuais, que formariam a ideologia teuto-brasileira.

1.5. ENQUISTAMENTO, ISOLAMENTO OU ASSIMILAÇÃO - A EMERGÊNCIA DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA

Assimilação, em termos políticos, assinala uma teoria fundada nos sistemas coloniais francês e português. Esta política colonial invocava a identidade entre a colônia e a pátria-mãe (BOBBIO: 1993), fundando-se no princípio “da contribuição universal para sociedade humana”, basicamente a européia, bem como a doutrina da igualdade preconizada pela Revolução Francesa. Gentili (verbete in BOBBIO: 1994) distingue duas correntes ou tendências de pensamento: a primeira é a da assimilação total e pessoal dos povos dominados pela colônia, usando, para isso, o princípio da igualdade, argumentando que a instrução, a “missão civilizadora” da cultura européia e cristã (“superior”) superaria as desigualdades, atribuindo direitos e obrigações iguais para o súdito colonial e para o cidadão da “pátria-mãe”. A segunda linha denomina-se Seletiva ou Gradualista, e se contrapunha á primeira, admitindo

a possibilidade de uma assimilação parcial (administrativa, política e econômica) entre a colônia e a “pátria-mãe”. Esta última prevaleceu, ao menos quanto à Portugal e França.

A imigração alemã pré – I Guerra Mundial, caracterizou-se por concentrar-se em poucas regiões, na maioria das vezes formando colônias etnicamente homogêneas. Entretanto, o isolamento e o enquistamento eram uma consequência da política imperial de imigração, ou seja, da sociedade nacional que não apenas privilegia e promove a imigração de alemães ou italianos, como também os assenta conjunta e isoladamente, formando colônias homogêneas, inclusive em lugares de difícil acesso.⁴⁰

Seyferth adverte para a necessidade de relativizar-se esta homogeneidade e o isolamento, pois junto com os alemães migravam outras etnias (italianos, poloneses, suíços,

⁴⁰ A imigração alemã, mais especificamente no Rio Grande do Sul, vincula-se ao processo de colonização implementado pelo Estado brasileiro (a partir de 1818), baseado na pequena propriedade. Visava, sob o ponto de vista político, atenuar os efeitos da imagem de país escravocrata, a qual se estendia até o processo de colonização, através de um discurso sobre a inadequação da Região Norte e Nordeste do Brasil, para implementação da colonização, bem como garantir as fronteiras do Sul do país. Tudo isto repercutirá na estrutura fundiária do país. Mas, como bem observa Seyferth (SEYFERTH: 1991): “A discussão política da colonização do Império estava voltada, primordialmente, para o perfil do “imigrante ideal”, constituindo-se verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar um agricultura racional de base familiar. Os alemães invariavelmente ocuparam o primeiro lugar nessas hierarquias”. O principal fator era a busca de um “imigrante ideal”, onde o alemão foi o mais cotado, embora numericamente não se possa dizer que esta imigração tenha sido mais significativa que outras etnias. Embora nem todos os alemães imigrantes fossem colonos (agricultores, camponeses), havia um grande contingente de camponeses e de trabalhadores urbanos, que migravam pelas condições paupérrimas que viviam na Alemanha. Grande parte dos imigrantes tinha origem rural, quando integravam projetos de colonização antes da 1ª Guerra Mundial. Ademais, nem eram tão homogêneas estas colônias alemãs, pois nela se poderia, como ainda se pode, verificar uma clivagem religiosa- católicos e evangélicos- além da situação geográfica da maioria das colônias alemãs, que situavam -se, via de regra, próximas às capitais. Mas é preciso situar, historicamente, esta identidade, pois ela teve variações, antes e após o Estado Novo. Assim, no século XIX, as colônias alemãs eram frentes pioneiras, concentradas em áreas restritas, o que favorecia a formação de uma sociedade e de uma cultura teuto - brasileira associadas ao complexo colonial, sobre o qual se formará a etnicidade. Havia um isolamento social e, portanto, uma ausência de representação e visibilidade política, o que proporcionou um retorno para dentro da comunidade étnica (WEBER: 1946). Ao mesmo tempo em que os imigrantes rompiam laços com o território alemão, assumindo a colônia como nova pátria, “criavam raízes”, reivindicando a cidadania brasileira através do processo de naturalização.

russos, etc.). Ademais se trata de um colono idealizado pela política do império, seja objetivando um branqueamento da raça brasileira, seja pelo *ethos* de trabalho deste migrante. Tampouco as colônias alemãs eram homogêneas, pois havia uma mistura religiosa (luteranos, católicos) e uma origem regional diferenciada entre estes. Isto sem falarmos da proximidade das colônias mais importantes com as capitais ou metrópoles, o que relativiza também o isolamento geográfico, ao menos quando nasce a idéia de uma identidade teuto-brasileira.

A identidade étnica não casa bem com a idéia de isolamento. Ela surge justamente do contato, do próprio objetivo da colonização, sendo construída ou forjada com elementos de cultura camponesa, misturada e compartilhada com a cultura de outros grupos de imigrantes. Neste sentido, a identidade étnica teuto-brasileira é uma concepção de etnicidade fundada num ideário da colonização que acaba por impedir a clivagem (com nacionais) dentro destes grupos. O isolamento e o enquistamento foram propostos (ou são conseqüências de) por uma política que exigia que os colonos europeus: alemães, italianos, etc. - se fixassem no meio rural e a este se restringissem. O seu *locus* era o rural, a colônia. Aliás, este é um dos argumentos- um contra- discurso - usado pelos idealizadores da ideologia teuto-brasileira, responsabilizando o governo brasileiro pelo isolamento da colônia.

Desse modo, as distinções se fundaram a partir dos contados entre os diversos imigrantes, e desses com os nacionais.

A ideologia teuto-brasileira ocupou-se em demonstrar a visão de um colono pioneiro, assentado no mato, na selva, abandonado á sua própria sorte. Eram invisíveis para a sociedade nacional. Assim, face á sua invisibilidade, a comunidade voltou-se para dentro de si própria, adotando, também, uma postura etnocêntrica, formando uma *comunitas* (WEBER: 1971),

mantendo sua língua materna, seus costumes e sua identidade nacional. Mas o uso da língua alemã, a organização comunitária religiosa e escolar, a economia oriunda da produção agrícola familiar policultura, são características próprias destes imigrantes que serão acionadas como estratégias de etnicidade. Posteriormente, a etnicidade vai reificar esta cultura germânica, formatada sobre o complexo colonial, e conferir um caráter ideológico aos limites étnicos: língua, uso e costumes, alimentação, organização doméstica, religião, sociabilidade.

A luta pela etnicidade, transformada em germanidade pelo termo *Deuschtun*, associada ao isolamento do pioneiro, dificultaram o processo de assimilação á sociedade nacional (brasileira), embora esta fosse inevitável.

O alemão transforma-se em colono, transformando-se em teuto-brasileiro. O limite é o “casal pioneiro”. Criaram raízes, naturalizaram-se. Mas isto não excluiu ou anulou o sentimento de pertença á Alemanha, ao povo alemão.⁴¹

A categoria *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro) implicava num duplo pertencimento: á etnia alemã (*Volk*) e ao Estado brasileiro, sendo cidadão nacional. Simultaneamente, afirmam diferenças, postulando a germanidade, mas também exaltam sua lealdade á nova pátria-Brasil.

“A formulação ideológica de uma comunidade étnica teuto-brasileira partiu, pois, da própria visibilidade das diferenças sociais e culturais em relação à sociedade brasileira mais ampla; diferenças associadas à colonização e à conservação de costumes e tradições trazidas da Alemanha. Ao falar de comunidade estamos preservando um termo valorizado na ideologia étnica- teuto-brasileira em muitos planos, e cujo corolário mais óbvio é o privilegiamento do coletivo. (...) Comunidade étnica, nesse sentido, substitui o termo grupo étnico, e sua concepção se aproxima

⁴¹ Aliás, o engajamento e a participação política nas campanhas eleitorais, em algumas colônias como Santa Cruz, São Leopoldo, Teutônia, etc., era reivindicado, como parte do processo de consolidação e emancipação da colônia e principalmente para aquisição de cidadania brasileira.

bastante das definições mais tradicionais, que ressaltam usos e costumes comuns como base das diferenças. A comunidade étnica teuto-brasileira foi definida objetivamente por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (incluindo, entre outras coisas, hábitos alimentares, organização do espaço doméstico, formas de sociabilidade, comportamento religioso, etc.) da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiriam forte caráter étnico (como as sociedades de tiro, de ginástica, de cantos, escolares, de auxílio mútuo).(…) Mas a definição de comunidade não se refere apenas a essas características, mais ou menos visíveis, que demarcam seus limites. A definição mais ampla inclui elementos subjetivos do discurso étnico que ressaltam, sobretudo, a origem comum que deve ser preservada com a condenação dos casamentos interétnicos. A ênfase na origem comum foi forçada por aquilo que Max Weber (1971, p. 418) chamou de “honra étnica” - a honra específica dos membros da comunidade-porque ela é acessível a todos aqueles que compartilham as noções de *Stammverwandschaft e Gemeinsamkeitsgefühl* [isto é, acreditam na mesma origem ou raça e têm sentimentos de vida em comum].” (SEYFERTH: 1994)

A crença na comunidade étnica se funda nas diferenças culturais, que se tornam visíveis numa situação de contato, e contraste, com a sociedade nacional. Ser uma minoria nacional, no final do século XIX era incômodo para os descendentes de alemães.⁴²

É preciso ressaltar que o *ius soli* não lhes garantiu a cidadania efetiva. Tanto na fase da colonização, quanto na campanha da nacionalização do Estado Novo, pelos aspectos anteriormente já mencionados (“isolamento”, não participação no processo eleitoral, etc.) os descendentes de alemães podem ser considerados minorias étnicas face à sociedade nacional. Isto apenas lhes denotava a condição de “colonos estrangeiros”, que apesar de não estarem

⁴² Alguns autores, como Emílio Willems (WILLEMS: 1946) adotando a tese da assimilação total, chegaram a admitir que os teuto-brasileiros jamais foram uma minoria nacional, pois eram a maioria nas regiões de colonização alemã. Mas sociológica e antropológicamente não se pode ser simultaneamente minoria, em termos nacionais, e maioria num plano local, pois há sempre uma interação na sociedade mais ampla, apesar das fronteiras de exclusão e inclusão (BANTON: 1977).

assimilados totalmente, iam se tornando teuto-brasileiros, pois também não perderiam sua identidade étnica. Assim, a comunidade étnica vai se constituindo de elementos objetivos (sinais diacríticos) e subjetivos (crença na origem comum, do discurso, da raça e da língua).

A urbanização e o desenvolvimento industrial começam a atrair mão-de-obra, aumentando o contato com a população nacional, reforçando a clivagem étnica e reafirmando-a mediante o uso do sinal diacrítico principal, a língua alemã. As instituições (associações, clubes, jornais, almanaques, escolas comunitárias, etc.) constituirão o *Deutschtum*, onde a língua vai naturalizar o *ius sanguine*, a ligação com a Alemanha, conjuntamente com estas instituições.⁴³ A família é o elo socializante dos membros da comunidade, e irá apregoar a endogamia étnica, como fator de preservação destas duas unidades.

A etnicidade se impunha através do *Deutschbrasilianertum* (teuto - brasilidade) que viria a substituir o *Deutschtum*, acentuando simultaneamente, a cidadania brasileira e o “pertencimento patriótico” ao Brasil. A dupla nacionalidade pretendida era inadmissível por ser indiciária de enquistamento, e, via de consequência, fere a soberania nacional.⁴⁴

O perigo vislumbrado pela elite política e intelectual da época é manifesto em críticas à política de imigração, á formação destas colônias de forma a concentrar uma etnia, com um objetivo “obscuro” de formar um “Estado dentro do Estado” e que, por sua vez, jamais seriam “abrasileirados” (leia-se aculturados ou assimilados).

⁴³ Há uma reapropriação da ideologia presente na Alemanha: o nacionalismo alemão, anterior á unificação.

⁴⁴ Como ressalta Seyferth, nos remetendo á Barth (BARTH: 1969) o *Deutschbrasilianertum* (a etnicidade ou germanidade) foi concebida culturalmente, e o aspecto político está marcado pelo termo *brasilianer*. Quando estes colonos se referem aos “outros”, os brasileiros, estão na verdade marcando diferenças e estabelecendo fronteiras, mas não renegando a cidadania brasileira. Barth exalta a importância da identidade étnica na integração e interação entre os grupos. Por ser situacional, implica numa constante distintividade, onde uns são inseridos ao grupo como membros, enquanto outros são excluídos, através dos elementos por nós já citados, tais como: língua, estilo de vida, etc. Estas diferenças são marcadas e externadas como uma representação simbólica da cultura teuto-brasileira.

A diferença de concepção e de pertencimento nacional entre os imigrantes alemães e brasileiros (que não são suas, mas dos estados nacionais) era incompatível. Os primeiros baseados no *ius sanguine* – direito de sangue (*Auslanddeutsche*) e os brasileiros no *ius soli*, no território, faz com que surja uma construção de um “meio termo”, uma composição que vai tentar administrar estas categorias que se opõem. O ponto espacial (território) era a colônia alemã – *Heimat*, entendidas como comunidades étnicas, portanto englobando urbano e rural. A proposta, portanto, pressupõe uma pluralidade étnica, onde cada grupo mantém seus costumes, cultura e língua, mas onde todos são cidadãos brasileiros. Na verdade, há uma separação entre cidadania e etnicidade. Mas esta concepção contrapõe-se aos *ius soli* – princípio territorial que funda a nacionalidade e o Estado, mas principalmente, á política assimilacionista e de miscigenação do governo.⁴⁵

Apesar destas concepções parecerem divergentes, inconciliáveis, quando a palavra pátria é evocada, desaparece a concepção *Deutschum*, de nação alemã, para surgir a idéia de um só território, que abriga a comunidade étnica, vinculada ao direito de sangue, combinado com a cidadania brasileira.

O termo *Deutschbrasilianertum* é o resumo desta aliança: os teuto - brasileiros formam um grupo étnico distinto dos alemães (a Alemanha é a *Urhrimat*, pátria de origem) e dos brasileiros, e tem a sua especificidade derivada da experiência comum da colonização. Seu principal sustentáculo é o *ethos* de trabalho alemão, a capacidade de trabalho, que está associada á raça. Há um colono alemão, pioneiro, que é capaz de “civilizar” a “barbárie

⁴⁵ Esta contraposição chegará no seu apogeu quando do Estado Novo de Getúlio Vargas. Termos pejorativos são lançados á comunidade teuto - brasileira: Boche, Quinta- Coluna, Alemão- Batata, etc.

cabocla” ou lusa. Não se pode esquecer do desejo “branqueador” das elites da época, que estigmatizavam o negro, o índio e a caboclagem.⁴⁶

Mas o ideal teuto-brasileiro teve um *locus* específico e peculiar, pois se via como um grupo étnico, praticante da endogamia, etnocêntrico, mas brasileiro. Portanto, o dualismo é sua marca distintiva, conciliando etnia e cidadania. Exemplar desta dualidade do *Deutschbrasilianertum* é a prática bilingüe-alemão/portugues nas comunidades⁴⁷.

Em Santa Cruz do Sul, a língua alemã, na atualidade, não é mais de uso cotidiano, ou de domínio geral, mas é usada no âmbito privado, no seio da família e da parentela e vizinhança, sua utilização é muito freqüente.⁴⁸

Conjuntamente com a língua alemã, utiliza-se o critério da descendência como sinal diacrítico, principalmente quando não se fala o idioma. A procura por genealogias (árvores genealógicas) é uma “moda” não apenas em Santa Cruz do Sul, mas em comunidades como Teutônia, Forquilha, Dois Irmãos, etc. Outro recurso é a organização de museus, públicos e familiares.

⁴⁶ Citando Mauss (MAUSS: 1969): “a raça cria a nacionalidade num bom número de espíritos; no caso alemão, concepções de superioridade racial estão presentes nas diferentes expressões do nacionalismo que marcaram a construção ideológica da nação alemã desde o início do século XIX”. A concepção da categoria brasileira foi concebida com tal carga de preconceito racial, pelos próprios intelectuais brasileiros, que mais tarde irá inclusive embasar as ideologias pangermânicas e o nazismo, importados pela literatura e instituições teuto-brasileiras.

⁴⁷ Na ocasião em que entrevistei as famílias camponesas, enquanto eu conversava com o chefe da família e outros membros, Seu Endo (motorista contratado) conversava em alemão sobre quem eu era, qual meus objetivos, etc. Também falavam em alemão entre si. Seu Endo é descendente de alemão e nos conta que sua mãe, que mora no Vale do Sol, distrito de Santa Cruz, só fala alemão, apesar de não ter nascido na Alemanha. O seu próprio sotaque é bastante carregado.

⁴⁸ A prefeitura municipal de Santa Cruz, entretanto, introduziu o ensino da língua alemã, gratuitamente, apesar de uma pesquisa ter demonstrado que a prioridade da população ser a língua inglesa, em segundo a espanhola estando a alemã em terceiro lugar. Em toda cidade podemos encontrar letreiros, cartazes, etc. bilingües (alemão-brasileiro), inclusive na Catedral São João Baptista, onde se oferece o *Kalenderfamilie*. Ou seja, há uma política de manutenção e reforço da germanidade através do domínio da língua.

Uma das características da etnicidade teuto-brasileira é que ela ressalta constantemente a diferenciação do seu modo de vida. Isso é percebido nos eventos, nas festas, além das construções de moradias e prédios em estilos neogóticos ou neo-românticos (numa releitura da arquitetura alemã), enaltecendo usos e costumes, a alimentação, elementos que são manejados, no âmbito do poder local, como estratégia de desenvolvimento regional pela via do turismo.

No meio rural, ainda se vislumbra a *Wohnkultur*, costumes típicos dos camponeses alemães como o modo de transmissão de herança, o dote, a divisão do trabalho, o lazer, etc.⁴⁹

O termo etnia está atrelado à cultura, enquanto nação denomina luta política dos movimentos étnicos para indicar, como “único instrumento semântico que transmite o reconhecimento de que é legítimo ser diferente e, embora o Ocidente propague a idéia de nação como algo unitário e até universal, espera-se que cada nação seja diferente das outras em seu conteúdo cultural; (...)” (RAMOS: 1996:79).

Para Weber (WEBER, 4ªed.) pertencer a uma comunidade é possuir disposições comuns, crer na origem e no destino comum. Desta forma os membros da comunidade se sentem com características comuns, que irão diferencia-los de outra comunidade. Portanto, não seria a raça um elemento fundante da diferença, mas ao contrário: a diferença fundaria a raça. Ele rejeita a concepção da raça vista como determinante de uma aparência externa herdada.

⁴⁹ Como veremos nos próximos capítulos, a mulher alemã trabalha junto na lavoura (exceto na limpa do terreno), e é ela que vai se empregar, suplementando a renda familiar. Além disso, no meio rural, como as áreas são muito pequenas, é o filho homem que herda a terra, embora todos trabalhem em regime de economia familiar, como uma estratégia para garantir a transmissão da terra e a reprodução do meio de vida.

Mas a raça só interessa à sociologia enquanto operadora ou instrumentalizadora de uma diferenciação seja pela religião ou por qualquer outra categoria. Trata-se de uma construção sociológica, pois é o sociológico quem constrói a diferenciação.

Portanto em Weber vê-se que o importante é a comunidade política, que é construída, sendo que a raça decorre muito mais de crenças e diferenças, que produzem diferenças fenotípicas, derivadas da endogamia ou *connubium*.⁵⁰

Weber distingue raça, etnia e nação (aqui trabalhamos com etnia). A pertença racial funda-se na comunidade de origem, enquanto o grupo étnico tem uma crença subjetiva na comunidade de origem.

Comunidade política em Weber é um destino comum, um destino político fundado ou centrado na crença de uma origem comum. Política porque a crença de pertencimento tem cunho político. O que existe é uma disputa por espaços, ocasionando o acionamento de crenças e este sentimento de pertença.⁵¹

A Etnicidade passou a ser o idioma para inserção e relacionamento com o estado nacional. A raça é apenas um operador, enquanto a língua e a religião são categorias que refletem as relações de negociações, sendo sinais diacríticos.

Para Seyferth, é mais do que um idioma, porque há o sentimento de pertença, tal qual Weber, quando nos fala na “honra étnica” como elemento importante.

⁵⁰ A endogamia ou *connubium*, por exemplo, são mecanismos criados pela comunidade com vistas a estabilizar ou criar um tipo, que será considerado como raça. A raça produz fenômenos e relações sociais: origem e destinos comuns, da mesma forma que a nação. A raça seria um sinal diacrítico, já que há uma crença na diferença biológica.

⁵¹ O motivo que os liga, segundo Weber, é a crença subjetiva, a honra, uma ação política para garantir a sua existência. A ideologia vai defini-la. Já em Banton, a etnicidade é um conceito positivo de identificação e inclusão, opondo-se a idéia de raça. Os aspectos culturais são considerados genéticos e herdados, como por exemplo: o cheiro do corpo, acreditando-se que a aparência física pode ser inclusive alterada pela cultura.

O critério para definir-se grupo étnico é cultural.⁵² A categorização étnica não obedece a regras formais ou ignorando contextos. Portanto, não basta ter características socioculturais comuns para ser um grupo étnico. O foco está no elemento subjetivo, no sentimento de pertença. É na interação social que a etnicidade se valida.

O pano de fundo nas questões relativas á raça e etnia são a honra e dignidade, aquilo que determina: "nós somos nós", "nós somos melhores e servimos para tal coisa".

Os grupos étnicos fundamentam-se na crença de uma ascendência e numa honra específica. Há uma ação coletiva que formará uma comunidade. É um sentimento, um *afetus* ou *animus societatis*.

Mas uma identidade só pode ser étnica se for sobrepor-se a outra identidade.

Grupos étnicos, enquanto minorias, co – participam, mas não detém um controle político. A reunião em grupo é um momento para uma ação social, porque no isolamento não se pode constituir como um grupo étnico, sendo a etnicidade acionada apenas no contato com outro grupo.

O étnico constrói, costura a organização, a ação política.

A etnicidade é uma das formas de preencher os espaços vazios do nacionalismo. Portanto é preciso verificar qual ideologia que preside as relações postas, a inserção histórica, pois o modo de inserção é decisivo.

Há sociedades que, embora reconheçam a diversidade, olham os diferentes de modo hierárquico, inferior. As que não lhes reconhecem, são sociedades individualistas.

Na atualidade, o discurso é o da cidadania, que pode ser utilizado como um idioma acionador do estatuto de um determinado grupo, para inseri-lo, torna-lo visível.

O sentimento de pertença é construído coletivamente, mesmo sendo um sentimento individual, pois o social se realiza a partir do indivíduo, mas como construção, é relacional.

A etnicidade passa, assim, a ser o idioma para se inserir e relacionar-se com o Estado Nacional. Trata-se de um relacionamento político, onde o discurso étnico é ativado para transformar a diferença em algo que lhes traga algum ganho, além do direito em si mesmo de serem diferentes. No discurso se deve acionar os sinais que serão dialógicos.

Toda ideologia é criadora de estereótipos, de hierarquias, de subalternidade. Mas ela pressupõe certa cumplicidade do subalterno, uma vez que o dominado ou subordinado também manipula este conceito.

No Brasil, não se admite a existência de fronteiras: luta - se para e pela igualdade. A mistura é a ideologia. (a utopia da revolução liberal, já mencionada aqui).

O Brasil adotou um sistema paternalista, que simula uma estabilidade, caracterizando-se ou baseando-se na relação amo- servos ou patrão- servos, onde o grupo dominante é uma minoria demográfica. Há nesse sistema, uma ideologia déspota “benevolente”, onde a maioria dominada é considerada inocente, infantil, amável, desde que se mantenha em seu lugar.

No caso estudado, o colono foi bem vindo e incentivado a vir para o país, mas desde que seu lugar fosse limitado á colônia, ao mato.

Este imigrante, por ser culturalmente diferente, sempre enaltecendo e festejando suas origens, tornou-se o perigoso alemão.

Mas os alemães descendentes destes imigrantes pioneiros, já não são mais alemães da Alemanha (*Deutschlând*) e também não são pura e simplesmente brasileiros. São, ou melhor, reivindicam-se teuto-brasileiros, ou seja, querem ser brasileiros no seu modo de ser alemão.

2 - O CAMPESINATO TEUTO-BRASILEIRO DE SANTA CRUZ DO SUL

2.1. O CAMPONÊS

Definir quem ou o quê seja o camponês não é uma tarefa simples, ou mesmo conferir privilégio a apenas uma das diversas abordagens sobre o campesinato. Alguns paradoxos surgem. Por exemplo, o fato de o camponês deter terra num regime capitalista, mesmo que não detenha o capital, é um ‘nó’ teórico se lidamos com o conceito de classe social, no sentido marxista, pois o camponês trabalha com os membros de sua família sem que os remunere, conforme a ótica capitalista; ou porque mantém formas culturais e sociais específicas de organização, mesmo que não se constitua numa outra cultura ou povo, mantendo uma relação ora de estranhamento, ora de identificação com a sociedade envolvente. Além disso, o camponês é um trabalhador que lida diretamente com a natureza, tendo um profundo e amplo conhecimento acerca do tempo, do clima e do espaço.

Quanto à noção de camponês, a partir de Wolf (WOLF: 1970) “o termo camponês denota nada mais, nada menos, que uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante”. Mas ele também reconhece que “o camponês é, ao mesmo tempo, um agente econômico e o ‘cabeça’ da família. Que sua propriedade é tanto uma unidade econômica como um

lar”.Mas porque este autor não relaciona o padrão familiar ao sistema de parentesco¹, usaremos também Ellen Woortmann (WOORTMANN: 1995).

Bourdieu (BOURDIEU: 1977) observa que, ao lidarmos com o “mundo social”, precisamos ter em mente que ele é resultado de uma soma de representação e vontade. A representação do mundo social resulta de várias construções sociais, convergentes ou antagônicas, acerca da realidade, que são acionadas pelos sujeitos ou agentes nas suas demandas individuais ou coletivas. Assim, estes sujeitos impõem sua representação conforme seus interesses.Mas estas demandas ou lutas travadas pelos sujeitos não são paritárias ou igualitárias, pois não há uniformidade quanto á detenção dos instrumentos de produção de suas representações sobre o mundo social.

As chamadas classes dominadas não produzem sua representação do mundo social ou de sua identidade social, ao contrário das classes dominantes, que impõem sua representação e a sua percepção acerca de si mesmos e sobre os dominados.No processo de alienação, os dominados contam, ou devem contar, com a verdade objetiva de sua classe, da qual não participam da construção. Assim, são uma “classe para outrem.” Há uma essencialização da classe dominada, como uma “classe- objeto.” Desta forma, quando o camponês (dominado) se auto- refere, ele acaba por reproduzir o mesmo conceito e o discurso formulados pelas classes dominantes, seja quanto ao termo camponês, propriamente dito, seja pelo uso de termos como: pequeno produtor, agricultor, lavrador, etc. As imagens e as representações que acabam reproduzindo são contraditórias, ambíguas, pois são reativas, eufemísticas ou pejorativas. O camponês está sempre lidando, e confrontando, com a dominação econômica e simbólica da burguesia, que os

¹ Foi com Leach (LEACH: 1954:1968), um europeu, que os estudos acerca do parentesco passaram a ser fundamentais para a compreensão do campesinato, aspecto que será privilegiado por Woortmann.

folcloriza, ao mesmo tempo em que teatralizam este papel.

Existe, para Bourdieu, uma predisposição dos camponeses² a uma espécie de individualismo anárquico, que os impede de pensarem-se como membros de uma classe com capacidade de mobilização, com vistas a uma transformação de suas relações sociais. Por isso acabam sendo também rotulados de reacionários, porque não se impõem de fato, como força revolucionária. Não se pode deixar de destacar que a ausência da terra e a luta por ela são o que move os participantes do movimento, que vê nele a única forma de expandir a fronteira agrária, além do único meio de reproduzir-se, enquanto homem e enquanto categoria social, enquanto agricultores, enquanto desempregados urbanos, o meio de obter sua sobrevivência.³O camponês também pode ser considerado um capitalista, quando é patrão, contratando terceiros para trabalhar remuneradamente e, ainda, por não estar subordinado a alguém. Embora aliene seus produtos, não é um comerciante, pois vende os resultados de sua atividade, sua produção. Assim, ele trás dentro de si mesmo a relação de dominação estabelecida entre classes, dividindo-o. É o que chamamos de *borderline*, uma situação limite fronteira. Há, no campesinato, uma mutação, um hibridismo e uma ambigüidade quanto à sua posição em relação à classe social. Assim, os

² Como sabemos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra) no Brasil, desmente, em parte, esta afirmação, pois tem tido a oportunidade de mostrar um alto grau de organização e poder de mobilização. A história desse movimento, de certa forma, explica essa transformação dos camponeses sem terra em atores políticos, o que não será abordado neste momento.

³ Grignon (GRIGNON: 1975), falando sobre a posição social ocupada pelo camponês no sistema, de plano descarta o elemento consumo, como medidor da riqueza para o camponês, porque ele tem uma lógica muito diferenciada quanto a aplicação de seus recursos financeiros. O consumidor seria um aliado abstrato do camponês. O autor compreende a relação do camponês com o outro como uma relação reversível, pois ele possui e é possuído pela terra, sendo sempre forçado a reinvestir na sua propriedade, muitas vezes se endividando com empréstimos, até mesmo para aumentar sua extensão, dada a competitividade no mercado fundiário. Aliás, o endividamento para ele é um indicador que tanto pode significar pobreza quanto riqueza, pois nem todo camponês tem acesso a empréstimos. Na região pesquisada, os fumageiros ou produtores integrados, são avalizados pelas próprias indústrias, enquanto nos assentamentos de reforma agrária- estaduais e federais- tomam empréstimos diretamente das instituições financeiras oficiais, como Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul ou Banco do Nordeste.

camponeses desenvolvem a imagem que os outros têm dele, e devolvem-na como uma elaboração muitas vezes depreciativa de si próprios, ou reforçam e reificam o discurso dominante.⁴ A falta de terra e de recursos é compensada com trabalho urbano, outras atividades rurais complementares ou pelo êxodo rural.

2.2. A COMPOSIÇÃO DA UNIDADE DOMÉSTICA

Embora algumas teorias do campesinato não considerem a dimensão do parentesco como um princípio ordenador, organizador, ou elemento central de reprodução do campesinato, vemos o reconhecimento da família como instância onde se concretiza a reprodução social camponesa, pois equivale à unidade de produção.⁵

As idas a Santa Cruz para fazer trabalho de campo, visitando famílias de produtores da região circunvizinha à cidade, me fizeram prestar atenção nas plantações e construções que ladeiam

⁴ Acreditamos que, talvez, isto explique porque, apesar de haver cerca de 26% de unidades familiares sem título de propriedade região do Vale do Rio Pardo, nas localidades (para nós bairros rurais) circunvizinhas à cidade de Santa Cruz do Sul (Vera Cruz, Sinimbu, Rio Pardinho) jamais estes indivíduos pensariam ou admitiriam ser identificados, enquanto agentes políticos, com os “sem - terra” do MST (Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem terra), porque têm terra e nela trabalham, mas também pela questão da honra de adquirir ou herda-la, e jamais toma-la de outrem.

⁵ Dentre os teóricos clássicos, destacamos: Chayanov, Wolf e Mendras. O primeiro tem a família como elemento central para a compreensão do campesinato e produz uma análise predominantemente econômica da unidade de produção familiar. Mendras (MENDRAS: 1978) usa, para entender a economia camponesa, a noção de grupo doméstico como estruturante da organização social: “A sociedade organiza o essencial da vida econômica no seio dos grupos domésticos”. Isolando o grupo doméstico, ele deixa de observar as alianças, que supomos fundamentais para a continuidade da família, do grupo doméstico, para sua reprodução. Já para E. Woortmann (WORTMAN: 1995), a reciprocidade é um elemento central da ética camponesa, e o controle dos meios de produção e o processo de trabalho caracterizam o campesinato europeu contemporâneo e o brasileiro. Mas os valores simbólicos atribuídos à terra, que não é apenas um fator de produção, estão intrinsecamente relacionados às relações de parentesco. Para ela este é o centro da sua análise sobre o campesinato, havendo uma tensão constante entre relações de afinidade e consangüinidade, pais e filhos, entre irmãos, tendo como foco de tensão a herança de uma propriedade indivisa. Wolf define sociedades camponesas distinguindo-as dos primitivos, a partir do fato de que ao contrário destes, os camponeses detêm os instrumentos de produção, e ainda porque os primitivos não teriam um mercado como eixo de relacionamento com a sociedade envolvente. Portanto, meios e organização da produção, bem como o mercado, são mecanismos de análise dessa categoria, onde a reciprocidade foi substituída por trocas de mercadorias, uma percepção do campesinato como produtor de excedente muito próxima ao modelo de economia primitiva, apresentado por Polanyi (POLANYI: 1957).

a estrada. Conforme ia passando por cada município ou distrito, observo que as plantações vão se diversificando, cada vez mais, até a vista alcançar um verdadeiro “mar de fumo”.⁶ Até chegar em Venâncio Aires, não se vê praticamente nenhum pé de fumo (que parece mais um repolhão ou uma alface gigante). A partir daí, a paisagem é só fumo. Observo que as propriedades, que beiram a estrada, são bastante pequenas. Casinhas de madeira muito modestas, que possuem ao lado uma construção estreita e alta (o que chamam de ‘meia-água’), todas de tijolinho á vista (algo padrão). São estufas, onde, no processo de secagem da folha de fumo, o colono vai passar muitas e muitas noites em vigília, muitas vezes revezando este sacrifício com a mulher e os filhos. Completando “a tríade”, a terceira construção típica do colono fumageiro, é o galpão. Essa, aliás, é a primeira casa a ser construída, depois da casa da família. Isso quando não moram nelas no início da vida dura, como os Milk nos relatam:

Nós começamos na meia: se plantar 50.000 pés, tinha 25 minha... O patrão entrava com alguma coisa. Morávamos junto com o galpão (no). Havia só uma parede, só dividindo... O cheiro para dormir! Cada ano que sobrava um pouquinho nós ia fazendo... Compramo a estufa (temos quatro) e dois galpão... A casa. Primeiro o galpão e a estufa, depois de cinco ou seis anos a casa...Moramos no galpão. Os dois filhos mais velhos vieram no galpão...Esta foi a época mais braba...Os meninos doentes! Cheguei a plantar sozinho!

Em dezembro é um pouco difícil, e até constrangedor, tirar as pessoas de seus trabalhos para conversar, pois é época de colheita da safra mais importante do ano, e via de regra, após a ‘pega’, estão fazendo a ‘manopla’ (amarração) do fumo e formando fardos para entregar para as fumageiras. Entre os meses de janeiro e fevereiro, até março mais ou menos, chegam á cidade os grandes compradores do fumo, vindos, principalmente, dos Estados Unidos e do Mercado Comum

⁶ No caminho para Santa Cruz existem algumas plantações de arroz, mas nada comparável á quantidade de plantações de fumo! Vejo algum maquinário, mas também existem carros –de- boi. Não apenas os pés-de-fumo, mas são coisas que sempre existem num sítio fumicultor, e fazem parte do cenário camponês fumageiro: casa, galpão, estufa. Poderíamos acrescentar também o carro de boi e o caminhão, para transporte de sua produção, mas isso é oneroso: é coisa “de forte”, ou, a partir do Complexo Fumageiro, é da “conta” das empresas.

Europeu. Faz um calor bárbaro e o sol é algo quase ameaçador e cruel...Penso no sacrifício desses agricultores, que ainda por cima, têm a pele muito alva.

O primeiro contato que realizei em Santa Cruz no meio rural, foi proporcionado, e porque não dizer, improvisado, pelo meu informante principal: meu irmão Armando. Lembro que falávamos ao telefone e lhe explicava que eu deveria ter contato com agricultores, produtores de fumo, mas não “caciques”. Queria, literalmente, bater palmas á porta de alguns fumicultores e a partir daí estabelecer uma relação de proximidade, que me proporcionasse entrevista-los, a fim de estabelecer contato e perceber qual a composição ou organização do núcleo familiar, identificar sua religião (elemento importante quando se está lidando com etnia), seu instrumento de produção e reprodução enfim. Conteí-lhe (meio assustada com este modo de entrada ou inserção) que pretendia, já na estrada, parar meu carro e “bater palmas”. A sua resposta me desencantou um pouco: “Lu, vai ser difícil, o alemão, aqui, é muito desconfiado. Tu tens que chegar com alguém, principalmente porque tu és mulher. E também porque muita gente aí, no interior, só fala alemã. Eu vou tentar o Seu Eno, até porque ás vezes, nessas áreas, tem que se ir com um carro com tração”. Seu Eno é um motorista terceirizado, um prestador de serviços que têm dois táxis, na verdade duas camionetes Toyota (4X4) que funcionam como “táxi”, porque existem muitas áreas de difícil acesso. Além disso, fala alemão (um requisito importante nessa região), aliás, bem melhor que o português!?”

Vários funcionários da empresa onde trabalha um de meus informantes (e da maioria das empresas da região) são filhos de produtores de fumo na Região, o que me facilitava à vida. Foi assim que Clairton ou Chico, (como lhe chama a mãe) um DJ de rádio, me indicou seus pais para a

⁷ Seu Eno parece ter recém chegado ao Brasil, pelo sotaque carregado que ostenta. Muitas das palavras não se entende. Mas nasceu em Formosa, um distrito do Vale do Sol: “*minha mãe só fala alemão*” (mas não nasceu na

entrevista. Muito simpático, quando cheguei á Santa Cruz prontamente me desenhou um mapa, para poder conhecer sua família, que estaria, naquele dia, em fase de amarração do fumo. Apesar de não ajudar o pai na lida, foi com orgulho explícito que Clairton me disse que a família (o pai, e antes, o avô) era considerada boa produtora na região: eram ‘fortes’.

A propriedade da família fica em Vera Cruz, cidade contígua á Santa Cruz. Na verdade é um bairro rural emancipado, pois é uma comunidade rural, repleta de produtores de fumo e sede de algumas fumageiras. Durante a viagem, aguicei os sentidos, buscando construir uma imagem, algum traço, um fato, algo “antropológico” ou exótico. A viagem inteira seu Endo, (com um sotaque alemão quase de um recém migrado) passa contando as tragédias locais: afogamentos, assassinatos, etc., fatos trágicos, que fazem parte de seu cotidiano, acompanhando o pessoal da reportagem.⁸

Em Vera Cruz, uma cidadezinha singela (principalmente se comparada á Santa Cruz) todas as ruas têm sobrenome alemão. Para acessarmos a propriedade de Seu Browner, na Linha Sítio, pegamos uma estrada de terra, ladeada por casas simples, chalés na maioria, cujos telhados retratavam os estilos arquitetônicos do passado (como o romântico, o gótico, etc.). Como em toda região de colonização alemã, havia dois pequeninos cemitérios, “um é protestante, luterano, o outro católico”, afirma Seu Endo, um de cada lado da estrada, num raio de 1 km mais ou menos.⁹

Mesmo seguindo o mapa, passamos da entrada da propriedade, pois ela fica na verdade num caminhozinho, meio transversal á estrada principal. Achei o local porque parei para fotografar

Alemanha). Perguntei-lhe como ela se comunicava com os outros: “Ah, é difícil ela fala. Tem 74 anos e lá todo mundo só fala o alemão”.

⁸ Ele é um motorista terceirizado da RBS e Zero Hora local, para deslocamentos no interior.

⁹ Seu Endo, apontando para o mar de fumo ladeando á estrada, me explica que se colhe o fumo de baixo para cima: colhe-se primeiro a fileira de baixo de todos pés de uma coluna de pés de fumo. Quanto mais perto da raiz, melhor, porque não apanha tanto sol, preservando a folha. Quanto mais amarelinha a folha melhor. Se a folha estiver quebrada, manchada ou queimada, é péssimo, pois desclassifica a qualidade do fumo.

uma casa típica, na verdade o Salão Verde, antigo Salão Kussler, muito usado para as festas comunitárias, e pertencente a alguém da família Browner. À direita de quem entra na propriedade dos Browner, mais acima, ao lado dos galpões e á frente da estufa, há um chalé muito antigo, sem pintura. À frente, está sentado um casal bastante idoso. Eram os avós (*omo e oma*)¹⁰, os primeiros plantadores de fumo da família. Muito retraídos e desconfiados, puxaram conversa apenas com Seu Eno, em alemão. O *omo*, era uma figura magérrima, alta, portando bengala e chapéu. A *oma*, uma mulher alta, magra, de pele muito alva e olhos de um azul muito vivo, trajava um vestido simples de algodão. Ambos passavam dos oitenta anos, e cuidavam de uma criança de mais ou menos quatro ou cinco anos, o bisneto, um alemãozinho de cabelos quase brancos de tão loiro (lisos e com olhos idênticos ao da sua *oma*).

Ao descermos do carro avistamos umas cinco ou seis pessoas lidando com folhas de fumo (amarrando as folhas de fumo, ou fazendo a manopla). Seu Guido já vinha na minha direção, simpático, falando e me estendendo a mão (preta com a resina do fumo). È um homem alto, pele e cabelos muito claros e com os mesmos olhos azuis que vi na senhora e na criança (mãe e neto). Trajava apenas uma bermuda e mostrava a pela alva “chamuscada” pelo sol do Vale. Expliquei-lhe que estava pesquisando na região sobre produtores de fumo, etc. Chico tinha ligado cedo, para o celular, avisando da minha ida.

A família Browner é composta por dois núcleos: um formado pelo casal octogenário de avós – o tronco, que residem em sua casa, mas na mesma propriedade; outro, formado por Seu Guido e sua esposa. O filho mais velho de Seu Guido (31), em que pese não residir na propriedade, compõe a força de trabalho familiar, e, passando o dia inteiro na lida, é também um consumidor,

¹⁰ Os bisavós eram alemães e suíços.

junto com seu próprio filho, criado, na prática, pelos avós. Trata-se de uma típica primogenitura.¹¹

Seu Guido (pai de Chico/Clairton) e seus dois filhos nasceram ali no Vale do Sol. Conta-me que a vida toda morou ali, no sítio, com a esposa, numa casa muito modesta, de tijolos, pintada com uma tinta acrílica de um verde muito vivo, na qual encontramos uma sala-cozinha e um quarto. Á frente, há um pequeno alpendre, onde ele prontamente colocou umas cadeiras (tipo de praia) para conversarmos á sombra...Faz muito calor e o sol está a pino! Seu Eno (meu “táxi”) senta conosco. De início, penso em não gravar a conversa e somente anotar. Mas vejo que meu entrevistado está tão á vontade comigo, e eu tão ansiosa para ouvi-lo, que lhe sugiro a gravação. Ele aceita faceiro. Começa contando que sempre morou no “sítio”: primeiro com seus pais, ali, na outra casa:

Esta terra já era dele. Sou filho único. O Chico (Clairton) não quis ficar aqui, o outro aquele que tu viu ali, trabalhando no fumo, já quis. A diferença de idade entre Chico e o irmão é de oito anos: o primeiro tem 23 e o outro tem 31 anos. [O filho mais velho] não mora, mas passa o tempo todo aqui. Aquele ali [aponta para o neto] se cria aqui. O filho está acabando a 8ª série... Vai fazer supletivo. [Perguntei-lhe se pretendia fazer faculdade, um curso técnico, mas o pai pouca sabe]: ah! Ele pretende... Mas eu aí nem perguntei, ainda... Quanto á compatibilização do estudo com o trabalho, perguntei-lhe sobre a possibilidade dele largar: não, ele quer trabalhar... Ele já trabalha aí na KANBERG, ele trabalha na safra... Até quando começa a safra aqui a colheita já terminou... aí ele trabalha lá. É por mês... Ele trabalha lá com o computador, e pesa fumo... Tudo ligado com fumo... Fumo aqui e fumo lá também é uma corrente... Tanto brasileiro vive dele... Vai daqui vai pra empresa e lá o safrista tem serviço, caso contrário não tem... Trabalho temporário [Conta que aos nove, dez anos, ele já estava trabalhando com o pai]: não fazia muito, mas ajudava o pai e a mãe... e aí foi indo... Eles ficaram mais velhos, foram parando, e eu fui, continuando... Até hoje tô nessa. Aí um filho entrou, o outro foi estuda. Sua mãe também ia para a lavoura, mas também cuidava da casa: Ela ia também... Ia a lavoura e vinha, até as 11 horas e vinha em casa fazer a comida. O pai tá velhinho, com 81 anos, a mãe com 80, moram ali. Nunca saíram daqui. Ele pergunta, gosta de saber, como é que tá indo, como é que tá o fumo na lavoura, como é que vende... Se interessa muito ainda, mas a idade não ajuda... Descansa.

A família que visitamos em seguida era considerada a de um produtor modelo. Mueller

¹¹ O filho mais velho é o herdeiro.

mora perto da faixa, logo em seguida do trevo de entrada de Vera Cruz, indo em direção á Santa Cruz. O lugarejo chama-se Faxinal de Dentro. Seu Mueller possui cerca de 27 ha, planta fumo, feijão, milho, mandioca: ‘campo pegado’. Também tem criação de porco, galinha e gado: *a sobra agente vende*. Moram com ele, na mesma terra, mais dois filhos com suas esposas e netos. Ele também ‘puxa’ (transporta) para a empresa Universal Tabaco, de Vera Cruz, e quase não nos recebeu. Veio lá de dentro, um homem alto, corpulento (mas não gordo) com a tez mais queimada de sol que seu Browner. Eu descí do carro e já fui dizendo a ele que tudo bem se ele não quisesse nos receber, mas que eu não era repórter, ou de empresa ou a mando da Afubra...Estava apenas fazendo uma pesquisa para a Universidade Federal, lá de Porto Alegre. Olhando para o horizonte, coçando a cabeça ele me pergunta: *tem que ser eu? Mas não vai ter filme, foto, gravação, né?*¹² Respondo que não. Olha pro longe, aperta os olhos, coça a cabeça e ri...Tudo sem olhar para os meus olhos. *Vai ser demorado?* Digo que não e ele nos convida a entrar. Logo sua mulher e seu filho, um adolescente de cerca de 13 ou 14 anos, creio, um típico alemãozinho, alto, magro e loirinho. Está ajudando a mãe, Dona Emelda. Seu Endo já vai sentando perto da mulher, e vi que está falando em alemão...A mulher lhe pergunta quem eu sou mesmo, e ele explica.¹³

Seu Silvino Mueller me conta, meio evasivo (aliás, seu jeito, mais tarde eu me dei conta, me lembrou muito a conversa que tive com outro “alemão” de Santa Cruz, Heitor Schuch). Ele espera que eu pergunte algo, não sai falando sobre a sua vida, como eu sugeri quando nos sentamos, eu meio que esperando que ele se empolgasse e se soltasse. Os seus dois filhos, casados, trabalham com ele:

Os dois moram na minha terra, mas só um trabalha junto. Uma das noras trabalha como agente comunitária e a outra trabalha junto na lavoura.

[A mulher trabalha com ele]: mas ela cuida mais é dos fornos. O guri, Sinésio, está no colégio, na 8a série.

A produção dá para sustentar as três famílias: ele a mulher e o caçula, e os dois filhos casados, além dos netos:

Aqui é uma creche! A mulher diz que cuida de tudo um pouco, arruma tudo, lava a roupa, cozinha, ajuda com os fornos, com os porcos...

¹² A pergunta se justifica porque Seu Endo anda pelo interior com a equipe de reportagem da Zero Hora.

¹³ Seu Endo me conta isto quando estamos indo visitar outro produtor, perto de lá.

Diz isto olhando com um ar meio irônico, meio afirmativo, mas querendo reivindicar ou marcar uma posição. Contam-me que há dois meses a sogra (mãe da esposa) faleceu: *Ficou doente, na cama... foi um serviço!* Seu Mueller além dos filhos e da mulher, tem diaristas trabalhando na lavoura, na época da colheita. *Dá para as três famílias viver...Se o ano é bom, vai bem. Eu sempre fui bem.*¹⁴

São três famílias, oriundas de um mesmo tronco, Seu Mueller, e ainda havia uma sogra, recentemente falecida. Aqui não se vislumbra a hipótese da primogenitura, mas sim da partilha da terra entre os filhos, embora não se possa prever o que o caçula, Sinésio, vá fazer de sua vida, pois este já está estudando.¹⁵

Ali, logo em seguida da propriedade de Mueller, seguindo pela estrada de terra, pouco mais de 1 km, encontramos um pequeno produtor (10 ha) monocultor: só planta fumo. Dentre outros pequenos plantadores, ele é considerado um modelo. Ao chegarmos, ele e seu pessoal estavam reunidos lá no fundo de um prédio, horizontal, de alvenaria, caiado de branco, que se compunha de dois paióis ou estufas, uma garagem para guardar maquinário, um carro, uma moto. Estavam 'sortindo'¹⁶. Seu Milk é um homem por volta dos quarenta e poucos anos, cabelos loiros, olhos azuis, com um sorriso muito tranquilo. Trajava bermuda e um boné da Universal (fumageira), o que já me dizia para quem ele vende seu fumo. Expliquei-lhe que o estava visitando para entrevista-lo, e á sua família, para uma pesquisa para a universidade, pesquisava a vida, as

¹⁴ Em que categoria o colocaríamos? Creio que ele está mais perto da empresa rural, mas ele sequer remunera ou contrata alguém. A sua força de trabalho é a sua e de seus filhos e noras.

¹⁵ Saí de lá com a sensação de que agora havia mais simpatia e vontade de falar em Silvino Mueller e sua esposa. Seu Eno me facilitou muito a vida... Até porque conversou o tempo todo com a mulher, que, falando alemão, se dirigia pouco a mim até mesmo em português... O marido não deixava muito ela falar, e eu ou ouvia um ou outro. Segundo seu Eno, a desconfiança deles todos é por causa da Afubra e das empresas. Tem medo de falar mal da empresa ou da Afubra, e, se descobrirem, eles se prejudicarem.(Isto me leva a pensar em nomes fictícios).

¹⁶ Apartando o fumo conforme sua qualidade, em sortes de fumo (sortir) para fins de classificação.

dificuldades, os sucessos do pequeno agricultor familiar, produtor de fumo. Percebi que estava muito ocupado e, me desculpando, lhe disse que se fora incômodo, marcávamos uma outra hora...Mas ele, pensativo, me convidou a ir até o fundo, onde estavam sortindo fumo. Levantando uma cortina de saco (juta), que parecia querer filtrar o sol causticante daquela tarde, avistei uma máquina, uma esteira, cheia de fumo verde, uma moça alta, de cabelos curtos, e uma outra parecida com seu Milk, dois adolescentes (sua filha e filho) e um rapaz moreno, de olhar muito melancólico, que se destacava pela sua fisionomia tão diferente daquela família e que me pareceu deslocado e muito humilde...Olhava-me com “olhos de criança pedinte”. Me apresentou, as pessoas sorriram, meio sem graça, mas não havia aquele clima de desconfiança de poucos minutos atrás, na casa de seu vizinho, o Mueller. Seu Milk me conta que tem 10 há de fumo, *tudo fumo. Só tem alguns cantinhos de mandioca, aipim, milho*. Conta-me que seus pais tinham mais ou menos 10,5 ha. Plantavam 50% de fumo e o resto de milho, etc. Eram quatro filhos, dois casais. Os dois homens ficaram na terra, mas não a do pai, porque eles venderam quando este faleceu. As mulheres casaram-se e foram morar na cidade. Ao lhe perguntar se havia alguma diferença entre o trabalho da mulher e o do homem, ele me respondeu com um olhar maroto:

*Aqui a mulher trabalha junto! É mais gostoso...
É ruim quando cada um trabalha no canto e só se vê á noite.*

Dizia isto com um ar, um olhar misto de malícia e carinho para sua mulher, Suzana. A irmã, a loira que sentava num fardo com os dois sobrinhos, ajuda na época da colheita. Suzana repara:

*A Neldice (a irmã de Seu Milton que estava lá ajudando) nem precisava...
Ela mora lá em Santa Cruz com a Vó (mãe dela), mas ela quer ter o
trabalho, o dinheiro dela.*

Para Ellen Woortmann (WORTMAN: 1995)¹⁷, a reciprocidade é um elemento central da

¹⁷ Woortmann, Ellen F. e Klass. O Trabalho da Terra - a lógica simbólica da lavoura camponesa. Ed. UnB, 1997.

ética camponesa, e o controle dos meios de produção e o processo de trabalho caracterizam o campesinato europeu contemporâneo e o brasileiro. Mas os valores simbólicos atribuídos à terra (que não é apenas um fator de produção) estão intrinsecamente relacionados às relações de parentesco. Para ela, é este o centro da sua análise sobre o campesinato, havendo uma tensão constante entre relações de afinidade e consangüinidade, pais e filhos, entre irmãos, tendo como “pomo de discórdia” a herança de uma propriedade indivisa. A solidariedade é tão peculiar ao camponês quanto ao imigrante, pois precisa manter o seu modo de reprodução social, mantendo a coesão familiar e o *ethos* teuto-brasileiro, para relacionar-se com a sociedade envolvente, que o recebe: a Nova Pátria: Brasil. De qualquer forma, é o único meio de sobreviver e reproduzir-se enquanto unidade familiar e de produção.

Em Santa Cruz do Sul, ao menos na atualidade, as unidades domésticas estão organizadas, na média, de forma nuclear ou conjugal, composta de marido, mulher e filhos. Já nas propriedades familiares entrevistadas, uma contém o que se poderia chamar de família nuclear, enquanto as outras duas famílias extensas, pois reúnem duas ou mais famílias nucleares engajadas numa só estrutura produtiva, podendo reunir várias gerações - pais e filhos casados - ou uma mesma geração - irmãos casados.

A família Milk é uma típica família nuclear: marido e chefe da família, Seu Milk, Suzana, a esposa, e o casal de filhos adolescentes. Já a família Browner, inclui Seu Guido e a esposa, dois filhos casados que não moram na área, sendo o mais velho agricultor que trabalha na propriedade da família; e os pais, que residem em outra casa, vizinha a de seu Browner. A propriedade dos Browner sustenta três famílias. São duas famílias nucleares, sem falar da família do filho mais velho, que trabalha no comércio, cujo neto é criado o dia todo com os avós e bisavós. A família mais abastada, de seu Mueller, tem três famílias nucleares vivendo na e da mesma propriedade: ele,

a esposa e o filho caçula numa casa (a mãe de Seu Mueller morava junto, mas faleceu recentemente); um filho mais velho e seus filhos em outra, mais distante; e um terceiro, casado sem filhos.

Wolf (WOLF: 1970) repara que as unidades familiares ainda podem subdividir-se conceitualmente, inserindo as diversas relações entre duas pessoas, as relações diádicas ou díades, que podem ser: sexuais (entre marido e mulher); conjugal (acaso sacramentada pela sociedade); maternais (entre mãe e filho) e paternais (entre pais e filhos). A díade paternal (uma díade não biológica) é a relação que preside as relações familiares camponesas, pois têm uma nuance econômica. Quanto maior a capacidade do chefe de família- o pai- mais forte a relação diádica paternal. Ainda segundo Wolf, o que diferencia essas famílias é: o maior ou menor suprimento alimentar á disposição, porque quanto maior a escassez de alimentos, maior a dificuldade de manter a coesão de grupos maiores. Famílias extensas, como a família Mueller, são muito comuns onde as tarefas de cultivo exigem certa especialidade, o que acaba ocupando parcialmente o tempo de cada trabalhador, exigindo maior contingente de mão –de –obra. É o caso do fumo.

Outra influência é o contexto sócio-cultural em que as famílias estão inseridas, pois a família extensa depende da conjugação de duas condições, acumulação de força de trabalho permanente e as técnicas de produção. Ocorre que para se ter trabalhadores permanentes (somente a família Kuhn tem um) a unidade familiar tem que ser produtiva. O volume do trabalho também tem que ser permanente. A família extensa mantém a propriedade, a terra, por mais tempo sem partilha.

No dois casos, família Browner e Mueller, alguns membros vão para fora do ambiente rural, para outra atividade extralavoura, buscar recursos para aumentar o capital líquido doméstico. Assim, ela é mais segura socialmente, pois nas famílias nucleares há uma maior dependência dos talentos individuais de cada membro. A família extensa também possui um maior grau de tensão

interna, pois coexistem gerações sucessivas. Os Mueller, por exemplo, tem três gerações vivendo juntas na mesma área.

As famílias nucleares tendem a surgir em duas situações extremas e paradoxais: quando há excesso ou carência de terras. Também existe uma conexão entre o assalariamento e a família nuclear, porque também há uma “troca” unilateral de interesses nos contratos de trabalho, inexistindo outra relação que não a contratada. A família nuclear tende a alugar trabalho temporário, como é o caso dos safristas em Santa Cruz. A Sra Browner e o filho mais velho trabalham na empresa Dimon, mas também contratam diaristas na época da colheita. Um outro fator que favorece a formação da família nuclear é o cultivo intensivo, pois se produz o suficiente num pedaço de terra pequeno. Assim, a família oferece um membro (geralmente filho (a) ou mulher) do grupo para trabalhar, buscando um *plus* para suportar suas necessidades temporárias, sazonais, “alugando-se” integral ou parcialmente. Comparativamente ao passado, o agricultor, hoje, tem melhores condições de vida, a divisão do trabalho é mais flexível e progressista. Um produtor fumageiro, não pode produzir só fumo, pois tem que vende-lo para adquirir bens, insumos e alimentos (produzindo-os ou comprando-os). Quanto maior o processo de industrialização, maior a divisão social do trabalho, pois há uma migração em busca de ocupação permanente ou temporária. Com a migração, apesar da redução da força de trabalho na propriedade familiar, se irá produzir de modo mais intenso, mas para menos pessoas ou famílias. Além disso, reduz-se o número de consumidores dentro da unidade ou grupo familiar. O aumento de renda possibilita reinvestimento na propriedade, seja em maquinários ou contratação de trabalhadores temporários.

A sucessão camponesa obedece a uma lógica e a regras próprias, peculiares. Sucessão implica em herança, e esta em administração de recursos materiais e humanos ou geracionais.

Existem dois sistemas de herança¹⁸: a herança com e sem partilha. Na herança sem partilha, podemos ter um herdeiro, o primogênito ou caçula (família Browner), ou mesmo alguém indicado, via de regra um parente solteiro. Já na herança com partilha, um herdeiro recebe a parcela produtiva. Os outros herdeiros, ou concordam e permanecem subordinados ao novo chefe, ou migram em busca de terras ou ocupação laboral. Via de regra esse sistema outorga bens a todos os herdeiros legais ou legítimos da nova geração. Isso vai depender se há ou não direitos sucessórios outorgados a todos os filhos ou apenas ao varão (primogênito) ou ao caçula (ultimogenitura). Geralmente as filhas mulheres recebem apenas compensações, pagamentos na forma de dotes (bens ou dinheiro).¹⁹

Estes sistemas ou padrões de herança podem coexistir simultaneamente, mas será sempre resultante da conjugação de recursos: força de trabalho, animais, maquinários, etc., e terra.

Na região pesquisada percebemos que a maioria dos grupos domésticos ou unidades familiares se mantém num estado de partilha latente ou potencial, que se manterá enquanto houver um grau de coesão interna. Entretanto, quanto maior o número de pessoas (membros da família) convivendo, todos dependendo da produtividade da mesma terra, maior será a tensão, pois há uma ameaça de diminuição do quinhão de cada herdeiro.

No caso de culturas muito produtivas ou rentáveis, como vê no caso dos vinhedos e da fomicultura, também existe essa possibilidade.

A herança por partilha é regra no Brasil e na América Latina. Já a herança sem partilha ou de um único herdeiro, é resultante de fatores ou condições, as quais Wolf denomina de ecológicas (a

¹⁸ Usamos apenas a classificação básica, fundamental.

¹⁹ Nas três famílias que entrevistamos: Browner, Müller e Milk, nenhuma das mulheres herdou terra das suas respectivas famílias.

topografia, por exemplo) e econômicas, pois pequenas propriedades, os minifúndios, não têm a capacidade para sustentar um número muito grande de pessoas ou consumidores. Este padrão de herança produz duas categorias: herdeiros e deserdados. Os deserdados têm alternativa de: permanecerem na propriedade, mas subordinados ao herdeiro; ou migrar em busca de terras ou trabalho. Os que ficam, tornam-se reserva de mão - de- obra.

Seu Dupont hoje é comerciante, vende doces, biscoitos, no varejo. Foi um dos 11 filhos de uma família de descendentes alemães, que não herdou terra. Aliás, ainda muito jovem havia decidido que não queria essa vida para si próprio. Todo o dia rezava a Deus pedindo uma nova vida, uma oportunidade para sair dali. Sofrera com o trabalho junto à “baixeira” (parte de baixo do pé-de-fumo, onde se concentra o inseticida). Sua irmã havia se casado com alguém de uma picada vizinha, um conhecido de baile e de missa. Através dela, saiu de casa. Trabalhava para o cunhado, ainda na lavoura. Depois, foi para a cidade, e trabalhou de vendedor. Nunca sentiu falta da lavoura de fumo. Tem uma pequena propriedade, da qual não vive, mas não planta fumo. (ver na íntegra a entrevista, no anexo)

Seu Browner, filho único, tem dois filhos: Chico, o filho caçula, que jamais trabalhou na terra. Foi criado pela madrinha, na cidade. Já seu irmão, o primogênito, é casado e trabalha com o pai. Ele herdará a terra. Já Seu Milk e o irmão homem, dividiram o que ganharam com a venda da terra do pai, enquanto a irmã foi para a cidade, não tendo herdado terra. Dos três filhos de Seu Mueller, um é adolescente e estuda, está acabando o 2º grau. Os outros dois trabalham na terra do pai. Um deles planta sozinho, o outro é seu parceiro. Todos herdarão a terra? Cremos ser um caso potencial de não partilha, onde a situação *a posteriori*, no momento da abertura da sucessão, acabará por definir.

Em que pese a partilha, no caso de pequenas propriedades, acaso os quinhões sejam

insuficientes para uma produção profícua, ao menos cada um dos herdeiros possuirá alguma terra, podendo aumentá-la através de arrendamento ou compra de terras, ou, ainda, pelo “bom” casamento.

Eric Wolf observa que a herança sem partilha acaba fornecendo mão-de-obra às indústrias, enquanto em caso de haver partilha, se possibilita a existência de pequenas indústrias, além do trabalho temporário. Em Santa Cruz do Sul as fumageiras possibilitam arregimentar mão-de-obra, com o ganho adicional de não romper os laços étnicos e familiares, além de trazer benefícios financeiros à propriedade.²⁰

Acreditamos, como indicado na pesquisa coordenada por Abramovay (2001) que a questão da sucessão no meio rural se torna problemática quando há um descompasso entre oferta de terras das gerações que envelhecem e a demanda de terras das novas gerações, sendo que os jovens não terão condições materiais de desenvolverem sua vocação agrícola.

Nos casos por nós estudados, apenas uma família já definiu a sucessão, ao menos até o momento, mas igualmente à pesquisa referida, “alguém” ficará com a terra, não se cogitando da venda por falta de sucessores interessados. Também não se menciona expressamente a exclusão das filhas mulheres do processo sucessório, mas na prática, ao menos nas famílias estudadas, não houve nenhum caso no passado, das filhas (hoje esposas) terem efetivamente herdado a terra, ou mesmo receberem compensação ou indenização. Em duas famílias estudadas (Browner e Mueller) os filhos caçulas tiveram acesso ao estudo, não trabalhando na terra. Em uma delas, os dois filhos adolescentes estudam, ajudando eventualmente em algumas atividades. Tal como descrito por Abramovay (ob. Cit. Pg.72) “a passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade, se dá

²⁰ Em geral são os filhos, filhas e a esposa quem saem e se empregam nas fumageiras sazonalmente, como safristas, jamais o chefe de família.

em um processo de transição em que os pais vão passando as tarefas da gestão da propriedade, como a abertura de conta bancária própria ou conjunta, bloco de produtor, responsabilidades de gerir negócios até a passagem completa do gerenciamento da propriedade”.

Mas nos três casos por nós estudados, o poder ainda está centrado no pai, n^o chefe da família, mesmo quando os filhos mais velhos já estão casados. Entretanto, observa-se que em duas das famílias estudadas houve busca de ganhos suplementares fora da propriedade: a esposa e o filho mais velho da família Browner, que trabalham para uma fumageira temporariamente; e uma das noras da família Mueller, que é agente comunitária, uma atividade não-agrícola²¹. A primeira família por ser pouco capitalizada, já a segunda, provavelmente para formação de um pecúlio com vistas a adquirir terra própria, pois ainda existem dois filhos homens para herdar com o esposo.

2.2.O MODO DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E A TECNOLOGIA APLICADA À FUMICULTURA

Usando como referência Brandão Lopes (LOPES: 1981) existem, ao menos, duas tipologias para caracterização das áreas rurais no Brasil: tipologia de modos de inserção na divisão social do trabalho, e tipologia de formas de organização da produção agrária. A primeira, que diz respeito à divisão do trabalho, se manifesta de sete maneiras típicas: três de áreas nitidamente comerciais (hortigranjeiros, áreas comerciais antigas e pioneiras) e quatro de áreas pouco mercantis, inclusas duas onde as produções comerciais se consorciavam com atividades de subsistência (áreas antigas consorciadas, e novas consorciadas) e duas áreas de subsistência, sem produção comercial (áreas antigas e recentes de subsistência). Esta classificação ou tipologia reflete o grau de

²¹ Apenas a nora desse último, Cláudia, não trabalha na lavoura de fumo, pois é agente comunitária em Vera Cruz.

direcionamento da economia para a produção de mercadorias (que deriva, também, da forma de organização da produção). O primeiro tipo de divisão do trabalho inclui áreas próximas á metrópoles ou capitais urbanas, onde há um alto grau de especialização e produção intensiva (como hortigranjeiros), acarretando um grande distanciamento entre as atividades urbanas e rurais. Os dois outros tipos diferem pela instalação de atividades mercantis na região, onde as diferenças decorrem do desenvolvimento menos ou mais incipiente de um mercado de trabalho e, ainda, da oferta de terras (daí a separação em comerciais antigas e pioneiras). Essas áreas incluem também atividades para o autoconsumo, embora predomine a produção, e, portanto a força de trabalho, para o mercado. Para áreas pouco mercantis, a própria ocupação da região depende da produção comercial. Nas áreas antigas consorciadas, há uma estabilidade da organização da produção, devida á posição ocupada no processo de desenvolvimento global, enquanto nas recentes encontramos um considerável dinamismo nas formas de organização da produção, tendendo a se transformar em áreas comerciais pioneiras. Quanto às áreas de subsistência, as recentes foram influenciadas pelo aumento dos pequenos produtores, enquanto as antigas resultaram da ocupação de áreas marginais á principais atividades agropecuárias destinadas ao mercado ou resultam de processos recessivos regionais. Essas áreas de subsistência mantêm relações muito tênues com o mercado, através dos pouquíssimos excedentes produzidos, uma vez que a produção é destinada prescipuamente para o autoconsumo.

Concomitantemente á inserção na divisão social do trabalho, usa-se a tipologia calcada nas relações de produção, ou seja, uma classificação econômica das unidades. Lopes parte de quatro tipos: a empresa agropecuária capitalista, o latifúndio (*plantation*), a unidade familiar produtora de

mercadorias e a unidade camponesa.²²

No caso estudado, estamos diante de unidades camponesas e de unidades familiares produtoras de mercadorias. As unidades camponesas são constituídas de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros, que, através da força de trabalho familiar, se voltam para a sua reprodução social. Produzem para sua subsistência, e alienam o pouco excedente que produzem no mercado local (feiras, mercadinhos, etc.). Essas unidades são produto ou resultado de uma zona latifundiária decadente, fragmentada, que acaba por reconstituir a categoria camponesa, formada de posseiros, arrendatários, parceiros, etc., numa economia de subsistência, que pagam aos proprietários em renda-produto, constituindo-se numa importante fonte de abastecimento do meio urbano. Em certas épocas, como na colheita, na limpa do terreno, etc., as unidades necessitarão de mais força de trabalho, recorrendo a mutirões, troca de dias, etc., e mais raramente á contratação de trabalhadores eventuais.

Já as unidades familiares produtoras de mercadorias são exatamente aquelas que encontramos na região pesquisada: os fumicultores. São compostas de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, cuja exploração agrária é mercantil e fulcra-se, essencialmente, na força de trabalho familiar, que muito eventualmente, suplementa-se de trabalho eventual. Nesse tipo, há uma forte tendência á especialização da produção, mantendo laços fortes com o mercado. Tanto quanto á outra unidade (camponesa) ela se reproduz, mas sua reprodução está vinculada muito estreitamente ao circuito mercantil (no caso estudado, o circuito fumageiro). Ora, como existe uma concorrência enorme entre estas unidades produtoras, isso acarretará um sobretrabalho familiar e, não raras às vezes, um subconsumo. Em alguns casos, há uma subordinação direta ao capital

²² Latifúndio ou *plantation*: grandes propriedades voltadas á produção mercantil (mercado interno e externo), que utilizam mão-de-obra não-assalariada (agregados, moradores, etc.) O pagamento via de regra é realizado por

industrial, como os nossos fumicultores de Santa Cruz do Sul. Essa relação exige uma produção intensiva da terra (que leva à utilização da força de trabalho de mulheres, crianças e adolescentes). Assim, tem-se uma mão- de- obra altamente especializada num regime de trabalho intensivo.²³

Esta especialização da mão – de – obra é algo que é apropriado pelos proprietários como uma qualidade, um saber que apenas estes detém, sendo um dos motivos de serem refratários à contratação de terceiros, como podemos ver em nossas entrevistas.

Pergunto ao Seu Milk se ele tem outros trabalhadores (contratados, remunerados) ajudando:

Um casal trabalhou do fixo na primeira safra. Agora tem um fixo. (ele estava ali conosco, mas era como não existisse). É difícil conseguir gente... eles não querem, e não sabem trabalhar com o fumo... aí, é ruim, porque estraga a folha, e o sacrifício não vale, não compensa... Se tiver uma marca, uma mancha na folha, é desqualificado... O sacrifício todo é perdido[estranho, porque não havia ouvido ainda este argumento sobre a mão- de- obra desqualificada. Seu Milk me conta que a empresa entra com o insumo: adubo, lenha e “veneno”: entra na troca do fumo: se eu pego 10.000 reais, disto, devolvem em produto 10.000 reais. Antecipo uma pergunta: se ele sindicalizado se tem algum seguro: É tudo com a empresa. Eu nem faço mais parte de sindicato, que nunca ajudam em nada. Tem a Afubra: seguro contra o granizo ou queima da estufa... Pedra (tufão ou granizo), tivemos coisa pouca... Há 10/12 anos e nunca tivemos perda de fumo. A dificuldade que agente tem... Muitas vezes agente podia fazer mais... Mas o produto, tu às vezes não atende na hora... Se tu tirasses bem antes, podia ganhar... Tá difícil arrumar trabalhador... Tem muita gente, mas a maioria quer os 20 reais e nem vale nem 10 reais (isto dito na frente de seu empregado, um rapaz acaboclado, de olhos compridos) o melhor, assim, é não plantar... O pessoal não tem qualidade. Começam a narrar a morte de um produtor vizinho, ontem, com um choque da esteira que ata fumo [Seu Milk está sentado em cima da sua]: Diz que ele tava sozinho e o gurizinho (neto) foi tentar ajudar...Mas deu choque e ele saiu correndo pra pedir ajuda.

diárias, e é inferior ao salário-mínimo. Os trabalhadores produzem na terra do patrão a sua subsistência. A exploração da terra e a criação de gado são extensivas.

²³ Já a empresa agropecuária capitalista surge num contexto de total capitalização da agricultura, onde o objetivo maior é aplicação do capital e objetiva a média e a alta lucratividade. As relações de produção são assalariadas e altamente especializadas, sendo, portanto, mais restritivo o acesso, e, conseqüentemente, contribui em muito para a formação de um proletariado rural, que, por sua vez irá ser usado como reserva de mão-de-obra.

Contam como tem sido duro, mas meio que para dizerem, a si próprios, como agora estão bem, ao menos comparativamente a antes:

Sem pião...Cheguei a plantar sozinho! E outra cultura? Não dá... Aqui não dá pra trocar por outra cultura... Não tem nada que agüente o sol... Ou se chove muito no verão. O feijão quando vai colhe não dá nada! E se não dá nada, se não tem dinheiro pra pagar a empresa? Tem renegociação, mas muda tudo...Muda todas as condições...Nunca precisei ficar devendo. Tem alguns casos que o instrutor conta...De hipoteca. A garantia da dívida do pagamento é a terra... Agente nunca pode dar o passo maior que as pernas.A insatisfação chega ao ápice quando ele me fala dos preços do fumo: O B1- tá 44, 40; XR3 (ruim mesmo) nem 10 reais a arroba...O serviço é o mesmo! Por isso não pode empregar qualquer um. Lá na cidade tá cheio de gente que não que nada. A prefeitura também... O sopão todo mundo que! A lavoura é a mesma coisa que a cidade. Como é que tem gente que tem a sua casinha...Aqui também, tem gente que não quer nem saber da lavoura! Dizem que por três anos a produção tá garantida.

P: E a sua mãe? Ela ia pra lida, ou cuidava da casa? **R:** Não... ela ia também... Ia a lavoura e vinha, até as 11 horas e vinha em casa fazer a comida. **P:** E tinha ou tem uma diferença? No que a mulher trabalha, e o que o homem trabalha, existe esta separação ou não? **R:** Não, no fumo, principalmente, no que um trabalha o outro também faz...Só no preparo da lavoura, no preparo da terra, na lavração de terra, é do homem quem faz.

A divisão do trabalho no campesinato é feita através de um corte de gênero, revelando-nos o papel e a função, na família e na propriedade, de cada membro da família. O homem- pai e marido- é o chefe, o senhor da terra e detentor do conhecimento. A mulher é a senhora do lar, cabendo-lhe o domínio da casa, o cuidado com os filhos e o marido. Mas a colona alemã participa mais da atividade fumicultora, além de caber-lhe, juntamente com os filhos e filhas mais velhos, a função de suplementar a renda familiar, empregando-se sazonalmente, no caso, como safrista das fumageiras.

A mulher é concebida como um ser essencialmente ambíguo, notadamente pela representação de seus corpos, como em tantos lugares do Brasil e do mundo. Seu governo é o da casa, então, assumir o governo do processo de trabalho da roça acentuaria a sua ambigüidade. Não sendo homem, assumiria as funções de um homem; sendo 'trespassing', como diria Mary Douglas.

Assim, um ser ambíguo não pode invadir um espaço também ambíguo, perigoso e ainda liminar – “o vir a ser que é o mato”.

A mulher pode até dirigir o trabalho, orienta-lo teoricamente, mas não pode executá-lo. Existem plantas, instrumentos e “coisas” de mulher. A elas pertence o domínio das ervas, da horta, dos alimentos; alguns animais, Tudo que diz respeito ao doméstico, inclusive pequenos animais da criação: porcos, a vaca para ordenha, as galinhas e gansos, lebres e coelhos, etc; os utensílios de cozinha, de costura, além dos cuidados com o marido e a família. Aliás, quanto á família, ao casar-se, via de regra, fará parte da família do marido, submetendo-se ás mulheres mais velhas (sogra, irmã mais velha, etc.), muitas vezes conflitando coma as mesmas. As mulheres levam para o casamento o dote (o enxoval, e, ás vezes, um animal doméstico), pois a terra, na regra geral, será para um ou mais irmãos homens.

Como se vê pela transcrição acima, a resposta que ouvi quando indaguei sobre haver, ou não, alguma diferença no que a mulher trabalha, e o que o homem trabalha.

O gênero é uma questão que ultrapassa o grupo camponês. Na verdade ela é produzida antes pela representação que a sociedade envolvente tem sobre gênero, a qual não difere muito daquela que o próprio camponês tem de si mesmo. Há uma lógica camponesa que se traduz num princípio: o da hierarquia familiar. O chefe da família e da propriedade detém o conhecimento da terra e da vida, os quais passarão a seus filhos homens, via de regra seus herdeiros (tanto na primogenitura, na unigenitura, quanto na ultimogenitura). A terra sem que se tenha o conhecimento sobre ela, não vale muito, pois se corre o risco de perde-la, por improdutividade. O domínio da natureza é um princípio que norteia a vida camponesa, mas é uma função de homem. Ademais, expõe sobremaneira ao camponês, que “véve como Deus qué”, isto é, a natureza.

No contexto rural apresentado por Woortmann, sobre a lógica da lavoura camponesa

nordestina, há uma divisão de espaços e papéis através do gênero. Ela também é aplicável ao nosso contexto, apresentando apenas algumas alterações em razão da cultura e até mesmo da etnia.

O espaço público (no sentido de mundo exterior) não é um espaço feminino para o campesinato, que se mantém ainda bastante tradicional quanto à divisão do espaço e do trabalho, em que pese as observações já mencionadas. Aliás, começa pela oposição mato x casa, onde o mato é o campo, espaço “de fora”, desconhecido e perigoso, a ser dominado pelo homem, enquanto a casa é o núcleo organizativo, um espaço “de dentro”, conhecido, domesticado, de domínio feminino (embora o homem seja ainda o chefe, aquele que controla todo processo). Para se construir a casa, o homem previamente dominou o mato (afinal ele é o dono do conhecimento), para nele fundar o núcleo simbólico da família. A sociedade envolvente é do campo do “de fora”, o perigo, o interdito à mulher.²⁴

Em termos de gênero há um diferencial importante no trabalho feminino nesta região, encontrado em todo lugar que tem cultura de fumo, principalmente se comparado às trabalhadoras rurais assentadas em projetos de reforma agrária, ou mesmo produtores de milho, feijão, soja, etc., culturas de subsistência. As mulheres nesta região costumam trabalhar na lavoura (exceto na limpeza do terreno, considerado um trabalho pesado, e nisto não há diferença), nas lides domésticas, mas também como empregadas nas indústrias fumageiras, na época da colheita, como safristas, para complementar a renda familiar. Pensamos ser este aspecto um ponto relevante a ser explorado analiticamente.

As mulheres com quem estive, administram as lides domésticas, mas “pegam junto” na lavoura de fumo. Um delas, a esposa de Seu Guido Browner, além desses turnos, trabalha de safrista na empresa Dimon, em Vera Cruz, há mais de duas décadas. A Sra Browner, contou-me que

²⁴ Sobre o tema, vide Woortmann: O Trabalho da terra-A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Ed. UnB.

a família dela plantava fumo de corda e explica:

A gente faz um buro, aí a gente faz a corda dele, aí a gente vai sempre vai botando, sempre, atando uma folha na outra, até que dá um rolo de fumo... aí aquele fumo, depois que tá o rolo tá pronto... a gente deixa amarelá e bate com a vara ou corrente e aí começa a escorrer o mel... o mel preto, né... aí é o fumo. É uma coisa muito boa, não tem insumo nenhum, bem orgânico... Botava na terra só esterco²⁵... assim de mato, pegava só de terra e de mato... Mas não pegava nada de esterco de gado, nada.²⁶

Indago-lhe como é este sistema de trabalhar aqui e lá, numa tripla jornada. Ninguém lhe ajuda:

Não...só eu..só eu cuido. Me levanto pra trabalhar de noite na firma, às 12 horas [meia-noite]. Às 15 para uma saio e vou esperar o ônibus ali. Ai as 2h eu começo a trabalhar, tem intervalo de duas horas, aí eu largo quinze para o meio dia, às 12:30, quinze para uma eu chego em casa. Aí eu faço todo o meu serviço: limpo casa, lavo roupa, vou no galpão atar fumo para fardar...”Não descansa nestas duas horas? Não... tá na hora de eu me aposentar mesmo... os filhos já estão casados..tem mulher pra cuidar deles...tem um neto...é só este.Fala do outro filho, recém casado (Clairton, o Chico): ele ainda tem que arrumar a vida dele... este é o filho exemplar...eu falo sempre com ele...ele me ouve bem...a nora é uma filha que eu não tenho...agora tenho. É a coisa mais linda...ela é muito querida, bah!²⁷

Quando seus pais, os irmãos, homens, ficaram com a terra:

Agarraram e venderam. E eu nem quis nada, né, porque nós tinha... meu marido é único filho... aí eu deixei... Eles casaram e foram cuidar de outras coisas.

Interessei-me pela técnica rudimentar que ela trazia consigo, como herança familiar, do fumo de rolo, e pergunto-lhe se em Santa Cruz havia alguém que ainda compra este tipo de fumo: *é que ninguém sabe fazer... Acho que a única pessoa que devia saber fazer era eu... Dá uma risadinha*”. Brinco dizendo que ela podia ensinar, ganhar um dinheirinho, mas ela quer se aposentar, e diminuir a plantação.:

²⁵ Para a informante esterco é sinônimo de adubo.

²⁶ Digo-lhe que acho que é este tipo de fumo que os ecologistas querem que voltem a plantar, por causa do agrotóxico: *é... Mas agora prá mim fazer sozinha não dá pra mim fazer...E eu já to quase pra me aposentar, né.*

Eu vou plantar menos por causa que é só eu e meu marido...Os filhos tão casado, com a vida bem arrumada não, né, mas tão casado²⁸...O fumo não tem hora pra comer, não tem hora pra dormir, não tem hora pra descansar...Hoje mesmo eu levantei 3 e meia e to trabalhando até agora...Cuidar do outro forno, que secasse aquele fumo, que tá seco...é um bem que eu olho agora...tem que cuidar os graus, né, senão abaixa e o fumo não da cor... Aquele amarelinho carijozinho...Tem que ter uma folha, bem, mais ou menos bonita, pra gente vender bem...Senão não vende...Eu tenho...Trabalhei desde, já tinha 17 anos que eu comecei a trabalhar na firma...Primeiro era a Vera Fumo, e nunca, aqui, ninguém, este pessoal daqui que trabalhava junto, não tem ninguém mais trabalhando...E eu não tenho um atestado que for, não tenho uma falta, nada, nada.

Ela trabalha por temporada, há mais de trinta anos, como safrista, sendo paga por temporada de seis meses. Nesse tipo de contrato, não há plano de saúde, mas há o desconto para a previdência. É sindicalizada: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo. Já está com todos os papéis prontos para a aposentadoria, mas no sindicato lhe disseram que não pode juntar seu tempo de rural com este tempo de serviço:

Já fui lá, no sindicato, e eles disseram que não podia se aposentar pela firma, porque não podia juntar o tempo do urbano com o rural. Eu saio daqui do fumo eu vou pra firma trabalhar... eu pego às 2 h da madrugada, é turno... Eu me levanto às 11 horas da noite, toda noite, durma ou não...Pra bem a gente poder ter o desconto na carteira né? Porque se eu não me aposento, né, pela colônia, né, eu me aposento pela firma...Na colônia, o que eu ganho não chega.Ela sempre trabalhou assim, nos dois locais. Quando as crianças eram pequenas, tinha que botar alguém pra ajudar: o Clairson, a madrinha criou ele... Uma guria de 12 anos... Ela criou ele até os 4 anos... Ela eu acho que ele até ama mais ela do que eu...É, e eu trabalhava dia e noite...Mas a pessoa só cuidava dos meninos...A comida...Eu tive sempre que fazer o almoço.

Os produtos consumidos pela família são produzidos lá mesmo, na propriedade. Só o feijão que teve que comprar deu *uma ferrugem nele e não pegou.*

Suzana, a esposa de Milk, além de todas as atividades afetas á casa, e mesmo á lavoura de fumo, ainda é a encarregada de recolher as embalagens de agrotóxicos ou venenos:

²⁷ O primogênito, que ficou ajudando na lida, não quis (ou pode) estudar.

²⁸ A nora, a conheci fora de lá, antes da entrevista. É filha de pastor luterano e estuda musica clássica.

Agora estão recolhendo as embalagens (acho que é a Agrovet lá em Santa Cruz)...marcam o dia, o local e cada um entrega as suas embalagens...levam as embalagens. Não sei a finalidade, mas é feita uma seleção...ouvi falar que devolve para as firmas, que elas passam para quem vendeu (a firma), elas repassam para a empresa. Acho que é terceirizada...é importante, é muito bom isto... é o meio ambiente... as embalagens ficavam rolando na lavoura por aí, era perigoso. Eu tinha que trocar o saco depois de um tempo. Eu juntava tudo num saco e guardava. Não enterrava, porque dizem que não pode enterrar, porque contamina a terra....agente todo ano coloca dentro do saco plástico...todo o ano eu renovo, não pode enterrar...de tempo em tempo troca o saco, trinca e vai rachando... ”²⁹.

A divisão do trabalho na unidade produtiva, que equivale á unidade familiar, na produção do fumo, nos parece um pouco diferente de outros colonos ou agricultores. A mulher acumula diversas funções: ajuda em algumas atividades ligadas ao fumo (manopla, sortir, cuidar dos fornos, revezando com o marido e filhos), é responsável pelas lides domésticas (lavar, cozinhar, cuidar dos filhos ou netos, etc.) e não raras vezes é ela (nunca o marido) quem vai se empregar como safrista nas empresas fumageiras, suplementando a renda familiar. Os filhos mais velhos são eleitos como sucessores, nunca as filhas. Mas é naqueles filhos que saem para outras atividades, até mesmo saindo para a cidade, são depositadas todas as expectativas, sonhos e frustrações dois pais, que já foram filhos e jovens outrora, e que um dia sonharam com outra vida, imaginada de menos sacrifício.

Mesmo assim percebe-se a continuidade da divisão do trabalho pelo gênero, pois a mulher, não sendo a protagonista principal da propriedade ou produção, é ela quem vai “para fora” de casa, empregar-se como safrista, ou mesmo em outra atividade, coisa que, para o homem, equivaleria á vergonha, á desonra.

²⁹ A irmã de seu Milk, Neldice, mora na cidade, tem pecúlio, e ajuda nas épocas de colheita.

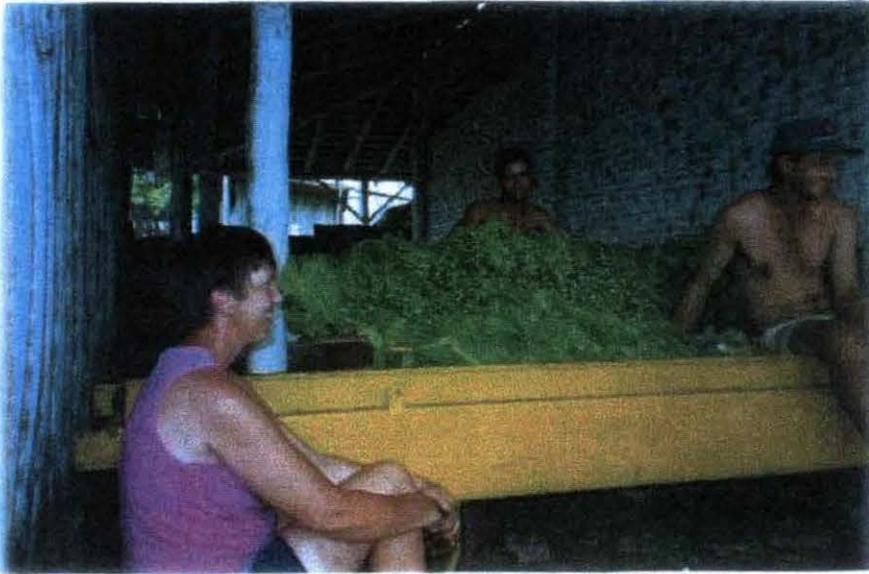


Foto nº 1: Suzana, o marido e o empregado sortindo.

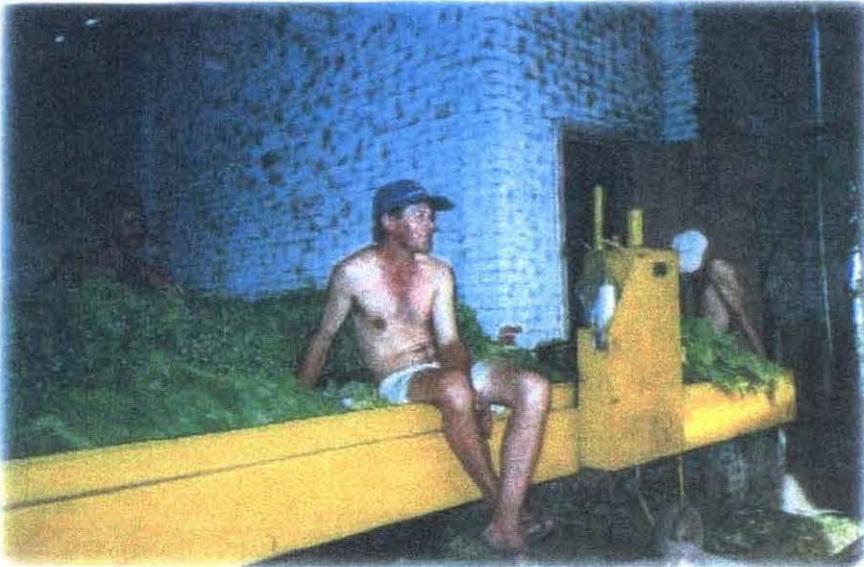
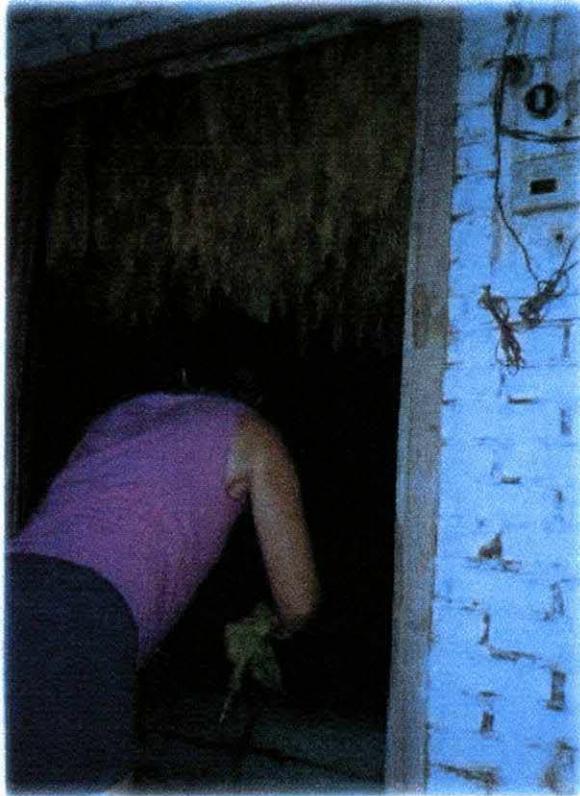


Foto nº 2: Seu Milk , o empregado e o filho na esteira de amarrar fumo.



Foto nº 3: Os filhos adolescentes e a tia que vem ajudar

Foto nº 4: Suzana coloca o fumo pra secar.



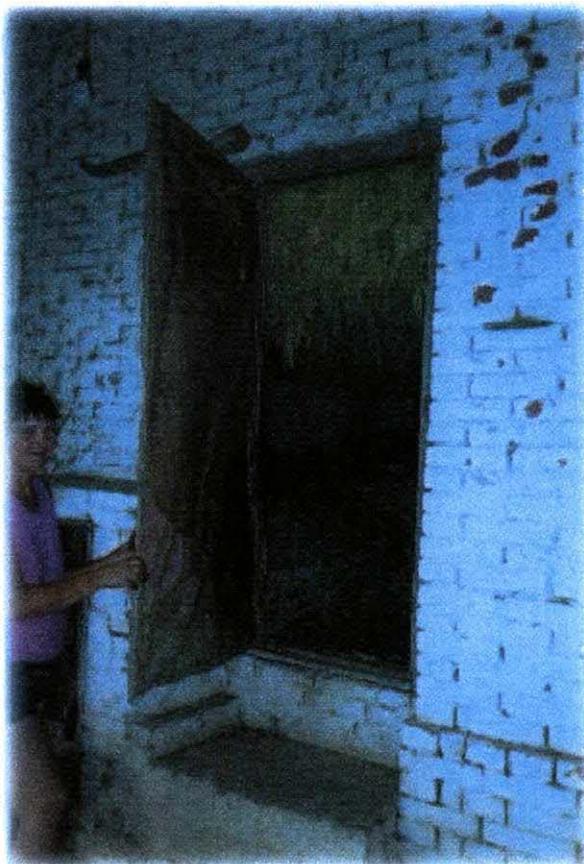


Foto nº 5: Suzana nos mostra onde moraram com os filhos no início da vida



Foto nº 7: o primogênito de Seu Guido, na manopla.



Foto nº 8: Seu Guido e o varal de fumo.

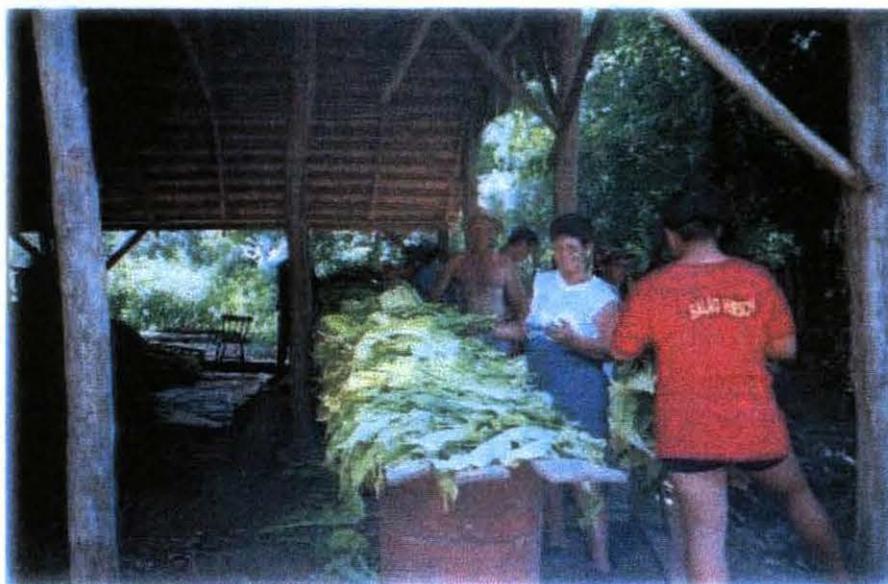


Foto nº 9: a família Browner e os safristas.



Foto nº 23: a casa de um pastor luterano ao lado do cemitério



Foto nº 24: a Sub - Prefeitura de Rio Pardini e sede do correio e telégrafos



Foto nº 25: Prefeitura de Santa Cruz do Sul
(fonte: homepage da Prefeitura)



Foto nº 10: lenha - um insumo muito caro



Foto nº 11: um mar de fumo! A tríade: casa, galpão e estufa.



Foto nº12: a vizinhança familiar

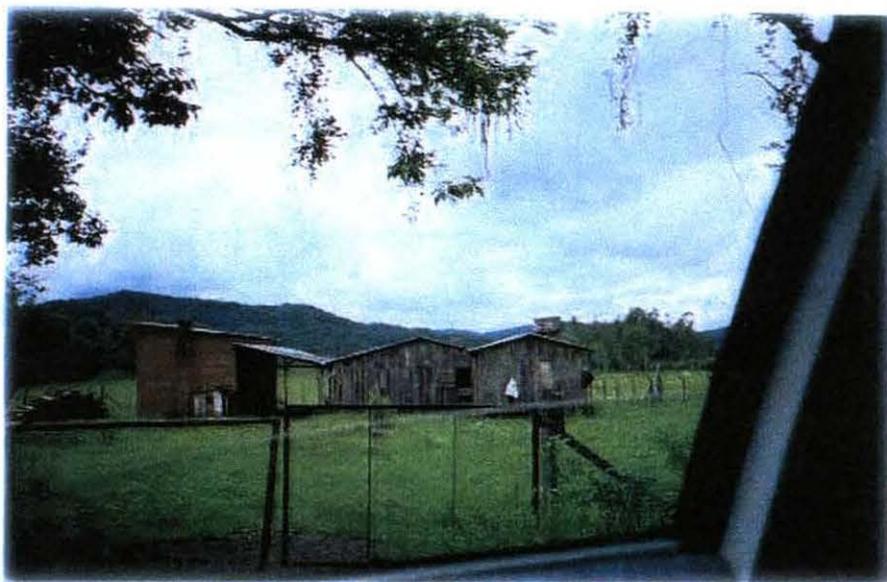


Foto nº 13: as propriedades mais simples também produzem fumo.



Foto nº 26: o carro de boi.

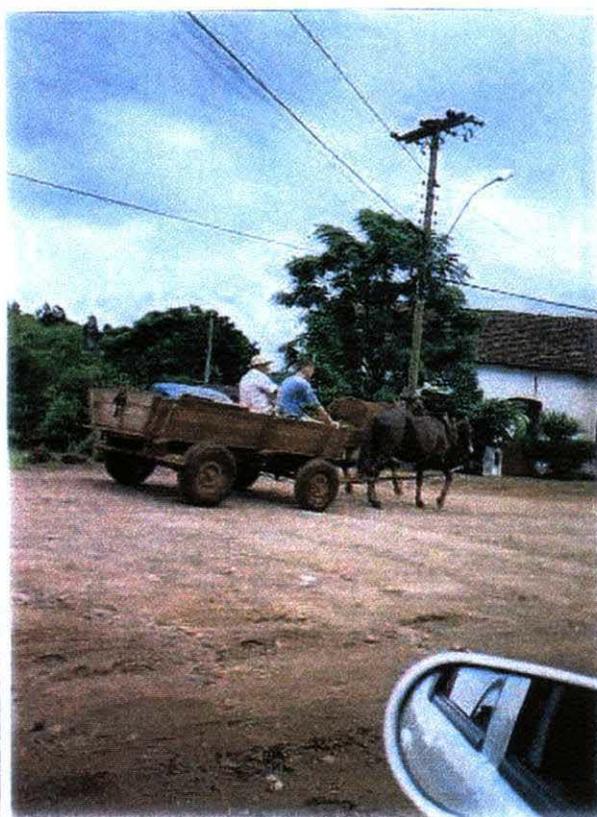


Foto nº 27: a carroça puxada a cavalos ainda é transporte.

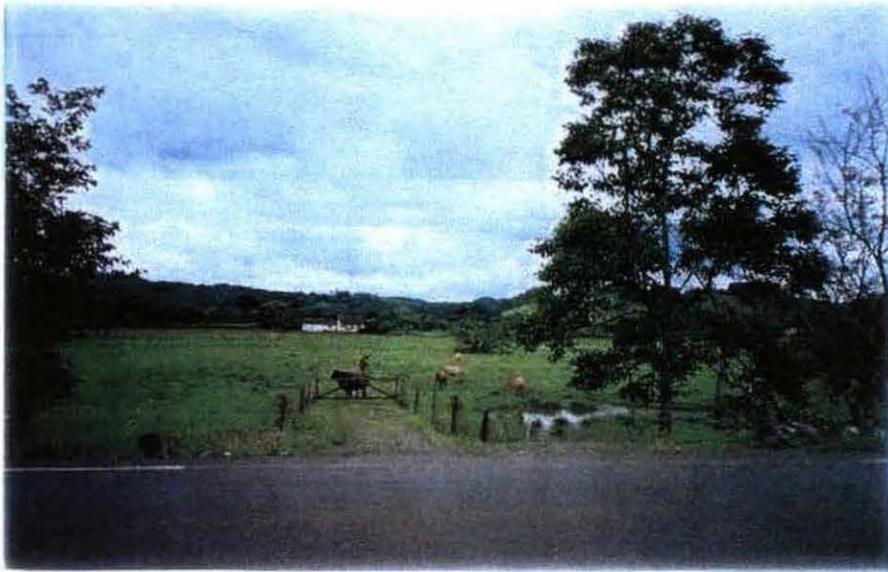


Foto nº 14: Pequena produção leiteira

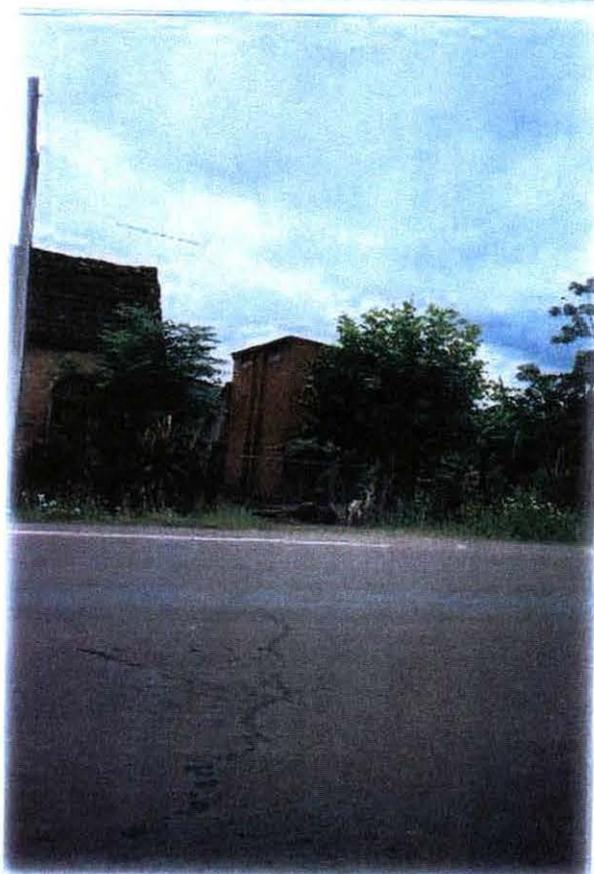


Foto nº 15: construção romântica: sem sinais de fumo



Foto nº 16: uma fazenda dentro da cidade de Santa Cruz
Foto nº 17: famílias vizinhas





Fotos: nº 18: uma propriedade atravessada pela faixa da estrada, e nº 19: uma estufa

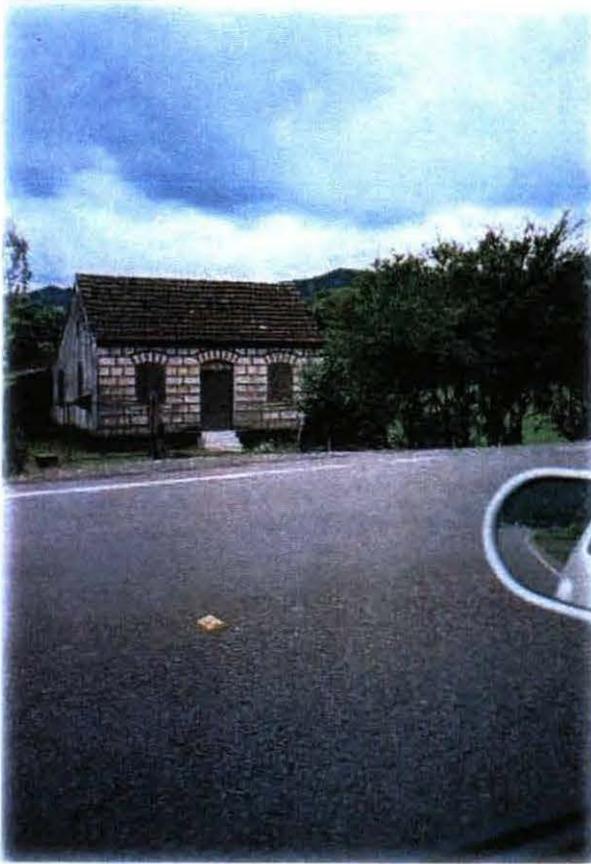


Foto nº 20: Estilo romântico preservado.
Foto nº 21: Uma ponte para o passado.

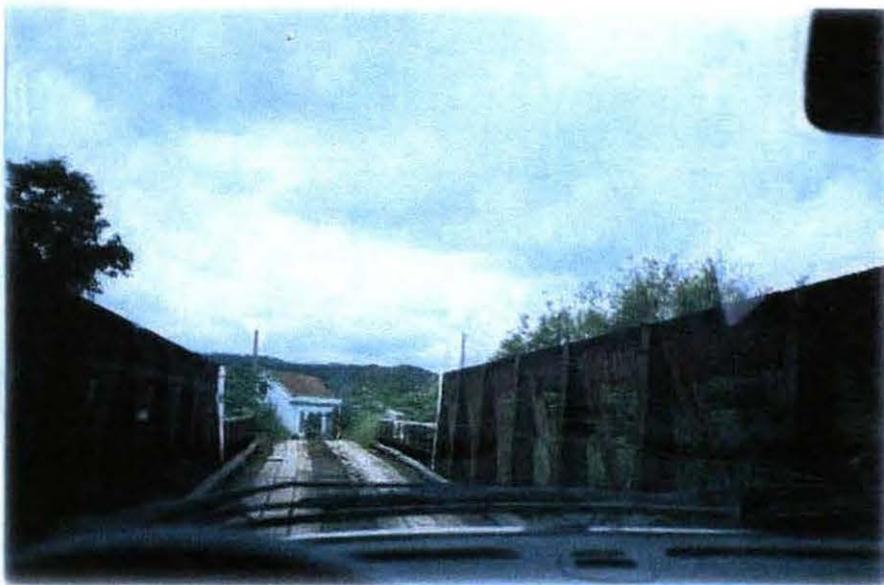


Foto nº 21:
Decadência.



Foto nº 22: a preservação da arquitetura romântica.

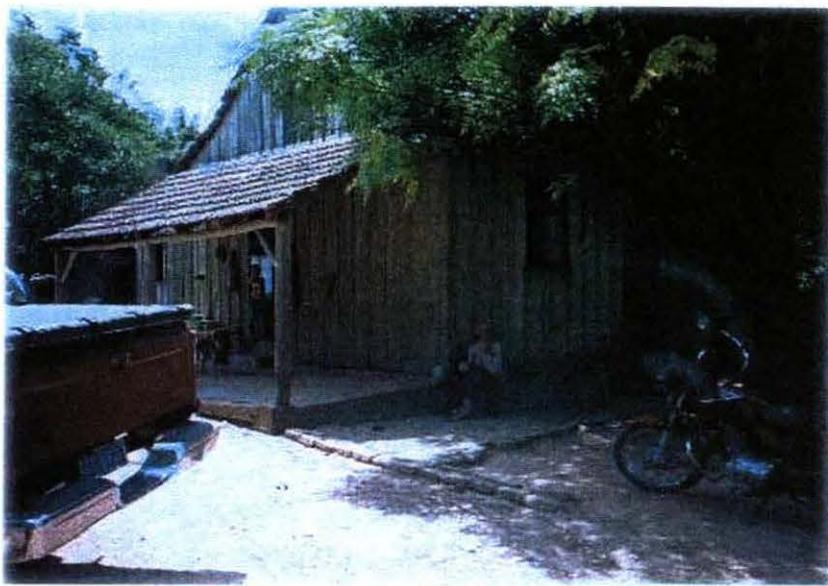


Foto nº 30: a casa do Omo e da Omã Browner

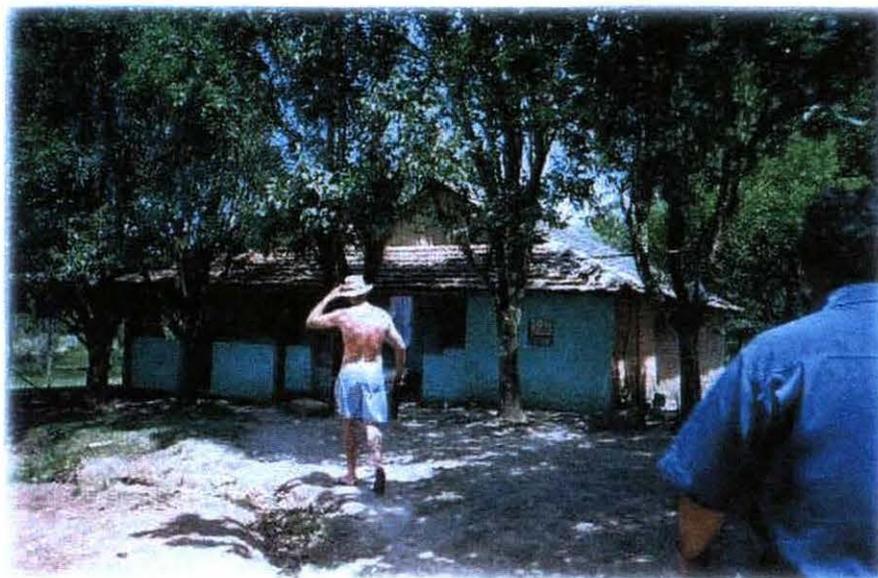


Foto nº 31: a casa de Seu Guido - o filho

Foto nº 32: capela e cemitérios Luteranos em Rio PARDINHO

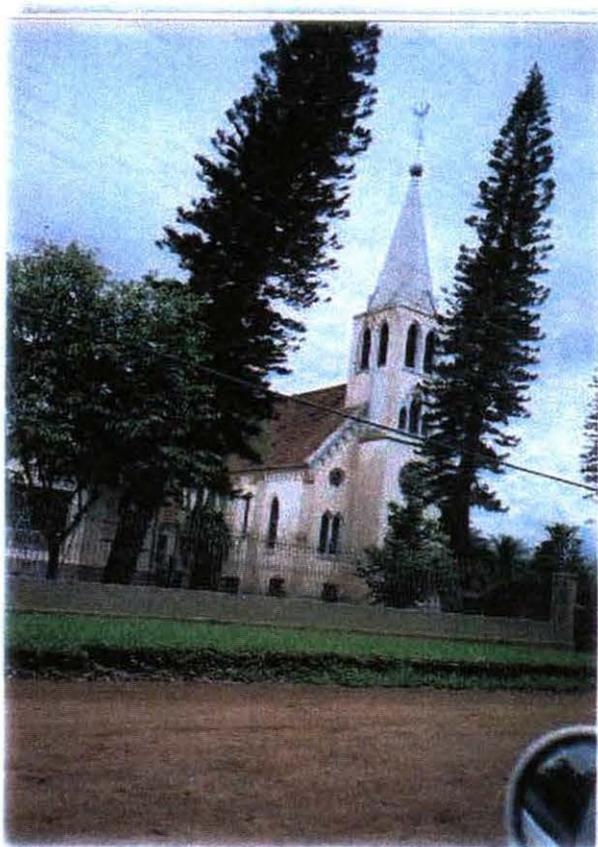


Foto nº 33 :Igreja luterana numa travessa sobre o Rio PARDINHO

3-O CIRCUITO FUMAGEIRO

*“Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje
É provável que continuem a existir por muito tempo”.*
(SHANIN: 1980)

Até 1920, o processo de parcelamento dos imóveis rurais em Santa Cruz do Sul foi muito lento, sendo que entre as décadas de 20 e 40 a área média das glebas estava em torno dos 26 hectares, e o parcelamento havia cessado. Segundo VOGT (VOGT: 1997), a redução do parcelamento das propriedades ocorreu em virtude das seguintes causas: queda da produção agrícola; precariedade metodológica e exaustão do solo; bom preço do fumo durante esta fase (entre 20 e 40), possibilitando a formação de um pecúlio pelo grupo familiar para o investimento na aquisição de terras em outras regiões, com isso permitindo a reprodução e a recriação da produção familiar.

A partir da década de 70, a média das áreas exploradas estabilizou-se nos 18 hectares, mostrando que a estrutura fundiária no município de Santa Cruz possuía pouquíssimas propriedades com mais de 50 hectares.¹ Aliás, a micro-região fumicultora de Santa Cruz do Sul possui uma concentração de terra bem menor do que outras micro-regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Essa escassez de terras, aliada á topografia da região, dificultam o processo de mecanização.

¹ 69,18%.: 5.627 (cinco mil, seiscentos e vinte e sete) das 8.134 (oito mil, cento e trinta e quatro) explorações agrícolas em 1980, tinham em média 9,76 hectares.

Para Vogt o principal fator que impede a solidariedade horizontal entre os produtores familiares (e, conseqüentemente, a não associatividade) é a imensa dependência que cada um deles tem, individualmente, das empresas fumageiras. A nossa hipótese mantém, em parte, essa assertiva, mas busca também uma explicação de sentido étnico.

A exploração da terra em Santa Cruz do Sul é feita fundamentalmente através da mão-de-obra familiar, sendo raríssimos e pouco expressivos o número de contratos de arrendamento de terras, bem como do trabalho assalariado formal.

As relações internas de produção do minifúndio não são própria ou exclusivamente econômicas, pois são também familiares.

A unidade familiar, também unidade produtora de tabaco, não produz para o seu autoconsumo, mas sim para o mercado, nacional e internacional, até porque, o fumo não é alimento, extraindo dessa renda o seu sustento e a preservação da terra. Portanto, esta agricultura familiar produz mercadoria. O capital está representado pelas empresas fumageiras, as quais remuneram no limite mínimo possível á força de trabalho que produz o fumo, pagando-lhe o preço do fumo e não salário, daí se articulando com a produção familiar.

Em suma, a reprodução do capital se dá através da superexploração do trabalho familiar. A força de trabalho, nas unidades familiares, tem um custo muito baixo, pois a família produz a sua subsistência ², ou seja, produz apenas para reproduzir sua força de trabalho³. Portanto, esse sistema faz com que se combine produção para o mercado com lavoura de subsistência. A produção da lavoura de subsistência tem sido incentivada e até mesmo

2 Os produtos coloniais como leite e carne, etc., são produzidos na própria lavoura, e se há excedente, ele é vendido, para com o dinheiro obtido, somado ao da venda do fumo, adquirir, no mercado local, outros gêneros, os quais não produzem nas suas propriedades.

3 Daí a preocupação e o controle, por parte das próprias empresas fumageiras, quanto ao uso da mão- de -obra infantil.

exigida pelas fumageiras, porque na realidade elas não querem ter a responsabilidade sobre os riscos da monocultura: se a colheita do fumo falha, o colono vai á miséria, e culpará o fumo. Assim a lavoura de subsistência é também uma estratégia para reduzir os custos da produção.

A produção de fumo é uma atividade que depende de uma técnica quase artesanal, o que vai exigir ainda mais da força de trabalho familiar, independentemente de sexo e idade⁴, uma vez que algumas das tarefas que na produção do fumo são consideradas “leves”, como, por exemplo, a manopla ou amarração do fumo, que se valem do trabalho de adolescentes e mulheres. Além da força de trabalho familiar, é normal a utilização durante alguns dias, no período intenso da produção ⁵, de trabalhadores os safristas, que trabalham durante alguns dias para o produtor-proprietário, recebendo por jornadas de trabalho (diaristas)⁶. Outra coisa que ocorre bastante em Santa Cruz do Sul é a parceria no fumo, onde o proprietário fornece: casa, estufa para secar o fumo, lenhas e insumos a um agregado, que entrará com a sua força e a do trabalho familiar. Isso significa adquirir força de trabalho sem assalariamento e demais custos empregatícios e previdenciários, transferindo parte dos riscos e prejuízos para esse parceiro. Portanto, a fumicultura acaba fornecendo condições para se ter acesso à “terra de trabalho”, para a subsistência do agricultor.

4 A principal safra é colhida no segundo semestre do ano para entregar nas empresas entre janeiro e fevereiro, quando se dá a grande compra de fumo.

5 Cerca de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia além de refeição elaborada pela esposa do proprietário.

6 Ele é técnico da Afubra, trabalha dando orientação técnica aos produtores associados, além de supervisão das colheitas para o seguro ou pagamento de indenizações nas hipóteses de tufão ou granizo.

7 Vide quadros anexos.

Iraldo⁷ é um “típico alemão”, possui um sotaque carregado, embora ele e os pais sejam já a 3ª geração de brasileiros. Perguntei-lhe porque, segundo dados fornecidos pela Afubra, existem 26% de “sem terras”.⁸ Respondeu-me que isso se dá pelo fato de que *os filhos dos colonos, a maioria fica nas terras dos próprios pais. As famílias eram muito grandes, com dez, onze filhos. Então se dividia a terra entres os filhos e restava pouca área. Às vezes um há. Outros preferem permanecer meeiros, dividindo lucros e despesas, custos.* Perguntei-lhe se na região havia um programa federal, de financiamento para aquisição de terra—o Banco da Terra⁹. Ele me conta: *tive um meeiro que trabalhava de meeiro há 32 anos. Se ganhava 12.000 ao ano, descontava mais ou menos 1.000 de despesas e entregava ao proprietário(outro) mais ou menos 5.000. Perguntei se ele não estava interessado no financiamento do Banco da Terra, se ele não preferia ficar pagando a terra para o Banco da Terra por 20 anos, sendo que ia pagar menos, pelos 20 anos e depois disto seria dono de alguma coisa. Além do mais havia a carência para começar a pagar: condições..[de pagamento].* O meeiro lhe respondeu que *nunca tinha pensado nisso.* Hoje Iraldo tem um outro meeiro com quem divide 50 % de tudo. *Ele (o meeiro) tem cinco filhos e só uma filha, que mora com ele 10 :Tem roça: batata- inglesa, batata- doce, milho, feijão e arroz, para subsistência. Plantam fumo para vender para a renda* ¹¹.

A pequena propriedade entrou em crise justamente quando o lucro migrou da produção agrícola para outros setores de produção, o de insumos e de processamento. Isto transformou a visão e o interesse sobre o pequeno produtor, que passa a ser um produtor autônomo, relativamente independente, fornecedor de matéria-prima, mas também como o

⁸ O Banco da Terra visa exatamente estes casos, de pequenos proprietários que em função, principalmente, de questões sucessórias, têm condições para através de financiamento com condições especiais (prazo de carência e pagamento estendidos) aumentar sua propriedade.

⁹ Como é tradição do campesinato, é provável que a ela caiba cuidar dos pais, sendo-lhe impondo um certo celibato. Além disso, via de regra, apesar da legislação prever direitos sucessórios iguais entre todos os filhos, a filha mulher não costuma herdar a terra.

¹⁰ Renda aqui tem o sentido de proporcionar um aumento do poder aquisitivo, pois produzindo seu próprio alimento, sua subsistência, o dinheiro do fumo será usado para adquirir bens ou mesmo tecnologia, não produzidos na terra, para a formação dos fundos de reserva (WOLF:1970)

principal destinatário do mercado para insumos agro-industriais.¹² É neste contexto que surge o crédito agrícola subsidiado, como instrumento para a industrialização do campo.

Através do complexo agro-industrial, a agricultura vai se especializando por ramos de produção. É exatamente quando surge o complexo fumageiro, que se consolidou na década de 70, transformando as condições de produção e todas as relações que lhes são afetas, mas, principalmente, promovendo o desenvolvimento regional e alterando, sobremaneira, a imagem de Santa Cruz do Sul. Inicia-se o sistema de produção integrada, que vai exigir do colono a integração (na realidade subordinação) da sua produção ao capital industrial.¹³

Aqui não falta dinheiro pro fumo, pois as empresas que compram o fumo são avalistas dos produtores junto aos bancos. Se um produtor perde a safra e não pagou o banco, eles (as empresas) refinanciam. Sempre refinanciam. A assistência técnica é prestada pelas empresas que avaliam o fumo deles.

Nesse sistema, a empresa financia a construção das estufas ou fornos, a aquisição de insumos, etc., mas principalmente, coordena o processo produtivo, determinando a quantidade e qualidade do fumo a ser produzido.¹⁴ Desta forma a empresa-integradora consegue reger e controlar as quantidades e qualidades produzidas, os prazos de entrega, níveis de

11 Aliás, os insumos são fornecidos, no caso dos fumicultores, pelas empresas fumageiras, que depois descontam do preço a ser pago pelo fumo, aquilo que foi adiantado na forma de insumo.

12 Daí o termo produtor integrado, muito usado pelos técnicos e fumageiras, mas não sendo auto-identificador do produtor.

13 Entre os anos 2001 e 2002, houve um aumento substancial de estufas, o que foi visto, pelos produtores, como algo perigoso, pois houve aumento da concorrência, ameaçando a colocação no mercado e o preço do fumo.

14 A subordinação do processo de trabalho do produtor de fumo ao capital, segundo Vogt (VOGT: 1997) e Paulilo (PAULILO: 1998) já acontecia na época da colônia provincial, por que o fumo já era cultivado em Santa Cruz do Sul, e destinava-se à venda, subordinando-se ao capital mercantil.

produtividade, com a vantagem de reduzir custos, além da otimização do lucro obtido, afetando, direta ou indiretamente, as características tradicionais do pequeno produtor.¹⁵

O fumicultor jamais comercializou livremente seu produto, e tão pouco pode estabelecer o preço considerado, por eles, como justo. Se hoje ele se subordina ao complexo agroindustrial, antes era aos comerciantes locais, aos atacadistas das metrópoles, aos atravessadores, encarregados, também, de introduzir novas variedades de fumo, do aperfeiçoamento de técnicas de cultivo, etc. O fumo produzido pelos colonos, dentro de um contexto de mercado, tinha parte do valor gerado pelo trabalho, retornado em dinheiro, mercadoria, ou mesmo em crédito ou saldo em conta (caderneta). A subordinação desse colono ao capital se dava, então, em termos de circulação de mercadorias e do dinheiro. Com o surgimento da agroindústria, estas passaram a comandar o processo produtivo. Foram as agroindústrias que introduziram o fumo de galpão, o fomo, o adubo e os inseticidas ou agrotóxicos. Também era imprescindível que os técnicos destas companhias prestassem assistência técnica ao colono em todas as fases do processo de produção de fumo, para que as empresas o controlassem.

Em que pese haver transferência da subordinação do colono, do capital mercantil para o capital industrial, sem grandes conflitos, não foi sem nenhuma resistência a essas novidades¹⁶. Um dos receios do colono era o uso dos venenos como chamam, além de outros produtos químicos, e

15 Além da resistência ao uso dos produtos, no final da década de 80, houve um levante junto à empresa Souza Cruz, com barricadas, queima de pneus, etc., onde a polícia e a Igreja (no caso as duas, luterana e católica) interferiram, tanto para apaziguar os ânimos, quanto na própria mobilização em si. Dizem que por detrás da mobilização estava a CPT, capitaneada, nesse episódio pelo próprio Bispo Dom Cinésio, este, aliás, com um passado ligado à luta do próprio MST, no acampamento Encruzilhada Natalino, sendo este um tema de outro trabalho efetuado por nós junto ao PPGAS-UFRGS, 2001.

envênear suas terras, além, da desconfiança natural para com o desconhecido.¹⁷ Quanto aos comerciantes, que perdiam a função junto ao produtor, transformaram-se em *posteiros*, uma espécie de negociante que comprava o fumo dos colonos e repassava para as indústrias, podendo ser comissionado ou autônomo.¹⁸

O desaparecimento do *posteiro* coincide com a fase de internacionalização da economia fumageira, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70. A partir desta década a produção é orientada enfaticamente para o mercado externo. Com isso as indústrias de beneficiamento locais foram incorporadas a multinacionais ou grupos oligopolísticos.¹⁹

16 Mas para acabar com esses focos de oposição, as empresas utilizaram-se de estratégias, tais como: transformar líderes potenciais em instrutores; escolhendo agricultores melhores sucedidos para experimentar a plantação do fumo de estufa; além, é claro, de recompensar financeiramente esses novos produtores.

17 Na verdade ele era um atravessador, pois intermediava a transação entre produtores e indústria, sendo uma espécie de longa manus das empresas. A predileção dos *posteiros* é intermediar o comércio do fumo de galpão, porque este precisava de consideráveis investimentos em adubo e, estufas, etc., enquanto o fumo de estufa exigia melhor técnica, área de influência das empresas. Como todo atravessador, o *posteiro* se apropriava de parte do sobre trabalho dos produtores, sendo ainda o responsável pelo transporte da produção até a empresa à qual estava vinculado.

18 O fumo tem cerca de 50% de sua produção a anual voltada para exportação. Além disso, o processo de integração lhes oferece algumas vantagens: a empresa garante a colocação da safra; a prestação de assistência técnica pelos instrutores e orientadores das empresas ao colono; preço do fumo tabelado; exigência de seguro da produção conta o granizo, o vendaval e queima de estufas (Afubra); pagamento do frete do produto da casa do colono até a empresa pela fumageira; custeio da produção; a cultura a tradição secular do plantio do fumo no município de Santa Cruz; é uma cultura intensiva que não exige muito em termos de terra ou de equipamentos.

19 Atualmente se tem o PRONAF - programa nacional de agricultura familiar. Os agricultores que plantam fumo só têm acesso a este programa se cultivarem o fumo nos moldes tradicionais da agricultura familiar. Há vedação à concessão de créditos da cultura de fumo em regime de integração com as empresas, mas que podem acessá-lo para custear outras culturas alimentares, etc. O principal motivo para tal vedação é a escassez de recursos do FAT- fundo de amparo ao trabalhador, e também porque a cultura do fumo não se enquadraria nas prioridades de aplicação desses recursos. No caso dos fumicultores integrados, como no caso estudado, as empresas intermediam e disponibilizam créditos, cuja fonte faz parte dos Recursos Obrigatórios (de livre aplicação pelos agentes financeiros) e recursos de Exigibilidade bancária. A vedação está inserta no Manual de Crédito Rural (MCR.10), Seção 1, itens 15,17 e 18.

Após o surgimento do sistema nacional de crédito rural, do crédito oficial, as agroindústrias firmaram convênios com os bancos oficiais e privados, transferindo para si a responsabilidade pela burocracia e no processo de financiamento bem como avalizando a operação, poupando colonos de enfrentamento da burocracia e constrangimentos. Mas isso não lhes proporcionou capitalização porque o dinheiro do custeio não passa pelas suas mãos, indo diretamente para a indústria, que irá se ressarcir dos insumos, os quais adianta ao colono. O fumicultor, quando entrega sua produção, tem automaticamente reduzida a parcela de sua dívida com o banco, pois a empresa irá saldar a sua dívida junto ao banco. O colono é devedor da empresa. Mesmo com uma reduzida taxa de juros do financiamento agrícola, bem como do seu pagamento a longo-prazo ou a fundo-perdido, do crédito de investimento para a mecanização da lavoura e melhoria de benfeitorias, não houve um ganho efetivo para o colono porque o custeio permitiu às empresas maior possibilidade de acúmulo de capital e interferiu nos preços pagos pela matéria-prima, o fumo.

A cada ano o fumicultor renova seu contrato com a empresa à qual fornece o fumo, quando pode ocorrer uma troca de empresas, e conseqüentemente, há uma disputa por fornecedores (produtores) entre as empresas.²⁰ Isso se dá em virtude da classificação mais branda do fumo, ou seja, conforme a firma paga bem ou não, ou mesmo pela possibilidade de adiantamento do dinheiro para a construção de benfeitorias. Mas logicamente que isso se dá com o “bom produtor”, aquele que não deve á empresa, e não com qualquer um. Além disso, essa possibilidade de trocar de empresa dá ao pequeno produtor uma sensação de deter um

²⁰ Estas trocas ocorrerão sempre no início do processo produtivo para que não atrapalhe todo o processo, para não prejudica-lo.

certo poder de barganha, pois além de “poder escolher” para quem fornecer, elas é que vão requisita-lo.

Em apertada síntese, concordamos com Vogt quando afirma que na fumicultura existe uma relação clientelista e paternalista entre as empresas e seus produtores, mas discordamos no ponto do não - assalariamento, pois, se há, também, uma subordinação relativa ou parcial do processo de trabalho do colono ao capital industrial, este pode, sim, ser visto como um assalariamento travestido, ou mesmo terceirização. Certamente há, no caso dos fumicultores e das fumageiras, uma exploração do sobretrabalho da exploração familiar pelo capital.

Tendo em vista a posição da produção do fumo, de Santa Cruz do Sul e do Brasil, no ranking nacional e mundial, as condições sócio-econômicas dos pequenos produtores são muito boas, principalmente se os compararmos aos produtores de outros municípios, que não têm na fumicultura a sua atividade principal. Com isto as estratégias de sobrevivência e de luta também são muito diferentes, e nas suas falas, “a luta” jamais passaria pela invasão de terras, pela ocupação de prédios públicos, ou pela formação de um movimento como o MST-Movimento dos Sem -Terra.²¹

Aqui, os colonos, não há quem não tenha seu carro, seus eletrodomésticos, etc. Alguns são mais relaxados, mas muitos são caprichosos”.O MST, a maioria não sabe trabalhar a (na) terra...nem são agricultores”.Aqui o fumo é tudo. Todos respiram fumo. As pessoas ás vezes não entendem...(referia-se, certamente, aos “outros”, ou “ os de fora”; os agricultores que não lidam com fumo).

Não raras às vezes ouvimos que os sindicatos eram pelegos, que “enricavam fácil”, que não faziam nada pelos produtores, e que, quando muito, se preocupavam apenas com a aposentadoria rural e com a contribuição rural dos trabalhadores. Deste modo a reconversão dos colonos em trabalhadores rurais, objetivada pelos sindicatos é uma luta constante,

principalmente em casos como o de Santa Cruz do Sul, onde o colono, mesmo filiado a um STR, não se mobilizou, não participando da vida sindical (não a filiação sindical), pois os colonos rechaçam-na por demandar um tempo que dizem eles não ter, mas também porque não se acham trabalhadores, propriamente ditos, pois são autônomos, não tem patrão e principalmente: são proprietários. Além disso, julgamos que pela lógica pragmática do camponês, esta atividade sindical, política, não é visível, pois seus resultados são imprevisíveis, além de muitas vezes inócuos. A participação, via de regra se compõe de pessoas com qualidades extremas e opostas: ou são mais aquinhoados e têm condições de participar mais, e com isto acabam ocupando lideranças, ou são muito desvalidos, com pouca ou nenhuma capacidade de trabalho, principalmente quando há falta de mão-de-obra familiar; e, ainda, quando são 'safristas', trabalhadores temporários.

Quem representa os agricultores, pequenos produtores rurais fumageiros, que não parecem se identificar com ou como trabalhadores rurais? É preciso observar que não existe unanimidade quanto á representação da categoria de trabalhador. Trata-se de um conceito um tanto ambíguo e polivalente.²²

Conforme argumentava Karl Marx, existem duas formas de representação: uma que é a outorga de uma procuração a terceiros, e outra que implica num modo de retratar os sujeitos representados através de um porta-voz, sendo que este mesmo porta-voz também se auto-

21. O movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, tem sido mais atuante na região do Vale, mas os locais são muito reticentes á adesão.

22 No Brasil esse conceito foi formatado, juridicamente, em conformidade com a política e interesses sindicais. Há, como afirma Coradini (CORADINI: 1996) “um processo de diversificação de clivagens, que se manifestam em termos de” questões “ou” problemas “mais ou menos específicos, de ‘tendências ‘sindicais’, de ‘movimentos’, etc.” Como bem observado pelo autor, mesmo havendo uma representação sindical, organizada nacionalmente, existem problemas sociológicos que ultrapassam sua competência. O primeiro problema é estabelecer quais os critérios e princípios que sustentam o recorte de classe, e o que significam, representam. Ou seja, que tipos de problemas são situações são problematizadas e viram pautas de reivindicação e representação junto á sociedade.

representa, como sujeito histórico no processo, e sempre na medida em que se identifica como membro da categoria genérica de seus representados.

No sistema capitalista, aquele que não controla ou detém os meios de produção será representado, não como sujeito, mas como um valor de troca ou mercadoria. Estabelece-se um paradoxo porque a sua legitimidade é conferida por outra pessoa, aquele que deveria representá-lo. Quando a representação se funde à apresentação, há uma grande possibilidade de eclodirem processos de insurreição e movimentos sociais, revolucionários, pois há uma tendência natural de que a classe subalterna tente de tomar o seu poder, o seu lugar, seu espaço público. Sob o ponto de vista do dominado, do subalterno, tanto opressão como a dominação, são sempre ritualizadas. No caso do dominado, existem rituais de inversão e mitos fundantes, narrativas orais e todas as expressões de mimese. A escravidão, o colonialismo, o imperialismo, o racismo e o neoliberalismo coercitivo, foram exceções e regimes destrutivos.

Apesar do número expressivo de filiações aos sindicatos de trabalhadores e produtores rurais²³, é à Associação de Fumicultores do Brasil - AFUBRA, com sede em Santa Cruz do Sul, que os agricultores familiares se referem como imprescindível, apesar desta entidade ter caráter meramente mutualista.²⁴ Aliás, afora o vínculo formal aos sindicatos de trabalhadores rurais (aos quais muitos produtores sequer se filiaram ou deles “saíram”, argumentando insatisfação com os resultados da sua atuação e o enriquecimento e ascensão política de algumas lideranças) apenas a AFUBRA que se mantêm ligados, devido à condição de risco imposta pela atividade agrícola em

23 Há diferença de tamanho de propriedades e de volume de produção, o que conduz à filiações diferenciadas, apesar da condição de proprietários.

24 Conforme já tínhamos percebido em nosso estudo sobre “Organizações Camponesas- Alternativas de Formalização Jurídica” (MDA/NEAD/INCRA/BIRD:1998), nem sempre as alternativas jurídicas formais são adotadas pelas comunidades rurais, ao menos na sua formatação original, acabando por adapta-las às suas reais necessidades. É o caso da AFUBRA, uma associação civil sem fins lucrativos, cujo objeto societário é o contrato de mútuo, assistência, seguro da colheita e das estufas dos plantadores de fumo, especialmente dirigido à chuva de granizo, tufão ou incêndio de estufas, além de comércio (de produtos agrícolas e não- agrícolas) mas, que, na prática, é o mediador, o representante dos produtores de fumo, nas negociações do preço de fumo junto às empresas fumageiras ou o SINDIFUMO, reivindicando melhores condições contratuais, e mesmo junto à organismos internacionais como FAO, OIT, etc.

zona climática de formação de ciclones, ocasionando tempestades de granizo. Pergunto a um dos meus entrevistados

P: O senhor já teve algum problema com o fumo? *Sempre fui bem... Mas quando dá granizo!* R: E a AFUBRA, não paga quando dá granizo? O senhor é associado? *Sô, mas a Afubra é mais dinheiro prá empresa que pro produtor.*

Eu havia marcado por telefone na semana anterior, uma ida á AFUBRA, para conversar com técnicos, principalmente extensionistas, que estão sempre no campo, instruindo ou vistoriando os produtores e suas lavouras. Lá chegando, sentei-me e me pus a esperar. A secretária era uma moça na faixa dos 40 anos, loira, alta, muito branca. Puxei assunto sobre a AFUBRA, e ela prontamente começou a me contar que *com a crise internacional, vendemos muito no ano passado, e neste ano deve ser melhor ainda.* Explica-me que o objetivo da AFUBRA *é o seguro da lavoura contra o granizo; que não compram fumo” e “defendem os interesses dos minifundiários e pequenos produtores.* O Engenheiro Agrônomo o qual iria entrevistar, Jorge, estava muito ocupado, mas me atendeu cortesmente. É diretor do Departamento de Mutuo da AFUBRA. Conto-lhe que estou fazendo mestrado em antropologia na UFRGS e que pretendo pesquisar na região. Que me interessava a questão do fumo, ao mesmo tempo considerado uma “praga”, um “veneno”, mas também um “símbolo de prosperidade”. Ele começou a me falar de cigarro, da doença, que 75% dos impostos sobre o cigarro eram da União. Que o álcool também causava doença, mas que o Governo não tinha a mesma campanha contra. Que o fumo está ligado á economia e ao social do município. Falou-me de dois Projetos : “O futuro é agora”, da Afubra, conveniada com o Sindifumo, que trata de um programa de recolhimento e reciclagem de embalagens de produtos agrotóxicos; e o Projeto “Verde é Vida”, que trabalha na plantação ou reflorestamento, para fins, principalmente, de fornecimento de lenha para os agricultores, que plantariam eucaliptos para esta finalidade, reduzindo seus custos (auto - sustentabilidade) e, ao

mesmo tempo, evitaria ou minimizaria os efeitos da extração predatória. Imediatamente me diz que:

Há mais de 30 anos... O fumo foi o primeiro a eliminar o agrotóxico clorado. Segundo ele Trabalha-se ainda a questão da diversificação, das alternativas de culturas: feijão, etc. Lenha- insumo- floresta. São 16/17 há = 1,8 há de fumo (só) consorciando com milho alterado 90 %

No caso do fumicultor de Santa Cruz, ele pertence ao universo dos pequenos produtores rurais que apóiam e são apoiados por uma organização, pessoa jurídica de âmbito nacional, altamente especializada, a AFUBRA, mas que, no entanto, não é representativa da categoria (o critério legal é o econômico) pois essa é afeta aos sindicatos. Este agricultor agrega seus esforços aos produtos agrícolas. Ele é sindicalizado, mas acessa o sindicato apenas para tratar de temas previdenciários. Este fumicultor não precisa necessariamente, organizar-se formalmente, podendo atuar e levar a vida de maneira mais individualista, mantendo, cada qual, seus valores e suas relações com o mercado. Mas, mesmo não se organizando em termos de organização de classe ou grupo de pressão, ele necessitará de mediadores²⁵.

Existem divisões e oposições, como o recorte de comunidade étnica ou mesmo no sentido geopolítico, de município, distrito, região (regionalismo), ou mesmo como bairro rural, se opondo a outros organismos políticos de abrangência regional ou nacional, como o SUS, o Governo do Estado ou Federal, etc. As estratégias usadas localmente, ou seja, no âmbito da unidade familiar, são extremamente personalizadas, pois as relações se dão entre vizinhos, parentes, compadres, etc., sem esquecermos do componente étnico que catalisa as relações desta comunidade. O que mais se ouve, a título de autodenominação ou referência, é o termo “*nóis, os pequenos*”, e às vezes, “*nóis, agricultores*”, não se fazendo uso da categoria sindical,

²⁵ O mediador aqui tem o sentido utilizado por Jobert e Muller (1997:71): “agentes que elaboram os referenciais das políticas”. Em Santa Cruz seriam a AFUBRA e as Igrejas.

trabalhador ou produtor rural, sequer a produtor integrado, sendo este termo usado apenas pelos técnicos e instituições patronais.²⁶

Ao sindicalismo foi permitido apropriar-se e impor uma definição da classe de “trabalhadores rurais”; reduzindo, assim, os efeitos do clientelismo. Estabeleceu-se uma estrutura sindical verticalizada, de âmbito nacional, a quem se deu voz para participação na construção de uma legislação específica para os trabalhadores rurais e seus segmentos. Mas seu principal papel (e mais tarde esse papel fundamental passou a ser dos Movimentos Sociais) foi o de surgir como uma nova mediação frente à classe dominante, além da igreja, e sempre apoiada por ela.²⁷

O termo trabalhador rural abrange uma considerável heterogeneidade de categorias sociais, principalmente quando existem plurimas e distintas mediações, e não há apenas um referencial, homogêneo e genérico, que enquadre toda esta diversidade, apesar da legislação vigente, que acaba sendo produto de uma formulação muito mais afeita aos interesses da elite, da oligarquia rural. Ademais, as bases de composição de um sindicato são tão diversos quanto seus interesses e reivindicações, formando segmentos específicos, agrupados conforme seus

26 Palmeira (PALMEIRA: 1989:103) interpreta a questão do sindicalismo da seguinte forma: “(...) no processo de desenvolvimento da organização sindical, ocorria um outro processo de conseqüências igualmente importantes: a elaboração de uma identidade de classe pelos que trabalham no campo. [Além disso, com] a legislação, o problema da identidade, fundamental ao reconhecimento político, tornou-se mais complexo. Ao introduzir as figuras jurídicas novas (parceiro, arrendatário, assalariado, etc.) e fazer com que o trabalhador fosse obrigado assumi-las para o exercício de novas práticas introduzidas em sua vida pela previdência, pelos tribunais, pelo próprio sindicato, a legislação contribuía para a ruptura das identidades ‘tradicionais’ e abria a possibilidade de uma dispersão de identidades. O problema foi agravado pela censura governamental ao uso do termo ‘camponês’. O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de desvencilhando-se da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de campônio a rurícola”, Apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e o menos neutro (pela referência ao trabalho)- trabalhador rural- e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo ‘naturalmente’ genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra (...) e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante.”

27 Um braço da Igreja Católica, a CPT, e no caso da Igreja Luterana, via CAPA.

interesses: saúde, previdência, fundiário, salário, etc. Na verdade são várias as categorias sociais que acabam sendo enquadradas, todas, como trabalhadores rurais, embora tenham trajetórias, individuais e coletivas, muitas vezes distintas e distantes. A base diferencial das categorias está nas diferenças e nas condições culturais, mas também nas diversas inserções sócio-econômicas. Conseqüentemente, as relações com a sociedade e a percepção de suas identidades poderão ser completamente diferentes.

No caso dos imigrantes alemães, estes se percebem, e se diferenciam socialmente, através de um *ethos* de trabalho, onde trabalho é uma atividade ética e moralmente definida e não mera condição de trabalho (CORADINI: 1997). Em Santa Cruz do Sul, percebe-se bem a diversidade de mediação, pois além dos sindicatos e das Igrejas Católica e Luterana (um dos trabalhadores rurais, outro de empregados do comércio e indústria, e sindicato patronal, dos produtores de fumo, Sindifumo) a atuação mais requisitada e atuante é a da AFUBRA, uma associação sem fins lucrativos cujo objeto social é o mútuo, a securitização da lavoura de fumo contra tufões e tempestades de granizo, mas que acaba sendo a mediadora, nas negociações de fumo entre os pequenos produtores e as empresas fumageiras. Além disso, temos a atuação da FETAG²⁸ e, mui tenuamente, do SINTRAFUMO, na negociação dos preços do fumo.

Portanto, podemos afirmar que houve uma redefinição dos mediadores tradicionais para surgir um outro, com maior poder de barganha, embora sua natureza jurídica não contemple a representação formal dos trabalhadores rurais ou de pequenos produtores e agricultores, mas sim a congregação de interesses sob a forma de associação civil sem fins lucrativos. Surgem, neste contexto, outras classificações: produtores, mutuários, associados, agricultor, fumicultor, integrado, etc.

²⁸ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

3.1. RELIGIÃO E MEDIAÇÃO: O IMBRICAMENTO DA RELIGIÃO E DA POLÍTICA

Pastor Sigfredo

Estava agendada para falar com o Pastor Sigfredo, desde o “Baile do Chucrute”, uma festa promovida pela Igreja Luterana para arrecadação de fundos para as obras de restauração da igreja.²⁹ Buscávamos um panorama acerca das posições da igreja luterana sobre temas como educação, religiosidade da comunidade, mas, sobretudo, sobre a fumicultura e suas influências na comunidade. O Pastor reside, como é de praxe, em uma das casas da comunidade luterana, todas situadas ao redor da Igreja, compondo um conjunto de construções (igreja, casas e salão comunitário) que ocupa quase uma quadra inteira. A porta da casa do pastor sempre está aberta e sua esposa, ao me avistar, conduziu-me ao gabinete, situado logo na entrada da casa, contíguo ao *hall*.³⁰ Sigfredo está na casa dos 40 anos, é um homem alto, cabelos encaracolados loiros, olhos azuis, e nasceu em Teutônia, no Vale do Taquari. Filho de pequenos hoteleiros em Teutônia, seu avô era agricultor (plantou fumo). Ao iniciarmos a conversa sobre os motivos de nossa entrevista - uma pesquisa universitária, ele não me falou de imediato em religião, como se esperaria, mas se pôs a discorrer sobre as diversas linhas de interpretação da agricultura familiar, e sobre economia. Ato contínuo emendou na temática racial (ou étnica), se pondo terminantemente contra o “corte racial” adotado nas análises históricas da região, ou seja: a

29 O apelido “chucrute” já nos dá um indicativo de quem eram os convidados e quais seriam os comes e bebes. Soube que nessas festas, muitas pessoas vão vestidas com trajes típicos, sendo que as músicas tocadas são todas alemãs. A língua falada? O alemão.

30 Este aposento me pareceu mais com o gabinete de um professor ou pesquisador universitário, pois estava repleto de livros, possuía um computador e um pequeno sofá.

questão da disputa entre lusos e alemães (Rio Pardo e Santa Cruz do Sul). Remete às diferenças e às histórias dos países de origem (no caso, Alemanha e Portugal), onde:

A raça não tem nada a ver com isso, e sim a influência da diferença no modelo econômico. Aqui (Vale do Rio Pardo) houve reforma agrária; ela foi feita na própria colonização. Nas regiões onde houve a reforma agrária, onde havia grandes propriedades, com um produtor e vários agregados, não havia consumo. Os lotes aqui eram grandes, na colônia, o que permitiam que as famílias ficassem na terra. Alguém teve a necessidade de comprar insumos, etc. e foram produzindo e consumindo... É o fator econômico que diferenciou.

Achei que esse prólogo era mais uma justificativa, uma defesa da comunidade local, descendente de alemães, pois a “rixa” entre Santa Cruz do Sul e Rio Pardo data da época da colonização, e sempre é ponto de questionamento, uns puxando para o lado do racismo e outros para a questão econômica, pois a economia de Santa Cruz, desde a época da colonização é superior á da cidade vizinha, Rio Pardo, e há um discurso de que Santa Cruz sempre sustentou Rio Pardo.

A educação, às vezes mais que a religião, é uma diretriz importante para os luteranos, e, foi ao redor destes dois elementos, educação e religião, que se foi formando a comunidade santa-cruzensense, pois na colônia, os pastores eram também os professores, na maioria, bilíngüe. Assim, o tema da conversa passou para educação e religião, para nos dizer mais sobre solidariedade e o sentido comunitário desses colonos:

As famílias estavam integradas na religião. Se alguém, por exemplo, não viesse na festa, tinha algum mal, todos se preocupavam. As comunidades fundaram as escolas (hoje particulares e com certo status. Eram pessoas desassistidas pelo poder público. Os templos eram escolas também. Pastores, não formados, mas entendidos, e professores, também não formados, mas com algum entendimento sobre algum assunto. A integração era o mote da comunidade).³¹

Entrando mais diretamente no tema religioso, Sigfredo vai imprimindo à conversa um ar de crítica, não apenas à igreja católica, mas à sociedade atual, nos falando de uma ética (protestante):

A Igreja (a sua, luterana) é legitimamente criada. Não vinha um missionário. A comunidade é que se formava e criava a Igreja. Aquele que conhecia o evangelho, as escrituras, pregava, podia ministrar. Ao contrário das outras igrejas (a católica) os apóstolos eram a igreja. Com a reforma mudou o conceito de trabalho. Existem teses clássicas: Weber. A intenção, antes da reforma, era tudo. Na relação com Deus ele faz a ação. Ele me abraça e me cuida. Com gratidão eu vivo o amor ao próximo de maneira direta: pessoas que se relacionam de forma igual em fraternidade. Institucionalmente, sirvo a toda a sociedade. Para o trabalho, o que vale é a eficiência, não Deus. Esta ética foi geral, não se restringiu à igreja. Calvino foi mal interpretado... A metade da verdade é: a bênção está na riqueza. 'Quem nasce rico é muito inteligente. Quem morre rico é muito burro'.³²

A conversa com esse pastor intelectual teve variações temáticas: pedofilia³³, celibato:

a Bíblia diz que o Bispo tenha só uma esposa. Daí interpretou-se.[a questão do celibato, insinuada como causa da pedofilia]

Até que se chegou ao fumo. Quando começamos a falar sobre o circuito fumageiro, pediu-me certa reserva.³⁴ Sigfredo nos fala em dois níveis na produção do fumo: o primeiro,

31. A solidariedade étnica reforçando a solidariedade camponesa.

32 Sigfredo, que fez seu doutoramento em Teologia na Alemanha, custeado pela Igreja Luterana, está muito mais imbuído de falar-me sobre a questão agrária, de reforma agrária especificamente, do que de religião, Talvez, e muito provavelmente em virtude da minha profissão, e me apresenta um conhecimento atual sobre a discussão que se está desenvolvendo atualmente no RS, em termos de reforma agrária. Citando um estudo do Deputado Antenor Ferrari, sobre aumento da unidade rural-módulo, questiona a influência ou os benefícios desse tipo de estudo, pois “do ponto de vista capitalista é uma boa, mas hoje temos esses feudos. A terra consome capital, ela não é capital (Marx). Não consigo entender porque na colônia alemã, e também na italiana, não estão aceitando as idéias de reforma agrária. Acho que pensam que, como eles trabalharam, os outros seriam incompetentes, vagabundos. A mesma coisa com o desemprego (desempregados). Antes também era a mesma coisa: hoje, atinge muita gente. Então, não são vagabundos! É um sistema: inclui e exclui. A coisa não é tão simplista... a gente não divide a realidade entre bons e ruins.”

33 Em virtude das manchetes nacionais e internacionais sobre os escândalos envolvendo padres católicos, em todo mundo, em pedofilia com fiéis: “a psicologia é um auxílio, mesmo quando feita por não-cristãos”. Falou-me até de pena de morte para pedófilos.

34 Ele é casado com uma pastora, filha do presidente da Afubra.

englobando a comercialização e o lucro das grandes empresas; o segundo, as famílias produtoras, o que chamou *Nicho*: *cento e vinte mil pessoas não podem plantar verduras*. A crítica mais contundente que faz a respeito é sobre:

A cultura que acompanha o fumo... isso não é bom. Em São Leopoldo éramos idealistas. Aqui não tem isto! 35 O pai, a mãe, o filho, etc., dependem disto aí (fumo). Mata todo o idealismo dos jovens (dependência). Não condeno, mas eu posso ir embora. E eles? O que vão fazer? Acho que eles deveriam trabalhar juntos, existem cooperativas.36 O cigarro é uma cultura muito conservadora.

Observou, criticamente, o distanciamento da igreja católica para com o camponês e o cidadão em geral. Fechando a conversa, fazendo uma ligação com a observação feita por ele acerca do individualismo dos colonos e sobre a cultura conservadora do fumo, ele nos relata um pequeno levante de agricultores que houve na região, no final da década de 80 (89), sobre o preço do fumo. Ele, como pastor, foi chamado a interferir para que não houvesse conflito.³⁷

Padre Orlando Pretto

Padre Pretto, ou Padre Orlando, residia nessa época, em uma casa em frente à Catedral São Pedro. Novamente percebo que a conversa não ficará restrita à religião. Após as devidas apresentações e a notícia de que a conversa seria para ajudar-me em uma pesquisa, o padre Orlando se pôs a falar sobre as FAG³⁸, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STr), antes associações rurais.

35 Colégio Sinodal, onde se formou e leciona ainda hoje.

36 Aqui ele faz remissos ao individualismo do agricultor. Conta sobre o trabalho do CAPA, uma cooperativa de pequenos agricultores organizados pela igreja luterana, e de sua experiência no interior, perto do Vale do Sol. Sigfredo nos fez algumas comparações interessantes. "O interior depende do fumo. Em 6 há é possível. Eles plantam 2 há e empregam duas pessoas. Mas com o milho não. É preciso capacitação também. Em Teutônia uma vaca é igual a leite. Mas produz 10 l/dia. Se há um melhoramento genético, 50 l/dia. Mas não é mais natural, há hormônio".

37 Este levante foi controlado, e a tentativa de se constituir uma frente ou movimento contra a fumicultura, a partir deste incidente, que inicialmente teve o apoio do Bispo local- Dom Cinésio, não foi adiante.

38 Frentes Agrárias Gaúchas.

Padre Orlando diz que acompanhou a fase inicial, nos encontros de formação em Viamão (seminário), que possuíam uma “abrangência total”.³⁹ Há três anos ele está numa “luta” com a AFUBRA, porque ele entende que a Igreja deve motivar, mas não participar diretamente nas questões políticas (onde ele enquadra a questão do fumo na região), pois os religiosos deixam de participar... Só fora da igreja. Defende uma integração e solidarização da igreja para com os mais necessitados, os pobres no sentido bíblico, mais amplo, onde pobre é todo aquele que se sente necessitado (na saúde, por exemplo.). Pobre: o sentido é mais amplo na Bíblia, do que o usado, hoje, pela igreja. O pobre material sente mais, sofre mais as agruras da vida, tem mais consciência da carência humana. É mais aberto ao Divino. Mas não de modo compulsório. A história mostra.

Padre Orlando diz que ficou contente com a CNBB⁴⁰, o Projeto “Olhando para frente”, para o Novo Milênio. A seu ver, começa a ser formatada uma identidade nova da igreja. Ao mesmo tempo que reclama do reducionismo de tudo ao político (enquanto o pastor reclamou da redução ao econômico): *Sem motivação política, hoje, não se faz nada. Toda ação humana é política, semanticamente.*

Segundo o padre, a participação religiosa em Santa Cruz está três vezes maior do que na colônia: “um laçasso”⁴¹. Atribui esta decadência da religiosidade no interior, na colônia, ao imediatismo das pessoas, dos movimentos sociais e religiosos que prometem coisas imediatas:

39 Padre Orlando adora teorias políticas, e me cita, de pronto o Estado necessário, De Gaulle.

40 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, com sede em Brasília.

41 Cita como exemplo de comparação de colônia, Travesseiros, sua terra natal. “A colônia decaiu muito. A média de frequência decaiu muito e também as vocações”. Segundo o padre, frequentam a missa dominical uma média de 5000 família (fiéis). “Três padres desistiram do sacerdócio. Segundo um censo do IBGE, temos 7.200 paroquianos católicos na área central. Aqui seriam 80%. Ora, se o Brasil tem 80% de católicos. Acho que muitos são transeuntes em Santa Cruz.”

e quando nada acontece?⁴² Padre Pretto diz ter sido um entusiasta das FAG, mas crê que esse tipo de participação mais direta da igreja, hoje, é desnecessária:

Porque o agricultor não tinha nada! Hoje as condições são outras. Alguns colegas, quando fazem crenças, querem marketing, querem o nome da igreja aparecendo. Eu acho que não cabe á igreja. Esta questão já está superada. A participação não é direta. O STR trabalha lá; a Afubra também tem a sua atuação, seu lugar. E a igreja tem o seu espaço! Sou contra a ideologização dos textos bíblicos, do Clero.⁴³[O Padre não esconde seu descontentamento com a atuação mais militante das Comissões Pastorais da Terra-CPT] O que atrapalha é que lá tem a sede da CPT, que mexe muito com a cabeça dos rapazes! Várias paróquias têm a Pastoral da Terra, mas muitos padres as acham muito partidárias.⁴⁴[Segundo seu entendimento]A pregação mais voltada para o social esvazia o público, enquanto aonde ela é mais abrangente, como conteúdo para reflexão e ação, há uma vinculação com a pregação do evangélico, sendo a mais freqüente: Difícil para a igreja é o equilíbrio para a pregação bíblica - evangélica, que se compromete com a realização. Como fazê-lo? Olhando para frente-vem da pregação de Pedro. [E prossegue numa auto – reflexão] : É preciso entrosar o texto bíblico com a pregação de domingo (passagem da bíblia para o cotidiano). O que eu, nós, da igreja, fazemos, da nossa missão? Não conseguimos, ainda, passar a mensagem da solidariedade... De que não é pecado ter! Mas é pecado acumular e não dividir. Não é o caso de ter pena, porque isto não é bom. Mas de que se tem que ter solidariedade, ajudar a quem não tem... Aos excluídos.

Um episódio que chamou atenção sobre as relações igreja-comunidade-indústrias, foi uma missa que assisti, num certo domingo, na Catedral.

42 Padre Orlando Pretto conhece a realidade da colônia. Nasceu em Travesseiros, filho de negociantes.

43 Por adotar estas posições, padre Pretto se diz “taxado de contra-PT”, para ele, injustamente. Como que para ilustrar o quão injusta esta “acusação”, conta que visitou uma fumageira, que havia investido cerca de 14.000.000 em equipamentos. Diz que ao ser indagado sobre a impressionante investida da empresa em tecnologia, criticou a ausência de cuidados com as condições de trabalho dos empregados, pois a poeira que exalava nos recintos era muito grande. Algum tempo depois a empresa havia dado conta d esse ponto.

44 A Diocese, sediada em Rio Pardo , onde se situava o antigo seminário, possui cerca de trinta paróquias. Embora mantenha uma ação social mais voltada para o meio urbano, mantém a Escola de Jovens Rurais, onde se formam lideranças rurais. O Bispo, Dom Cinésio, concentrou em Rio Pardo a área social diocesana. Dom Cinésio teve participação importantíssima no episódio que é considerado um marco para a luta da reforma agrária e surgimento do MST: o acampamento Encruzilhada Natalino.

O sino da Catedral me avisa que devo ir. Posso escuta-lo, pois estou hospedada na avenida paralela á catedral, e sigo até lá a pé. Além disso, na cidade, há um vazio e um silêncio só quebrado pelo badalar dos sinos, chamando os fiéis para a missa dominical. A Catedral se chama São João Batista da Santa Cruz. É em estilo Gótico. Afixada á entrada da nave, observei uma placa de bronze, indicando que seu iniciador foi Francisco Riederer, 1928-1931⁴⁵ Ao chegar vi que acontecia uma missa, a das nove horas. O sino continua a chamar a cidade para a missa. Não vejo nenhuma outra movimentação, ninguém “estranho”, do tipo que não vai assistir a missa (como eu, que me sinto deslocada numa missa católica, apesar de ser católica), mas sim ir a um encontro ecumênico⁴⁶. Entro para verificar a sua arquitetura e decoração. É magnífica, apesar de alguns sinais de decadência. Vou direto aos cartazes anexos numa coluna, á direita de quem entra, perto da pia de água benta. Há um cartaz chamando para a 25ª Romaria do Santuário de Schoenstati, em 25/11/2001. Chamou-me a atenção a observação: “Favor trazer rádio”. Mas claro: eles- os romeiros- acompanham pelo rádio a própria romaria, tal como os torcedores de futebol, que vão ao estádio, mas com seus radinhos de pilha. O interior da catedral é lindíssimo: o teto abobadado formando arcos sobre as colunas; vitrais nas laterais da nave, com imagens da via sacra (precisa de dinheiro para a reforma).⁴⁷ Durante a missa há um

45 Há outra placa na entrada dizendo: “Homenagem do Povo Católico aos Vigários Jesuítas: JOSÉ STUCK-1863; AUGUSTO LOHNANN-1870; GUILHERME FELDHAUSS-1873; AUGUSTO LOHNANN-1877; JOSÉ A SIMMEN-1887; FRANCISCO SUZEN-1890; BERNARDO BOLLE-1907; CARLOS FOMER-1918; BERNARDO BOLLE-1921; JULIO THEMANN-1921; BERNARDO BOLLE-1924; ALFREDO BLEY-1925; INACIO RAMBO-1931; TEODORO TREIS-1936; JOSE BELSER-1939; BENO BAUREN-1947; FELIPE SAUER-1951; AFONSO KNECHT-1953; OLMIRO ALLAER-1957. Data de Santa Cruz do Sul, 31.7.1957.”

46 Uma senhora, ex-funcionária de uma fumageira, filha de índia paraguaia, viúva de brigadiano, que virou cartomante-baralho cigano e umbanda-que no domingo, haveria um encontro religioso na Catedral, reunindo espíritas, afros, católicos, protestantes, etc. Fui tentado verificar o que seria isto. Ademais, dizem que há mais católicos que protestantes, apesar da origem germânica predominante na cidade.

47 Soube que a RBS local teria se proposto a ajudar, mas não foi bem recebida. A igreja luterana aceitou a colaboração.

coral de vozes masculinas, que se situa á direita do altar, deslocado do Altar aonde se celebra a liturgia. No fundo, no Altar Principal, não há ninguém. Achei incrível, e “bastante oportuno”, um anúncio, um chamado do Padre, logo após a comunhão (o ápice, o pico alto do ritual católico), chamando a atenção dos fiéis acerca da restauração - a campanha financeira:

(...) Até agora só com os fiéis da comunidade. Até aqui está tudo pago. Falta a cobertura, mais a parte inferior do Altar e a pintura externa. R\$ 250.000.00. Pedimos, agora, dinheiro de gente não católica ou que não é da comunidade. É gente que faz pela agricultura e pela cultura. A catedral tem dado á cidade um perfil cultural muito elevado. [Em seguida veio com Marcos - v. 12.44: o óbulo da viúva.] E retoma o discurso pró-restauração: Qualquer colaboração é bem vinda e tem a benção de Deus. Vale também. Para aqueles que não são necessariamente católicos, Deus vai recompensar cada centavo doado!” - sem dinheiro não se faz nada! [Acho que isto é devido á necessidade de verbas, além da suspeita de que pelo fato dos luteranos estarem recebendo apoio da RBS.]

Observei, ainda, um cartaz dizendo que a Igreja, a catedral, é a maior em estilo gótico (Neo-Gótico) da América Latina. É o símbolo da cidade de Santa Cruz do Sul. O projeto original (1927) é do arquiteto Austro - Germânico Simão Gramlich, que foi alterado em 1934 pelo arquiteto alemão Ernesto Matheis, segundo consta “em comum acordo com o engenheiro civil brasileiro Henrique Schutz, formado na Alemanha.” As pinturas internas são do artista Roman Riesch. Não posso deixar de notar a predominância da origem étnica dos seus construtores, além de uma certa ênfase nisto. Quem não é alemão nato, é de ascendência Germânica, Austríaca ou afim. Os quatro sinos do carrilhão, que pesam juntos 3.200 kg, vieram da Alemanha. Vejo no painel de aviso que se encontra logo na entrada, um “Livro da Família”, em português, e um “*Familien Kalende*”, ambos de 2002, mas este todo em alemão.

É inegável que haja uma disputa por fiéis, e, portanto, por espaços de mediação, por parte das igrejas, católica e luterana. Entretanto, quando se trata de agricultura - fumiicultura, e

de colonos, ambas as instituições irão agir, a seu modo, evidentemente, para compor uma única unidade discursal: a defesa dos pequenos.

3.2. CAMPONESES, AGRICULTORES, TRABALHADORES RURAIS OU PRODUTORES INTEGRADOS?

Ao falarmos em cultura, observamos que apesar das características dos camponeses descendentes de alemães: reciprocidade e solidariedade étnica, as iniciativas e soluções têm natureza bastante individualizadas. O camponês de Santa Cruz, mesmo sendo visível e declarado o sacrifício de seu tempo e de sua saúde, prefere o fumo pela sua alta rentabilidade, se comparado á outras culturas, as quais são também lidas como mais sacrificantes, pois apesar de exigir muito trabalho, são pouco rentáveis e não compensam, como pudemos ver anteriormente.⁴⁸

Tal como na Rússia, no Século XIX, a produção do fumo é a grande arrecadação de tributos para o Estado, conforme dados fornecidos pela AFUBRA, referente ao ano de 1999.⁴⁹ Mas, apesar desse sacrifício todo, não se percebe nessa comunidade um espírito, uma vocação ou tendência para uma reivindicação em massa, com mobilizações e organizações em grupos ou movimentos, ao contrário do que se verifica com agricultores sem-terra. Porque e de onde vem essa individualidade, da origem étnica?

Conforme a distinção elaborada por Wolf (WOLF: 1970), existem três formas ou tipos de domínio que afetam o campesinato, que predominam, mas, via de regra, não se

48 O Estado, mesmo sendo o maior parceiro das fumageiras na cultura do fumo (através da tributação dos cigarros, produto final da indústria) não investe em nenhum programa ou projeto na região (além de vedar aplicação de créditos federais no fumo) o que acaba reforçando a relação de dependência entre produtores e indústrias.

49 Vide Quadros nos anexos.

excluem: o patrimonial ou feudal, o prebendal e o mercantil.⁵⁰ No caso estudado, cremos estar diante do mercantil, posto que neste a terra é propriedade privada de onde se vai extrair lucro para o proprietário, sendo que a terra somada á renda potencial que lhe é atribuída, são vistas ou imaginadas como uma soma pecuniária. A terra, sendo encarada como uma mercadoria (ficção legal, segundo Polanyi: 1957), tem valor venal, além de produzir mercadorias para venda. Neste caso, o camponês pode dar a sua terra em garantia de empréstimos, hipoteca-la, etc.

O tamanho da propriedade: pequena, média ou grande, permite uma distinção em termos de área produtiva, e, conseqüência, organizativa, pois isto determinará na inserção ou não dos agricultores, de forma individualizada (unidade produtiva) nos eixos de comercialização do fumo. O tamanho da área ideal deve ser conjugado á capacidade de trabalho dos integrantes da unidade produtiva e familiar. Em Santa Cruz, existem propriedades diminutas que não apresentam volume ou condições de produção suficientes para integra-las ao sistema das fumageiras, e que acabam comercializando o produto através de atravessadores, não se beneficiando dos preços acordados pelo setor, tampouco da assistência técnica, do seguro da AFUBRA, etc. (vide anexo de imagens)

Apesar da insatisfação com as condições contratadas com as empresas fumageiras (que, ademais, não observam ás peculiaridades de cada um dos produtores que lhes fornece a matéria-prima), mas falas de meus entrevistados, os sindicatos locais são inoperantes, burocráticos e desinteressados: “pelegos”, que “enricam” e nada fazem por eles.⁵¹

50 Domínio Patrimonial ou feudal: o controle da terra e dos ocupantes está nos senhores de terra, que as receberam através de herança, em função da linhagem ou parentesco. O que lhes confere o direito á percepção de tributos. Domínio Prebenbal: não é hereditário. Há uma concessão de terras pelo governo a funcionários que exigirão tributos- em nome do Estado. São concessões de renda : prebendas.

51 Já as empresas fumageiras são representadas nas negociações pelo SINDIFUMO.

Suzana Milk, agricultora e esposa de um pequeno proprietário produtor de fumo, com ar pensativo e olhar magoado, faz observações, sempre num tom reivindicatório:

A empresa podia investir mais... De todas as formas: reforma, construção... Pra empresa eu já disse: o atendimento prá vocês é tudo igual: se o cara é ruim, o atendimento é igual. Tem que se qualificar melhor, tratar melhor aquele que planta e atende bem... É tratado igual... Eles dizem: não podemos dar tratamento diferenciado. Agente faz tudo, sempre, como eles querem. Eles trazem gente aqui: um ônibus com gente de 28 países veio aqui... Agente faz de tudo para aparecer... (Milton acende um cigarro, com filtro) Eles não valorizam nada... Agente deixa tudo limpinho, o fumo separadinho. Eles procuram sempre a gente, mas na hora do vamo vê: nada! É tudo a mesma coisa (as empresas). O Sindifumo só puxa o saco da empresa... Quando o pessoal do sindicato [na verdade a FETAG] acompanha o fumo é até pior! Junto com ela (a empresa) eles te dizem: Ah, tu tá vendo que o produto não é bom mesmo! O pequeno querer botar contra o grande, só perde!"... O produtor... Aquilo é muito desunido... Ele não diz que não vende bem... Fica quietinho... O fumo, agora, tem procura... Pode se dizer que tá bom... E quando não tá? Quando tá sobrando, eles não querem nem saber!

O discurso sindical vigente visa a mobilização dos ‘pequenos’ agricultores, com ou sem terra ⁵², sendo que dentro desta subcategoria podemos encontrar aqueles que são mais pequenos ou pequeninos, mas principalmente dos não-proprietários, os “sem-terra”. Mas parece que não há uma representação formal que atenda aos interesses do pequeno proprietário fumageiro.⁵³

Na entrevista com o Heitor Shuch, presidente da FETAG, quando falei que me interessava pela agricultura familiar e o pequeno agricultor, ele me disse de pronto: “pois é, mas... quem é o pequeno? O que tem pouca área e planta muito, ou o que tem muita área e

52 Embora o sindicato englobe a categoria de trabalhadores rurais, com ou sem terra, o Movimento dos Sem-Terra - MST, disputa-lhe a clientela, pois os sem terra hoje são também mediados por ele. Há, principalmente nos estados do Norte e Nordeste, onde a atuação sindical é preponderante, uma disputa de espaço político entre a entidade sindical, formal, institucionalizada, e a organização do movimento social dos sem-terra, que ainda permanece na informalidade, do ponto de vista jurídico.

53 Quando afirmamos isso, não desconsideramos a atuação da FETAG - RS, ⁵³ nas negociações com as fumageiras, junto á Afubra, quanto ao preço do fumo a ser pago nas safras. Ocorre que, efetivamente, não há uma adesão dos colonos aos sindicatos rurais.

produz pouco? Dizem que o Fumo Escraviza. Quem trabalha com fumo, trabalha mais de 10 horas por dia. Quem planta soja fica dez horas-fumo, fica muito mais! O trabalhador e plantador de fumo até podem ser refém das fumageiras... Mas da mesma forma que o produtor de leite, o criador de suíno, e os assentados são reféns da Parmalat, Sadia, Perdigão, dos Bancos e do Governo”.⁵⁴ Schuch me chamou a atenção para os contrastes em Santa Cruz: “é incrível, o contraste, mais entre os pobres e os ricos (...) A AFUBRA é muito” em cima do muro. Ela só quer saber do seguro. A cidade é que ganha, não o meio rural. Você viu algum negro, lá? Já fizeram uma limpeza na cidade... No final da semana vamos acompanhar a negociação do preço do fumo, do custo, com a AFUBRA, SINDIFUMO”.⁵⁵

Mas, afinal: quem são os camponeses? Para se observar (antropologicamente falando) determinado grupo, é preciso resgatar as suas próprias representações e práticas sociais, sem que o sentido e o significado destes, para o grupo observado, sejam destorcidos pela visão de mundo (representações e práticas sociais) do observador.⁵⁶ A observação e a etnografia deverão considerar a visão de ambos - observador e observado, fornecendo uma interpretação (e não a

⁵⁴ A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA, ao qual se vincula o INCRA, órgão fundiário federal, foi encarada por Schuch como algo ineficaz: “ Melhorou em alguma coisa e piorou noutras: atraso nos repasses... A questão da dívida do trabalhador: tem um cara lá no nordeste que deve 700 milhões. É dívida de todos os pequenos juntos!”. Ele é muito evasivo. Ouve bem sério, mas quase não demonstra nada. Tratou-me de doutora o tempo todo. Eu não me senti á vontade. Senti-me testada. Perguntei se eu poderia participar de alguns eventos da FETAG, pois eu assim fazia na época em que trabalhava com a CONTAG, mas ele me deu a entender que eles não me interessariam.(será que não mesmo, ou eu não deveria?) Perguntou-me quando começaria minha pesquisa, ao que respondi que ela meio que já estava começando, mas que a dissertação só seria escrita após mais trabalho de campo, in loco, mais ou menos daqui a um ano. Tentei deixar claro que eu queria ouvir os sujeitos, os agricultores, produtores e trabalhadores, envolvidos na produção de fumo, além é claro, das entidades.

⁵⁵ Ele se afirma “Deutsch”, e me corrige a pronúncia do meu próprio sobrenome: “é Iob, não Job. Tu és deustsch!”.

⁵⁶ Evidentemente que a bagagem cultural do observador-pesquisador, não pode ser totalmente ignorada, uma vez que faz parte de sua identidade, além de seu ponto de vista científico, que por certo, lhe dá um olhar bem diferente de uma pessoa leiga. Sem desconsiderarmos que existem escolhas, e, em toda a escolha há uma valoração, um interesse, uma curiosidade, que vão nos levar para um lado, e não para outro. Quanto mais próximo este “outro” de sua sociedade, mais delicada e difícil será a análise, pois não a possibilidade de um olhar distanciado, criticamente, é muito difícil.

interpretação) sobre este grupo. É, por certo, um desafio permanente, quase um exercício de deslocamento, quando saímos de nós mesmos para observarmos o plano em que estamos a partir de uma outra dimensão.

MOURA (MOURA: 1988)⁵⁷ nos chama a atenção sobre as peculiaridades do campesinato: ele possui terra, no sistema capitalista, mas não detém capital, sob o ponto de vista Marxista ⁵⁸ “é um pomo de discórdia sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa”; trabalha utilizando sua família como força de trabalho, sem remuneração, onde luta pela manutenção de seu *modus vivendi*, pela sua reprodução social, mantendo, ou tentando manter, seus usos, costumes, ou seja, um modo peculiar de se organizar. A organização de sua produção reflete a sua organização familiar e vice-versa: “A Fazenda pode ser sinônimo de família”. Tudo isto, num mundo extremamente capitalista, globalizado, onde predominam o individualismo, as relações contratuais, formais, de trabalho, além da expansão dos complexos agro-industriais (como no caso estudado) e o império legal.

A terra, para o camponês, é muito mais que um meio, um instrumento de realização econômica, embora viva da terra e do que ela produz. Se outrora alimentava príncipes, soldados, hoje ele alimenta e abastece os centros urbanos, onde vivem a intelectualidade, o

⁵⁷ Margarida Maria Moura, em Camponeses, série Ph.Princípios, 2ª edição.

⁵⁸ Para Marx, a “classe dos proprietários fundiários seria constituída pelos proprietários de terra, que cedem a posse dela ao capitalista arrendatário e obtém, através disto, uma porção de mais - valia, a título de renda da terra”. Se o capital fosse adquirir terras, grande parte do valor será imobilizada para isto, o que acaba por reduzir o capital. Assim, sendo o colono o proprietário, cria condições mais favoráveis para a expansão do capital (no caso, o industrial). Ademais, o nosso colono, apesar de proprietário da terra, não cede sua posse, e tão pouco há possibilidade de mais - valia. (Fausto apud Ridenti, 1987: 220.) Portanto, a definição de camponês como classe nos parece, aqui, um falso problema, pois o que os costura comunitariamente são laços de família ou parentesco(sangue) religião, etnia, etc.

comércio e os políticos mais destacados. No caso dos fomicultores, abastecem um mercado de mercadorias não alimentares.

O camponês é, sem dúvida, o único trabalhador que mantém uma relação estreita com as leis da natureza, sendo dotado de um conhecimento empírico secular, bem anterior ao conhecimento científico. Mas a dependência da natureza também lhe pesa sobre os ombros de forma direta e imediata. Uma boa ou má safra pode significar conforto ou miséria e aniquilação.

A relação estabelecida entre os camponeses é basicamente uma relação de troca, de escambo, pois transforma seu produto em renda, sem que obtenha para si qualquer forma de lucro. De certa forma, há, no seu ofício, uma liberdade estrangida, pois ainda lhe cabe assegurar a circulação de bens primários à sociedade envolvente, embora não tenha voz para dizer ou determinar: quando, quanto e o valor de seu produto. “Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dela extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro”. O camponês nunca teve autonomia: abastecia uma aldeia, à igreja ou á nobreza. Além de trabalhar para sua sobrevivência e de sua família, trabalhava nas terras de seus Senhores, sob a paga de alguns bens, e, principalmente, sob a ilusão simbólica de que mantinha relações de dependência para com eles. Esta ilusão, entretanto, mascarava e atenuava a relação de poder, dotando de sentido à vida social.

O mercado que lhe diz respeito é o de locus de permuta de produtos, mas também é um espaço de interação social, embora neste mesmo espaço haja produção de lucro, de trocas mercantis, que beneficiarão atravessadores e grandes produtores e não a ele, o produtor.

O mercado moderno veio lhe impor uma revolução da sua lógica de produção, transformando a sua força de trabalho em mercadoria, como determina a lógica capitalista. Portanto, isso agrega valor ao produto, mas é sobretrabalho não remunerado, daí a exploração maior.

Existem muitos modos de descrever um camponês. O camponês parcelar, por exemplo, é um pequeno proprietário (ou possuidor) que cultiva sua pequena área conjuntamente com sua família, para seu próprio sustento. Comparativamente aos camponeses feudais, estes camponeses parcelares trabalham menos horas, vivem isolados (no máximo em pequenas aldeias) comercializam, eventualmente, seus excedentes. Mas a subalternidade ainda é a sua condição.

O camponês pode ser descrito também como cultivador da terra, contrapondo-se ao empresário ou empreendedor rural ⁵⁹, que não lida diretamente com a terra. Embora ainda se utilize o trabalho familiar, o que se verifica em termos de administração, plantam para alienar seus excedentes para quem não produz, alienação esta compulsória e coercitiva.⁶⁰

Há quem diferencie pequeno produtor de camponês, argumentando que o pequeno produtor faz parte de uma engrenagem mercantil, embora mais singela, pré-capitalista. Acharmos esta separação um tanto reducionista. Não é fácil adotar um ou outro, pois os termos: camponês e campesinato estão repletos de conteúdo cultural e ideológico.

Mas campesinato ainda é um conceito que se opõe a urbano, à cidade? Na atualidade esta dicotomia urbano-rural é bastante dificultosa, pois em geral, há um contínuo entre a *urbis*

⁵⁹ Conceito (jurídico - econômico) de Empresa Rural ou Agrária: a atividade organizada profissionalmente em um estabelecimento adequado ao cultivo de vegetais ou à criação de animais, desenvolvida com o objetivo de produção de bens para o consumo. (Scaff, Fernando Campos. Aspectos fundamentais da Empresa Agrária. Malheiros Editora, 1997). Não é a atividade, mas a organização que caracteriza o tipo societário.

⁶⁰ Marx situa a subordinação do camponês na obtenção de renda em trabalho, da renda em produto e da renda em pecúnia.

e o rural. Os inchaços das cidades, os conglomerados, estendem a área urbana até o rural, formando bairros rurais. Em Santa Cruz do Sul, e seus distritos (como Vera Cruz, Rio Pardo, etc.), uma comunidade que vive as custas da produção de fumo, tem uma base territorial e o sentimento de localidade à qual “os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (CÂNDIDO: 1971)⁶¹. Ademais, as cidades hoje estão repletas de miseráveis, desvalidos, desempregados, além de um proletariado industrial, muitas vezes composto de migrantes rurais que perderam suas terras sendo compelidos ao êxodo.

Creemos que a oposição atual se estabelece entre o estado nacional e o meio rural. Isso porque, além de o Estado arrecadar, taxar os produtos rurais, impõem aos camponeses um ordenamento jurídico que afeta sua relação familiar, patrimonial e produtiva, pois visa disciplinar a propriedade da terra, o matrimônio, os contratos civis ou rurais, etc. O indivíduo encontra-se quase que totalmente subsumido ao coletivo nacional.⁶²

Mas de alguma forma, este camponês mantém sua autonomia social, ao contrário do trabalhador proletário, porque faz uso dos seus costumes para manter a coesão familiar e o controle da terra, utilizando-se de suas tradições e costumes na sucessão hereditária, através do minorato, primogenitura, etc., casando seus filhos e filhas entre seus vizinhos ou parentes, etc. Já o proletário urbano foi despossuído da terra e dos meios de produção, e aliena apenas a sua força de trabalho.

61 Para Cândido, bairros são unidades mínimas de vida econômica e social, onde as relações de vizinhança se dão num plano econômico, através das práticas de ajuda mútua, e socialmente através de atividades lúdico-religiosas comuns. Trata-se de uma sociabilidade específica de um determinado modo de vida, fulcrado na economia de subsistência, auto-suficiente, ainda não alcançada totalmente pela economia capitalista.

62 Na fumicultura, por exemplo, a legislação federal que disciplina o crédito - PRONAF,..... Veda a sua utilização para o fumo, embora a arrecadação de impostos sobre ela seja algo muitíssimo lucrativo para o Estado.

Novamente em Moura, vamos buscar alguns conceitos e definições de camponês, a maioria deles construídos de forma extremamente estigmatizante. Segundo a antropóloga, na Alemanha do século XIII teríamos seis declinações sobre o termo camponês, insertos na *Declinatio rustica*: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; no plural: miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infieis.

Mas como dizia Grignon (ob. Cit.), os camponeses se autoreferem, bem como ao seu modo de vida, geralmente de modo bastante depreciativo, reforçando sua condição subalterna: fracos, pequenos, pobres, miseráveis, etc. Entretanto, ao se conformar um movimento social, vemos que o discurso é outro, sem qualquer conotação pejorativa, pois estes visam construir uma identidade social. Desse novo discurso, surgem termos como sitiantes, parceleiros, agregados, safristas, temporários, integrados, etc.

Como categoria, camponês tem origem etimológica na palavra campus. O termo lavrador é usado muitas vezes para referir a um grande esforço, fadiga e sofrimento pelo trabalho, vem de labor, que significa trabalho. Aliás, como refere Chayanov: *tyagostnos*-sofrimento do trabalho.⁶³

Em que pese às transformações sofridas no campesinato, principalmente pela expansão avassaladora do capitalismo, hoje um regime dominante que organiza o trabalho e determina a apropriação de terra, pode-se dizer que esta categoria ainda não está em extinção. Isso pelo fato de que os processos sociais que o viabilizam são mais fortes que aqueles que o exterminariam, embora sempre haja uma tendência maior para a decadência e extinção.

63 O sofrimento e o sacrifício envolvendo o trabalho camponês são o cerne, o centro de sua Teoria do Campesinato.

O camponês, como outra categoria identitária, se recria, redefine e diversifica num contexto sócio, político e econômico onde está inserido.⁶⁴

Há evidentemente, um estranhamento entre o camponês e a sociedade envolvente ou englobante na qual está inserido. Mas ele se integra, sem que isto signifique uma submissão total. É o caso dos nossos produtores de fumo de Santa Cruz, que, apesar da dependência do mercado do fumo, articula a condição camponesa com uma identidade étnica, a teuto-brasileira, atrelada a um *ethos* de trabalho, cuja visibilidade é bastante positiva.

Mas a capacidade de adaptação do camponês é algo admirável, e assim ele permanece identificável, mesmo que tornado invisível. Ele resiste, mas também é mantido pelo capitalismo, com quem se articula. Afinal, o capitalismo necessita e vai captar mão –de- obra aonde ainda possível.

3.3. ALIANÇAS E MEDIAÇÕES DO FUMO

Como não poderia deixar de ser, as campanhas antitabagismo atingem diretamente, não somente pelo ponto de vista psicológico (sob ameaça), mas social e economicamente, a comunidade de Santa Cruz como um todo. Em todos os locais da cidade, é “PROIBIDO PROIBIR DE FUMAR”, e vários carros possuem nas suas placas o adesivo com a seguinte frase: TOBACCO PAY MY NOTES (O TABACO PAGA MINHAS CONTAS).

Em praticamente 99% (para não arriscarmos a centena) das entrevistas, conversas e visitas que fizemos na região (rural e cidade), os nossos interlocutores fumavam cigarros (não

64 A revolução industrial, a expansão do capitalismo, e outras mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX, sobretudo na área social, por certo extinguiu, mas também recriou algumas classes sociais (sem falar nos extermínios e genocídios ocorridos na Europa: Flandres, França, Inglaterra, Espanha, etc.). Trata-se de um ciclo, uma sucessão de fatos que surgem, desaparecem e ressurgem no espaço e no tempo.

palheiros ou fumo de rolo), além de exibirem um sorriso típico de quem, pelo menos, masca o fumo. Na visão de muitos defensores (produtores, lideranças e empresários), as campanhas contra o fumo “alcançaram o estágio do delírio e do fanatismo”. Os defensores, “não do cigarro, mas do fumo”, fazem uma separação, imaginária ou imaginada, do produto in natura, a folha do fumo, do cigarro, do produto final “tiram da manga” argumentos como democracia, ética, e reivindicam uma análise mais integral (contextual na verdade) não parcial, sobre o tema, que inclua na discussão, os principais beneficiários que sobrevivem da produção do fumo, fornecendo matéria-prima às empresas fumageiras (oligopólios, na verdade), algumas, inclusive, exportadoras da folha, não produzindo diretamente o cigarro.⁶⁵

Mas as indústrias (todas multinacionais ou filiais destas), as entidades de classe (SINDIFUMO, AFUBRA, principalmente) possuem um grande lobby, que atua não apenas no âmbito nacional, mas principalmente no internacional. Aliás, o próprio Governo Federal, embora tenha no ministério da Saúde o “inimigo mor” dos fumicultores, com acirradas campanhas contra o cigarro, tem no ministério da Fazenda o maior aliado deste segmento, pois a carga tributária sobre a produção de fumo (na forma de IPI, Royalties, imposto de exportação, etc.), torna o Governo o maior “parceiro” do fumo. Sem nos esquecermos da bancada ruralista presente no Congresso Nacional.

Como se pôde verificar ⁶⁶, há uma idéia pré-concebida, mas também alimentada pela comunidade local, de que Santa Cruz é uma cidade-modelo, em termos econômicos, sociais e estéticos, em virtude de sua origem étnica. Essa ideia já vem, como mostramos no capítulo

⁶⁵ A AFUBRA, por exemplo, em seu relatório de atividades 1999-2000, acusa a OMS- Organização Mundial de Saúde de “extrapolar” sua competência ao “intrrometer-se” na política de preços pagos aos pequenos produtores: “esquece-se a OMS que essa posição atinge 40 milhões de pessoas no mundo que sobrevivem cultivando o tabaco.”

⁶⁶ Há inclusive uma reportagem no anexo ilustrando essa observação.

anterior, da época do Império, quando se preferia a etnia alemã (ou italiana) para fundar núcleos de colonização no sul do país, com vistas a garantir e expandir fronteiras, bem como uma produção agrícola para alimentar os centros urbanos e a própria zona rural, onde predominava a pecuária, mas também para um branqueamento da população nacional.

Mas é evidente, senão gritante, a dependência regional da fumicultura, e, sobretudo, de um mercado internacional. Essa produção da mídia, da literatura, etc. apenas reforça a sensação de resignação e de pavor.

Outra coisa que se observa é a exaltação das vantagens urbanas que Santa Cruz apresenta, as quais são apreendidas em virtude de categorias de percepção e apreciação que se tornam perceptíveis e apreciáveis. O camponês Santa-cruzense fica nitidamente absorvido por essa visão estética urbana. Torna-se invisível! O único ponto que se lhes refere diretamente é justamente para ressaltar a condição de proprietário rural! A descrição do processo ou sistema integrado procura mostrar o aspecto harmônico, como algo asséptico, infalível. A reportagem sequer indiretamente se refere ao fato, que, por detrás dessa estética, está um “integrado” sem efetivo poder de barganha quanto ao preço, quanto às condições de produção, como o *quantum* a ser plantado, o tipo de fumo, etc. Que, embora detenha os meios de produção (principalmente a terra, como faz questão de afirmar o representante das empresas) não participa efetivamente do processo. Em nenhum momento a matéria dá voz a esses agentes, esses nativos. Eles não têm discurso, pois fazem parte dessa paisagem idealizada e desejada. Para eles só há duas figuras: paisagem ou peça da engrenagem capitalista. ⁶⁷

⁶⁷ Recentemente, a AFUBRA - o principal “bastião” da defesa da fumicultura no Brasil -foi às Nações Unidas, em Genebra-Suíça, para defender o fumo Brasileiro. As justificativas na verdade foram anexadas pelo Embaixador do Brasil na Suíça, Luiz Felipe Seixas Correa , às propostas de 160 países, tentando rechaçar as medidas de restrição á produção de fumo propostas pela OMS para 2003, a serem analisadas pelas lideranças destes países, participantes da Comissão Internacional para o Controle e Uso do Tabaco. O principal argumento

Segundo o presidente da AFUBRA, Hainsi Gralow:

“Ainda que os antitabagistas afirmem não querer prejudicar aos agricultores, a proposta de terminar com o fumo significa tirar a fonte de sobrevivência de 18.88.750 família brasileira.”⁶⁸

As relações entre os pequenos produtores e as empresas, não são tão pacíficas ou fáceis, embora se tenha certeza de que existam muito menos conflitos do que nas relações entre os agricultores sem-terra e os latifundiários, e dos primeiros com o governo e seus órgãos assistencialistas ou fundiários. Aliás, nesta relação vertical, alianças são realizadas entre produtores e empresas, sendo mediadas pelas entidades de classe, temperadas com um forte componente étnico, em torno, de um lado, da sobrevivência não só do modo de vida camponês, da sua própria existência; de outro, a reprodução do capital. Mais uma vez, percebe-se a resignação do mais fraco-o pequeno produtor (ou produtor integrado, como os chamam os técnicos e empresários), embora este se considere forte face aos agricultores que trabalham outros produtos, como leite, feijão, arroz, milho, etc., uma vez que possui sua própria terra e mantém um padrão de vida, visivelmente mais elevado que esse outro segmento.

Pergunto se é sindicalizado, se tem seguro:

É tudo com a empresa. Eu nem faço mais parte de sindicato, que nunca ajudam em nada. Tem a afubra: seguro contra o granizo ou queima da estufa...Pedra, tivemos coisa pouca...há 10/12 anos e nunca tivemos perda de fumo. A dificuldade que agente tem...Muitas vezes agente podia fazer mais...Mas o produto, tu às vezes não atende na hora...Se tu tirasse bem antes, podia ganhar...Tá difícil

da AFUBRA, foi (e é) de cunho sócio-econômico: são milhares de famílias de agricultores (cerca de 188.750 famílias), em pelo menos 656 de municípios, no Sul do Brasil, que vivem da economia fumageira.

68 Os primeiros resultados desta mobilização, já puderam ser sentidos. Ao menos protocolarmente, ou seja, na forma de intenção, ainda neste ano, logo após a reunião de Genebra. Segundo documento enviado pela Missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Genebra, a todas as entidades e autoridades municipais envolvidas na produção do fumo do Sul do Brasil, os estadistas dos 160 países participantes das reuniões da Comissão Internacional para o Controle e Uso do Tabaco, sensibilizaram-se com a situação brasileira, retratada nas sugestões e manifestações enviadas á Comissão, via Embaixada Brasileira, estando este tema, agora, incluso nos debates sobre uma “eventual reconversão dos agricultores para outras culturas”.Fonte: Correio do Povo de 19/5/2002.

arrumar trabalhador...Tem muita gente, mas a maioria quer os 20 reais e nem vale nem 10 reais...(isto dito na frente de seu empregado) o melhor, assim, é não plantar...O pessoal não tem qualidade. Suzana, com ar pensativo, olhar magoado, diz, faz observações, sempre num tom reivindicatório: a empresa podia investir mais...De todas as formas: reforma, construção...Pra empresa eu já disse: o atendimento prá vocês é tudo igual: se o cara é ruim, o atendimento é igual. Tem que se qualificar melhor, tratar melhor aquele que planta e atende bem...É tratado igual...Eles dizem: não podemos dar tratamento diferenciado. Agente faz tudo, sempre, como eles quer. Eles trazem gente aqui (Um ônibus com gente de 28 países veio aqui)...Agente faz de tudo para aparecer...(Milton acende um cigarro, com filtro) eles não valorizam nada...Agente deixa tudo limpinho, o fumo separadinho. Eles procuram sempre agente, mas na hora do vamo vê: nada! É tudo a mesma coisa (as empresas).O Sindifumo só puxa o saco da empresa...Quando o pessoal do sindicato acompanha o fumo é até pior! Junto com ela (a empresa) eles te dizem: Ah, tu tá vendo que o produto não é bom mesmo! O pequeno querer botar contra o grande, só perde! O produtor...Aquilo é muito desunido...Ele não diz que não vende bem...Fica quietinho...O fumo, agora, tem procura...Pode se dizer que tá bom...E quando não tá? Quando tá sobrando, eles não querem nem saber. Contam como tem sido duro, mas meio que para dizerem, a si próprios, como agora estão bem, ao menos comparativamente á antes: nós começamos na meia: se planta 50.000 pés, tinha 25 minha...O patrão entrava com alguma coisa...Morávamos junto com o galpão (no). Havia só uma parede, só dividindo... O cheiro para dormir! Cada ano que sobrava um pouquinho nós ia fazendo...Compramo a estufa (temos 4) e dois galpão...A casa. Primeiro o galpão e a estufa, depois de 5 ou 6 anos a casa...Moramos no galpão. Os dois filhos mais velhos vieram no galpão...Esta foi a época mais braba...Os meninos doentes, sem pião...Cheguei a plantar sozinho! E outra cultura? Fala-me dos preços do fumo: "B1- tá 44, 40; XR3 (ruim mesmo) nem 10 reais a arroba... O serviço é o mesmo! Por isso não pode empregar qualquer um. Lá na cidade tá cheio de gente que não que nada. A prefeitura também... O sopão todo mundo que! A lavoura é a mesma coisa que a cidade. Como é que tem gente que tem a sua casinha...Aqui também, tem gente que não quer nem saber da lavoura! Dizem que por três anos a produção tá garantida.⁶⁹

Pensamos que, ao menos dois interesses movem o governo: além do custo social da proibição do fumo, bastante relevante quando se pensa que a agricultura familiar, apesar da polêmica, é desejável como alternativa á uma redistribuição de renda mais igualitária, encontra inúmeros obstáculos, de toda ordem, para se desenvolverem de forma adequada, visando um

69 Entrevista com a Família Milk -Faxinal de Dentro (Diário de Campo).

desenvolvimento realmente sustentável; e também o interesse econômico-tributário despertado pelo fumo. Não seria conveniente para o Governo Brasileiro a perda da arrecadação de tributos advinda da fumicultura.⁷⁰

Numa situação como a da campanha antitabaco junto á OMS ⁷¹, ocorrem alianças ou coalizões entre os pequenos produtores integrados, as entidades de classe: AFUBRA, SINDIFUMO, e as próprias empresas, através da mediação que agora será feita pelo Governo brasileiro.

Em qualquer situação de ameaça á produção do fumo, o interesse passa a ser único: sua defesa, mesmo que o produtor admita, intimamente, que acaba alienando ás empresas seu sobre-trabalho, contribuindo para os lucros das fumageiras.⁷² Em suma: todos agem e reagem á uma lógica imposta pelo mercado, estando profundamente emaranhados, e dependentes, dominados, nessa teia. Pior, um mega-mercado, pois se trata de um mercado internacional.

Aqui cabe a intervenção discordante de Bourdieu, sobre a concepção de classe social de Marx, numa revisita. Para Bourdieu, as relações de classe não se fundam na dicotomia:

⁷⁰ Segundo Bourdieu, a interferência estatal na política de preços, ocorre de forma disfarçada, camuflada em justificativas técnicas. Mas ela é extremamente dependente do campesinato, na relação de forças políticas e interesses que representam para a expansão e manutenção da agricultura pré - capitalista onerosa, mas segura, estável, o que rende ao Estado, que se utiliza dos encantos, da visão bucólica e romântica do campo.(através do turismo rural, por exemplo, tão na moda e presente nos discursos de vários políticos).

⁷¹ Organização Mundial de Saúde.

⁷² Além de a tecnologia permitir esse aumento de área plantada, há uma grande euforia do agricultor com os resultados positivos que o fumo vem apresentando, ano a ano (principalmente se comparando com a produção de leite, feijão, etc.). A área plantada em 2001/02 cresceu 17,6 % (298.530 há cultivados), e o número de famílias plantando passou de 134.930 para 153.130.⁷² A safra colhida em 2002 rendeu cerca de R\$12.000,00 a cada produtor, acarretando também a elevação dos investimentos em maquinários, em cerca de 20%, pois este agricultor tem crédito, financiamento para adquiri-los, seja diretamente com os bancos, seja pelas próprias empresas. Além do mais, a oferta do produto, acarretado pelo aumento de área plantada, coloca em risco uma boa colocação e o preço no mercado. Mas na primeira quinzena de outubro (2002), a natureza abalou este otimismo. A chuva em excesso, caída na região dos Vales- centro do Estado- atrasou a semeadura, pois a terra ficou inundada. A expectativa era de que este atraso no início do plantio acarretará uma perda significável. A natureza dá conta daquilo que chamamos imponderável, sendo algo que a ordem econômica não consegue dominar. A natureza devastada, trabalhada para ser “produtiva”, esgota sua “paciência e tolerância maternas”, e se não revida, reage.

econômico *versus* ideológico. Tão pouco na problemática ortodoxa marxista de que tudo acaba por se reduzir ao econômico. Relações de classe são, antes, “relações de força e sentido”. Repensando o simbólico, ou o que se denomina: sociologia da cultura, Bourdieu nos alerta para a importância, a imprescindibilidade, na análise estrutural das relações de classe, do estudo simultâneo das relações econômicas com as práticas culturais, que, além de estarem interligadas, se reproduzem através dos processos de interiorização e exteriorização de subjetividades.

“O habitus é um território em constante desterritorialização, e que reage ao ser brutalmente manipulado por um universo que aniquila relações, e que se articula em campos (jurídicos, políticos, religiosos, etc.), que acaba por aniquilar subjetividades, elimina o romance pessoal e a mitologia de um sujeito habitado por uma multiplicidade que faz dele um sujeito plural, atento à alteridade”.(BOURDIEU:1999).⁷³

Bourdieu repudia o conceito comum de classe, indicando a natureza não-mecânica das relações existentes entre a posição ocupada pelas pessoas no espaço social e o seu estilo de vida. À mediação entre a posição no espaço social e as práticas, preferências, ele chama habitus: “uma disposição geral diante do mundo, que pode ser relativamente independente da posição ocupada no momento considerado, por ser um rastro de toda uma trajetória passada. Além disso, há um vínculo forte entre as dimensões diferentes da prática, modo de falar, o que se lê, o que se ama, etc.”⁷⁴

⁷³ Conceito extraído da obra de Pierre Bourdieu, “O Campo Econômico-a dimensão simbólica da dominação”, ed. Papirus, 1999.

⁷⁴ Ob. Cit.

Daí as alianças entre simples camponeses e empresários. Isto também se aplica ao comportamento, ao discurso dos camponeses produtores de fumo face aos “outros” camponeses que produzem outros produtos, e, principalmente quanto ao MST.

Apesar de economicamente diferenciados dos “outros”, mantêm seu estilo de vida camponês, o que se explica, segundo Bourdieu, pela “estrutura do comportamento”, cujos gostos e modos são resultados de uma “alquimia, de uma transformação, uma elaboração de sentido da unidade e da coerência, que não é coisa da consciência”, mas porque há um “princípio de organização inconsciente” (*ob. Cit*). Ou seja, sendo o *habitus* uma espécie de “programa”, um “princípio de invenção”, produz condutas semi - imprevisíveis, pois estão sempre dentro de certos limites, onde se pode criar.

Para Bourdieu, não há porque pensar em classe social em termos de grupos sociais delimitados, justapostos hierarquicamente. Há que se pensar e visualizar-se em termos de espaço social, pensado analogicamente ao espaço geográfico. O espaço social tem sempre uma estrutura, com pessoas em cima e embaixo, no meio. Um espaço não é algo dado, mas construído, com uma distribuição idealizada sobre uma dupla dimensão: a do conjunto de posições dentro da estrutura de um dado mundo social; e uma outra composta pelo conjunto de práticas e propriedades que estão estruturalmente ligadas á essas posições. Os indivíduos se distribuem sobre essa estrutura, conforme a sua posição nas distribuições dos grandes capitais, capital e cultural. Quanto mais afastadas as pessoas entre si, dentro dessas distribuições, maior a sua distância social. Isso sob o ponto de vista físico e simbólico.

Portanto, os camponeses estarão sempre nessa condição ou posição, mesmo que não possuam em comum todas as propriedades.

Da mesma forma, numa situação de crise, como a campanha antifumo, onde há uma aproximação entre os camponeses e as empresas, ela é provisória (e frágil), e não os coloca numa mesma posição na estrutura, no espaço social.

Quem tem capital, econômico e cultural, para liderar uma contra-campanha, no caso dos fumageiros? Aquele que está na posição hierarquicamente superior, que possui ambos os capitais, e, por isso, tem poder de barganha. Aliás, em que pese termo afirmado que existem alianças entre as duas classes, são as empresas, e antes delas, o mercado, quem ditarão quanto, como, o tipo, etc., de fumo que se quer, e, principalmente quanto vale o produto e o trabalho dos agricultores.

No caso de Santa Cruz, onde há um componente étnico relevante, cabe a assertiva de Bourdieu, de que as estruturas objetivas (ou objetivadas), e as estruturas mentais incorporadas, são resultado da história, individual e coletiva: “as estruturas sociais são geradas na prática - individual e coletiva”.

O discurso apresentado nos programas afetos ao meio-ambiente, ecológico, da erradicação do trabalho infantil, dentre outros, é um discurso proferido também por uma exigência do mercado (agora nem tanto econômico, no sentido restrito do termo) ecológico, das exigências burocráticas e jurídicas produzidas pela OIT, por exemplo.⁷⁵

Se todo discurso, na ótica bourdiana, tem um preço antecipado, é porque importa muito como ele é proferido. Se ele é aceito pela sociedade ou segmento ao qual dirige-se um determinado discurso.

⁷⁵ Bourdieu reintroduziu o mercado. Ao falarmos, estamos produzindo um produto, que, como qualquer outro, sujeita-se a uma interpretação e avaliação. Essa avaliação ocorre porque há uma antecipação do preço do produto, a qual interferirá na produção dessa fala. Conseqüentemente, ao produzir um discurso, levo em consideração os efeitos que serão produzidos no meu interlocutor. Essa antecipação do preço do discurso permite determinar, previamente, a sua forma, o seu conteúdo.

Os camponeses produtores de fumo, os “integrados”, não possuem competência para fazer valer seu discurso, seja na OIT, seja na negociação do preço do seu produto com as fumageiras. Isto porque, conforme Bourdieu, a competência se situa objetivamente, em relação a um universo e as competências concorrentes, as quais definirão de modo objetivo, o valor atribuído.

O próprio camponês é freqüentemente produtor de um autodiscurso sobre “não saber falar”. Língua é uma coisa, falar é outra. Há um uso social da fala, para estigmatizar ou festejar: “há uma ilusão sobre o comunismo lingüístico, uma ilusão de que todos participam da língua como do sol, da água, (...)”. A participação está longe de ser homogênea, e a competência para falar na realidade é uma arma, um instrumento de diferenciação, monopólio dos dominantes, para tornar seus discursos ou ideologias hegemônicas. As desigualdades de competência são visíveis no dia- a- dia das pessoas. Há um “monopólio” dos “bens lingüísticos” tanto quanto dos bens econômicos: “A língua é um artefato histórico, produto de um trabalho social operado pela conjunção de um conjunto de agentes. É um artefato produzido na concorrência (como qualquer produto cultural) entre escritores, gramáticos, etc. Esta luta concorrencial, produz como efeito não apenas a língua legítima, mas o culto á língua legítima!”. (BOURDIEU: 1999)

Isso também não estaria por detrás do uso quase massivo da língua alemã (que, além de européia, primeiro mundista, portanto, lhes remeteria diretamente ao *ethos* alemão, tão decantado no passado imigrante!) principalmente na zona rural de Santa Cruz.

As relações de comunicação são também relações de poder, onde o mercado lingüístico determina o preço, que por sua vez orienta a produção do discurso.

O poder simbólico só existe se, se fizer conhecer e se for reconhecido. É sinalagmático, uma via de duas mãos. Só será eficaz, enquanto poder, se for exercido no plano do sensível, do conhecimento, embora isso não implique em conscientização. Os agentes sociais (no caso as empresas e a própria AFUBRA) e os dominados se aliam numa cumplicidade tênue e relativa, quando certos aspectos do mundo social estarão além ou aquém da crítica. Os efeitos do poder simbólico se fazem presentes aí, nessa adesão, um tanto constrangida, dos dominados ao discurso dominante.

Nas entrelinhas, e mesmo nas linhas dos discursos programáticos, principalmente quando falam do trabalho infantil, ou seja, dos filhos dos camponeses, dominados, há uma imposição, um constrangimento, ousamos dizer uma “chantagem” do mercado. O intuito, mais que tudo, é o de neutralizar o discurso sobre a sempre iminente proibição de plantar-se o fumo! No discurso de defesa apresentado por quem representa os interesses de todos aqueles ligados ao fumo, está destacado, primordialmente, o aspecto sócio-econômico. A língua falada é a economia, fala-se em sobrevivência das populações que lidam com a fumicultura. Assim se está produzindo condições sociais para eficácia do discurso, tanto por parte dos dominados, quanto dos dominantes.

Ao nos falar da dimensão simbólica do que ele chama dominação econômica, Bourdieu evoca o conjunto de processos que em ambas as ordens (econômica e simbólica) andaram junto com “a abertura objetiva do mundo camponês”, os quais de certa forma neutralizaram a autonomia relativa que tinham os camponeses, permitindo-lhes uma resistência aos valores “centrais”: eram pouco dependentes do mercado, vista o autoconsumo e o seu

isolamento geográfico, aliado às condições precárias de mobilidade, transportes, garantindo-lhes um fechamento, considerável, num mundo social de base local. Esse fechamento possibilitava o que Bourdieu chamou de “particularismo cultural”, fundado numa resistência às regras urbanas, principalmente em termos de língua, religião e política.

Os colonos de Santa Cruz, imigrantes alemães, devido à situação de isolamento compulsório, já descrito por nós no capítulo anterior, fecharam-se sobremaneira, particularmente em razão de sua etnia. Tanto no passado quanto no presente (lá atrás por razões um pouco diversas, pois se lhes era imposto o isolamento, geográfico e social) o referencial político (as escolhas) era local, imediato, justamente em virtude da posição hierárquica dentro e fora de seu cosmos. As estratégias eram todas para se fecharem, na hierarquia interna por eles construída, formando uma barreira ao “macrocosmo social” (urbano), e a posição que este lhes atribuía (ao seu microcosmo). Quanto mais se foram unificando os mercados, simbólico e econômico, mais frágeis foram ficando os valores camponeses, tradicionais, incapazes de concorrer com os valores dominantes. A dependência vai se tornando cada vez mais profunda, agora sendo percebida e reconhecida, assumida (mesmo que involuntariamente). Por isso ouvimos dos entrevistados (um deles liderança da federação dos agricultores do RS) que a dependência do agricultor é uma consequência inevitável, seja do governo, das empresas fumageiras, dos oligopólios, etc.

A agricultura, e, sobretudo o fumo, está cada vez mais dependente do mercado. Os insumos, a tecnologia, não rara, mas geralmente, coloca-os em situação de tomadores de empréstimos, desequilibrando-os não apenas financeiramente, mas na sua lógica de reprodução, sobretudo no seu *ethos de trabalho*. Dependem, de imediato, dos produtos (fumo),

e, mediatamente, do mercado. O preço, o desequilíbrio entre a oferta e as procuras do produto, a proibição da plantação e comercialização, são ameaças ainda maior que a própria natureza.

A representação que este camponês tem de si mesmo, oscila entre sentir-se como um quase - assalariado, e a de pequeno, mas proprietário de terra: produtor. A expressão “integrada” não é muito comum nas suas falas, o que pode refletir, mesmo que intuitiva e inconscientemente, a sua não - integração ao sistema, mas sim sua adesão. Da mesma forma a problemática da utilização de trabalho infantil, na forma como a legislação define o que seja exploração do trabalho infantil: lá, não acontece (ao menos no presente), ou é algo que acontece apenas em outros tipos de cultura, como cisal, laranja, etc. Os agricultores aderem aos programas, porque têm “papel”, contrato com cláusula específica exigindo a comprovação da escolaridade de seus filhos, não porque admitem o se reconhecem nessa condição, pois o trabalho familiar é algo inseparável de sua concepção de vida e trabalho. Portanto, é algo a ser introjetado, não compreendido, embora “aceito”:

“O princípio de poder das palavras reside na cumplicidade que se estabelece, por meio delas, entre um corpo biológico, o do porta - voz autorizado, e corpos biológicos socialmente moldados para reconhecer suas injunções, e que são os ‘ sujeitos falados’, os fiéis, os crentes.” (ob.cit.)⁷⁶

Veamos a AFUBRA, o porta-voz freqüente dos camponeses. Embora seja uma associação privada cujo objeto societário é o mútuo, o seguro da plantação de fumo contra tufão, possuindo lojas comerciais, presta assessoria agro-técnica aos seus associados, mas se destaca no papel preponderante que mantém na negociação do preço do fumo, como uma espécie de sindicato rural dos fumicultores. É ela quem senta á mesa para negociar com o SINDIFUMO, entidade patronal.

Sobre representação de classe que, sob um critério econômico, é quantitativa e concretamente identificável, não surge a partir da simples união de indivíduos. Albuquerque (ALBUQUERQUE: 1977) ⁷⁷ afirma que é preciso abandonar a “ilusão do concreto”, ou seja, da forma empírica de surgimento do real, “pois não se pode contar com os membros de uma classe social como se conta a tropa na hora da chamada. (...) As classes existem e se formam no conflito que as opõem” (1972:12-13).

As relações sociais são construídas, é um dar-se, num movimento nem sempre contínuo, e não a compilação de dados, esses aliás, também construções que tendem a apreender o modo pelo qual se cristaliza o *dar-se* em dado momento. Mas a forma em que surgem (não o conteúdo) são observáveis empiricamente através da manipulação de dados, como: ocupação, renda, escolaridade, etc. A partir dos dados, e pode analisar uma classe social. Em suma, a observação empírica não fecha o conceito, não submete os dados de forma a naturaliza-los ou essencializa-los. Observa-se para questiona-los, buscar aquilo que não está explícito, o oculto e subliminar.

As classes guardam um sentido coletivo, próprio, sendo constituídas por pessoas com vontades, capacidade de agir e interagir, transformando sua realidade, ainda que vivam sob um signo de alienação, e, em graus diversos, a um conformismo e resignação, frente às imposições do capitalismo. São as pessoas que se relacionam entre si, através do mercado, cujo trabalho e sobre -trabalho se submetem á lógica deste mercado (meio e fim). Elas estão agrupadas em função da concorrência mercantil, que lhes coloca numa dada posição na estrutura, na estratificação social. Assim, as relações entre capital e indivíduos, são realizadas através de

⁷⁷ Albuquerque, Guilhon (coord.). Classes Médias e políticas no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1977.

relações entre indivíduos e grupos, que se relacionam a partir e para um mercado, para quem alienam sua força de trabalho.

As relações entre as classes sociais são, portanto, uma expressão diferenciada que se constitui numa dada estratificação social. A estratificação social não é uma superestrutura jurídica e política, que possui, interna e compartimentada, uma estrutura econômica onde se instalam as classes.⁷⁸

É no processo de “luta” que se constituem as classes sociais: “Não existe uma classe em si que, no dia especialíssimo de Pentecostes, recebesse a dádiva da consciência. Existir, para um grupo social, notadamente significa a travessia do em si até o para si, a aventura do processo de sua identificação” (GIANNOTTI: 1983:337)⁷⁹.

Está-se, então, diante de representações que são constituídas para construir a identidade de classe. Mas no caso desse estudo, não há qualquer possibilidade de se falar em identidade de classe, mas sim um interesse comum que acaba minimizando a distância entre classes muito distantes na estrutura social. Isso, somado à solidariedade étnica, acaba compondo uma forte aliança, esboçando uma identidade entre os oligopólios fumageiros e os Colonos do Fumo, em contraposição a todos os “outros”.

78 Nos parece que, conforme conclui Ridenti (RIDENTI: 1994), “os estratos e ou grupos sociais são formas empíricas de aparecer a relação entre capital e trabalho, a relação entre as classes fracionadas pela concorrência mercantil numa infinidade de partículas, vale dizer, de estratos-agrupados conforme critérios de observação empírica do pesquisador.” E, ainda, que as classes “ só se deixam observar através de formas particulares de manifestação empírica, geralmente sob formas de desigualdades de fortunas, de posição econômica, etc. Não se deixando apreender em sua inteireza no plano empírico, as relações de classe, tais como outros conceitos de origem marxista- valor, mais- valia, etc.- são algo a desvendar, descobrir. (SALLUM JR, Brasília. “ O conceito de classes sociais: para além do empirismo”, citação de RIDENTI: 1959 ed. 1994.SALLUM JR, S/D:11,12)

79 GIANNOTTI, José A. “Em torno da Questão do Estado e da Burocracia”. Estudos Cebrap. SP, 20:111-129, abr/mai/jun. 1977.

4- AS AMEAÇAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FUMICULTURA

4.1. OTRABALHO INFANTIL NA FUMICULTURA

Algumas questões significativas têm sido levantadas por serem consideradas “problemas típicos” do campesinato: a relação com o meio-ambiente, pois na concepção camponesa trata-se da lavoura *versus* “o mato”, sendo os agricultores, alvo dos discursos ecológicos, freqüentemente acusados de desmatamento e devastação; o uso intensivo do trabalho familiar, e conseqüentemente o uso da mão-de-obra infantil na lida e no serviço doméstico; e, no caso estudado, em se tratando de produção de fumo, a polêmica por não se tratar de alimento, além de ser objeto de campanhas internacionais antitabagismo.

Uma das questões mais sensíveis, e causa de preocupação cada vez maior no mundo contemporâneo, é o uso da força do trabalho infantil.

Na zona rural, o trabalho infantil expressa uma contradição, pois é causa da resistência da economia camponesa, principalmente quando há uma modernização segmentaria de muitas plantações, particularmente daquelas que requerem mão –de- obra intensiva, como o caso do fumo na região por nós pesquisada.¹

¹ O conceito de trabalho infantil formulado pela Organização Internacional do Trabalho –OIT refere-se a todo trabalho ou atividade econômica que é realizado por crianças, meninos ou meninas, menores de 15 anos, qualquer que seja a sua condição laboral: assalariada, autônoma, familiar ou remunerada etc. Ainda segundo a OIT, trabalho infantil é aquela atividade realizada por um menino ou menina, que não seja uma atividade educativa, formativa ou lúdica.

Caracterizar ou conceituar trabalho infantil não é tão simples quanto demonstram os conceitos, pois muitas crianças atuam de modo “invisível”, uma vez que, na maioria dos casos, são utilizadas no trabalho doméstico familiar (tanto no meio urbano quanto rural) não apenas no âmbito interno da casa, mas também ajudando na horta, na colheita e na criação de pequenos animais, e isso, para seus pais e familiares, não seria propriamente trabalho, mas sim um “ajutório”, necessário e indispensável para a sobrevivência da própria unidade familiar. O trabalho infantil, para o colono, é “trabalho de fraco”², pois ainda não está na lida, restando-lhe apenas atividades similares às femininas: ordenha, cuidado com a horta e pequenos animais, etc.

Embora a legislação diferencie crianças de adolescentes, distinguindo os menores de dez anos (crianças), a faixa etária entre 10 e 14 anos (pré - adolescentes), e, sobretudo, aqueles que têm entre 15 e 17 anos de idade (adolescentes), implicando numa distinção por fases de maturidade e desenvolvimento bio-psíquico, na família camponesa essa diferenciação é recente e é produzida de fora para dentro, ou seja, é um conceito importado da sociedade envolvente.³

² Para a OIT, o serviço doméstico é uma força de trabalho convertida em mercancia, ou seja, uma atividade destinada á reprodução da força de trabalho, quer se use ou não trabalho assalariado. O Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas considera que a produção de bens e serviços inclui a produção de mercado e alguns meios de produção e elaboração de produtos primários para o autoconsumo, como uma atividade econômica (inclusive a construção de suas habitações por conta própria, em regime de mutirões). Mas esse sistema exclui as atividades não remuneradas, como as tarefas domésticas não - retributivas e os serviços voluntários para a comunidade. A expressão trabalho infantil engloba as tarefas domésticas realizadas por menores de 15 anos de idade, no próprio domicílio de seus pais ou familiares. Entretanto, há um tratamento diferenciado para os maiores de 14 anos. A OIT condiciona a formação executada por empresas através de programas de formação somente a partir dos 14 anos de idade.

³ Para a OIT será a idade mínima de admissão ao trabalho que definirá o que é a infância. Na maioria dos países da América Latina, se têm apenas informações acerca de grupos com idade compreendida entre 10 e 14 anos, e até de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos, mas não se tem informações precisas sobre trabalho prematuro de crianças que ainda não completaram sequer os 10 anos de idade (faixa etária de 6 a 10). Excepcional e eventualmente permite - se o trabalho aos 12 anos, em trabalhos leves, sob condições apropriadas e, principalmente, que não impeça a atividade escolar.

Na vida rural, o marco da saída da infância é o trabalho de homem, o “trabalho do forte”, quando acabam as interdições para aquelas atividades que até então, eram reservadas apenas para os homens adultos: lavrar a terra, semear, colher, etc. Portanto, adolescente é um conceito que lhes é imposto, pois na prática, inexistente esta etapa, passando-se de criança à condição de adulto. O rito de passagem da infância para a fase adulta se realiza através do trabalho.

Tendo em vistas inúmeras denúncias de uso indevido e ilegal de mão-de-obra infantil pelos produtores de fumo, inclusive de organismos internacionais como a OIT⁴, as indústrias do fumo, consorciadas à AFUBRA e com incentivo (além da fiscalização) do poder público, criaram programas com vistas à erradicação do trabalho infantil na fumericultura.

Uma das preocupações da OIT é a saúde laboral do futuro adulto, pois ao começar a trabalhar muito precocemente, a criança ou adolescente (portanto o futuro adulto) não terá acesso à formação adequada no plano educacional e intelectual, o que fatalmente acabará por restringir o seu ingresso no mercado de trabalho, além de sua proteção social.⁵

No caso da agricultura familiar, diante de um contexto de escassez de terra, com poucas possibilidades de manutenção das gerações mais jovens na atividade agrícola, e mesmo em atividade não-agrícolas⁶ no meio rural, além dos riscos de uma produção monocultora de fumo, extremamente dependente do mercado (externo e interno), uma cultura que está, sob

⁴ Organização Internacional do Trabalho.

⁵ A OIT condena o trabalho do menor para fins de subsistência, mas também que este venha servir à acumulação de capital. Já em 1919, a OIT já adotava 11 convênios que versavam sobre a idade mínima de admissão ao trabalho ou emprego. Em 1973 o convênio nº 138 ampliou as matérias, sendo complementado pela recomendação nº 146. Os países que ratificam esses convênios comprometem-se a abolir qualquer forma de trabalho infantil que se realize para fins de subsistência e também acumulação, bem como se comprometem a fixar uma idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho, levando em conta o ideal desenvolvimento físico e mental do futuro adulto.

⁶ Ocupações Rurais Não- Agrícolas- ORNA: pedreiros, caseiros, serviços domésticos, etc.

certos aspectos, constantemente ameaçada, essa questão se torna ainda mais delicada, pois a precária ou inexistente capacitação de jovens e crianças não lhes permitirá uma inserção positiva no mercado de trabalho formal.

O que a política internacional de erradicação do trabalho infantil visa (á qual o Brasil aderiu), de fato, é fomentar condições sócio-econômicas e valores culturais que desestimulem a exploração de trabalho infantil, estendendo uma proteção legal aos meninos e meninas, crianças e adolescentes, mesmo que não estejam diretamente sobre a tutela de um convênio firmado entre seus países e a OIT⁷, o que poderá ser feito, por exemplo, através do fomento a medidas promotoras de pleno emprego.⁸

Essa questão (trabalho infantil e adolescente) está intimamente atrelada á evolução do mercado laboral. Na atualidade, o desenvolvimento das economias latino-americanas tem apresentado um peso crescente das atividades informais, além da perda de importância e desregulamentação de algumas atividades formais. Há uma escassa criação de emprego no setor da economia moderna, uma crescente diminuição do papel do Estado como empregador, uma queda dos salários reais e dos aportes ou entradas, além da persistência e aumento visível da pobreza e da miséria na maior parte dos países da América Latina. Talvez não seja coincidência, que se tenha acentuado tanto a precocidade quanto à prolongação do ciclo de vida laboral, onde idosos, já aposentados, retornam á uma atividade qualquer, que lhes remunere de

⁷ Em razão de seu país de origem não tê-lo ratificado, além das recomendações quanto ao tema, feitas pela OIT (as quais possuem força normativa) ou, após tê-lo feito, denunciou-o, i.e., desistiu de cumpri-los.

⁸ O Governo Federal brasileiro, no ano de 1996, lançou o *PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Entre 1996 e o ano 2000, o governo federal empenhou-se sobremaneira em engajar os Estados do Norte e Nordeste do país, pois nessas regiões havia indicativos de uma maior concentração de trabalho infantil. Mas, segundo fontes governamentais, no Estado do Rio Grande do Sul ainda se possui cerca de 31 mil crianças trabalhando na zona rural e cerca de 12 mil no meio urbano.

alguma forma, (via de regra em atividades informais) subempregando-se, além do aumento crescente da proporção de meninos e meninas que começam a trabalhar na tenra idade.

Há uma definição de trabalho infantil chamada “ampliada” (OIT), a qual adotamos aqui, que considera a atividade infantil equivalente á uma atividade econômica, a partir do momento em que atrapalhe ou exclua o prosseguimento da escolaridade da criança e do adolescente, como por exemplo, quando uma criança se dedica quase integralmente a uma tarefa doméstica, para que seus pais ou familiares possam exercer outra atividade fora do lar, onde esta criança executará tarefas que acabará, dentre outras conseqüências nefastas, excluindo-a do sistema escolar. Trata-se de uma atividade ou tarefa excludente. Por exemplo, quando uma criança cuida sozinha das tarefas domésticas além de outras crianças menores, quando o lugar de execução das tarefas é a própria moradia, onde as tarefas inerentes á reprodução familiar, o âmbito de produção e reprodução social e familiar estão intimamente relacionados, exatamente como na economia camponesa, baseada no uso da força de trabalho familiar.

Em Santa Cruz do Sul, as empresas fumageiras (com destaque para a Cia Souza Cruz do Brasil) consorciadas á AFUBRA e ao Poder Público (Ministério Público Estadual e Prefeitura Municipal), uniram suas forças para conformarem as práticas e ideologias inerentes aos pequenos produtores e agricultores (fornecedores da matéria-prima das fumageiras) ás exigências legais, nacionais e internacionais.

Creemos que esta ação conjunta e coletiva vem exatamente na esteira da pressão exercida pelos organismos internacionais (o que, logicamente, não lhes retira o valor positivo da intervenção), com vistas á promoção de novos paradigmas para as seguintes questões: erradicação do trabalho infantil na agricultura; agricultura e preservação do meio-ambiente,

envolvendo o uso e manipulação de agrotóxicos (especialmente quanto á cultura do fumo), envolvendo questões sanitárias; cessação do desmatamento indiscriminado e programas de reflorestamento (para fornecimento de lenha para os fornos); além, é claro, das campanhas antitabagismo, em âmbito nacional e internacional. Na verdade trata-se da produção de um contra - discurso, com vistas a neutralizar tais pressões, que ameaçam á economia fumageira.⁹

Mas a adesão a qualquer programa exige a conscientização de todos os envolvidos, demandando uma atuação integrada dos diversos atores sociais pertencentes á comunidade.¹⁰ Essa “conscientização”, na verdade, consubstancia-se numa exigência contratual, pois é uma das cláusulas do contrato de fornecimento de fumo para as indústrias fumageiras. Assim, aquele “produtor integrado” que não adere á política de erradicação do uso do trabalho de seus filhos menores poderá ter seu contrato de fornecimento rescindido.¹¹

A força jovem é um hábito tradicional e característico do camponês, sendo muito difícil a incorporação de um novo hábito, que, inclusive, poderia ser considerado um obstáculo á sua reprodução social.¹²

⁹ Em julho de 2000, a Souza Cruz implantou nos municípios de Santa Cruz do Sul (RS), Araranguá (SC) e Rio Azul (PR) o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na pequena propriedade familiar”⁹. Tal programa utilizou-se de pesquisas realizadas junto aos jovens rurais e seus pais, levando em conta os aspectos econômicos e culturais típicos deste segmento, buscando uma mudança comportamental através de um processo educativo, qualificado como “educação para valores”, propondo, sumariamente: 1. os filhos completarão, no mínimo, o ensino fundamental; 2. aceitação da inclusão do tema Direitos da criança e do adolescente entre aqueles que compõem a assessoria técnica dos orientadores agrícolas; 3. incentivar a participação dos filhos em cursos de aperfeiçoamento ou capacitação técnica; e 4. não permitir que os filhos menores de 18 anos usem, manipulem, apliquem agrotóxicos.

¹⁰ Diversas reuniões foram realizadas durante o ano 2000, reunindo lideranças comunitárias, representantes de igrejas, Conselhos Tutelares e secretarias de governo, prefeitos e vereadores, professores e diretores de escolas, além de órgãos de imprensa.

¹¹ O Ministério Público Estadual é o órgão fiscalizador desse programa, através do acompanhamento pela Vara da Juventude e Infância, fazendo, inclusive, trabalho de campo junto aos produtores.

¹² A UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, elencou algumas condições para considerar o trabalho executado por crianças prejudicial ao desenvolvimento bio-psíquico.

1 – atividade laboral realizada em período integral, em idade precoce (muito jovem);

Através do Instituto Vox Populi fez-se um *Censo dos Produtores de Fumo e seus Filhos*, para levantar qual seria o “universo valorativo” da comunidade envolvida. Fundamentalmente, buscavam - se informações a respeito da utilização de mão-de-obra infantil e juvenil na agricultura familiar fumageira. A meta programática, ao final da pesquisa, era fomentar a criação de oportunidades educacionais para os jovens do meio rural, especialmente a capacitação técnica, de modo a assegurar-lhes melhores possibilidades futuras, tanto em nível pessoal quanto profissional.¹³ A partir de seus dados instituiu-se o Programa: O Futuro é Agora”.¹⁴

2 – atividades que impliquem em longas jornadas;

3- atividades que produzam situações de estresse físico, social ou psicológico, ou ainda, que prejudiquem o pleno desenvolvimento psicossocial;

4 - o exercício de atividades realizadas nas ruas, sob condições de risco à saúde e à integridade física e moral das crianças;

5 – atividades que sejam incompatíveis ou prejudiquem a frequência escolar;

6 – atividades que exijam responsabilidades excessivas ou incompatível com a idade da criança ou adolescente;

7 - atividade que comprometa e ameace a dignidade e a auto-estima da criança, especialmente se relacionado a trabalho forçado, com exploração sexual e;

8 – quando dor um trabalho sub-remunerado.

¹³ Também, foram realizados estudos técnicos com vistas a identificar quais as atividades não- perigosas e não-insalubres da produção agrícola que poderiam ser desempenhadas por jovens entre 16 e 18 anos, ou seja, em conformidade com os parâmetros legais vigentes na ordem mundial. Com base nestes resultados, o *Instituto Souza Cruz*, criado em 2000, vem desenvolvendo uma segunda etapa do programa, voltada para ações de apoio a escolas do meio rural, promoção de cursos de capacitação para os filhos dos produtores, conjuntamente a entidades de formação técnica, mantendo ainda uma espécie de ação fiscalizadora, através do monitoramento da situação escolar dos filhos dos produtores junto às Secretarias de Educação dos estados, promovendo inclusive visitas aos produtores, para acompanhar o cumprimento da legislação laboral, com vistas à proteção da infância e da adolescência.

¹⁴ “O FUTURO É AGORA...” Foi (e é) uma iniciativa regional (abrange os três estados do Sul: RS, PR e SC) envolvendo produtores e as indústrias fumageiras, unindo-os na preocupação para com as políticas governamentais destinadas à erradicação do trabalho infantil. Assim, em 25 de novembro de 1998, com a assinatura do “Pacto do Setor Fumageiro pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na Produção de Fumo” nascia este programa. São 14 os signatários deste pacto, e está sob a coordenação da AFUBRA e do Sindifumo, compreendendo os três projetos anteriormente citados: *Protetor da Criança e da Terra* (Certificado de Capacitação do Produtor de Fumo), *Indústrias Parceiras da Escola* (apoio das empresas às escolas públicas e à educação dos filhos dos produtores de fumo) e *Criança Feliz é Criança que Estuda* (uma campanha de esclarecimento público sobre a necessidade de se prevenir e erradicar o trabalho de menores de 16 anos, combatendo a evasão escolar). São 12 empresas signatárias do Programa. Segundo o presidente do Sindifumo, Cláudio Henn. “Na primeira fase, contamos com a adesão de 2.700 produtores dos 4 mil envolvidos no projeto-piloto, que receberam a certificação de adesão como prêmio por manterem seus filhos na escola”. A demanda dos jovens foi por cursos profissionalizantes, realizados pelo Sebrae e Senar., de Administração Rural, com a participação de 38 alunos em Rio Azul, 29 alunos em Araranguá- SC e 23 em Santa Cruz do Sul- RS. “Nossa

Houve, por parte dos agricultores, uma confusão muito grande entre erradicação do trabalho infantil e a erradicação das próprias crianças do meio rural. Segundo dados colhidos pelo Censo, elas (jovens e crianças) acabam cursando apenas até a 4ª série, para engrossar a mão- de- obra familiar.¹⁵ Mas, ao mesmo tempo, os cursos de aperfeiçoamento e capacitação de jovens agricultores ajudam a família na tentativa de mante-los no campo, evitando o êxodo bem como a perda da mão- de- obra.

Segundo dados oficiais locais ¹⁶ em 1999- o índice de reprovação nas escolas de Santa Cruz do Sul caiu de 26 para 11.

Nas tele-salas do interior, temos adultos e idosos que chegam a caminhar 18 km (ida e volta) para completar, ou até mesmo iniciar seus processos de aprendizado escola. ¹⁷

Os dados apontam para um aumento da média em Santa Cruz, que, em 1996, era de 9,7 alunos por professor, e em 2000 foi de 16,5 alunos para cada professor. No ano de 2000, em toda a rede, seriam 12.154 alunos, na faixa etária compreendida entre 0 e 7 anos.¹⁸

expectativa é atingir, nos próximos três anos, os 135 mil produtores de todas as empresas do setor de fumo na Região Sul”, conclui o presidente do Sindifumo. O gerente de Assuntos Corporativos do Departamento de Fumo da Souza Cruz, no Rio Grande do Sul, o administrador de empresas Haroldo Roedel, um dos coordenadores do programa ambiciona: “Queremos, em três anos, ter todos os 45 mil produtores comprometidos em não utilizar o trabalho de menores de 16 anos na pequena propriedade (...)”.

¹⁵ O trabalho da Souza Cruz está sendo executado pelos seus funcionários orientadores dos produtores integrados. Após levantar o perfil do trabalho familiar junto às famílias que vivem da produção de fumo, a Souza Cruz traçou sua estratégia: “Não temos tempo a perder. Quando se trata de crianças, o futuro é agora. (...) Não vamos assumir o lugar do Governo. Vamos despertar nos pais os seus direitos de manter as crianças nas escolas. (...) as empresas têm que ser uma caixa de ressonância, assumindo sua parcela de responsabilidade social, mas em parceria com a sociedade e o poder público.”

¹⁶ Secretária municipal de Educação de Santa Cruz do Sul/RS, Jane Aline Kunn.

¹⁷As tele - salas têm, hoje, 439 alunos acima de 15 anos e funcionam em mini auditórios, geralmente das 19 às 22 horas. Só da Souza Cruz, em 1999, 600 funcionários safristas freqüentaram as tele - salas e, em 2000, 900 foram matriculados.

¹⁸ Há uma recomendação do Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação, de que se tenham cerca de 25 alunos para cada professor. Em recente levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Ensino de Santa Cruz do Sul, os dados sobre a evasão escolar demonstram que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nas áreas de plantação de fumo, já se tem resultados que justificam e validam os investimentos no Programa. Em Alto Paredão, por exemplo, município localizado a 45 km de Santa Cruz, via estrada de terra,

Mas, em nossas entrevistas e conversas, percebemos uma mistura de “mágoa” e resignação dos pequenos proprietários, chefes de família, o que nos faz pensar numa certa adesão “constrangida” ao programa, pois no fundo não acham que utilizam indevidamente a força de trabalho de seus filhos. Pergunto ao Seu Browner, com quantos anos começou a ir pra lavoura com seu pai:

Com nove, dez anos eu já tava sempre trabalhando...Até o presente momento...Não fazia muito, mas ajudava o pai e a mãe...E aí foi indo...Eles ficaram mais velhos, foram parando, e eu fui, continuando... Até hoje tô nessa. P: Aí os filhos foram entrando? R: Aí um filho entro, o outro foi estuda. P: O que ficou ajudando o senhor não quis estudar? R: Não, agora ele resolveu estuda, ele tá estudando.[Tem 31 anos, é o primogênito] Oito anos de diferença entre os dois. Puxo conversa com o filho que trabalha ali: Quero estudar para poder ganhar melhor.[Pergunto-lhe se quer fazer uma faculdade ou um curso técnico, ligado á agricultura, técnico agrícola ou engenharia agrônômica]: Não, porque já sei isso tudo sobre terra. Quero é ganhar melhor. Se não for pra ganha mais, não compensa. É casado e com um filho de mais ou menos cinco anos. A esposa trabalha no comércio, no mercado central de Vera Cruz. Esta terra era de seu pai? O senhor tem irmãos?Esta terra já era dele. Sou filho único. O Chico (Clairton) não quis ficar aqui, o outro aquele que tu viu ali, trabalhando no fumo, já quis.

Entrevistando outra família, pergunto a Seu Mueller se o rapazinho trabalha com ele:

O guri, Sinésio (13 anos) está no Colégio, 8a série. A produção, segundo ele, dá para sustentar as três famílias: ele a mulher e o caçula, além dos dois filhos casados, e netos. As crianças...Elas ajudam, aprendem...Eu desde pequeninho, sempre ajudei, fui á escola... Hoje é diferente...Tem campanha contra! Não é mais como antigamente...Nesta parte é bem mais fácil hoje prá criança.”“ Por aqui eu nunca vi criança mexer com agrotóxico...Isto que falam de trabalho infantil é coisa de outros lugares...Cortador de cana, de lenha, de casca de acácia.¹⁹

no ano de 1996 possuía o maior índice de evasão escolar da região - 9%. Em 1999, este índice caiu para 4%. "Em 1999, tínhamos 51 alunos nas salas rurais. Em março de 2000, foram 439 matriculas. Os cursos em parceria com o Sindifumo, Afubra e as empresas do setor ensinam o manejo da terra, trazendo novos conhecimentos e desenvolvendo uma consciência de respeito. Você só respeita o que conhece", conclui a secretária municipal de Educação.

¹⁹ Diário de Campo - entrevista com a Família Muller.

Como observa Barcellos²⁰, observando a relação entre a ajuda, necessária para a manutenção da família e o conhecimento, em tese sem qualquer co-relação com a lida: “Os pais possuem dificuldade de expressar o vínculo que percebem existir entre a *ajuda* e o aprendizado. A escola parece ainda distanciada do ensino voltado para a “lida” na propriedade rural. A criança alterna a escola, a “ajuda” e o brinquedo. (...) O futuro que aspiram para os filhos oscila entre vê-los na lida da sua própria terra, ou vê-los “no mundo” - na cidade -, mas protegidos pelo “estudo” que a escola oferece.”

4.2. O AGROTÓXICO, O VENENO

Nós plantava fumo, primeiro fumo de galpão, em Cerro Alegre Alto, 1º Distrito de Aliança. Primeiro a gente plantava o [fumo] de forno. A gente vendia...Aí, no início, naquela época, eu não gostava, nunca, de colher fumo...Desde criança, eu me lembro, eu tinha um problema. Quando eu me lembro da situação do fumo, eu tinha muita azia, muita dor de cabeça, desde criança... [Pergunto: será que era por causa do agrotóxico, do veneno?] Olha, não sei se tinha a ver... Eu acho que até, que podia ser, porque antigamente a gente não tinha cuidado nenhum de usar isto...Eu tinha muita dificuldade de me abaixar e tirar o “baixeiro”. Quando passa numa rola de fumo e vejo aquela parte de baixo, que agente chama de baixeiro, a sujeira de baixo, me lembro da minha dor de cabeça antiga...O que a gente passa!.BAH! Prá mim, era um sacrifício! Tu sabe... Tanto eu me lembro isso, que eu adorava quando, entre um pé e outro de fumo, tinha falhado e tu não precisava tirar todos os pés, e tu podias levantar um pouquinho!Ficava tonto...Lógico: isso era prejudicial. Isso eu me lembro muito bem. E aquele calor batendo nas costas.Que nem hoje...Mas hoje, esse pessoal, é tudo mais prático, Tudo é diferente do que era naquela época!

²⁰ Daisy Bracellos, em projeto da UFRGS no Assentamento Segredo Farroupilha, em Encruzilhada do Sul, escreveu um artigo intitulado “Trabalho Infantil na Agricultura Familiar: ajuda ou ensinamento?”, ainda não publicado.

O uso ou manipulação de agrotóxicos, os “venenos”²¹, é questão preocupante que gerou uma mobilização bastante heterogênea no intuito de contrapor-se ou pelo menos minimizar o discurso ecológico, desfavorável à fumicultura. Ademais, o uso de agrotóxicos é um dos fatores (é insumo) que mais afetou o desenvolvimento da agricultura familiar, pois implicou em uma menor demanda de mão-de-obra, além de limpar o terreno mais rápido²².

Entretanto o uso do equipamento exigido por lei (e pelas empresas) é problemático, não só pela inconsciência ou ignorância do colono, mas pelo clima quente do Vale, que torna seu uso quase insuportável.²³ Ademais, além da pertinência do uso ou não do agrotóxico, há

²¹ A AFUBRA também desenvolve, em sua propriedade situada em Rio Pardo, uma “lavoura experimental” de produção de fumo sem agrotóxicos, sob a orientação da FUNDAÇÃO GAIA. Nesse experimento, além de substituir-se integralmente os agrotóxicos, por produtos alternativos naturais, para controle de pragas e doenças, avaliaram-se quatro espécies de adubo orgânico: húmus de minhoca, esterco de aves, esterco de suínos e de gado. Embora os resultados tenham sido considerados excelentes, os custos da produção desse insumo orgânico, são bem mais elevados do que os sistemas convencionais, através de agrotóxicos ou defensivos agrícolas, até porque exige uma mão de obra maior, que tenha tempo para dedicar-se a essa produção, e, principalmente, que esses insumos estejam ao alcance do produtor na sua propriedade, ou seja, não tenham que adquiri-los. Mas a produção de insumo orgânico, segundo os pesquisadores, é um produto raro na região, que, inclusive, por ser composta por áreas muito pequenas, não dispõe de espaço para a produção de grandes quantidades de adubo orgânico (esterços). Essa experiência foi realizada na última safra (2001/2002) e foram apurados numa pesquisa efetuada pela AFUBRA, SINDIFUMO, FUNDAÇÃO GAIA e UNISC. Entretanto, pretende-se a continuação deste projeto pelo menos por mais duas safras. Ocorre que a Fundação GAIA, prosseguindo o trabalho iniciado em 1999, apresentou em junho de 2001, os resultados da segunda safra de fumo ecológico, sem agrotóxico, confirmando sua viabilidade financeira com alta produtividade e qualidade diferenciada. Portanto, a questão da viabilidade econômica nos parece bastante delicada, não havendo consenso a respeito, ou mesmo uma certa constância nos resultados obtidos. A partir desses resultados, integraram-se a esse projeto, o Sindifumo e a Unisc, onde se passou a realizar experimentos conjuntamente aos produtores “integrados”, ou seja, fornecedores de fumo de três empresas fumageiras: Souza Cruz, Dimon e Universal, reconduzindo duas safras experimentais com acompanhamento científico e efetivando duas lavouras experimentais adicionais junto à seus produtores. “Na granja experimental da Afubra o trabalho estendeu-se também aos pomares em conversão e a produção de hortigranjeiros em estufas. Da mesma forma, junto aos fumicultores, têm sido sistematicamente discutidos aspectos agroecológicos da propriedade como um todo, desde a produção própria de insumos orgânicos, a horta doméstica e as lavouras de subsistência, até a fitoterapia animal, os fermentados, os repelentes e os defensivos naturais. Outra parceria da AFUBRA com a Fundação GAIA é a capacitação de jovens em temas relacionados com a agroecologia, no CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – Sta Cruz do Sul, criado em agosto de 2001, para a capacitação de jovem, situado no Vale do Rio Pardo. Esta instituição forma turmas com cerca de 120 alunos, com faixa etária compreendida entre 17 – 24 anos.

²² Tal como a queimada dos solos - a coivara-, uma prática tradicional tida como devastadora pelos ecologistas.

²³ Apesar dos entraves quanto à viabilidade financeira do insumo orgânico, houve um experimento que, tecnicamente, mostrou-se bastante satisfatório, se tendo como exemplo, além da própria AFUBRA, a propriedade de Olacir Schroeder, situada em Faxinal de Dentro no Vale do Sol, utilizando esterco de bovinos (40 t/ há)

também a questão do destino das embalagens, as quais são, geralmente, jogadas ao léu, guardadas em armários ou galpões, e até mesmo enterradas, contaminando os usuários, terceiros inocentes desavisados e a terra.

Para minimizar ou até neutralizar a pressão dos ecologistas encima do uso intensivo e massivo de agrotóxicos na lavoura do fumo, a AFUBRA promoveu uma parceria ou ‘aliança’ com a Fundação GAIA, uma organização reconhecidíssima por sua atuação em defesa do meio-ambiente, e uma associação que representa os interesses dos fumicultores e indiretamente, das próprias empresas fumageiras. A Fundação pesquisa a viabilidade da produção orgânica de fumo e dos adubos, como alternativa substitutiva dos agrotóxicos, mas também acaba opinando em outras questões.

Essa parceria, a primeira vista, pode ser lida como aberração, uma contradição. Entretanto, busca respaldar este segmento econômico, usando, também, ecologistas. Isso confirma a hipótese de que existem relações diáticas em momentos diversos, conforme a convergência de interesses.

A mobilização das autoridades, empresas, entidades de classes e universidades, para tratarem do problema das embalagens de agrotóxico, parece ter surgido, efetivamente, a partir de 1997, quando a Assembléia Legislativa e Prefeitura Municipal, pressionadas pelas denúncias de intoxicação de agricultores, produtores de fumo, por mau uso de agrotóxicos, resolveram reunir-se para, conjuntamente, encontrarem soluções viáveis.²⁴ Este fato é importante para estabelecer um marco de uma aliança que fortaleceria a luta, a defesa do fumo, importante para

produzindo cerca de 2.452 kg/há, quando o sistema convencional, com agrotóxicos, produziu 2.569 kg/há. Fonte Correio do Povo e Relatório de Atividades da AFUBRA-1999/2000.

²⁴ Foram duas as reuniões, uma sobre o problema da intoxicação por agrotóxicos, e outra sobre o problema de recolhimento das embalagens vazias de defensivos, “venenos”.

toda uma comunidade, agregando classes sociais distintas e praticamente opostas em torno de um interesse comum: o fumo.

Analisamos o teor das transcrições dessas reuniões, onde, de plano, observamos que os agricultores, mesmo quando presentes na plenária, não tiveram voz ativa no processo, participando pouquíssimo da discussão, tenha sido através de suas denúncias a deputados (PT), o que desembocou nas referidas reuniões.²⁵

Os trechos destacados por nós, são falas e discursos proferidos pelos diversos atores sociais da comunidade local, e foram proferidos após as investigações promovidas pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Educação, Saúde, Ação Social e Meio Ambiente e pelo Vice - Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Ari Thessing (PT), o Vereador João Pedro Schmidt (PT) cujo resultado está assim relatado²⁶ :

“(...) 1) Todas famílias, que nós visitamos, apresentaram pessoas com problemas de envenenamento por agrotóxicos. Os sintomas que costumam aparecer, em dias quentes e úmidos, quando as pessoas estão com a roupa molhada e estes sintomas aparecem na forma de tonturas, vômitos, suores, diarréias, fraquezas generalizadas. 2) Nenhum dos intoxicados, que nós visitamos, recebeu assistência médica adequada. Todos se tratam em casa na base de chás caseiros e remédios contra enjoos, como o Plasil. 3) Somente um dos entrevistados relatou que usa equipamentos de proteção individual-vocês podem ver, aqui do lado, um destes equipamentos- mas esta pessoa que usou explicou que, recentemente, também foi vítima de intoxicação. Nos demais casos, os agricultores alegam que este equipamento é insuportável de ser usado nos dias de calor e, e a maioria deles, sequer o havia adquirido até o momento de nossa visita. 4) Diversos agricultores, que nós visitamos, já

²⁵ As inúmeras denúncias sobre a intoxicação de agricultores produtores e trabalhadores na cultura do fumo foram apresentadas aos dois vereadores do Partido dos Trabalhadores -PT (um partido minoritário na região), João Pedro Schmidt e Ari Thessing, sendo o primeiro membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, professor da UNISC, e o segundo, é Vice -Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

²⁶ Esta reunião está nos anais da Câmara de Vereadores, estando disponível na internet, de onde extraímos os depoimentos.

²⁷ Na época da pesquisa, o governo estadual pertencia ao PT, o local ao PTB e o federal ao PSDB.

participaram de reuniões com técnicos de empresa fumageiras, outros não. Isto mostra a importância de um trabalho de conscientização. 5) Um dos depósitos de embalagens de agrotóxicos, construído pela Prefeitura, localizado em Linha Felipe Nery, está cheio há dois anos sem que a Prefeitura (manter) providenciado, até aquela data, o destino adequado às embalagens. 6) Todos os agricultores afirmaram saber do perigo dos venenos que estão usando e que estão dispostos abandoná-los, imediatamente, caso haja alguma alternativa natural. Bem, esta sessão que estamos realizando hoje, é o primeiro ato oficial para discutir o assunto. É hora de partirmos para a solução dos problemas. Por isto, convidamos para pronunciar, nesta noite, representantes de diversos segmentos envolvidos: empresas fumageiras, produtores de fumo, Executivo Municipal, Promotoria Pública, especialistas em agrotóxicos.”

A posição do Partido de oposição local (PT)²⁷ está representada na fala do Vereador João Pedro, que, além de defender o discurso ecológico-não - uso de agrotóxicos- também procura deslocar o foco da questão do fumo, quanto ao uso especificamente ao fumo:

“Gostaria de deixar claro alguns aspectos sobre a nossa posição, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação, Saúde, Ação Social e Meio Ambiente desta Casa: 1º - o problema das intoxicações por agrotóxicos, é um problema grave de larga escala, que não se restringe a algumas famílias de fumicultores. Temos informações de situações estritamente semelhantes em outros Municípios que, aliás, a própria imprensa local já noticiou em anos passados (...) 2º - o uso de agrotóxicos, a nosso ver, não é uma característica somente da fumiicultura e pretendemos, dentro do possível, tratá-lo como um problema geral da Agricultura da região. Por que nossa investigação se ateve à famílias produtoras de fumo? Pelo fato de que as denúncias sobre intoxicações, que chegaram ao nosso conhecimento, eram todas de fumicultores. Aliás, isto é compreensível a medida que a fumiicultura é a nossa principal cultura da região e que é ela que tem, há mais tempo, empregado sistematicamente o uso de agrotóxicos. Porém, reiteremos, trata-se de um problema geral da agricultura. 3º - Não estamos interessados em apenas denunciar o problema. Queremos usar da nossa condição de Vereadores, para pressionarmos no sentido de encontrarmos soluções e elas dependem de interesses de diversos segmentos. Por último, pelo conhecimento que temos sobre os agrotóxicos, estamos convencidos de que não há um uso absolutamente seguro destes venenos. A nossa convicção é a de que a solução é produzir fumo e alimentos sem agrotóxicos. Esta, porém, é uma questão a ser abordada e no debate desta noite ela certamente estará presente nos pronunciamentos.”

A posição do Sintrafumo²⁸ manifesta pelo presidente Albino Gewer, alterna a questão do agrotóxico com reivindicações mais pontuais:

²⁸ Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo.

O Sintrafumo, desde a sua origem, em 1989, além de lutar por melhores condições de preço, por melhores condições de comercialização, já vem abordando o assunto sobre melhores condições de trabalho. E as condições de trabalho, a que nós fumicultores estamos submetidos, neste processo integrado com as fumageiras, são uma condição de trabalho bastante pesada. Nós nos dedicamos integralmente, na maioria dos casos, à produção do fumo e, principalmente, nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, que é o forte do nosso verão, além de estender a jornada de trabalho na ordem de doze, catorze e, em muitos casos, dezesseis horas e, para alguns membros da família, nesta época, vinte e quatro horas por dia, porque durante o dia a gente colhe na hora quente amarra-se o fumo debaixo dos galpões e, durante a noite, a gente tem que ficar alimentando a estufa para secagem. Então, é um trabalho bastante pesado e as condições de trabalho são, ainda, pioradas pelo uso intensivo de agrotóxicos na cultura do fumo, que, em alguns momentos, já chegou a cem quilos por hectare (...) Somos especialistas em produção de fumo e não recebemos de acordo com isto. (...) Acho que somos uma das primeiras entidades que nas suas pautas de reivindicações apresentou questões como recolhimento das embalagens agrotóxicas, destino final de agrotóxicos e, também, em vários momentos, solicitamos que as empresas fumageiras fornecessem EPI - Equipamento de Proteção Individual (...) Nós entendemos que não soluciona os casos de intoxicação. (...) Como nós temos, na nossa propriedade, uma grama de produto na ordem de vinte e cinco quilos por hectare, armazenamos na nossa propriedade, desde o mês de abril, maio, para uso a partir de junho, julho, agosto e setembro, sempre estamos sujeitos à intoxicação. (...) Mesmo nós usando equipamento de proteção individual, fazendo a tríplex lavagem, a pergunta é: e o meio ambiente com o uso intensivo de agrotóxicos? Nós podemos, com isso, não nos intoxicar, mas estamos espalhando este veneno em nossa volta. (...) Na verdade, os produtores de fumo resistem ao uso de agrotóxicos. Alguns, simplesmente, não podem mais vê-los, pois sentindo somente o cheiro, já passam mal. Depois que passou mal uma vez, duas, três vezes, muitos agricultores resistiram ao uso de agrotóxicos e usaram métodos alternativos, no sentido de combater pragas e moléstias. Estes produtores muitos deles tiveram problemas para comercializar seu fumo. (...) Contudo, deve-se levar em consideração o seguinte: eu, como fumicultor, vou passar igual, carreira por carreira, pé por pé, na minha lavoura de fumo, com pulverizador nas costas. Estou usando menos agrotóxicos por hectare, mas estou exposto à mesma situação.”

Sobre o recolhimento do lixo tóxico, dos restos das embalagens equipamentos, etc.:

“Nós sempre dissemos e entendemos ser de responsabilidade dos fabricantes e dos distribuidores. No caso do fumo, as indústrias fumageiras. De 1989 para cá, quando nós começamos a reivindicar isto, o que se viu é que as fumageiras, de forma muito hábil, transferiram isto para o Município. Convenceram Prefeito, Secretários e tudo mais, a eles fazerem este recolhimento e convenceram de que se fizesse alguns buracos no interior para estes restos (...).”

A indagação dirige-se às entidades patronais e ao poder público. Num discurso bastante legalista, o secretário de saúde (1997) José Alberto Wenzel responde:

“A Lei 2.474 é de nossa autoria e teve aprovação de todos os Vereadores desta casa, sancionada no dia 12 de maio 1993. (...) Se falava que havia cem mil embalagens, por ano, que não teriam uma destinação final. Simplesmente ficariam jogadas ao léu, tanto nas propriedades ou dentro de acontecimentos precários, tipo galpões. Porões, quando não, diretamente, a céu aberto. Por outro lado, esta Lei 2.474 não se restringe, apenas, à coleta de embalagens agrotóxicas. Ela, também, se refere à coleta de resíduos e de outros produtos tóxicos. (...) Ela partia do princípio da tríplex lavagem. Então, toda a embalagem que fosse coletada nestes caminhões que passariam, de seis em seis meses, teriam que ser precedidos de uma tríplex lavagem. (...) Esta lei não está sendo cumprida ainda. (...) A lei 2.474 propõe de forma coletiva, mas existe também uma indicação de que isto possa ser feito de forma individual. De que forma seria na forma individual? Na construção de prédios de alvenaria, aéreo, com ventilação, deixando um espaço de, ao menos, cinco centímetros, sem forro, com um teto, com

prateleiras, deixando espaço suficiente para que se possa acumular o equivalente a duas safras. Contudo, nós temos uma convicção particular de que o melhor-isto eu tenho certeza de que todos os que aqui estão, sem exceção nenhuma-o melhor seria nós conseguirmos evitar o uso de agrotóxicos. Eu acho que é para isso que nós temos que caminhar.²⁹

Hainsi Gralow, Presidente da AFUBRA, acessou sua condição de agricultor e

“colono”:

“(…) Eu tenho saudade dos tempos em que eu saía, ainda jovem, com meu pai e me debruçava em cima de um riacho e lá eu bebia água. Eu achava isto bonito e na colônia a gente fazia isto (...) Plantava-se tabaco. Eu tenho pavor, pavor de me lembrar daquela máquina de matar formiga, em que se coloca... Eu tenho pavor... Isto foi há poucos anos. (...) Eu sou grato, mas muito grato mesmo pelas campanhas de esclarecimento. (...) Eu estou seguro de que nós temos duas formas de fazer com que a utilização de defensivos fique mais bem aplicada, ou então, o que nós todos queremos, é eliminar. (...) Muitas pessoas, eu vejo isto no meio de meus associados, dos meus vizinhos agricultores, estão aplicando defensivos, quando não havia a mínima necessidade. (...) Por outro lado, nós, também, sabemos que não é um esporte bonito aplicar defensivos. Olhem para o EPI. Eu apliquei, ainda, no último fim-de-semana. Eu fiz isso. Vocês se lembram, foi um dia muito quente (...) qual é o EPI que é confortável? O motoqueiro não está se matando a todo o momento, porque não usa o capacete que não é confortável? Quem usa uma máscara para as abelhas, é confortável? Também não é confortável. Eu, também, aplico defensivos do fumo. Eu sei que é sufocante.(...) Acho que há a necessidade, no momento, de nos conscientizarmos e termos em mente um cuidado de não amedrontarmos as pessoas a não usá-los. Perdoem-me. Uma pessoa me disse o seguinte: a camisinha Usa-se por ser confortável, ou usa-se para proteger?(...) Sabem por que nós começamos a vender? Porque em todas as esquinas estavam vendendo, sem Engenheiro Agrônomo, sem um receituário (...) Eu quero ter a felicidade de, realmente, um dia, se Deus quiser, festejar o dia em que vai ser vendido o último pacote de defensivos e que nós vamos poder dizer que o EPI não será mais necessário. (...) Sem os agrotóxicos, não há a garantia de uma colheita, minimamente compensadora, disseram os que elaboraram o documento e os outros produtos agrícolas têm preços tão baixos, que os tornam inviáveis. Eu ratifico esta resposta.”

Albino Gewher, agricultor:

“(…) Nós não queremos mais usar agrotóxicos.O senhor Hélio (Presidente do Sintrafumo) fala que os agricultores podem escolher a hora para ir para a lavoura, a hora para aplicar os agrotóxicos, a hora, também, para colher, de não colher no sereno, não colher quando o fumo está molhado. Então, a minha pergunte é: a indústria recomenda em anos que nem na safra de 1994 e 1995, que foi um ano extremamente chuvoso, de deixar o fumo na Lavoura? Como a gente seria indenizada, então? ³⁰”

²⁹ Em 1996, novamente foram 25. Destes, 14, também, como tentativa de suicídio. Como causa acidental ou ocupacional, ou seja, durante o trabalho, foi registrado um caso em 1995 e 5 casos em 1996. No ano de 1997, já aconteceram 13 casos. Destes, 4 tentativas de suicídio e 7 intoxicações durante o trabalho.

³⁰ O fumo, quando ainda úmido, solta uma resina que está impregnada de agrotóxico, exalando um cheiro forte quando exposto ao calor. Além da intoxicação por inalação há ainda a por contato com a pele e mucosas.

O discurso ecológico foi representado, á época, por Sebastião Pinheiro, e, evidentemente é contra o uso do agrotóxico na lavoura, e para isso utiliza-se do conhecimento científico para legitimá-lo:

“(...) A melhor solução é fazer com que a indústria recolha a sua embalagem.³¹ (...) Construir ambiente de concreto, nós devemos nos lembrar que muitas vezes nossos agricultores não têm sequer latrina e nós não podemos usar dinheiro público para construir depósito que numa safra está cheio. (...) Porque é um risco muito grande se fazer esta reciclagem. Isto é um dos problemas mais complexos que existe no mundo do veneno³² (...) Nós temos condições de fazer fumo sem veneno? Sim, temos. Quem vai desenvolver as tecnologias? Será que ela é tão importante, que fique só nas mãos dos ecologistas ou dos técnicos ecologistas? Será que não é um desafio para Universidades, para Associações, para interesses outros? Nós temos nossas respostas. Nós temos nossa tecnologia. A nossa preocupação não é enfrentar. Agrotóxico, para nós, é uma coisa do passado. Por isso, nós conhecemos caminhos de pressão positiva. Nós estamos tentando, sempre, estar na frente da discussão. Nunca a reboque, porque nós temos independência total, de não ter nenhum compromisso com venenos.”

Gaiado (Empresa), me pareceu o discurso mais pragmático, realista:

“(...) se nós nos basearmos no que acontece no mundo todo, em termos não de fumo, mas qualquer outra cultura, o uso de agrotóxicos ainda vai permanecer por muito tempo. (...) Ao criticar o equipamento de proteção, quando o senhor Sebastião falou, eu senti o aplauso dos agricultores, na condenação do Equipamento de Proteção Individual. (...) Se nós nos orientarmos para eles em só utilizar uma cultura ecológica o universo de cento e sessenta mil produtores, seria impossível conseguir isto a curto prazo. Com certeza, eles vão precisar de equipamento de proteção. Nós temos que valorizar este instrumento. Sofremos muito para desenvolver. Eu garanto para vocês que no mundo inteiro não tem equipamento de proteção individual melhor do que o desenvolvido no Brasil. É o modelo para o Mundo todo. Isto foi desenvolvido na fumicultura e, hoje, está se tornando um equipamento usado em toda agricultura brasileira. É um serviço que a fumicultura prestou. Então, por favor,

³¹ Hoje existe este recolhimento.

³² A reciclagem não é permitida. A Lei não permite e o fabricante, também, não fala que pode fazer a reciclagem, porque o próprio fabricante não sabe o que deve ser feito com as embalagens vazias de agrotóxico.

*enquanto não tivermos uma solução, vamos tentar simplificar.*³³

Na entrevistas e conversas que tínhamos, durante nosso trabalho de campo, obtivemos o depoimento de uma família de agricultores que residiu, por anos, dentro do galpão de fumo.

A maioria dos agricultores se refere ao “veneno”, afirmando que têm cuidado (embora digam que os venenos de hoje são diferentes do passado, mais “modernos”, o que nos faz presumir que por isso mesmo acabem tendo menos cuidados). Porém, há um traço de sacrifício e resignação quanto á necessidade de seu uso e manipulação, pois, pior que o veneno são as pragas que atacam o solo e a plantação, destruindo-os e acabando com a fonte do seu sustento e de suas famílias. Ademais se trata de uma produção intensiva, que demanda um ritmo mais acelerado, eliminando o tempo da lavração e limpa do terreno.³⁴ Alguns preferem, inclusive, autodenominarem-se Lavradores, pois na lavra estão embutidos a noção de esforço, cansaço, dor e fadiga.

O que nos relataram, nas entrevistas que realizamos, é que muitos agricultores, não conseguindo levar para os depósitos, guardavam as embalagens de agrotóxico vazias em casa. As embalagens trazem em seus rótulos e bulas o que deve ser feito que está escrito na bula. E o que está escrito na bula? Faz-se a lavagem tríplice e enterram-se as embalagens. Mas o agricultor não quer enterrar porque vai contaminar o solo, e sendo a quantidade de embalagens muito grande, se ele começar a enterrar na propriedade, vai chegar uma hora, quando ele passar o arado, que vai ter só embalagem. Então, o agricultor não querendo enterrar, acabava guardando em casa.

³³ Como se verifica, há uma unanimidade quanto ao uso do agrotóxico não - orgânico, e uma polêmica, muito comum em outros seiores, quanto ao uso dos equipamentos de segurança do trabalho.

³⁴ Chayanov usa o termo “*tyagostnos*”: *sofrimento* do trabalho, sendo este o cerne de seu trabalho. Já chamava a atenção para a idéia de sofrimento e de sacrifício atribuído pelo camponês ao seu trabalho.

Os Milk começam contando-me como tem sido dura a vida, mas sinto que é muito mais para dizerem, a si próprios, como agora estão bem, ao menos comparativamente “à antes” ou “no início”:

Agrotóxico? Nunca tive problema Suzana: agora estão recolhendo as embalagens (acho que á agrovet lá em Santa Cruz)...Marcam o dia, o local e cada um entregam as suas embalagens...Levam as embalagens. Não sei a finalidade, mas é feita uma seleção...Ouvi falar que devolve para as firmas, que elas passam para quem vendeu (a firma), ela repassam para a empresa. Acho que é terceirizada...É importante, é muito bom isto... É o meio ambiente... As embalagens ficavam rolando na lavoura por aí, era perigoso. Eu tinha que trocar o saco depois de um tempo. Eu juntava tudo num saco e guardava. Não enterrava, porque dizem que não pode enterrar, porque contamina a terra...Agente todo ano coloca dentro do saco plástico...Todo o ano eu renovo. Pelo que ouvi, esta é uma responsabilidade de Suzana, cuidar das embalagens de veneno: não pode enterrar...De tempo em tempo troca o saco, trinca e vai rachando...Milton me conta que a empresa entra com o insumo: adubo, lenha e veneno...Entra na troca do fumo: se eu pego 10.000 reais, disto, devolvem em produto 10.000 reais.³⁵

Seu Browner, ao perguntar-lhe quanto precisa pra lavrar a sua terra, quantas pessoas precisam para trabalhar?

R:Uma pessoa e um arado e uma ajuda de boi, mais nada...**P:** E hoje, continua tudo do mesmo jeito que antes?**R:** Tudo do mesmo jeito. **P:** Mesmo equipamento, ou o senhor investiu em outra tecnologia?**R:** Não...Tem um monte de equipamento...E agora já se faz o plantio direto...**P:** O que é o plantio direto? **R:** Deixa a lavoura pronta, semeia a aveia, deixa a aveia fica grande, passa rondap...Aí passo o adubo por cima da verga, planto o fumo...**P:** E porque aveia? **R:** Ela...Não vem mais a sujeira...Dá uma camada e não vem sujeira...Aí não precisa fazer mais nada, é só planta. **P:** Sujeira que o senhor fala é o que, praga, fungo? **R:** É fungo. **P:** E qual é a praga que se der todo mundo tá.**R:** É o papão, milhante, ica. Elas dão na terra, mas prejudicam a planta...A terra, a lavoura tem que tá limpa. E o que agente não planta direto nos botamos Gamilha, um veneno, né, que não deixa vir eles.**P:** E como é esta história de veneno...Tinha uma época que o veneno era muito pesado, né? Ele corta logo: não, mas essa época já passou, aquele veneno brabo, isto terminou...Agora este veneno aí nenhum prejudica a saúde. **P:** E o senhor, quando daquela época, que se mexia com este outro veneno, o senhor ou alguém de sua família teve algum problema ou ficou doente? **R:** Problema não, mas judia, né? Agente se cuidou muito, né. Sempre se cuida bem, porque veneno não se

³⁵ Diário de Campo - Entrevista com a família Browner.

brinca, veneno sempre...Não deixa de não ser veneno...Assim, agora a tecnologia do veneno ficou muito melhor... Tem umas qualidades de veneno, aí, né, que não são tão tóxico e faz um bom efeito...P: E o pessoal, aí, também usa o equipamento, macacão? R: Usa...Mas depende do veneno...Não usa porque não é tão necessário porque o veneno não é tão perigoso mais... Anos atrás era muito perigoso...Se comprava veneno aí, em qualquer boteco, e usava, né, diz que matava o bicharedo...Ai se sacrificava junto...Agora, assim, tá muito moderado. P: Agente ouviu falar, aí, umas histórias de gente que ficou sequelado...R: Sim, mas isto é falta de cuidado. Todo o veneno agente tem que cuidar...Não deixa de não ser veneno.³⁶

4.3. LAVOURA VERSUS O MATO

Na área de meio ambiente, especificamente de reflorestamento, a AFUBRA³⁷, vem desenvolvendo alguns projetos, sendo um deles, um projeto recentemente premiado pelas Nações Unidas, o “Projeto Verde é Vida” e outro chamado “Programa de Florestas Demonstrativas” (vide anexo imagens) A AFUBRA presta assistência técnica gratuita aos fumicultores, “viveiristas”³⁸, nos três estados da região sul. Possui seu próprio Horto Florestal, situado no município de Rio Pardo, local em que divulga e ensina técnicas de reflorestamento com vistas a ‘inculcar’ (o termo usado no discurso) na mentalidade da comunidade, através de capacitação (produção de mudas), a idéia de “um desenvolvimento integrado e sustentável, viabilizando economicamente a atividade florestal”.³⁹ Por quê reflorestar e preservar? O Brasil,

³⁶ O descuido com a manipulação de agrotóxicos, defensivos agrícolas ou de veneno, como dizem, nos parece quase que uma regra geral: Logo que me sentei, veio em nossa direção um senhor - de mais ou menos 50 anos-grisalho- *Lauro Divino Bernar* -presidente da Cooperativa Arco - Íris. Darsi o puxou de lado e já começou a lhe dizer sobre a “pesquisa da doutora”, etc. Mas interrompi repetindo a ladainha, e lhe falando que pesquisava fumo. De cara ele me veio com uma denuncia sobre contaminação da água de umas terras que ele havia herdado em Cerro Grande do Sul. “Quando fui beber água da fonte, meus lábios começaram a tremer... e minha prima me reclamou que a água estava muito ácida. Lá tá todo mundo doente, com diarreia, febre, por causa da contaminação das nascentes. Tão destruindo a mata nativa, e até instalando lá uma serraria.” Ao redor todo mundo planta fumo- inclusive meu tio- consorciado com o milho (só agora consorcio). Cheguei lá ele tava com diarreia, ruim, doente. Também, ele tava capinando o fumo descalço!”(Diário de Campo)

³⁷ Associação dos Fumicultores do Brasil.

³⁸ Como são chamados os agricultores que constroem viveiros de plantas.

³⁹ O Horto disponibiliza mudas não apenas para os associados da AFUBRA, mas também ao público em geral.

desde o seu descobrimento, tem sido visto como uma fonte, um potencial inesgotável de recursos naturais. Entretanto, a exploração indiscriminada (visando principalmente a exportação de madeiras nobres), advinda de uma colonização exploratória e extrativista, sem falar do pensamento e da visão contemporâneos, ainda bastante predatórios, conjugado com o modelo desenvolvimentista aplicado á agricultura, nos apresenta um quadro preocupante, um desmatamento desmedido, onde a lavoura e a pecuária, além das cidades, expandiram-se ocupando e substituindo áreas que antes eram florestas, banhados, pântanos, etc.⁴⁰ Mas aqui a questão é que os fornos de secagem das folhas de fumo demandam muita lenha, um dos insumos que mais pesa no orçamento pequeno e apertado do pequeno produtor. Aliás, o que se pretendia é que os produtores de fumo justamente plantassem espécies utilizáveis para seu consumo. Entretanto esse projeto esbarra no problema do tamanho das propriedades, que por serem pequenas, ocupadas via de regra com no máximo 3 há de fumo, e o restante destinado á lavoura de subsistência, não têm essa possibilidade.⁴¹ A relação do camponês com a sua terra,

⁴⁰ Atualmente, a redução da cobertura florestal é algo alarmante, principalmente a área da Floresta ou Mata Atlântica, cujo montante hoje é menor que 5% da sua área originária. Apesar da existência de legislação a respeito, e de um órgão federal com funções fiscalizadoras (IBAMA), esta não vem sendo cumprida, ou mesmo é ignorada pela população, principalmente a rural. Ações e programas educativos ambientais, de iniciativa pública e privada, vêm proliferando, visando umas mudanças comportamentais dos cidadãos-urbanos e rurais, além de empresários. Com isso, e com a adoção do meio ambiente como uma política pública, o Brasil é hoje detentor da maior área reflorestada do mundo (1 milhão de há) composta de eucalipto. Segundo pesquisa realizada através de parceria entre a UNISC, UNICAMP e UFRJ, houve um acréscimo da cobertura florestal da bacia do Rio Pardo, entre os anos de 1975 e 1999, ao redor de 26%, ou seja, de 44,9 mil há para 72.020 há, em toda a sua extensão (3.749 km²). Parte deste resultado deve-se á uma maior fiscalização, e conseqüentemente, melhor aplicação do Código Florestal Estadual, que veda o corte de florestas nativas e daquelas em processo regenerativo, e parte aos programas e projetos de reflorestamento de espécies exóticas (Eucalipto, Pinus, etc.), que também incentivaram o abandono dessas áreas pela agricultura, e, finalmente, a modernização da agricultura-mecanização.

⁴¹ Trata-se de um processo de conscientização, através de atividades educativas e lúdicas, além da distribuição de material escolar como meio publicitário (réguas, cartilhas, cadernos), destinadas ás crianças e adolescentes, sobre a necessidade de preservação da mata nativa, uma vez que um grande número de fumeicultores permanecia cortando espécies nativas para utilizarem como lenha em seus fornos de secagem de fumo.

sua plantação, e também com a natureza, com o “mato”, vem sendo objeto de observação não apenas de ecologistas, mas também de antropólogos⁴².

Há pelo menos duas dimensões do trabalho: vencer o mato, para construir sua morada, produzir o pasto ou a plantação; e a própria produção agrícola. Mas é um vencimento contínuo, que passa de geração para geração, destinatárias que são de uma vocação. Como observa Brandão, há “um trabalho da sociedade sobre o trabalho da natureza”. Aliás, a natureza é algo que não se vence totalmente, até porque hoje há a lei, a multa do IBAMA! É um constante dominar! Mas a natureza sempre tem uma “revanche” sobre o homem, como o destrutivo granizo, “as pedras”, que assolam suas plantações em dias de muito calor no Vale do Sol, por exemplo.

É difícil para um camponês não dominar a natureza, o “mato”! O mato para ele é infértil, inútil, tem que ser trabalhado para ter valor, porque sua lógica é utilitarista, pragmática. Existe uma lógica de trabalho. O Eucalipto, por exemplo, cujo plantio é incentivado pelos programas da Afubra e da Souza Cruz, é visto como lucro, pois lhes rende a lenha, tão útil para os fornos de queima de fumo, mas extremamente onerosa como insumo a ser adquirido quando a terra é pouca para plantá-lo.

Pergunto ao meu entrevistado:

P: O senhor já ouviu falar do projeto da Philip Morris, parece, da Afubra, o “Verde é Vida” - o que é que é este projeto, o senhor sabe? **R:** *Eu ouvi falar, mas não sei o que é. Verde é Vida. É Plantar... não é... árvores... Planta mato, plantar madeiras, pra depois usar.* **P:** O senhor planta aqui? **R:** *Não, agente tem pouca terra aqui e tem que comprar, porque senão tem que arrendar terra só pra plantar, antes comprar a lenha.* **P:** É o senhor acha que este projeto está dando certo, nesta região? **R:** *acho que dá. Eles tinham que entrar,*

⁴² Brandão (BRANDÃO: 1999), preocupando-se com “os afetos” do homem rural, nos passa um pouco de sua experiência junto à comunidade de Pretos de Baixo, interior de Minas Gerais, ao sul, pg. 79 e sgtes.

porque se ninguém planta, ninguém corta...tem que plantar. P: E como é que eles fazem este projeto, vão á casa das pessoas, nos lugares atrás das pessoas? R: *Através da indústria. Eles fazem o pedido, ela faz...se tu quer plantar o eucalipto, eles trazem a muda...tem que pagar a muda.... o preço é bom.(...)* P: E como seca o fumo? R: *no forno, lá embaixo, vc pode ver lá dentro.* P: O que é que se chego numa plantação de fumo, tem que ter?R: *tem que ter forno, tem que ter paiol, mais um paiol pra guardar fumo... um é pra trabalhar ele verde, o outro é pra guardar. Bota ele assim porque não pode trabalhar por fora, o sol queima ele... e tem que Ter forno, senão não tem nem como iniciar.* P: Isto gera um custo muito alto, para se iniciar? R: *sim porque consome muita lenha, a lenha tá 20, 30 reais o metro...Eu compro.*P: De onde vem esta lenha? R: *vem do vale do sol, lá, com um caminhoneiro...de onde ele busca Eu nem sei! Vem de longe... De porto alegre, eu acho, lá eles plantam muito eucalipto.*P: Não tem devastação, assim de pegar na floresta, de pegar madeira nobre?R: *Não...E nem deve, pois eles não deixam. Tu corta uma árvore eles multam.*P: Quem, a polícia? R: *Não, o IBAMA!* P: Ele autua? *Mais! Multa!* P: Eles tão aqui sempre? R: *É só um deda o outro, e pronto...Aí vem e multam, multam forte, ali pra lá pra cima tem muito mato...Lá corto uma o outro dedô. O Ibama multa e apreende a lenha...Pode ficar lá, parada, jogada, apodrecendo, mas não pode nem usar.* P: Então o negócio é se cuidar? *É, se cuidar.*

Outro entrevistado:

P: O senhor sabe alguma coisa sobre um projeto, ou programa chamado Verde é Vida? R: *é um projeto de reflorestamento... lenha faz anos que é só lenha minha, mas quem tem pouca terra (3, 4 há) não pode plantar eucalipto.*⁴³

4.4 A MONOCULTURA DO FUMO E A DIVERSIFICAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Primeiro lugar, o fumo que e ra naquela época, também, ele colava mais [nas mãos]. Hoje, este fumo aqui, já não cola mais nas mãos. Nós apanahava, né, depois começa a gruda nas mãos. BAH! E tudo isso são coisas que a gente teve, mas é escola que a

⁴³ Diário de Campô. Sobre a lenha, a melhor ou a mais usada, é o Eucalipto, também o Elioti e a Araucária, que, "Se for plantado em terra ruim, após um trato no 1º ano de vida, pede corte entre 3 e 5 anos. Dele se poderá tirar brotos, rebrota de três troncos já na segunda vez, e poderá produzir madeira em mais 4 ou 5 cortes, de 4 em 4 anos. (AFUBRA)

gente teve. O fumo queira ou não queira, desde aquela época, é um produto importante, agregava muito ao orçamento familiar. Porque eu me lembro: além de nós planta fumo, nós fazia essa parte da quitanda, da verdura. Então, todo dinheiro do fumo, praticamente sobrava. E Tu sabe muito bem que, quando tu faz, principalmente esse pessoal que planta, e faz uma safra por ano (o ano tem 365 dias), e aí tu p'repara um ano para colher um dia durante o ano. E aí, tu prepara uma ano pra colher um dia, durante o ano. E aí, quando falha? Eu acho assim. Hoje, a diversificação, dentro daquela época, ela já existia. O que acontecia: aquelas pessoas que tinham esse, esse... um projeto um pouquinho diferente de produção. A gente, além do fumo, nós fazia schimã, nós tinha porco pra vender, nós tinha galinha, pra carnear. Além disso, tem os ovos. Quando você tem uma vaca, pra tirar leite, você não precisa comprara o leite. Você tem a sobra do leite pra dar para o porquinho, o leitão, ou pra vender um pouquinho do leite, pra comprar aquelas coisas que falta. Imagina você não precisar comprar: carne. A gente comprava às vezes, isso porque a gente ainda tinha carne, nesse regime. Tinha muito porco e gado. Essas coisas só a gente tinha que criar, poupar. Poupar... E tem que ser assim. Mas dentro desse projeto do fumo, existia isso. Nós ia muito bem, no interior. Hoje, eu vejo as pessoas, no inteiro: BAH! O fumo não tá valorizado, apesar que hoje tá bom o fumo, tá valorizado. E, por sinal, vai ser um ano muito bom prá plantar. Tá entrando muito dinheiro, no interior. Essa região, aqui, vai se fortalecer muito, de novo. A cidade se fortalece, quando no interior vai bem, ainda mais nessa região: todo mundo vai às compras, porque dinheiro, queira ou não queira, o fumo dá um bom dinheiro... Dentro disso aí, naquela época já existia isso: você quando tinha só fumo, as pessoas, uns vizinhos, tinham só fumo. Eles passavam dificuldades. Aí eles diziam que a gente, às vezes, tinha mais sorte. AH, mas muita gente não faz isso até hoje! Tem regiões, aí, onde o pessoal planta fumo. Mas o fumo é uma das coisas cultivadas, que eles falam. Têm outras.⁴⁴

A preocupação do entrevistado é muito verdadeira e é compartilhada por todos os técnicos, extensionistas, autoridades, empresários, e até mesmo das instituições religiosas, fazendo parte de projetos ou programas das próprias fumageiras, como a Souza Cruz, além da AFUBRA.

Além da questão da dependência que se cria, e do risco da miséria pelo insucesso da lavoura de fumo, há ainda, a questão da subsistência, afinal a produção de alimentos, onde o

⁴⁴ Ele sugere que: "Por exemplo: se tivesse, o governo incentivasse que todo o produtor que tivesse, se ele tivesse isso, cuidasse disso, ele teria direito a um financiamento: Por exemplo, se ele tivesse uma vaca de leite boa,, 6 porcos, umas 20 galinhas, tivesse uma boa horta e mais umas outras coisas, o produtor que tivesse isso, ele teria

combate á fome é palavra de ordem, insere-se como politicamente correto, fazendo parte de uma cultura, transformada em discurso político, de direitos humanos.

Os apelos e influências de uma sociedade envolvente, como o consumo, as possibilidades de lazer, “as facilidades” da modernidade, são também vistas como uma ameaça ao modo tradicional de vida e de produção, mostrando a relação dialética estabelecida entre tradição e modernidade, manifesta, principalmente na constante preocupação com as gerações mais jovens no meio rural. Ademais, aonde há tédio, pela “falta do que fazer” existe o perigo do álcool, das drogas.

Nas diversas falas, percebe-se o “saber fazer”, como algo herdado pelo colono através do tempo, que vem ordenar ideologicamente o trabalho:

Pergunto se ele tem outros trabalhadores ajudando: **R:** *um casal trabalhou do fixo na 1a safra. Agora tem um fixo...É difícil conseguir gente...Eles não querem, e não sabem trabalhar com o fumo...Aí, é ruim, porque estraga a folha, e o sacrifício não vale, não compensa...Se tiver uma marca, uma mancha na folha, é desqualificado...O sacrifício todo é perdido. O que acontece hoje? Planta fumo!O máximo que ele tem é uma junta de boi.O que ele faz á tardinha, quando o sol de por?O pessoal na cidade tá parando ás 5 ou 6 horas. O que ele faz? Ele vai pra casa, porque ele sabe que o filho sabe que o vizinho, ou quem trabalha na cidade, assim, enxergam as novelas, assim, aparecem as mordomias.Só que no interior não pode ser assim. No interior é completamente diferente.Aí ele vai pra casa, o que ele faz? Ao meio-dia ele vai para venda jogar bocha, nem tem dinheiro!Ou faze jogo, faze fofoca no vizinho. Pergunto se o pessoal bebe muito no interior? Muito. No interior é triste: cachaça, vinho, cerveja.A crise que as pessoas falam, não é nem 50%. Se tu quer ver a casa cheia, inventa uma coisa nova pra ver se não enche. O pessoal quer novidades. Gastam!Eles têm mais oportunidade de gastar, hoje. Sempre tem uma atração. Tu sai de casa tu já está gastando.Outras coisas, que nós não tínhamos: não tinha celular pra gastar: a luz, não tinha; a água pra pagar... Tu não saía de casa. Tinha que ficar em casa: não tinha dinheiro pra gastar.Hoje não: o pessoal vai gastar nas bodegas, pra gastar (nem todos, uma boa parte) Mas quem trabalha mesmo, se dedica: ele tem. O interior, hoje, não é a pior opção. Eu sei que é difícil.Mas entre ficar na cidade e ir pro interior, principalmente nessa região onde tem fumo, eu acho que no interior tem muito mais recurso e mais facilidades.Porque o fumo, ele é um período curto, ele não é muito longo esse trabalho.Lógico: tu semeia um canteiro em julho, não maio.Aí tu em julho, fim de Julho, início de agosto, tu começa a plantar.AH, plantou, preparou as terras, porque é uma área pequena também, tu não precisa, não e uma área grande... O que muito complica é a mão-de-*

direito a um financiamento, feito pelo governo do estado, prá adquirir isso e implantar isso dentro da propriedade dele. O que acontece hoje: ele planta fumo e o máximo que ele tem é uma junta de boi!”

obra, porque nunca vamos sair...Uma plantação de fumo nunca vai poder, eu não vejo ela mecanizada totalmente. Tem que tirar aquelas folhas, plantar. Não aprimorou bem essas técnicas. Mas isso aí é um processo longo, mas o processo mais arrochado do fumo equivale, tu tens mais que se dedicar é dois meses...Lógico que mais de dois meses, novembro, dezembro e janeiro. Mas aí, depois que tu colheu o fumo e levou pra dentro do galpão, ficou na sopa! Bom, aí, se tu tem três meses pra trabalhar tanto no fumo, aí as pessoas, como o resto do tempo, o que é que eles fazem? Todos quem tem outra atividade, tudo bem. As pessoas não se dão conta que tem doze meses, tem que se preparar para quando termina o fumo. Lógico, tem que sortir, mas dentro dessa atividade, após essa atividade principal que eles tem que colher tem que ficar na sombra tem que ter alguma outra coisa mais. Mas muita gente não tem. Aí quando for pra casa, de tardezinha, ia ter de cuidar dos animais que eles teriam: tirar o leite, aí tem que cuidar da comida dos porcos. Aí, quando te nisso, também tem que diversificar, pra ter comida ora das para os animais. Eles não teriam essa oportunidade de andar por aí. Automaticamente eles iam se segurar em casa. Porque muita gente do interior, hoje, principalmente nessa região aí, onde me criei, ele não tem tempo pra ficar por aí.

O “saber fazer” faz parte do domínio do chefe da família camponesa, detentor do conhecimento sobre todas as coisas da vida, sobretudo sobre a terra, o mato, etc., um saber que será repassado aos seus filhos (homens) e destes aos seus próprios filhos.

No caso dos pequenos produtores teutos, percebemos que eles atribuem a si próprios a exclusividade do domínio das técnicas da fumicultura: “os saberes do fumo”, articulando este saber com a condição de proprietários e com o fio étnico - centrado na língua alemã - tecendo fronteiras, não apenas para diferenciarem-se de outros agricultores não fumicultores, mas, principalmente, dos trabalhadores temporários ou safristas.

5. RITUAIS DE ETNICIDADE E IDENTIDADE

5.1. ETNOGRAFANDO UM SEMINÁRIO OU UM RITUAL POLÍTICO

Um seminário não deixa de ser uma festa, um festejo, e sem dúvida alguma é um ritual. O VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras foi um ritual marcadamente político, onde tudo girava em torno da etnicidade, da germanidade. Promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História de Comunidade Teuto-Brasileiras¹ e pelo Centro Genealógico de Santa Cruz do Sul, o público alvo era composto por leigos e cientistas, todos interessados neste tema tão específico.²

Analisando a estrutura do evento, podemos afirmar que o ápice, o ponto alto, foi o bloco nº 4, que tratava de língua, cultura e turismo.³ A ordem de apresentação dos temas espelha uma certa hierarquia de valores sobre os temas.

¹ A fala da presidenta presta-se a uma narrativa acerca do surgimento da Associação, demonstrando que o espírito e objetivo da entidade é formar uma rede de informantes (e informações) acerca de suas origens, apurar as genealogias das famílias de descendentes de alemães: *Para escrever a história de um município precisa-se buscar em outros (municípios), documentos, informações, etc. Os deslocamentos eram difíceis. Os pesquisadores que estão lá, no local, têm informações mais próximas, mas muitas vezes não podem se deslocar. Pretende-se uma ação conjunta, colaboracionista: ajudar com dados, indicar fontes, etc.*

² Na maioria são membros de Centros de Cultura Alemã dos municípios colonizados por alemães, representantes de museus, arquivos históricos, grupos de danças folclóricas e outras entidades culturais, além de educadores, políticos, empresários e a mídia.

³ As mesas foram compostas a partir dos seguintes temas:

1. Mesa-redonda: Museus e história da imigração alemã:

- Museu familiar: museu da família Löhmann (Werno Löhmann)
- Museu do Colégio Mauá: um museu escolar (Maria Luiza Rauber Schuster)
- O Museu Municipal no contexto cultural da comunidade (Tânia Becker e Jorge Reinheimer)

Enquanto aguardávamos a abertura do evento, na platéia alguns se perguntavam: “*Deutsch*”? Alemão? Todos conversavam em alemão, alguns cochichavam. Parecia que falar ou compreender alemão era pré-requisito básico para estar ali, pois se não todos, a maioria falava alemão. A média de idade da platéia beirava os 60 anos.

A cerimônia de abertura, com certa pompa e circunstância, apresentava-nos três tipos de corais: um coral de vozes femininas, um coral composto apenas de crianças e adolescentes; e um terceiro coral, misto e composto por membros da comunidade de Santa Cruz, de várias faixas etárias. O repertório musical compunha-se, basicamente, de clássicos como Wagner, Beethoven, mas também o brasileiro Villa Lobos. No palco, ao fundo, a prestar seriedade e solenidade ao cenário, as três bandeiras: Brasil, do Estado do RS e a da cidade. Após o hino nacional, o hino de Santa Cruz do Sul, cuja letra julgamos pertinente transcrever, pois é um signo, um produto exemplar da cultura a qual se está a retratar.

2. Mesa-redonda: Imigração e genealogia:

- Johann Robert Jaeger: sua vida voltada para o ensino e ao Colégio Mauá, contada por sua tetra-neta (Judith Jaeger White)
- Pesquisas escolares e seus efeitos nos pesquisadores (Jane Aline Kühn)
- O começo da Igreja evangélica, contado a partir da atividade dos Pseudopastores (Padre Armindo Laudário Müller)
- Memórias de uma descendente de imigrantes alemães (Irmã Lori Edith Goettems)

3. Mesa -redonda 3: Relações Interétnicas

- Relações interétnicas: questões teóricas e caso da Vila de São Leopoldo, 1824- 1850 (Marcos J. Tramontini)
- Relações interétnicas de imigrantes alemães e descendentes no Vale do Rio Pardo (Jorge L. da Cunha)
- Portugueses: continentais e insulares no Vale do Rio Pardo (Vera Barroso)
- Imigrantes Suíços no RS (Adonis Valdir Fauth)
- Imigração Italiana da Quarta Colônia (Padre Luiz Sponcchiado)

4. Mesa-redonda 4: Língua, cultura alemã e turismo

- O papel da administração municipal no fomento á cultura alemã e turismo (Waldemar Richter)
- A língua espelha a alma de um povo (Altair Reinher)
- A língua alemã conquistando espaços (Marguit Goldmeyer)

5. Painel sobre a Imprensa falada e escrita.³

“Hino de Santa Cruz do Sul”.

Letra: Elisa Gil Borowsky

Música: Lindolfo Reck

*Por sobre as nossas lindas terras
Loiro imigrante andou
Transpôs as nossas verdes serras
E longe do lar chorou...chorou
Mas, nosso dadivoso chão
Como enorme coração
Desvendou-lhe a sorrir
Mil promessas de porvir
Deus te salve terra amiga
Santa Cruz fiel
Santa Cruz gentil
Onde reina a paz
Onde brilha a luz
Sob o lenho de Jesus:
Ao sol ardente destes céus.
Acenderam-se os ideais
Nas forjas surgem troféus
E na campina em flor as catedrais
E foi brotando deste afã
Da bravura alemã
A cidade crente e santa
Que a Cruz ao sul levanta.”*

O imaginário de quem está observando de fora do grupo, trabalha, principalmente quando a comunidade ou grupo observado contribui para reforçar uma imagem. Tudo, neste seminário, exala e exalta um passado “heróico” da comunidade, da colônia (aquilo que Weber denomina *comunitas*), numa tentativa nostálgica, muito bem fabricada, de revive-lo, recria-lo e reinventa-lo.⁴

A partir de um comentário do apresentador, tomei conhecimento de que os primeiros pesquisadores teriam sido os pastores luteranos: *pastores... Daqueles que adoravam furungar em cemitérios!*. Os cemitérios luteranos, portanto, podem ser fontes de memória escrita, pois as

⁴Um senhor do CEGENS, Gastão Gal, encarregado de abrir a sessão, um mestre de cerimônias, citou Maurício Sirotski “Pense... mas pense grande” e agradeceu “ao grande Arquiteto do Universo”, pelo que deduzi, estar em meio a maçons.

lápides trazem esculpido, os locais de origem da família do falecido, na Alemanha, além das datas de imigração, nascimento e morte. Portanto, são fontes informais de história.⁵

A presidenta da Associação promotora do vento, uma jovem “de origem”, inicia a palestra com a seguinte frase: *A diferença entre culturas é fruto da singularidade destes processos históricos.*⁶

Os casais de bonecos, *Fritz e Frida*, compõem a mesa de autoridades, sendo anunciados como o *casal símbolo da cidade, sem distinção de gênero. Um par: e não podia ser diferente.*⁷ *Fritz e Frida*, o casal de bonecos gigantes, é (conjuntamente com a catedral São João Batista) símbolo da cidade, e se apresentam em todos os eventos da cidade, reproduzindo “o casal alemão pioneiro” (como o Sr. e Sr^a Gayant, na cidade de Douai, França.).

Pelas diversas falas, percebemos que, em Santa Cruz e nas comunidades ali representadas, embora existam, numa mesma colônia, imigrantes oriundos de vários locais da Alemanha: Prússia (ocidental e oriental), Westfália, Pomerânia, Renânia, Bradenburgo, dentre outros, e, até mesmo suíços e poloneses, a origem é construída como uma.

Quem não é dono de seu destino, não é dono de sua cultura [fala a secretária de cultura, também “de origem”]. Ser dono de seu destino implica em valorizar mais estes três elementos: família, terra e cultura; conhecer todos os resultados étnicos e pluriétnicos.

Logo após o hino de Santa Cruz, o pastor luterano Armindo Müller faz uma oração:

⁵ Vide anexo de imagens.

⁶ Concluí que se vai buscar justificativas, fundamentos, na Alemanha, na Prússia, sempre retroagindo ao máximo, como Poliakov observa na obra *Mito Ariano* (1974).

⁷ Como observaremos no capítulo posteriormente, é trabalhada de forma a parecer o mais igualitário possível. A mulher alemã é vista como alguém que “pega junto”. Embora na prática, haja alguma distinção, a descendência consanguínea, bem como a aliança entre os teutos, estão representadas no casal Fritz e Frida: o casal de imigrantes.

*Temos que falar de Deus, que deu vida a nossos antepassados e a nós (...) e por nós está agindo (...) resgatar a história de nossos antepassados é resgatar a história do amor de Deus.*⁸

Desfaz-se a mesa. É hora de homenagear o “guardião da história de Santa Cruz”, Sr. Steinhouse, verdadeiramente “louvado” pelo apresentador, como *um alemão altruísta, professor visionário que fez crescer a obra do ensino*. A homenagem, na verdade, é a exibição de um documentário sobre o primeiro cinema na cidade (Cine Apollo), onde figuras destacadas da história cultural da cidade depõem sobre este cidadão, o proprietário do primeiro cinema da cidade. O documentário traz algumas narrativas sobre os filmes e as matinés da época, e, através desse material, se vai rememorando o comportamento social da cidade.⁹

Finalizando esta primeira sessão, novamente um cora! de vozes femininas. A música marcando a abertura e encerramento das sessões, empresta um ar de celebração, de culto, de festa ao evento. A música, as orquestras (*Estudiantina* e a *Lyra*) e corais, o teatro e o cinema, eram considerados pontos forte da colônia e também da cidade de Santa Cruz do Sul, e segundo Martin (MARTIN: 1999:105) “influíram na propagação de inúmeras virtudes” buscando “manter sempre vivas as chamas do conhecimento e desenvolvimento cultural”, sendo hoje lembranças de uma época gloriosa, mas que se quer restabelecer. Cultura tem para

⁸ Aqui, já se pode sentir a importância e influência do papel de mediação da Igreja Luterana, a religiosidade sendo um elemento de reforço do sentimento de pertença da comunidade.

⁹ Achamos curioso o fato de que o filme predileto de todos os depoentes, inclusive do Sr. Steinhouse era “*Sissi, a Imperatriz*”, um romance de época, cujo cenário é o Império austro-húngaro, do qual faziam parte a Baviera, Croácia, Silésia, Pomerânia, etc., províncias que mais tarde fariam parte da Grande Prússia. O filme (fomos revê-lo), aliás, é uma trilogia, é todo falado em alemão, tendo como trilha sonora, dentre outros, Wagner. Os uniformes da guarda do Czar são iguais aos que vimos, em retrato, das sociedades de tiro, de caça, etc. Além disso, os esportes: caça, boliche, equitação, as festas e bailes com muita cerveja (nas camadas mais baixas) e vinho; as roupas, etc. No filme, fica muito clara a forma como se mantinham as Dinastias, através dos casamentos entre primos (endogamia), e a relação de subalternidade entre a nobreza das cidades (no caso Viena) e a nobreza camponesa, da Bavária, por exemplo, além da belicosidade que reinava entre as províncias anexadas ao Império Czarista. Militarismo e romantismo são os tons da película.

uns, o sentido erudito, e para outros é sinônimo de desenvolvimento e progresso, de “civilização”.

5.2.OS MUSEUS

O seminário do dia 19 de julho (sexta-feira), iniciou-se com (mais) uma oração de benção: *todos somos irmãos, irmãos criados por ti. Imigrantes e descendentes alemães.*

O primeiro bloco de palestra inteiro era sobre os museus, como estes se inserem na história da imigração alemã, etc. Foi proferida por um senhor (octogenário) Sr. Werner Lömänn, de Teutônia. Com um sotaque alemão bastante carregado, ele inicia sua falação nos remetendo a um verbete excerto de um dicionário de língua alemã, usado para nos explicar a origem dos museus:

Deus Grego Zeus (Júpiter para os romanos) tinha 9 filhas, Deusas. Para todas elas foram construídas edificações para guardarem objetos e coisas adoradas. Eram chamadas musas- deusas da ciência e das belas artes. Chamavam-se Cliê (história), Enterpe (musicas e instrumentos), Tália (artes alegres) (...) As poesias épicas, hoje romances, eram contadas em versos – Luzíadas, Fausto, Romeu e Julieta), e no decorrer do século formaram estilos e formas diferentes conforme o desenvolvimento intelectual das pessoas. Museus são locais de preservação da história nos diferentes aspectos. Os objetos chamam a atenção dos moradores, pois vêm como seus antepassados viviam¹⁰.

Ele prossegue falando dos tipos de museus, muito difundidos na Alemanha - históricos (museus: de guerra, da aeronáutica, ferroviário, etc.):

Em Viena há um museu de armamentos e de música, com salas amplas. São construções do século XIX; quando as pessoas entram no museu de música recebem fones de ouvido, pois podem ouvir os sons de cada instrumento exposto. É economia de mão- de- obra e ouve-se apenas o que se quer. Lá existem objetos e adornos da Sissi, a

¹⁰ Poliakov explora bem o uso da mitologia pela intelectualidade alemã para a recomposição da genealogia bíblica germânica.

imperatriz. Há também um museu sobre o nazismo até a II Guerra. Extremamente interessante.

Empolgado com os museus da Alemanha, segue a descrição dos museus de pequenos locais ou municipais e familiares:

Heiman. Trazem a vida. Temos os particulares: do casal Shunq; da família Lömann; das escolas (do colégio Mauá de Santa Cruz); filantrópicos; municipais, como XV de Novembro, que possui 5 museus, separados.

O Sr. Lömann veio falar sobre o museu de sua família, situado em Lajeado, que foi o primeiro museu familiar do Estado.¹¹ Ele nos fala das sociedades típicas alemãs: de tiro, de caça, os boliches, chamando a atenção para o fato de que todos os livros encontrados estão escritos em alemão gótico¹², e que os livros de arte estão sendo descobertos agora, mas não interessavam às famílias, que não falavam o alemão.¹³

Como já referido no capítulo 2 (e é coisa que não se faz questão de esquecer) durante as duas Guerras Mundiais, e também na Campanha do Nacionalismo no Estado Novo, houve a proibição (com sanções) de quaisquer manifestações em língua alemã: falar, escrever, cantar, etc. Com isto, a maioria das gerações subseqüentes não aprendeu a língua alemã, pois *Omos e Omas* temiam fala-la.

Prosseguindo na temática dos museus, a professora Maria Lúza Shuster, do Colégio Mauá, o mais tradicional da cidade. Fala sobre museus escolares:

Em 20/9/66 Hardy Martin fundou o Museu do Colégio Mauá, atualmente com mais ou menos 4.500 peças que contam as histórias de vida de Santa Cruz. Santa Cruz está muito ligada à colonização

¹¹ Tem mais ou menos 10.000 descendentes do Patriarca. O local se tornou o Deutsch Koloni Park, em 1976, quando se formou a Liga. O arquivo histórico (que contém a história escrita) deve ser anexo ao Museu.”

¹² O Alemão de Santa Cruz sempre é exaltado como o mais antigo, cristalizado, mais antigo (portanto puro) que o alemão falado na Alemanha de hoje.

¹³ Isso nos remete às diversas proibições de manifestações de língua, já mencionadas no capítulo anterior.

alemã -estão guardados lá, a pujança de nossos colonizadores, as bandeiras das sociedades, as louças, roupas, etc. O Museu não se volta apenas para a colonização, que é parte pequena. Voltamos ao passado de pobreza, dificuldades e coragem de nossos imigrantes. Vemos o quanto a música era importante para os imigrantes (ela expõe um vídeo com a imagem de uma caixa de música, de mais ou menos 1,60 m, de marchetaria). Os nossos alunos hoje vêm depois da aula, e a visita é um complemento da educação. Os museus são espaços de memória, de formação de cidadania e identidade.¹⁴

O museu do colégio parece adotar uma outra perspectiva, chamando atenção para a vida cotidiana do imigrante, principalmente para o sacrifício dos pioneiros, e não para a pompa ou para o passado de glória do lugar de origem, a Alemanha.

Já a terceira palestra deste bloco ficou a cargo de diretores do Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos.¹⁵ A partir dessa exposição, pudemos traçar um paralelo entre Dois Irmãos e Santa Cruz, pois a migração de não-alemães começa, em ambas as cidades, justamente com a industrialização: em Dois Irmãos, a partir da ampliação da fabricação de sapatos (*schust*) uma migração vinda do Alto Uruguai e das Missões. Notadamente o discurso do palestrante nos pareceu emitir, muito sutilmente, um juízo de valor sobre a migração não alemã:

(...) a migração em busca de uma vida melhor, nas décadas de 60/70 e 80/90 e continua acontecendo, hoje há cerca de 25.000 habitantes. Em consequência desta migração e industrialização, tenta-se manter os referenciais de identidade, face á possibilidade de a rápida

¹⁴ Aqui o passado é glorioso, mas em virtude do sacrifício heróico do colono pioneiro. Presente também a conotação religiosa do mártir, sofrer aqui é sinônimo nobreza.

¹⁵ Fundado em 1886, Dois Irmãos é um município de colonização alemã do Vale do Rio dos Sinos, emancipado em 1969, ficando a 32 Km de Porto Alegre. Chamava-se outrora São Miguel dos Dois Irmãos. O termo Dois Irmão originou-se dos morros gêmeos, como era chamado ainda antes da chegada dos alemães, pelos “lusos”, pois se diz que houve migração para aí antes de 1829, pois houve um naufrágio em 1827 tendo chegado os sobreviventes á localidade apenas em 1828.

*urbanização poder prejudicar. Está chegando muita gente sem vínculo com a história da cidade... O município foi inchando.*¹⁶

Seu discurso é bastante etnocêntrico, ressaltando a necessidade de preservar-se o estilo arquitetônico germânico (gótico ou neogótico, romântico) o alemão pioneiro, e deixa claro o desapontamento com a miscigenação e a clivagem advindas da industrialização, e, portanto, foco de migração e posterior proletarização do trabalhador.¹⁷

É uma fala engajada, que ilustra o preconceito contra quem migra em busca de trabalho, para melhorar sua vida (como se não tivesse sido este o motivo da imigração teuta), e que tem uma ideologia, um discurso de doutrinação e de luta:

O museu inventariou tudo (...) Foi um agente importante em lutas: Em 89 a Lei de Tombamento foi pensada. Não aconteceu á época (seria traumático). Saiu agora em julho, após um trabalho de conscientização da população. Houve ações do museu: clube de mães, escolas, grupos de 3ª idade, associação dos amigos do patrimônio cultural, etc. A Igreja Neo-Gótica¹⁸ foi transformada num espaço cultural e foi restaurada. É o museu interagindo com a comunidade, não comumente, mas trabalhando a coisa como um todo: ir atrás do espaço... Não se quer engessar a cidade, mas sim um turismo cultural.¹⁹ Faz-se um uso prático do passado, incorporando o patrimônio como um elemento turístico.

¹⁶ Em Santa Cruz, nesta mesma época se deu a expansão da industria fumageira, atraindo um fluxo migratório vindo de outras regiões.

¹⁷ Há, nesta e em muitas outras falas deste evento, uma ênfase no vínculo histórico comum, unificando as diversas comunidades, criando-se uma crença sobre a origem comum.

¹⁸ Mesmo estilo da Catedral de Santa Cruz do Sul construída por alemães e reformada por descendentes de alemães.

¹⁹ A explanação, o discurso dos três palestrantes sobre museus é contrastante, sendo um dos fatores o fato de cada um deles representar uma geração. O primeiro, um octogenário, a segunda com cerca de quarenta e poucos anos e este rapaz, na casa dos 30 anos, no máximo. Os primeiros cultuam a tradição, a imigração, um passado de luta, de glória. Nessa fala, a cultura é a teuto-brasileira e a alemã, não a brasileira.

As exposições nos museus²⁰ buscam recriar ambientes, cenários, e se renovam periodicamente, sendo temporárias. Recriam-se festas em homenagem ao colono, feiras onde são expostos panos de parede (que contam a história da família, da imigração, etc.), produtos coloniais como cucas, pães, roscas, feitos em fornos de tijolos numa casa colonial, antiga, que abriga parte do museu, e que são expostos e vendidos pelos agricultores locais; instrumentos de trabalho (agrícolas e também artesanato, pois grande parte dos imigrantes era composta por artesões), etc.

Trabalhamos com a memória oral, até para reconstruir a manufatura de couro e calçado. Nos preocupamos com a visão da comunidade como um todo. Não mostramos apenas as classes dominantes, mas as dominadas. Mostrar o homem comum, mostrar o mais possível no todo.²¹

Outra fonte lida como museu, são os cemitérios luteranos, que mostram, em suas lápides, quais a origem das famílias na Alemanha, data da imigração, até a data da morte.

O Museu muda constantemente o fazer, o dizer. É para a comunidade, mostrá-la como ela é nas mais variadas manifestações. O resgate do todo não é possível, mas é uma busca para a melhoria da Vida das pessoas.

Outro tema do seminário foi o turismo das Rotas ou Roteiros Coloniais (Balm Schneizer, Picada Pedro Balm; Rio Pardinho, por exemplo) buscando conjugar cultura e turismo, buscando desenvolver, também, uma atividade não-agrícola, que possibilite a

²⁰ O Museu recriou uma venda, completa, e “*todos adoram a venda do museu*”. Outra coisa interessante foi a forma como eles, diretores do Museu de Dois Irmãos, contextualizam as exposições de objetos, de jornais (Deutsch Kalanders), recriando ambientes, contextos profissionais, etc. No município de Dois Irmãos, muitas lojas estavam fechadas há mais de trinta anos, e mantinham-se intactas. Tal qual ilustrado por estas exposições, vimos na periferia rural de Santa Cruz: o comércio, tendo ao lado da loja salões de festas, etc. (vide os anexos). As exposições do museu em Santa Cruz têm exatamente a mesma temática. As festas do Colono e a de alimentos, como a Festicuca, etc., também são reinvenções da tradição, tornadas, portanto, típicas.

²¹ Nas comunidades teutas é comum (e está sendo incentivada) a criação ou transformação de casas familiares de descendentes de alemães em museus privados, em acervos. A Pousada do Alemão, no caminho para Rio Pardinho, mantém sua decoração com objetos antigos, de seus ancestrais, e pode ser considerada como um museu familiar.

manutenção e o desenvolvimento das pequenas propriedades coloniais tradicionais. Trata-se de transformar em rota turística, as zonas rurais destas comunidades descendentes de alemães, que ainda guardam e exteriorizam, construções, usos e costumes bastante típicos da época da colonização.

Aliás, verificamos que este tema foi tratado no bloco que, dentre outros temas como turismo, língua e cultura alemã, versava sobre políticas públicas. Um político de Forquilha começa a sua explanação enaltecendo a língua como elemento de cultura:

98 % da população de Forquilha é bilíngüe, fala alemão e português. Isto é sinônimo de cultura! Se apartarmos a memória da cultura, não se sabe mais quem somos, de onde viemos ou para onde vamos. A língua é o maior suporte de qualquer cultura. Matar a língua é matar a cultura.²²

Ilustrando e como que justificando a afirmativa, narra que recentemente um grupo de prefeitos de municípios de origem alemã do RS foi á Europa, á Alemanha, e que *todos fizeram, improvisando, discursos em dialeto alemão, e foram compreendidos!*

A língua alemã é importante para o turismo destas pequenas localidades, como um diferencial marcante. Mas, parece contraditório, sendo a colônia alemã bastante pequena no Estado, é certo que a maioria do potencial de turistas não entende ou fala o alemão. Mas é possível que se esteja utilizando este atributo como um atrativo, um ponto exótico, que, simultaneamente, preserva os costumes das comunidades residentes nestes locais,

²² Eu mesma fui testemunha (e vítima) do constrangimento recíproco que existe para o turista não-deutsch, quando estive no Roteiro Rio Pardinho, cujo *slogan* expresso em um folder (vide anexo) é: “Turismo rural, colonial e ecológico. Cultura alemã, descanso e natureza para quem gosta de se perder no tempo”. As pessoas ali lhe recepcionam (ou sequer recepcionam) com ar indisfarçavelmente desconfiado, falando em alemão entre si o tempo todo. Posso afirmar que não houve qualquer capacitação das pessoas envolvidas, que moram nessas áreas inseridas na rota. Ao andarmos pela Rota de Rio Pardinho, observamos o quanto estas rotas são construções e fruto de decisões políticas unilaterais, pois as pessoas que formam esse segmento da comunidade parecem alheias á condição de ponto turístico. A língua corrente, cotidiana, é o alemão. Quando chegamos em um Salão de Damas, em Rio Pardinho, referência turística local, não encontramos qualquer traço de hospitalidade, mas sim, saímos com a sensação de certeza da intrusão em suas vidas. As pessoas sempre se mostram arredias e incomodadas com as fotografias. Outra hipótese é que seja um turismo étnico, restrito aos de origem.

transformando-os em pontos turísticos, assim dissolvendo, atenuando possíveis preconceitos a este respeito (como no passado recente), mas também se obtém ganhos políticos para o poder público, que investe neste filão.

Mas o acento, o cerne da questão posta neste seminário, é o resgate dos usos e costumes “originais”, a busca da autenticidade:

Temos vários tipos de turismo: histórico, cultural, religiosos, artístico, de evento, rural, de negócios e compras (Em Lajeado: 50% do comércio). Temos que procurar originalidade e autenticidade na cultura. A culinária, a música tem que ser autênticos. Temos de resgatar... o conto em família, o coral, o Kerb -a grande festa tem que ser festejada, mas mais no original. O KerbBönn, a cuca, a lingüiça, o mais original possível. Quem se desloca de longe, espera encontrar isto: tradição. A preservação da cultura alemã. Temos que preparar as famílias para receber os convidados, os turistas pagantes, para eles acompanharem (nos Kerb) a limpeza dos pátios, a preparação da comida, etc. Valores cultivados e preservados! A culinária no turismo tem que ser autêntica. Tem que explicar como faz, de onde vem a receita...para divulgar.

Vejo que este é um tema recorrente em todas as comunidades que manifestam uma etnicidade muito forte. Em Santa Cruz isto é a pauta de todas as discussões que envolvem a *Oktoberfest*, a *Christkindfest*, a *Agrocountry* (cuja temática é country, e não germânica), a *Festcuca*, uma invenção recente que, apesar da temática típica, visa popularizar o acesso às festas, pois é a única realizada em praça pública, sem pagamento de ingressos. Há um discurso querendo preservar e ostentar esta germanidade, e outro querendo “variar”, escamotear ou neutralizar a força da etnia.²³

O uso do termo “turismo” é usado de forma ambígua, pois apesar do discurso do turismo para o campo da cultura, o termo é usado, nesta frase, como se não coubesse quando se

²³ Em Forquilha, por exemplo, “houve pressão política dos vereadores preocupados com a expansão da cultura (construção do museu), em detrimento do uso para aquisição de tratores, etc. Isto mesmo sendo 6 vereadores da situação. Após construirmos o Museu (a verba é vinculada, para educação e cultura) a própria oposição elogiou. Porque? A comunidade aceitou. É O Centro de Cultura Alemã, fundado em ação conjunta, com parcerias públicas e privadas.”

esta tratando de cultura: (...) fazer pelo turismo sem falar em turismo (vários setores). É uma leitura urbana, que visa lucrar com a reinvenção da tradição, sendo simultaneamente, uma exposição destes indivíduos, além de uma exteriorização ostensiva do *ethos* alemão.

5.3. A LÍNGUA

Nós quisemos implantar a língua alemã até 8ª série. Foram contra, mesmo se tendo 98% de originários alemães. É enfrentar e fazer! (...) temos que apoiar o folclore: a música, a bandinha - os instrumentos antigos (como o bandoneon). Nós precisamos escrever a história... os jogos germânicos como o tiro ao alvo... o Baile da Rainha, do Reino, nossos originais das festas, as comidas, os eventos. Por que não divulgar um calendário bilíngüe?

O último tópico ou bloco do seminário foi o grande ápice do evento, de efervescência, pois trazia a tona, elementos importantes para a construção da identidade teuto-brasileira: a cultura, a língua.

A língua espelha a alma de um Povo, exclama um professor de línguas e da língua-mãe, um filólogo, um interprete das línguas.

A língua portuguesa é fluidica, flexível... dado o espírito diplomático dos portugueses e brasileiros. Vem do berço! É positivo... o jeitinho brasileiro é negativo, questionável. Mas a língua inglesa é rígida. Os sentidos das línguas são muito diversos. Assim o uso literal de uma língua, sem contextualizar, gera besteiras! No português o uso indireto, a ordem inversa, é uma questão de estilo. Na inglesa, não. Já o alemão é a limpa verdade... no inglês, é a toda verdade. Deve-se traduzir a idéia, não a palavra. Os pontos de partida são diferentes. A mesma idéia exposta de maneiras diferentes. Em inglês o you (tu, você) é minúsculo, e o I (eu) sempre em maiúscula...

A opinião, o conceito do professor – palestrante (idade entre 60 e 70 anos) é pouco elogiosa á cultura norte-americana e inglesa (anglo-saxonica, portanto) ficando evidente nas suas críticas e observações:

Nós vemos no Brasil um colonialismo cultural americano manifesto nas placas... A ALCA é pior que o Império Alemão! Os

ingleses são os que menos se interessam em aprender outras línguas. Interessar-se por outra língua é sinal de cultura!

Ele usa frases diversas, analisando sua estrutura gramatical, os elementos lingüísticos acionados pelos povos para se distinguir:

No alemão tem que se prestar atenção à última palavra para se entender a frase toda. Se não ouve, não há comunicação. Por isso o aluno alemão (da língua) é mais atencioso que os outros. Os turcos não homenageiam a data do aniversário... Os japoneses acionam mais a visão, nós não. Usam sinais gráficos milenares... os sentidos são importantes para compreender as culturas diversas.(...) e o gestual dos italianos?! Como se comunicam! Quem não faz amizade com um italiano, não sei com quem faz! [não sei se o elogio foi por causa do Padre Sponcchiado, que compunha a mesa para falar da imigração da 4ª Colônia!].

Há diferentes maneiras, a língua reflete o comportamento. Por isso dizem que o alemão é nervoso, irritado, resmungão (porque tem que escutar toda a frase, até o fim, para entender tudo.). É o mundo do "Ter "e do" Ser "sobre líquidos e sólidos.

Começa a percorrer sobre os verbos utilizados pelos alemães, portugueses e ingleses para dizer que tomam, bebem, comem uma sopa. O 'tenho' (anos, idade, etc.) usado pelos brasileiros e o 'sou' dos ingleses e alemães.

Na língua portuguesa as pessoas se apresentam e são conhecidas pelo nome ou apelido (não sobrenome, o nome de família). É o apego ao eu, o individualismo. É um sinal de afeto, de infantilidade ou imaturidade...Um atraso cultural! Na Alemanha, se usa o sobrenome... [Percebe-se aqui uma estratégia de distinguir-se teutos de não – teutos, através do uso de estereótipos.]

Marlene Müller, uma professora de alemão e pedagoga de Ijuí, na casa do trinta e poucos, quarenta anos, nos pareceu atenuar o etnocentrismo alemão, na sua fala sobre a língua alemã conquistando espaços. Há um imaginário acerca do Brasil, que abdica da mistura para incorporar o discurso de um Brasil multiétnico, reivindicando espaço para cultivar a língua:

Eles, imigrantes, vieram de longe e foram tão longe... a mistura de raças, etnias, cores, caracteriza brasileiros. Somos todos brasileiros. O pluralismo étnico e cultural está na soma das diferenças de cada grupo étnico que convivem num espaço comum, criam um grupo específico. As etnias diferenciadas

necessitam se encontrar para se formarem, não se fechando em si mesmas. Zelar pela língua é preservar a cultura e a identidade. Em Serro Largo, há um grupo étnico. Eles querem a tradução de suas histórias para o alemão, uma história bilíngüe.

Segundo um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, através da Secretaria de Educação, sobre o interesse pela língua alemã da população (com o intuito de se elaborar uma lei que tornasse obrigatório o ensino do alemão nas escolas públicas municipais), o alemão ficou em terceiro lugar, perdendo para as línguas: inglesa (1º) e espanhola (2º). Mas introduziu-se a língua alemã, á disposição da comunidade, ministrado na própria secretaria municipal de educação, cujo ensino é dirigido para todas as idades, disponível em três turnos e totalmente gratuito. A secretária Jane Kühn desabafa:

Os bombardeios continuam...Mas é para demonstrar-se a importância de outros povos na formação do Brasil. Por isso temos um projeto interétnico - não só de alemães.

É o poder público municipal investindo na germanidade, assim reforçando a luta da comunidade para manter a hegemonia teuto-brasileira na região.

Quanto a este projeto pluri ou interétnico, não temos notícias. Houve um projeto, no sesquicentenário da imigração alemã em Santa Cruz do Sul, e 170 anos no Rio Grande do Sul, em 1999, realizado pela Secretaria de educação, em parceria com o CEGENS, apoiado pela RBS- TV- Santa Cruz do Sul, com 35 escolas de ensino fundamental, sendo 15 escolas destinadas ao público infantil (cerca de 12.000 alunos e 600 professores), localizadas na periferia e no interior do município²⁴. Jane Kühn introduz o assunto citando Júlio Dantas (Algarves, Portugal.):

Infelizes as famílias que não têm história (...) O cerne do nosso projeto era a questão da família. A média no Brasil, de crianças de 7 anos, é de 5000h/tv (horas- teve). A TV gera atemporalidade, instiga ao prazer imediato e no imediatismo não existe o para trás

²⁴ Iniciou-se em março de 1999, inicialmente uma parceria com as escolas públicas municipais.

e nem para frente. As crianças suportam muito pouco o desprazer e tem baixa resistência às dificuldades, o que implica no prazer a qualquer preço! As drogas...Há uma erotização precoce e uma preparação de um consumista. As crianças são criadas em creches. A urbanização afasta a presença e a influência dos avós (temos violência, desrespeito com os idosos e mais velhos) ou gerações anteriores. O projeto propôs uma busca das origens...usamos formulários para descobrir dados até 4 gerações, através das crianças e professores (vida escolar numa 1ª etapa, a distância, o tempo de escola, relacionamento com professor; a língua usada, as festas, as brincadeiras,etc.) Visitavam até os avós, reencontrando gerações...Houve um fechamento, um trauma das gerações passadas...Houve uma discriminação muito grande com a imigração teuta, na 2ª Guerra Mundial, que acabou isolando os mais idosos. Quem fez a casa onde moram, as cozinhas, o que comiam, como conservavam os alimentos, etc. A 3ª etapa, apurava a vida social, comunitária. Como as mulheres se encontravam, os homens... As festas, a Igreja era obrigatória? Os sinos tocavam quando? As doenças mais comuns, os remédios usados... As famílias, as comunidades se redescobriram no projeto. Até objetos apareceram (que eram proibidos na 2ªG.M.).

A Rádio Santa Cruz tinha programas diários, de março a dezembro, contando histórias ocultas. A RBS fez um documentário chamado “Saga dos Imigrantes” - *a não oficial, as peculiaridades descobertas...*²⁵

No encerramento, musica: uma pequena orquestra com membros de 10 a 70 anos (o maestro tinha apenas vinte e poucos anos).²⁶ O comentário do mestre de cerimônia: *Boa música, bons pensamentos... os nossos ancestrais nos legaram, trouxe a música, a religiosidade, à família! Nós precisamos de políticos com vergonha na cara para investir nisso!* Uma prece encerrou o evento.

A língua alemã é algo sagrado para o povo germânico, e é o sinal diacrítico mais importante na construção da sua identidade, bem como de seus descendentes que migraram para o Brasil. A língua é a expressão máxima do *ethos* alemão.

²⁵ A semana da pátria, por exemplo, foi comemorada, em Santa Cruz do Sul, tendo como tema a imigração alemã.

²⁶ Apesar de composta há apenas 4 meses, se reunindo no salão da igreja luterana, cedido a eles nos domingos à noite, impressionou-me o virtuosismo, a paixão pela música, a sensibilidade, inclusive do repertório: Dança das Bruxas, A Árvore, Todo Mundo Passa, O Minueto, A Dança das Horas, etc.) Paganini , Villa Lôbos, Haendel,Olgar, Tchaikovski, Raul Elwanger. Um número de rock, do Iron Made e jazz, Manhattan.

Como bem observado por Poliakov (POLIAKOV: 1974²⁷), os alemães têm verdadeira obsessão em trazer á baila, em todas as searas (arte, musica, história, etc.) a questão da expansão germânica, sempre buscando fundamentos em acontecimentos de um passado remoto, e acontecidos, via de regra, fora da Alemanha, especialmente em países de línguas latinas.²⁸

Da mesma forma que os historiadores alemães distinguem duas fases na história alemã: os primeiros tempos germânicos e os primeiros tempos alemães, os “alemães” (ou teuto-brasileiros) de Santa Cruz estão se referindo a um tempo “alemão” e a um tempo teuto-brasileiro. Ou seja, estão sempre em função do passado, cultuando um tipo ideal de imigrante “alemão”, enquanto teuto-brasileiros, mas vivendo, agora, no presente, criando um “tempo teuto” de forma a mais alemã possível. Reiventa-se a tradição de diversas formas, articulando várias formas discursivas. Mas a memória aqui é bastante seletiva: lembra-se apenas as condições que glorificam os ascendentes.

Os primeiros “tempos germânicos” abrangiam a Europa inteira como universo, enquanto os primeiros “tempos alemães”, paradoxalmente, se desenvolvem na França. Vai se buscar a origem alheia para estabelecer, pela via do contraste, a sua própria. Dizem que, o que a gente não sabe, muitas vezes a gente inventa, e, como Poliakov bem observa: "constrói -se com aquilo que se tem".(POLIAKOV:1974)

²⁷ Poliakov, em Mito Ariano, aborda o arianismo que posteriormente se transformará no racismo ou xenofobia.

²⁸ Pude perceber pessoalmente esse comportamento, como observadora, em um seminário de pesquisadores da história de comunidades teuto-brasileiras, acontecido em Santa Cruz.

A língua é uma verdadeira obsessão para os alemães, porque é ao redor dela que se funda e formata a identidade do povo alemão. Na literatura e na história germânica, há sempre uma versão indicando que tal ou qual país ou localidade falava um idioma germânico.²⁹

Os alemães têm fascinação e cultuam os mitos de origem, cremos que na busca de um liame subjetivo que interligue e confira a pessoas e lugares tão diferentes ou distantes entre si, um sentimento de unicidade acentuado, o sentimento de identidade coletiva.

Mas a identidade coletiva germânica é, paradoxalmente, bem mais recente, nascendo a partir da tomada de consciência de uma comunidade lingüística entre os diversos países. Entretanto, nasceu sobre uma *Stæmme* (*pátria*), e não sobre a idéia de ascendência comum.³⁰

No caso alemão, o sentimento se dá ao redor de uma representação, surgida a partir de uma noção lingüística ou ideal. Ademais, a religiosidade reconhecida dos alemães confere a esse sentimento a natureza de princípio espiritual, ordenador e fundante de todos os povos (noção típica do idealismo alemão).³¹

²⁹ Clóvis e Chilperic, por exemplo, seriam grandes antepassados alemães porque na sua época a camada feudal, do Reno ao Loire, falavam o idioma germânico. Por exemplo: a Dinastia Carolíngia- Carlos Magno- seria “cabeça da história alemã” (não a história francesa), pois ele, um mito imperial, iria domiciliar-se na Germânia, e não na França. Ou seja, a referência sempre será uma classe dominante ou hegemônica, e não qualquer outra. Eis aí dois elementos constitutivos de uma identidade: território (domicílio) e língua (germânica).

³⁰ Essa tomada de consciência sobre a identidade coletiva, segundo Poliakov, surgiu a partir de uma perspectiva de confronto entre a língua e a cultura latinas, as mais antigas (os *Welches*). Traduziria-se essa conscientização, num sentimento de comunidade surgindo contrastivamente á latinidade.

³¹ Com a reforma no século XVI surge a proposta de um antepassado comum: o ascenas bíblico ou aschkenaz. A questão que o autor coloca é a seguinte: seria o conceito espiritual de comunidade lingüística e o conceito carnal de filiação comum ou de raça e uma tradução das aspirações coletivas?

Há uma outra idéia bastante difundida, na qual o culto da raça germânica se vincularia a recordações pré-cristãs. Mas, de fato, o “panteão germânico” é produto de uma reconstrução, um *bricolage*.³²

O racismo alemão fez uma separação geográfica entre os territórios habitados por Germanos e por outras raças (daí surgiria o significado de anti-raça dos judeus) enquanto em outros países da Europa o racismo postulava uma separação interior, histórica, entre os elementos raciais germânicos e outros.

O sentimento comunitário, expresso em termos de língua, acabou sendo reformulado em termos de raça.

É bastante comum que os alemães se utilizem de genealogias, as quais foram construídas inicialmente através das teorias cristãs.³³ A genealogia foi um instrumento utilizado por teóricos da idéia imperial, para dar fundamento aos títulos do Sacro Império, pretendidos como um “translado dos Gregos aos Germanos” - Francos. Há uma mistura de tradições bíblicas e lembranças da Antiguidade Clássica, para justificar e comprovar uma origem nobre, pura.³⁴

Enquanto o alemão seria uma língua una, as línguas latinas ou romanas seriam ramificadas e múltiplas. Assim o alemão deveria ser a língua original do gênero humano. Essa perspectiva cultuava língua e raça, fazendo-as convergir e retroagir até Adão e Eva.

³² Até a mitologia germânica se conservou, nas suas mais diversas formas, sempre fora da Alemanha. Era o chamado *Staemme* de expatriados ou desgermanizados: godos, lombardos, anglos e saxões. A existência de resquícios pré-cristãos permite pensar que as dinastias reais e o feudalismo cultivavam-no como signo de identidade e para distingui-los dos autóctones.

³³ Existem dois mitos, o mito imperial ligado à lenda troiana, e as tradições do *Staemme*. É através da sua genealogia que os alemães compartilham a glória dos troianos e daí à Jafé e Adão.

³⁴ Afirmava-se que depois do dilúvio (Arca de Noé) Jafé teria se estabelecido na Alemanha, donde se originaria uma linhagem imperial, que originou a todos os grandes conquistadores da história. Chegou-se a afirmar que Adão e Eva falavam alemão.

A partir do século XVI se instaura um culto purista da língua alemã, que chegará ao ponto máximo na Guerra dos Trinta Anos.

Sempre houve uma confusão entre a língua e o sangue na história alemã, sendo ambas compreendidas como fontes de vida e poder que, inconscientemente, parecem ter a mesma significação.

Muito antes da reforma protestante, o cristianismo na Alemanha já havia adquirido uma orientação específica e hereticamente germânica. **O alemão seria a língua de todos os homens (*alle-Mann*)**.³⁵ Portanto, através desta ótica etnocêntrica ao extremo, a língua original do gênero humano não seria o hebraico (conforme a Bíblia Católica), mas sim o alemão.

O humanismo alemão tratou de glorificar o passado pré-cristão germânico, produzindo versões bastante diferentes das produzidas pelo humanismo italiano (estão sempre se opondo á cultura latina). Para os alemães, restavam as virtudes simples e a invencibilidade dos antepassados. Afirmava-se que os Germanos eram autóctones.³⁶ Exaltava-se a pureza da sua raça. É sobre esse mito da autoctoneidade e sobre o solo que se firmaram os humanistas alemães.

A partir do momento em que são abandonadas as genealogias bíblicas³⁷, a ênfase passa a ser a raça e o sangue.

³⁵ A fidelidade e a condição de “povo eleito” dos alemães se justificaria pela interpretação de que o “Adão germânico” e seus descendentes estariam a salvo do pecado original, uma vez que “Cristo veio ao mundo para salvar os judeus infiéis”.

³⁶ A crença na condição de povo autóctone originou a tradição imperialista poética, que perdura até o século XVII. Os alemães nos séculos XIX e XX é que irão trabalhar em prol de um interesse germânico comum, afinal, a megalomania nacionalista só poderia estar fundamentada nas lendas ancestrais, que lhes confere plausibilidades tanto sob a perspectiva passada como na atual. Entretanto, já no século XV, na Alemanha se multiplicam as lendas e profecias sob o reinado triunfal do imperador Frederico, um mito.

³⁷ O alemão teria sido gerado no lugar por um neto de Noé. Portanto países de origem alemã são uma unidade inseparável. Os humanistas germânicos faziam apologias utilizando-se, além da língua e da raça, a mitologia. O

Lutero contribuiu para a ascensão do nacionalismo e, aliando reforma religiosa e política vai conferir uma nuance marcadamente germânica ao luteranismo. Para Lutero os alemães se tornaram escravos do Papa, e a sua tese era a de que o império teria sido dado aos Germanos por uma disposição divina.³⁸

Mas foi com o humanismo alemão que se pôs um assento na autoctoneidade. Há uma ruptura com a filiação histórica real, uma recusa de identificação com projetos culturais. Agora a “tese” era a da derivação de si mesmo.³⁹ O mundo inteiro pertenceria, ao “Poder Germaine”, cujo mote é a conquista através da força.⁴⁰

No século XIX, a “germanomania” se espalhou pelos meios eruditos alemães. O ideal humanista do homem alemão (séculos XIX-XX) teve influência decisiva, pois havia modelos patrióticos a serem seguidos, e assim todo alemão seria assemelhado.⁴¹

O mundo dessa época se dividia em *Ausländer*, que eram os estrangeiros de “cepa *Welche*”, e os *Altfranken*, de “cepa germânica”. Havia um povo original: os alemães, e os povos neolatinos, os quais eram vistos como “povos diminuídos, desgermanizados, esterilizados pela perda da ‘língua original’ (*ursprache*)”. Aos germanos, como povo

racionalismo ataca o mito bíblico (Adão e Eva), e daí surgem tentativas de reabilitação dos deuses germânicos- os Deuses Guerreiros, criando-se ou reinventando-se uma mitologia ancestral.

³⁸ Lutero sempre valorizou “religiosamente” a língua materna, para quem o alemão era a quarta língua sagrada, comparável apenas ao hebraico, anterior à confusão da Torre de Babel (o hebraico falado por Adão). Também procurou elucidar a origem dos alemães através da interpretação do mito do gênese, especificamente através da genealogia jafética-aschkenaze, a qual conferia a seu povo o direito de primogênito puro.

³⁹ Aqui se percebe a construção de um *habitus* beligerante, como se pode verificar em Elias (tanto em “Os Alemães” quanto no “Processo Civilizador”).

⁴⁰ No século XVII na Alemanha já se celebrava a pureza da raça germânica e já eram condenados os costumes cristãos que atentassem contra esta pureza racial. Era imprescindível proteger-se à língua materna.

escolhido, cabia a missão de “regenerarem” o mundo romano, pois eram a raça mais forte, mais bela e dotados de uma cultura nobre, casta, honoráveis, generosos e leais.

A pretensão, quanto á língua, era a de dominar o mundo, afinal a língua romana, o latim, era uma língua morta.

Com o desaparecimento da “gloriosa Prússia”, aos alemães caberia, finalmente a dominação universal, uma idéia visivelmente contaminada pelo delírio, como se pode verificar da frase proferida por Hitler (POLIAKOV: 1971:96): “se fizéssemos desaparecer o ariano, uma profunda escuridão desceria sobre a terra; em alguns séculos, a civilização desapareceria e o mundo se tornaria um deserto”.

A pureza seria o elo, o vínculo e a natureza um critério para justificar as barreiras construídas entre povos e nações que não possuam a língua e a origem comuns.⁴²

Na realidade os intelectuais reconstituíram recordações esquecidas durante Alemanha medieval, extraíndo versões ideais. Cremos que assim permanecem, recriando um passado e uma tradição ainda mais alemães ou “deutsch” do que o foi na realidade.

Em suma, durante séculos de história alemã, foram se idealizando “fantasmas” e “mitos” com perfis bastante definidos, posto que idealizados.

O ritual aqui descrito homenageia os elementos citados por Poliakov como fundantes da história (imaginada) da Alemanha, que foram cultuados e ritualizados pelo germanismo e arianismo. E primeiro lugar, colocada num pedestal, está a língua alemã, representante maior de uma cultura que está sempre buscando a erudição, manifestando-se nas artes, na música (na forma de orquestras ou corais de vozes), na poesia e na literatura; o gosto pelos museus dos

⁴² Os alemães eram antropológicamente aceitos como homogêneos: eram a “quinta-essência da raça européia ou branca”. O critério racial aqui estava colado ás idéias evolucionistas e deterministas.

mais variados tipos (familiares, escolares, militares, etc.) os quais procuram reconstruir o passado, alemão e teuto-brasileiro; a forte religiosidade, presente nos usos e costumes lidos como tradicionais, além da fascinação pelas genealogias familiares, retrocedendo ora ao imigrante colono pioneiro, ora à “Alemanha Gloriosa”.

Santa Cruz do Sul está sempre celebrando esta germanidade, que fornece um suporte às relações políticas, sociais e econômicas desta comunidade que se auto afirma teuto-brasileira.

5.4. RITUAIS, CERIMÔNIAS E LITURGIAS POLÍTICAS

Durkheim⁴³ propôs uma teoria das conseqüências das crenças e práticas, insistindo na virtude consensual dos ritos, que afirmam a unidade do grupo, reforçando a natureza social dos indivíduos, situando-se na continuidade de um “*phylum clânico*” ou permitindo reagrupamentos coletivos que dão a impressão de solidariedade em torno dos mesmos valores.

O rito reafirma, simbolicamente, o que é a unidade do mundo para o homem, ou seja, situa-nos numa temporalidade humana ideal.

Os ritos apaziguam as regras através das quais o homem ordena sua condição humana. Teatralizando papéis, o rito sugere que a segurança reside na ocupação de um lugar e

⁴³ A influência de Durkheim foi muito marcante, na sua distinção entre o sagrado e o profano, e fez Kertzer seu discípulo. Para ele os ritos eram regras de conduta que prescrevem como um homem deve se comportar na presença de objetos sagrados. Kertzer diz que a adoração do sagrado é, para Durkheim, a adoração da própria sociedade, considerando o ritual como um comportamento simbólico que é socialmente estandardizado e repetitivo, um dos motivos de sua eficácia. Caracteriza os rituais da seguinte forma: são formais, sendo procedimentos estruturados, repetidos e redundantes: organiza grupos, canaliza emoções e orienta a cognição; e é uma ação envolvida numa rede de simbolismos, sem o qual, a ação repetitiva seria mero costume, mas não um ritual. Mas: e o costume não é envolvido numa rede de significados! Tambiah vem socorrer-lo para distinguir o ritual do costume pela percepção das pessoas. É acontecimento, fato, percebido como especial, embora faça parte da rotina cotidiana. Rituais conectam com o passado, presente e futuro, criando um sentido de continuidade, para além da indeterminação do mundo. Através dos rituais, o indivíduo interage com aquilo que é moldado pelas “forças sociais”: o emocional (luzes, trajes, gestual, cores, movimentos, vozes, etc.).

no respeito aos códigos relacionais estabelecidos pelos níveis hierárquicos, em cujo ápice está o sagrado, um sagrado que deve ser visto de modo mais amplo, não sendo mais exclusivo da religião, das igrejas.⁴⁴

A função integradora dos ritos não pode ser ignorada, mas a maioria das cerimônias políticas visa celebrar uma ordem instaurada ou por instaurar, tentando demonstrar a existência, ou tentando criar, uma comunidade. Os ritos, então, ao menos enunciam uma integração das normas ou mesmo das pessoas que formam uma comunidade.

Todo ritual politicamente organizado traduz a ordem existente. Assim, as cerimônias são tidas como fontes de estabilidade social ou mesmo meios de sublimação das tensões sociais, funcionando como mecanismos de adaptação ou auto-regulação de um sistema social sempre potencialmente a beira de conflitos. O resultado do rito, se integrativos ou não, variam conforme a reação das pessoas sobre o que vêem ou lhes fazem ver e crer.

Na integração das sociedades industriais modernas (pós-revolução industrial), os rituais políticos têm um papel crucial, pois criam um consenso sobre valores, contribuindo para a manutenção do equilíbrio do sistema social, como afirmam os funcionalistas americanos.⁴⁵

⁴⁴ Até a década de 60, tivemos uma tendência a subestimar a importância funcional das cerimônias, até que se começou a estudá-las, exaltando (excessivamente, até) a sua função integradora, surgindo daí o interesse, sobretudo, sobre alguns rituais políticos.

⁴⁵ **Stephen Lukes**, crítico dos chamados Neodurkheimianos, citado por **Riviére (1997)** entende o papel integrador dos ritos políticos de quatro modos: 1. o rito político é um indicio de valores integrativos preexistentes; 2. o rito é a expressão dessa integração, reafirmando valores morais, acentuando o consenso; 3. o rito é um mecanismo que insiste sobre a integração, motivando e mobilizando pessoas para metas nacionais; 4. o rito atua por si só forjando a integração, através de reuniões periódicas e da unificação simbólica de uma sociedade constitutiva da comunidade. Para o autor, há uma vulnerabilidade na conceituação da integração, pois os neodurkheimianos, como Shils, Young, Verba, não consideram as realidades. Propõem-nos considerar vários elementos na integração, estabelecendo gradações: participação contínua dos membros em suas instituições e práticas; sua conformidade com as normas; a partilha de valores pela consciência comum e ação conjunta; complementaridade ou reciprocidades de suas atividades e de seus papéis; compatibilidade de interesses; grau de coerência dos segmentos ou partes da sociedade; compatibilidade funcional entre ordem institucional da sociedade e sua base material; persistência de certos traços estruturais além do tempo em que eles poderiam ser funcionais.

Os valores partilhados pelo grupo ou subgrupo devem ser vistos dentro de um quadro social determinado, observando-se o modo e a ordem de prioridades que são efetivamente partilhados.

É evidente que toda sociedade tem uma ideologia dominante, através da qual processa a socialização do povo. Mas há níveis de adesão aos valores, que variam de grupo para grupo, e mesmo de tempos em tempos. A efetiva internalização das normas ou regras, e a subordinação á uma ordem determinada, são complexas e problemáticas, muitas vezes causadas pela ausência de alternativas. Falta poder decisório, o que implica dizer que há uma adesão constrangida ás normas. Isto é coerção, ou até mesmo, coação social.

A manifestação política por si só carece de “integração global”. É preciso diferenciar a interpretação do observador de fora do grupo e a interpretação dos que habitualmente vivem no seio das instituições. Por exemplo, para quem estava no seminário, anteriormente descrito, para etnografa-lo e recolher subsídios para uma pesquisa, o evento tem um significado, principalmente se não é teuto-brasileira. Mas para os pesquisadores e participantes o seminário é “um momento de efervescência social”.

O rito político ajuda a definir, a perceber a sociedade, concentrando atenção em certas relações e atividades organizadas, em detrimento de outras desvalorizadas implícita ou explicitamente. Um rito é mais uma expressão do que um instrumento. Em cada gesto, nos temas escolhidos, na própria razão de ser do encontro (seminário), percebe-se que ele é um instrumento de coesão, que busca na história, nas genealogias, no passado dos imigrantes, ressuscitar ou reviver um passado “alemão” glorioso. O *ethos* alemão é evocado em cada palestra.

A expressividade dos ritos leva-nos a compreender que são os contextos sociais conflitivos que os fazem surgir, e não o consenso. Será que se não tivéssemos na história da colonização e imigração teuta, a forte discriminação, o medo da possibilidade de recriação de uma nação ou estado alemão, nazista ou pangermânico, haveria tantos eventos de caráter étnico? Entretanto, em nenhum ritual, político ou religioso, há uma garantia de resultados, de conversão ou reconversão.⁴⁶

O seminário descrito anteriormente é um rito, demonstrando como a comunidade de Santa Cruz do Sul se apropria de eventos, festas, feiras, etc., para manter e reafirmar a sua germanidade, tendo em vista o contexto produzido pelo desenvolvimento industrial fumageiro, que proporcionou uma “invasão” de brasileiros.

O Rito está relacionado com um sistema de pensamento, expresso, via de regra, através da linguagem mítica ou ideológica. O sentido do rito se articula com o discurso, com o gestual e o sentimento, com aquilo que não foi manifesto ou dito. São os hábitos culturais que fundam as liturgias políticas. A língua, a cultura e a história religiosa dão o tom, a cor aos ritos.

⁴⁶ Os ritos seculares de caráter político têm alguns aspectos e funções peculiares: a) de legitimação política; b) de afirmação de uma hierarquia de poderes, valores e prioridades; c) de orientação moral; e d) troca intensiva, simultaneamente lúdica e mobilizadora. **Legitimação do Poder**, da função primordial deste poder: a ideologia, tanto como o mito, é apresentada cerimonialmente. A adesão ao rito depende de um certo grau de coercitividade e efetividade do poder, de sua legitimidade. Mesmo quando há um Poder legalmente investido, os valores por ele enunciados ao perdem a consistência perante o público destinatário, ou quando desrespeitado pela própria autoridade, acarretam a perda da sua legitimidade social. Portanto, não basta uma adesão formal a um ritual ou rito político. Há de haver uma internalização profunda. Daí a ambivalência do Rito. Assim, o consenso promove tanto o poder político quanto a Ideologia. **Hierarquização**: o ritual afirma a posição social, o *status*, através da secularização promovida, hoje, pela mídia e difundindo sua “efígie”. **Moralização**: dirigindo, intencionalmente o ato político. Um ritual tende a envolver os participantes naquilo que está sendo prescrito (Mauss: ritos positivos) e no proscrito (rito negativo). Há uma sacralização da ideologia e da autoridade, pois através de repetição, o rito parece encantar aqueles que o praticam. Ambos, ideologia e rito político, promovem uma mobilização coletiva: a mobilização da sustentação popular visando atingir objetivos nacionais; e a mobilização de “energia jovial”. **Exaltação**: ela pressupõe a troca de comunicação e a intensidade emocional. Há, no gestual, no verbal que expressa a ideologia, uma metalinguagem relevante. Os significados ultrapassam a mensagem transmitida e vão adquirir sentido, muitas vezes, no modo de transmissão da mensagem. A força, e, portanto, a eficácia do rito, que é quantificado pela emoção que provoca, pela atenção dispensada á realização da cerimônia.

O símbolo nada mais é do que um valor atribuído a um objeto ou a um signo, que ao ser evocado, leva a uma representação que vai orientar a ação dos indivíduos, conferindo-lhes um significado relevante.

Símbolo é linguagem, e tanto pode ser entendido como uma substituição ou compensação, como instrumentos de troca de valores, quanto sustentar um sistema de alianças entre os indivíduos, os quais atribuem um mesmo significado às coisas, formando uma comunidade. Sua função, portanto, é ir além da razão, desfazendo lógicas e acomodando os “contrários” numa mesma visão. O mesmo símbolo se matiza conforme a diversidade cultural, as circunstâncias históricas e o momento em que se constitui ou manifesta.

O rito proclama uma relação dada numa condição de tempo e espaço. A imaginação simbólica denota um sentido figurado á realidade.

Para compreendermos os processos políticos, necessitamos compreender como os símbolos entram na política, como os atores políticos os manipulam e como esta dimensão simbólica se relaciona com a base material do poder político.

Os simbolismos identificarão quem, por exemplo, tem autoridade ou não. O poder reforça a autoridade através da manipulação dos símbolos.⁴⁷

Para Bourdieu, os símbolos têm um poder.⁴⁸ O simbolismo tem uma função social, uma função tipicamente política de integração social. Ele se interessa pela função do

⁴⁷ Como exemplo, Kertzer nos dá a Nação, que não seria objetiva, mas sim uma concepção simbólica do universo, fazendo com que as pessoas se vejam como parte de unidades específicas, tendo uma nacionalidade. Desta forma, os símbolos instigam a ação social e definem o individual, o “EU”.

⁴⁸ Contraindo-se aos interacionistas que concebem a conduta humana como livre, e aos estruturalistas que percebem os sistemas simbólicos através de sua função de comunicação.

simbolismo para a política. Ademais, para ele os símbolos e os ritos parecem ser ferramentas, instrumentos, a serviço do poder⁴⁹. Bourdieu dedicou-se mais à reprodução do poder.

Utilizando termos de Bourdieu, os símbolos criam um sentimento de unidade e simultaneamente, representam e diferenciam grupos. Os indivíduos sentem-se parte da organização, integrando-se a ela através de símbolos, e adquirindo privilégios dentro desta organização. Um dos usos mais importantes dos rituais é justamente o de, numa organização, socializar e integrar novos membros aos valores e expectativas típicas de suas culturas.

Pertencer à uma sociedade ou organização é se fazer representar e submeter através de um simbolismo próprio, sejam estes promessas ou juramentos, trajes, músicas, palavras de ordem, etc.

Uma organização deve ter mitos e rituais, pois a aparência de unicidade e união é o que se busca.

Trata-se de forjar uma identidade simbólica.

O ritual marca um *dever-ser* ou *dever*, ligando passado, presente e futuro, fortificando e produzindo uma relação entre o local e o nacional (esta é uma preocupação típica de Estados centralizados ou unificados).

Em um rito, a pessoa é identificada e identifica-se com um determinado papel. Portanto um ritual é usado para conferir e constituir poder e funcionam como demarcadores de hierarquias de poder, servindo tanto por quem detêm poder, quanto por aqueles que o reivindicam (como nas manifestações de rua, paradas, comícios, etc.). As pessoas estabelecem entre si relações de hierarquia e poder, principalmente nas relações patronais, serventuárias, e ainda no campesinato, em que existem formas prescritivas de tratamento.

⁴⁹ Enquanto para Kertzer eles são constitutivos do poder (quer dizer para um o símbolo é meio e para outro é essência). Este problematiza o ritual enquanto criação, manutenção e subversão do poder.

5.5. FESTAS E FESTEJOS

A *Oktoberfest* é uma festa anual, que tende a reivindicar tradições antigas, reproduzindo o tipo de festa celebradas na Alemanha (embora tenha sido transformada, com muito mais cerveja!). Ela é uma tradição oriunda de Munique, na Alemanha onde foi realizada pela primeira vez em 1819. Antigamente o ponto alto destas festas era as corridas de cavalos, passando para os jogos germânicos, o concurso de chope a metro, etc., e finalmente com desfiles de carros alegóricos, com concurso de rainhas, bailes típicos, com música, danças em trajes folclóricos. A gastronomia alemã é a base desta festa, além do chope. Os bailes costumam durar 24 horas, com cerca de 70 bandinhas tocando em esquema de revezamento e em vários pontos do local da festa (no caso de Santa Cruz há um parque específico para o evento, com 143.000 m², com um palco para cerca de 10 mil pessoas, além de um pavilhão central, para o baile, com capacidade para 2 mil pessoas) e não é raro que venham bandas típicas da própria Alemanha. Em 2001 foram consumidos 245 mil litros de chope e 8 mil toneladas de alimento.

A *Oktoberfest* de Santa Cruz surgiu como uma homenagem aos antepassados, fundando-se na “vivência dos valores culturais dos imigrantes que colonizaram a região (...) é o estandarte da cidade, representando a tradição alemã, seus hábitos e costumes”.⁵⁰ Segundo afirmativas locais, é a maior festa germânica do Estado e a terceira do mundo, neste gênero de festas germânicas.

“A festa tem uma função política evidente, pois permite, superando clivagens internas, numa cidade dividida no plano social, mostrar, de

⁵⁰ Este é o slogan da homepage da cidade.

sete em sete anos, uma unanimidade local. O rito reforça a ligação social da comunidade na efervescência dos longos meses de preparação e nos desfiles em que a cidade se mostra sob um aspecto consensual".(SEGALEN: 1998:83).

As festas possuem características mistas, estando ligadas tanto ao sagrado, quanto ao profano ou mundano. Elas se mesclam aos ritos, se definindo espaço-temporalmente, mas sempre há um pouco de um no outro.

Como observou **Isambert** (*apud* SEGALEN: 1998), a festa é, num primeiro plano, um ato coletivo, cercado de representações, imagens reais e mentais, que acompanham a ação, como a comida, a bebida e tudo que se faz presente numa festa. Mas trata-se de um ato complexo porque estão em jogo vários fatos da vida social (e por isto ultrapassa, em amplitude, o rito e as cerimônias, as quais se compõem de vários ritos.).

No campo do político, a mistura do rito e da festa ainda é mais visível, sendo mais difícil definir, demarcar quando é um ou outro. Celebra-se um mito, um herói, divinizando o poder, e mesmo a coletividade nacional (como se deu com o Nazismo, por exemplo), regional ou local. Todas as manifestações festivas que vi em Santa Cruz trazem o imigrante alemão pioneiro como um ser, um herói mítico.

Os ritos e as festas, não se dirigem apenas aos participantes. Bem pelo contrário, é para a platéia, para as testemunhas do evento. Eles além de exteriorizar, tornar visível, conscientizam sobre algo que talvez, sem eles, não seria percebido. Ambos são mutantes, pois se expressam de modo variado, gerando inúmeras interpretações. Os símbolos - a língua, as

músicas alemãs, os trajes típicos, o gestual, as palavras de ordem, e o próprio casal de bonecos Fritz e Frida, ajudam a formatar a experiência, e provocam uma emoção coletiva.⁵¹

Somente quando há uma identificação, e participação, do público com os símbolos poderá surgir a chamada emoção coletiva, e, portanto, ritual. Por isso os gestos, as manifestações, são sempre repetidos e duplicados, formando um quadro cognitivo coletivo. O consenso gera a metáfora.

O ritual político tem por base referenciais já conhecidos, tanto dos participantes quanto de seus destinatários, não importando que sejam manipulados, pois sempre será uma releitura, uma ressemantização.

Mas quando nos deparamos com ritos com estruturas fixas, vislumbramos alterações de sentido. É o caso da Festa da *Oktoberfest*, e também do seminário de pesquisadores de comunidades Teuto-brasileiras, em Santa Cruz do Sul.

A *Oktoberfest*, apesar de ser uma festa, um ritual de aspecto lúdico, folclórico, voltado para o turismo, envolve aspectos políticos muito fortes, pois a germanidade é um elemento da ordem étnica, impregnado do político. Assim, de um lado há um grupo (composto basicamente por teuto-brasileiros) pretendendo retirar ou amenizar a comercialização do evento, enfatizando o étnico, e de outro lado, o grupo de não-teutas (como o próprio prefeito da cidade) que querem lucrar e manipulam o potencial político que a mobilização para a festa. Valores e interesses diferentes disputam uma cena ritual, onde ambos os grupos pretendem se autocelebrar!

⁵¹ Segundo Segalen (SEGALEN: 2000) é o social quem inscreve o rito, nas cerimônias que festejam uma vitória, no culto aos mortos (que após a morte viram heróis), etc.

O seminário, por toda a sua estruturação, desde a escolha dos temas, enfatiza e ritualisa aspectos culturais, também sinais diacríticos, principalmente a língua. Bem como aos participantes e à platéia.

Acompanhei esta discussão através de alguns de meus entrevistados, além de uma mesa redonda promovida pela rádio universitária (UNISC), onde se discutiu basicamente sobre natureza, a função social desta festa, analisando as mudanças previstas e imprevistas, desejáveis, bem como as múltiplas possibilidades de releitura da sua função social - neste caso simbólica, além do preço dos ingressos que são cobrados, visto como fator limitante e discriminante do tipo de público que se busca ou vai alcançar. Enfim, seus custos e benefícios conforme o ponto de vista das mais diversas facções.

Numa reunião como esta, podemos de fato afirmar como estes rituais, que se estabelecem mesmo antes da festa, seja a *Oktoberfest*, as Feiras da Cuca e do Agricultor, ou a polêmica Agro - Country (por razões que o próprio nome faz deduzir ou imaginar) ou o Seminário de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto - brasileiras, um ritual de etnicidade.

Afinal, existem e coexistem diversas ideologias ou visões de mundo, além de outras sensibilidades por detrás de um ritual político, muito especialmente quando se tem como contexto, a questão étnica, complexa e delicada como é a germanidade, que, como bem demonstra Poliakov (ob. Cit.), constrói epopéias e heróis míticos, para afirmar a sua condição de povo eleito, cujo projeto têm sempre um “que” civilizador.

Em Santa Cruz do Sul, estes rituais, as festas e cerimônias, são impregnadas desta germanidade, e são re-apropriadas pelos poderes locais para alavancar alianças, coalizões entre

o urbano e o rural, incorporando tradições colonas, relendo e resemantizando este adjetivo de forma positivada, para com isto obter ganhos, políticos, financeiros e simbólicos.

A etnicidade tem o condão de aproximar material e culturalmente os desiguais, fazendo-os crer numa origem e num destino comuns, formatando assim uma só identidade.

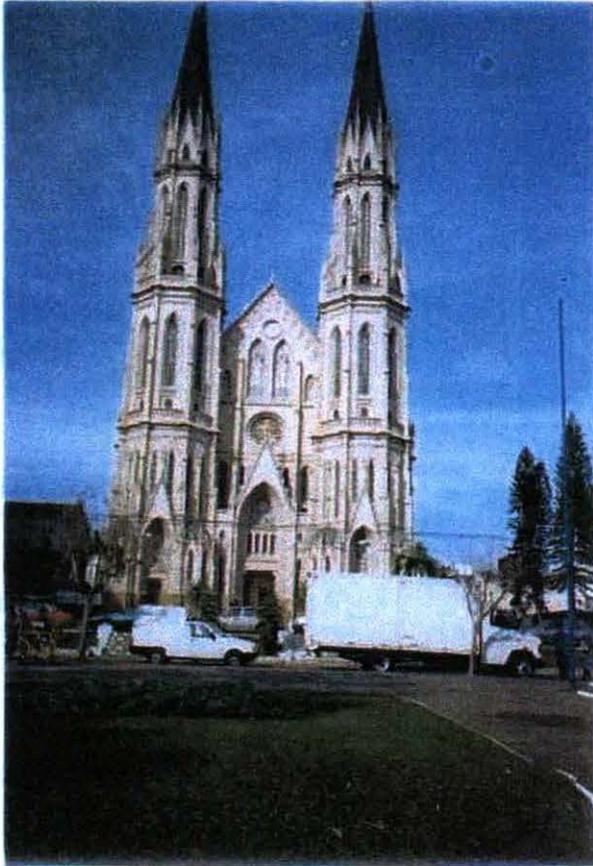


Foto nº 34: a Catedral São João Batista – símbolo da cidade



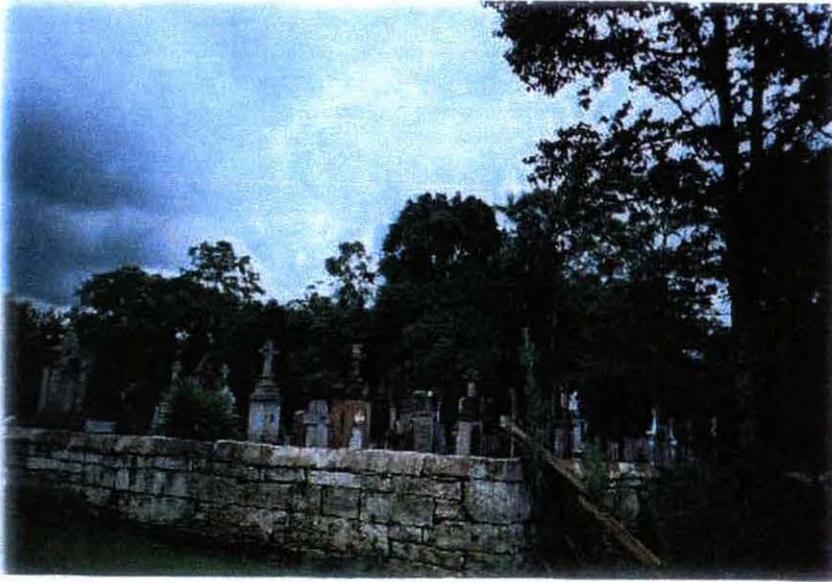
Foto nº 35: Maçonaria (fonte: homepage Prefeitura)



Foto nº 36: Casa das Artes(fonte: homepage Prefeitura)



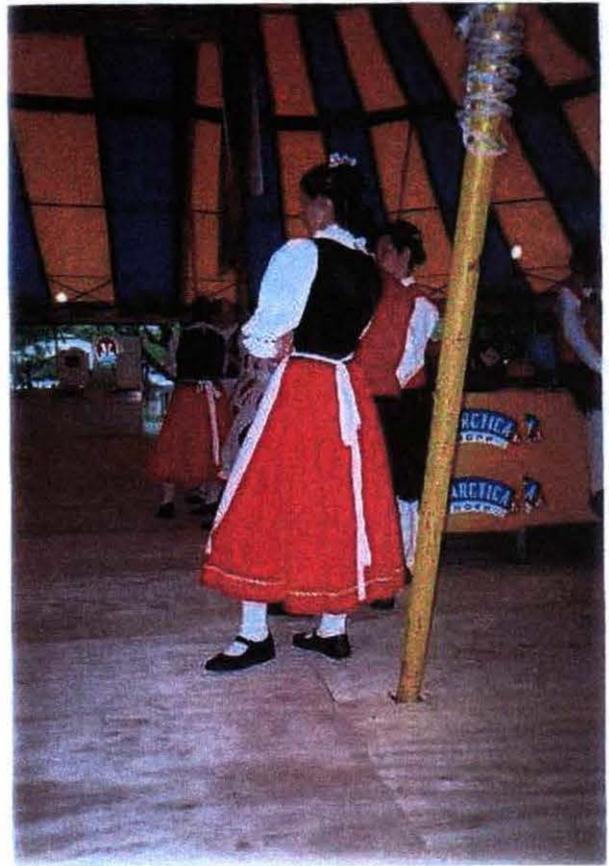
Foto nº 37: Banco (fonte: homepage Prefeitura)



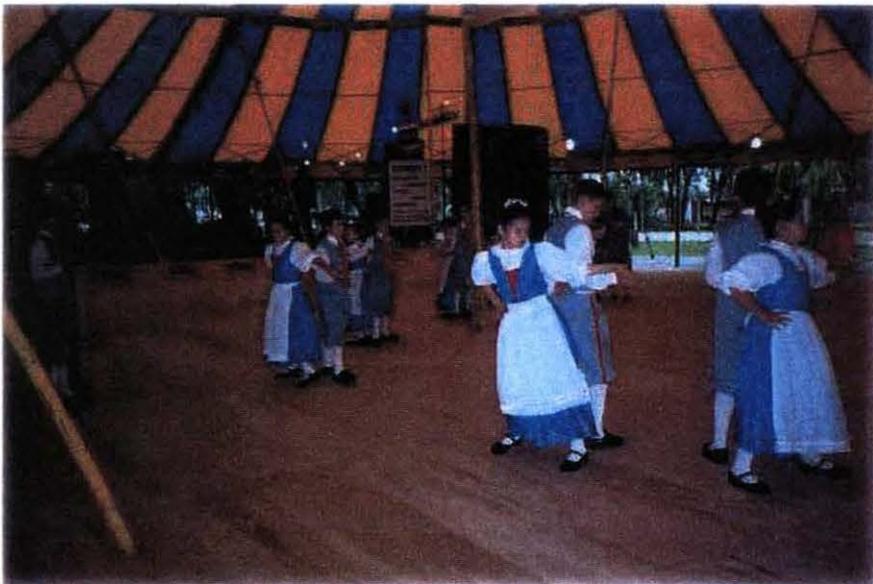
Fonte nº 38: cemitério Luterano ao lado da casa do Pastor numa Travessa

Fonte nº 39: cemitério Luterano





Fotos nº 40, 41 e 42: crianças do Interior de Santa Cruz vêm à *Oktoberfest* dançar.



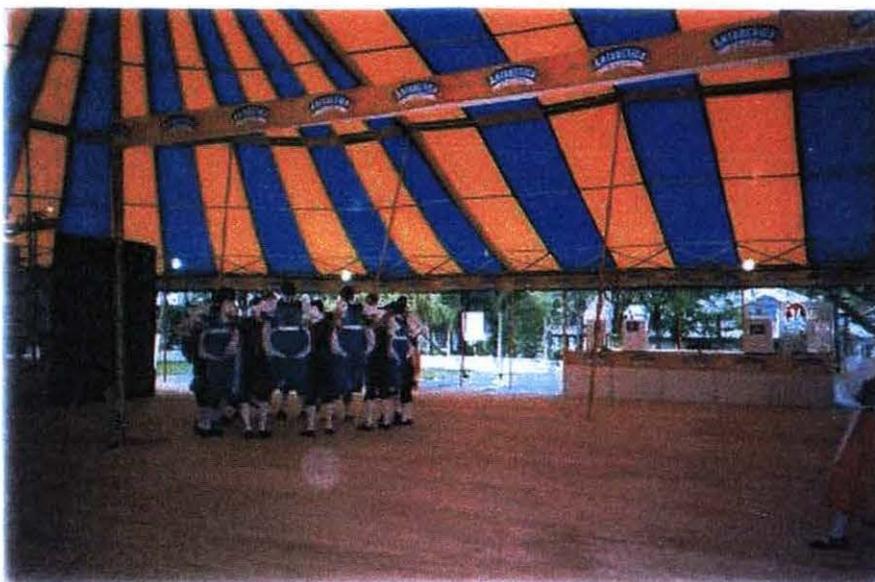


Foto nº 43: adolescentes dançam na Oktoberfest

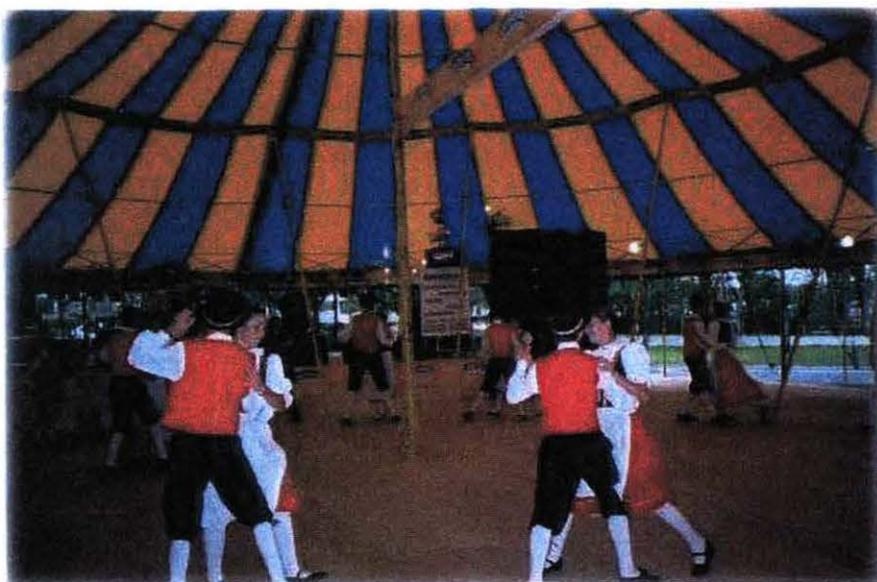


Foto nº 44: adolescentes dançam animados na *Oktoberfest*



Foto nº 45: monumento ao Imigrante Alemão

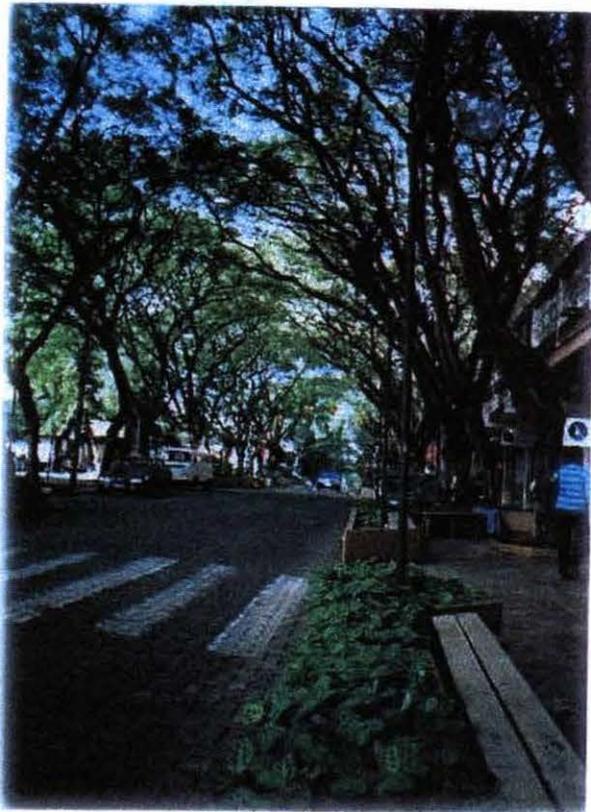


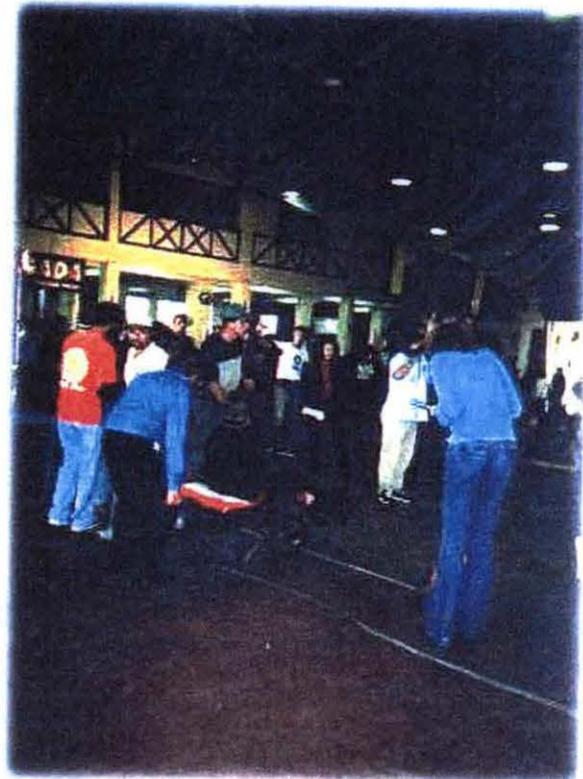
Foto nº 46: o túnel verde da principal avenida da cidade.



Foto nº 47: *Biergarten*

Fonte nº 48 e 49 : as cucas





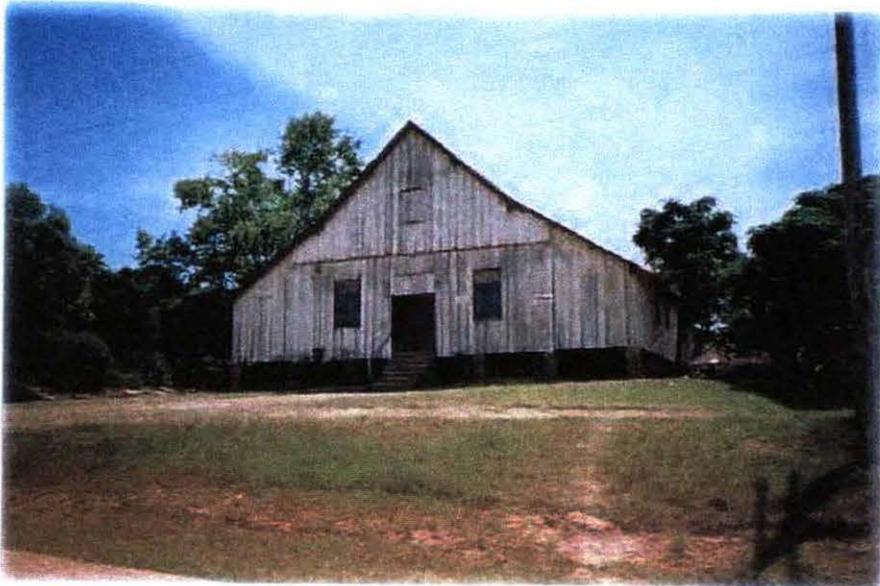
Fotos nº 50 e 51: jogos germânicos



Foto nº 52: traje típico masculino



Fotos 53 e 54: Salões de Bailes e Jogos



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Parece no mínimo complicado, que um cidadão venha a ser, estar e permanecer condenado a um exílio, ao desterro, por não mais existirem as condições que lhe garantam uma vida produtiva e digna, a sua reprodução social, principalmente se este lugar para o qual se migra, é um continente de língua *welch* (latina), culturalmente imaginado.

O camponês imigrante foi, na prática, expulso de uma Europa em plena transformação, onde novas configurações surgiriam, restando agora apenas resquícios da sociedade medieval e agrária (no nosso caso, a Alemanha), despontando uma sociedade moderna, cujas ideologias se transportam das formas imperiais e dinásticas, a modernos e compartimentados estados nacionais, que tentarão acomodar os interesses de uma burguesia crescente, com os interesses das classes dominantes, seja a aristocracia, monarquia ou o clero.

A primazia da agricultura - produção primária, é atingida pela industrialização, promovendo um re-ordenamento fundiário e, portanto, fazendo surgir novas formas de ocupações do solo o que fomentará disputas.

O recorte ou o olhar sobre o mundo, de sacro passa a econômico, dividindo-o conforme o estágio da produção: primitivo, pré - capitalista e capitalista. Alternativas: proletarianização ou a emigração para uma proposta promissora de um Novo Mundo?

Aquele camponês que identifica na sua produção a sua própria existência e a de sua família, cujo valor atribuído á terra é de instrumento real, mas também simbólico, que

realiza, garante e reproduz essas condições sociais, resolve aceitar uma quadra ou um lote de terras em um novo continente.

Mas ele migra justamente para um continente “de cores”, para vir a ser uma minoria étnica num país colonizado pelos já decantados no imaginário germânico como “diferentes”: os lusos e espanhóis (os *welches*).

Sai de uma Alemanha transitando entre o feudal e o capitalismo, estando ainda num estágio de produção pré - capitalista, e chega a um Brasil que jamais passou pelo feudalismo, e cujo atrativo que ensejou a descoberta pelos colonizadores *Welches*, é justamente a exploração predatória conjugada a um sistema de concentração de grandes extensões de terras, além das barganhas com os títulos nobiliários adquiridos, não herdados.

As promessas reais e imaginárias do camponês eram de um futuro promissor, afinal fariam parte de um “programa” imperial de colonização (depois provincial) baseado na pequena propriedade rural, para o que receberiam terras, ferramentas, um par de bois que transformariam em tração animal ou meio de transporte (ou a carreta de boi de quatro- rodas, criação do colono alemão) além de ajuda financeira.

Saindo de lá como camponeses empobrecidos, chegaram ao Brasil como força de trabalho branca, não escrava, sendo bem vindos desde que restringissem sua existência e visibilidade ao campo, á sua colônia. Ocuparam fronteiras até então abandonadas ou frágeis, para produzir alimentos, e depois mercadorias, para um país em plena modernização e, é claro, desde que não tivessem ambições quaisquer de cidadania, quanto mais de dupla - cidadania.

Na tentativa de conformação de seu *locus* e identidade, o camponês reproduz sua cultura de origem alemã, mantendo a língua - mãe no seu cotidiano, transformando o mato e a choupana em um novo lar. Tentam tornar-se invisíveis, ora igualando-se caricaturalmente

aos nativos brasileiros, ora se tornando cada vez mais alemães, e, portanto, de uma ou de outra forma, reforçando sempre diferenças.

De trabalhadores toscos -colonos, passam a ser vistos como nazistas, integralistas, pangermanistas: os perigosos alemães.

Hoje, quando se tem uma Europa pretensamente global, fetichezada por um Mercado Comum, cuja pretensão é unificar países de línguas, as mais diversas, reivindicar-se como teuto - brasileiro parece algo comum, quase evidente. Mas quando a palavra de ordem é o nacionalismo, a cidadania atrela-se à supremacia territorial, à oficialização da língua e da religião, á homogeneização e pasteurização da cultura.

Englobante ou envolvente (sociedade), é um termo que deveria ter o sentido de inclusão, não de subsunção ou subjugação de um grupo, uma comunidade ou sociedade. Neste sentido, globalizar deveria significar abraçar, congregar, incorporando desiguais. Mas na verdade, via de regra, significa estar diante de uma sociedade hierárquica ou individualista, que segmenta, sectariza: compartimenta e imobiliza os sujeitos.

Ser colono (e *Deutch*), num país cuja língua é considerada pela maioria europeia quase como um “código secreto”, só pode acarretar, resultar em diferenciação ímpar, “bárbara”, de ambos os lados (nacionais e estrangeiros). Daí, talvez, a razão, o por quê do sotaque alemão carregado e o culto á língua como sinal diacrítico!

E ainda, com um complicador a mais: vir justamente para uma região onde: “Não basta ser forte, aguerrido e bravo!”.

O principal critério demarcador das diferenças deste grupo étnico é a língua, portanto, tratamos da etnicidade e não da raça ou do território, embora este esteja simbolicamente demarcado. De qualquer forma, serão utilizados elementos culturais para demarcar diferenças e igualdades, incluir e excluir.

Constroem-se mundos com materiais muitas vezes antagônicos, que em tese, não se misturam, se assimilam, difundem, diluem, mas hão de conviver e interagir, daí surgindo a diversidade, a pluralidade identitária.

Mas, se desde lá (Alemanha), os imigrantes, enquanto camponeses e artesãos, eram explorados, e isto parece estar inculcado, formatando uma espécie de memória social coletiva, isso é desconstruído, esquecido, quando se está diante dos diferentes. Apenas se vê o *ethos* (de trabalho, não escravo), positivo, objetivado, essencializado.

Quem é diferente, se pensa melhor, mas também pode ser pensado como pior (e vice - versa).

Temos uma minoria, que se constituiu como um grupo étnico.

O sucesso social e econômico, tanto quanto o insucesso de uma minoria, tende a ser atribuído à sua especificidade enquanto tal.

No grupo étnico estudado, encontramos algo que vai mais além da solidariedade: há uma cumplicidade entre os seus componentes, principalmente diante de tudo e de todos os outros que lhe são diferentes ou lhes ameacem. No caso em tela, o aspecto étnico singular aliado ao interesse econômico e social representado na fumicultura, reforça a solidariedade e fortalece a aliança horizontal e vertical.

Na etnicidade, a reciprocidade surge da crença na origem e no destino comuns, e aqui aparece como algo que reforça ou é reforçado pela campesinidade. O campesinato e a etnicidade funcionam como facilitadores ou mantenedores do grupo. Certamente há algo que faz com que o étnico e o rural se casem tão bem. Se não se organizam enquanto agricultores ou produtores para reivindicar melhores condições, unem-se todos, pobres e ricos, nobres e plebeus, luteranos e católicos, sob a identidade de colonos teuto - brasileiros e fumageiros!

A fumicultura como economia suplementar, alia-se á etnicidade e acaba reduzindo o caráter de oposição entre o urbano e o rural, entre o citadino e o colono, acomodando tradição e modernidade em Santa Cruz.

Esta aliança: fumo + etnia exarceba a sensação de irmandade, de relativa proximidade, e possibilita imaginar a possibilidade de concretização de uma igualdade idealizada. Talvez por isso os sinais diacríticos - língua, costumes, festas, etc. - sejam usados para reforçar o lado bonito e romântico, quase modelar do camponês pioneiro [aliás, um ideal, primeiro alemão e depois teuto-brasileiro], numa tentativa de compensar e reformular todo o imaginário negativo e estigmatizante que a sociedade nacional construiu sobre os alemães, resultante dos acontecimentos que ensejaram o nascimento e o desenvolvimento de movimentos como o nazismo e o pangermanismo.

O que é usado para chamar muita atenção, o visível, o exótico, é exatamente o que se quer focar e inculcar. Mas é preciso estar atento ás subjetividades, ver, ouvir e pensar sobre o que está nas entrelinhas, percebendo o discurso subliminar e o oculto que fazem dual á realidade.

A qualificação dada ao imigrante alemão seja colono ou teuto-brasileiro, fundam as fronteiras que delimitam e condicionam a sua inserção na sociedade envolvente. Quando teutos são valorizados, mas enquanto colonos são depreciados. Assim, lhes resta oscilar entre ambos os termos, buscando suporte na germanidade como modo de desenvolver positivamente sua auto-estima. Mas esta germanidade é apropriada pelos poderes locais como modo de selar alianças entre desiguais, obtendo benefícios dentro de um contexto onde o fumo - seu elo de ligação - é, no mínimo, uma questão complexa e problematizada.

Neste cenário, as festas, as feiras e outras manifestações culturais, se apresentam como rituais de etnicidade que cultuam o passado - sempre glorioso, mesmo quando de sacrifício – que conjuntamente com a língua alemã, conformam uma tradição colona, sendo incorporada pela cidade na forma de germanidade, formatando uma identidade teuto-brasileira.

A relevância do agricultor reside no fato de que: cem homens até podem fazer o trabalho de mil máquinas, mas nenhuma máquina poderá substituir sequer um homem.

É exatamente isso que faz persistir o campesinato. Ademais, todos precisam da terra: “quem não vive dela precisa dela pra viver”¹. Mas a terra não é um fim em si mesma. Embora seja objeto (quicá, é o mais valioso) de desejo, estando como que colada à existência do agricultor, ela é um instrumento de realização do trabalho; tal como o arado, a foice e a enxada, cujo objetivo maior é a reprodução social do camponês, através da reprodução da própria unidade familiar. Luta - se pelo direito a ela, mas não há morte ou conflito que o legitime. Com ela se reproduz a sociedade camponesa, o grupo familiar. Há uma lógica simbólica da terra, que faz com que a terra transcenda o seu conceito funcional, de propriedade ou bem de consumo.

Na fúmicultura santa - cruzense encontramos um “casamento” entre o capitalismo-a modernidade, e o campesinato - a tradição. Essa união está mediada ou unida pela etnicidade, que torna pessoas e interesses que em outras situações seriam opostos, mais iguais, mais solidários, e, porque não, cúmplices.

O fumo vem permitindo a reprodução material e cultural dessa comunidade que se vê e se formata com o um grupo étnico. O colono do fumo vive em situação de liminaridade, entre o capitalismo ou modernidade, e a tradição; entre o local e o global.

¹ Slogan da FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Há um “saber fazer” camponês que vai ordenar ideologicamente o trabalho, diferenciando-o de outras categorias, como os safristas e o próprio MST, e que vai se apropriar de um discurso de modernidade de um lado, e de outro lado a tradição, mantendo sua lógica interna, como camponês e teuto-brasileiro (*deutsch*).

O “pacto de não-conflito” é sutilmente inscrito na sociedade santa-cruzense combinando os seguintes fatores: limitadas condições de expansão fundiária, gerando uma região de minifúndios, em razão da topografia da região; e das relações estabelecidas entre agricultores e as indústrias fumageiras serem menos verticalizadas, em razão da interdependência relativa, advinda da produção do fumo, onde os dois segmentos antes se complementam e não rivalizam. Tudo isto, como já mencionamos, amalgamado pelo idioma étnico.

Toda terra é sem males...Males trazem seus estéreis detentores, que lhe especulam, esbulham e lhe retira o valor simbólico.Toda terra tem fartura, e sua falta, por certo traz ditadura e miséria:

“Miséria é miséria em qualquer canto. Riquezas são diferentes! Índio, Mulato, Preto ou Branco (...) Filhos, amigos, amantes, parentes. Riquezas são diferentes. (...) Miséria é miséria em qualquer canto. Fracos, doentes, aflitos carentes. Riquezas são diferentes. O sol não causa mais espanto. Miséria é miséria em qualquer canto. Cores, raças, castas, crenças. Riquezas são diferentes.”
(Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Paulo Miklos.)

Afinal, para o camponês, fora do campo,

“Pra onde ir? Pra onde ir? Quem no campo empobreceu. Pra onde ir? Pra onde ir? Quem na cidade se perdeu... Beber á flor das aguadas, ouvir os pássaros urbanos. Despedidas, desenganos, e não ter pra onde ir... Seguir o rastro das carroças verdureiras, seguir o rumo das serras e fronteiras. Seguir o sonho dessas terras brasileiras, e não ter pra onde ir... Pasto, asfalto, de chinelo ou de espora, não se desfaz a diferença entre o lucro e o salário, na cidade ou lá fora. Pra onde ir? Pra onde ir? Pra onde ir?”
(Prá Onde Ir?”- Celso Bastos e Dilan Camargo.)

BIBLIOGRAFIA

1. MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil- cultura- etnicidade- história.** Canoas: ULBRA, 1994.
2. FISCHER, Luíz Augusto e GERTZ, René E. (coord.). **Nós, os teuto - gaúchos.** Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996.
3. MARTIN, Hardy Elmiro. **Recortes do Passado de Santa Cruz.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
4. BAQUERO, Marcello; MACIEL, M^a Eunice de S., GERTZ, René E., FISCHER, Luíz Augusto, CONSTANTINO, Núncia Santori de, e outros. **Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha.** Documentos - n.º 05. Santa Cruz do Sul: UNISC, setembro, 1994.
5. SCHREINER, Renate. **Entre Ficção e Realidade - A imagem do Imigrante Alemão na Literatura do Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC/FATES, 1996.
6. SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da Transição - descendentes de suíços em Nova Friburgo-RJ.** Niterói: EDUFF, 1997.
7. WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres.** Estudos Rurais, Rio de Janeiro: HUCITEC/ Edunb, 1995.
8. CHAYANOV, A. V. **La Organización de la unidad económica campesina.** Colección Teoría e investigación en ciencias sociales. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
9. WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
10. BOURDIEU, Pierre. **Une classe Object- actes de la recherche em sciences sociales.** (p. 17/18, 2-5) nov. 1977 Paris.

11. BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas- nove anos de experiência do Projeto PRORENDA - Agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
12. CARVALHO, José Jorge. **O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna.** Revista Horizontes Antropológicos, POA, ano 7, n. 15, pgs. 107-147 jul. 2001.
13. DUMPONT, Louis. **O Individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: ROCCO, 2000.
14. GEERTZ, Clifford. **Os Usos da Diversidade.** Revista Horizontes Antropológicos, POA, ano 5, n. 10, pgs. 13-34, maio, 1999.
15. GRIGNON, Claude. **Le Paysan Incansable- actes de la recherche em sciences sociales.** Paris (4), jul. 1975.
16. HELFER, Inácio, (org.). **Pensadores Alemães dos Séculos XIX e XX.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
17. HOBBSBAWM, E. **Nations et Nacionalismes Depuis 1780.** Paris. GALLIMARD, 1992.
18. LESSER, Jeffrey. **A Negociação da identidade nacional -Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: EDUNESP, 2000.
19. MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Textos**, vol. 03. São Paulo: Edições Sociais.
20. MOURA Margarida Maria. **Camponeses.** Série Princípios, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 1988.
21. MÜLLER, Armindo L. **Dicionário Histórico e Geográfico da Região de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

22. OLIVEIRA, Roberto C. **O Trabalho do Antropólogo**. 2ª edição, São Paulo: EDUNESP/PARALELO 15, 1998.
23. POUTIGNAT, Philipe, STREIFF- FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**; BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. São Paulo: EDUNESP, 1995.
24. REDFIELD, R. **The Little Community Peasant Society and Culture**. University of Chicago Press, Chicago, 1960.
25. SEYFERTH, Giralda. **As identidades dos Imigrantes e o Melting pot Nacional**. Revista Horizontes Antropológicos, POA, ano 06, n. 14, pgs. 143-176 nov.2000.
26. VELHO Otávio G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
27. VOGT, Olgário Paulo e DILVEIRA, Rogério Leandro L. da (org.). **Vale do Rio Pardo: re - conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
28. VOGT, Olgário Paulo. **A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul- RS- 1849/1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
29. WOORTAMNN, Ellen F. **Identidades e memória entre Teuto - Brasileiros: os dois lados do Atlântico**. Revista Horizontes Antropológicos, POA, ano 06, n. 14. Pgs. 205-238 nov. 2000.
30. WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997.
31. SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais**. Mem - Portugal: Coleção SABER, 2000.
32. RIVIÉRE, Claude. **As Liturgias Políticas**. Rio de Janeiro: VOZES, 1982.

33. RIVIÉRE, Claude. **Os Ritos Profanos**. Rio de Janeiro: VOZES, 1997.
34. KERTZER, David I. **Ritual, Politics and Power**. Yale University Press- New Haven and London.
35. ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: PERSPECTIVA, 2000.
36. BANTON, M. **A idéia de Raça**. Portugal: Ed. Lisboa, 1979.
37. STUART, Hall. **A Identidade Cultural na Pós - Modernidade**. Ed. DP&A, 3ª edição.
38. MAUSS, Marcel. **Sociologia Política. La Nacion y el Internacionalismo**. Obras, v.03. Barcelona: Barrad, 1970.
39. MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In Raça e Diversidade, 1992.
40. RAMOS, Alcinda. **Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias**. In **Etnia e Nação na América Latina**. OEA, Interamer, 1996, Tomo II.
41. VANDEN BERGHE, Pierre. **Problemas Raciales**. Fondo de Cultura Económica, 1978.
42. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume II. Brasília: UnB, 2000.
43. WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.
44. WEBER, Marx. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: PIONEIRA -THOMPSON LEARNING, 2ª edição revista.
45. DOS SANTOS, José Vicente Tavares. **Os Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 2ª edição, 1984.

46. POLIAKOV, Leon. **O Mito Ariano. Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos.** São Paulo: PERSPECTIVA - Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
47. LOPES, Juarez R. Brandão. **Do Latifúndio à Empresa. Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo.** São Paulo: VOZES e CEBRAP, 1981.
48. ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.), SILVESTRO, Milton L., MELLO, Márcio A., DORIGON, Clovis e BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar.** Brasília: Epagri/ NEAD/MDA, 2001.
49. ROCHA, Everardo. **Jogo de Espelhos. Ensaio de Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro, MAUAD, 1996.
50. NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de Espelhos.** São Paulo: EDUSP, 1993.
51. ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Volumes I e II. Coleção Província. Porto Alegre: Globo, 1969.
52. CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães e a Fumicultura.** Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
53. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra.** Campinas: UNICAMP, 1999.
54. KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Série –Pensamento e Ação- Volume IV. São Paulo: FLAMA S/A,
55. MOURA, Margarida M. **Camponeses.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 2ª edição.
56. BOURDIEU, Pierre. (Org. Daniel Lins) **O Campo Econômico. A Dimensão Simbólica da Dominação.** Campinas: PAPIRUS, 2000.

57. CORADINI, Odaci Luiz. **Ambivalências na representação de classe e a noção de trabalhador rural**.(pg171 a 188) in **Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. (Org. Zander Navarro). Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
58. MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
59. TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Os Recados das Festas**. Rio de Janeiro: FUNART, Instituto Nacional do Folclore, 1988.
60. ELIAS, Norbert. **Os Alemães.A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** , Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor1990.
61. LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do Latifúndio à Empresa-Unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Cadernos CEBRAP nº 26, 2ª edição.
62. ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Os Impasses da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Brasília: EPAGRI/NEAD/MDA, 2001.
63. LOUREIRO, Amílcar Bruno Soares. **Guia para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos.Monografias, relatórios e demais trabalhos acadêmicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 3ª edição, 2000.

Teses e Dissertações

- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalidade e Identidade Étnica - a ideologia germanista e o grupo étnico teuto - brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Tese de Doutorado - USP, 1976.

- **SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A Produção da Periferia urbana em Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas na Terra do Fumo.** Dissertação de Mestrado - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano. UFSC, Out.1997.
- **AZAMBUJA, Lissi Iria Bender. Língua Alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul - RS.** Série Conhecimento 12, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.
- **FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A cidade narrada na memória dos velhos habitantes de Teutônia (RS): estudo etnográfico da memória compartilhada sobre as experiências transmitidas na relação entre avós e netos.** Dissertação de Mestrado. UFRGS/IFCH-PPGAS. 2002.

-
-
-
-
-
-
- **RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS:**

1) Sindifumo

Claudio Henn - Assessor de Imprensa

Rua: Galvão Costa, 415 Santa Cruz do Sul - RS

Cep: 96810-170

2) Pastor Dr. Silfredo Bernardo Dalferth

Rua: 7 de Setembro, 654 Santa Cruz do Sul- RS

Cep: 96810-120

3) Afubra

Iraldo Backes-Técnico Agrícola

Ramirio Thomé - Técnico Agrícola

Jorge Kámpf - Engenheiro Agrônomo- Diretor de Mútuo

Rua: Júlio de Castilhos, 1031 Santa Cruz do Sul - RS

Cep: 96810-010

4) Ido Inácio Dupont - Empresário

Rua: 28 de Setembro, 823 Santa Cruz do Sul - RS

Cep: 96810-530

5) Souza Cruz

Saul Bianco - Engenheiro Agrônomo- Diretor de Projetos

Rodovia BR 471 - Km 46,5 Santa Cruz do Sul - RS

Cep: 96835-640

6) Família Milk – casal

7) Família Browner: casal e os dois filhos

8) Família Mueller: casal

Observação: Os nomes das famílias entrevistadas são fictícios no intuito de preservar-lhes a intimidade.

ÍNDICE DE IMAGENS

- Imagem nº 01: Suzana, seu Milk e o empregado.
Imagem nº 02: Seu Milk, o empregado e o filho sobre a esteira de fumo.
Imagem nº 03: Os filhos adolescentes de Suzana e Milk e a tia, irmã se Milk.
Imagem nº 04: Suzana coloca o fumo para secar no galpão.
Imagem nº 05: Suzana nos mostra onde moraram com os filhos no início da vida.
Imagem nº 06: Suzana coloca o fumo pra secar
Imagem nº 07: O primogênito de Seu Guido, na manopla.
Imagem nº 08: Seu Guido e o varal de fumo.
Imagem nº 09: A família Browner e os safristas.
Imagem nº 10: lenha - um insumo muito caro.
Imagem nº 11: um mar de fumo! A tríade: casa, galpão e estufa.
Imagem nº 12: a vizinhança familiar.
Imagem nº 13: as propriedades mais simples também produzem fumo.
Imagem nº 14: pequena produção leiteira.
Imagem nº 15: construção romântica: sem sinais de fumo.
Imagem nº 16: uma fazenda dentro da cidade de Santa Cruz do Sul.
Imagem nº 17: famílias vizinhas.
Imagem nº 18: uma propriedade atravessada pela faixa da estrada.
Imagem nº 19: uma estufa.
Imagem nº 20: estilo romântico preservado.
Imagem nº 21: uma ponte para o passado.
Imagem nº 22: decadência e preservação da arquitetura romântica.
Imagem nº 23: a casa de um pastor luterano ao lado do cemitério.
Imagem nº 24: a Sub - Prefeitura de Rio Pardo e sede dos correios e telégrafos
Imagem nº 25: a Prefeitura de Santa Cruz do Sul.
Imagem nº 26: o carro de boi.
Imagem nº 27: a carroça puxada a cavalos ainda é meio de transportes.
Imagens nº 28 e 29: a horta caseira: não há fumo.
Imagens nº 30 e 31: a casa do Omo e da Oma Browner e a casa de Seu Guido - o filho.
Imagem nº 32: capela e cemitério Luteranos em Rio Pardo.
Imagem nº 33: Igreja Luterana numa travessa sobre o Rio Pardo.
Imagem nº 34: a catedral São João Batista - o símbolo da cidade.
Imagens nº 35, 36 e 37: sede da maçonaria, Casa das Artes e sede do Unibanco.
Imagem nº 38 e 39: cemitério luterano na travessa.
Imagens nº 40, 41 e 42: crianças do interior de Santa Cruz vêm á Oktoberfest dançar.
Imagens nº 43 e 44: adolescentes dançam na Oktoberfest.
Imagem nº 45: monumento ao imigrante alemão.
Imagens nº 46 e nº 47: o túnel verde da avenida principal da cidade e Biergarten.
Imagens nº 48 e 49: Cucas.
Imagens nº 50 e 51: jogos germânicos.
Imagem nº 52: traje típico e Imagens nº 53 e 54: salões de bailes e jogos no interior.

Sobrevivendo ao cerco – A gaúcha Santa Cruz do Sul, capital mundial do fumo, ainda está longe de desistir

Rodeado por um denso colar de pequenas propriedades, um clube de golfe ancorado num de seus flancos, ruas conservadas com capricho e sombreadas por túneis de árvores nas quadras do centro, Santa Cruz do Sul, a 160 Km de Porto Alegre, é uma cidade que dá gosto de ver. Com pouco mais de 100 mil habitantes, PIB per capita batendo na casa dos 12 mil dólares anuais e um automóvel para cada 2,5 habitantes, Santa Cruz não tem, já há bom tempo, problemas sérios com analfabetismo, mortalidade infantil ou saneamento básico. A economia do município, centro nervoso da zona de colonização alemã do Vale do Rio Pardo, movimenta cerca de 1,4 bilhão de dólares por ano, e está em expansão. Servida por equipamentos públicos de primeira, sede de uma universidade com 10 mil alunos e marcada por uma cultura na qual o trabalho vem em primeiro lugar na escala de valores, Santa Cruz é um desses locais onde o Brasil deu certo.

Pois Santa Cruz deu certo porque é a capital brasileira do fumo. O Brasil, nessa última safra, passou a ocupar a posição de segundo maior produtor mundial de tabaco, atrás apenas da China. Com vendas acima de 1 bilhão de dólares, para 70 países, tornou-se também o maior exportador de fumo do mundo – e provavelmente vai manter essa liderança nos anos que estão à frente, pois falta no mercado internacional, precisamente, produto com a qualidade que só os cultivadores brasileiros estão conseguindo obter. Para Santa Cruz converge quase toda a produção dos três estados do Sul, responsáveis por 95% de toda a safra nacional – o que faz a cidade, hoje, ser o maior centro processador de fumo do mundo.

“Sem a indústria do fumo, Santa Cruz seria uma cidade-fantasma”, diz o produtor Hainzi Gralow, cuja família vem cultivando tabaco no Vale do Rio Pardo há cinco gerações, desde que seu tataravô emigrou da Alemanha, em 1871. “Pelo menos 70% da nossa economia depende disso.”

Santa Cruz concentra 25% de toda produção de fumo dos estados do Sul, abriga as fábricas que processam quase a totalidade da safra e responde por 800 milhões de dólares do total de 1 bilhão que o Brasil exporta por ano. “Pouca gente sabe, mas há 150 mil produtores de fumo no Sul do Brasil, todos donos de pequenas propriedades”, diz Cláudio Henn, presidente do Sindicato da Indústria do Fumo. “É um negócio familiar, que ocupa e sustenta 750 mil pessoas no campo com uma renda muito maior do que a que pode ser obtida em qualquer tipo de propriedade pequena, com qualquer cultura.” A receita de 1 hectare de fumo, hoje, está por volta de 5.400 reais – em comparação a pouco mais de 1.200 de feijão e menos de 800 reais no de milho.

Além disso, a economia do fumo funciona no chamado “sistema de integração”, no qual o cultivador tem garantida, por contrato, a venda de toda a sua produção à indústria, a preço certo e combinado na hora do plantio. Antes de semear, o produtor recebe a visita de um técnico da indústria que calcula junto com ele os índices de produção e qualidade dos últimos 5 anos, combina o preço para a variedade produzida e acerta o total a ser comprado. O cultivador sabe exatamente quanto vai ganhar e a indústria sabe exatamente o volume e a qualidade do produto que vai receber. Fica a cargo da indústria, também, fornecer assistência técnica gratuita, encaminhar o financiamento do produtor e obter o aval.

Em Santa Cruz têm fábricas os grandes nomes da indústria mundial do fumo – gigantes do porte da BAT, dona da Souza Cruz, Universal Leaf, Meridional, Dimon e Kannenberg, que beneficiam o fumo e o vendem às fábricas de cigarro. O grosso dessas vendas é para o exterior (saem de Santa Cruz do Sul 25% de todos os contêineres exportador pelo porto de Rio Grande), ficando o restante para o mercado interno – as fábricas de cigarro da própria Souza Cruz (em Uberlândia, Minas Gerais, e na ultramoderna unidade de Cachoeirinha, perto de Porto Alegre) e a da Philip Morris, em Santa Cruz do Sul mesmo. Juntas, as grandes processadoras da cidade empregam 10 mil

pessoas – 60% do total de empregos fornecido hoje pela indústria brasileira de tabaco como um todo.

Isso explica as propriedades bem cuidadas e bem equipadas, com boas casas e bons carros, o comércio vibrante da cidade, seus hotéis de qualidade, seus clubes, sua rede de serviços e seu nível médio de renda, um dos maiores do país. As coisas vão continuar assim? O que se pode afirmar é que nos últimos 25 anos, justamente o período em que mais avançaram as campanhas contra o fumo, a produção de tabaco no Brasil simplesmente dobrou, para as 650 mil toneladas de hoje. Ao longo desse tempo, o fumo brasileiro, que participava do blend de cinco das maiores marcas mundiais de cigarros, passou a fazer parte de 30. Os índices de utilização de agrotóxicos na produção nacional são os mais baixos do mundo.

“A economia do fumo não recebe nem 1 centavo de subsídio público”, diz Cláudio Henn. “O distrito industrial de Santa Cruz do Sul foi totalmente construído com recursos privados”, completa Jânio Frantz, presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz. Talvez esteja nessa postura de confiança no próprio trabalho, no fundo, o trunfo principal de Santa Cruz – o que não chega a surpreender numa cidade onde prevalece um intenso sentimento de compromisso com os fundamentos da cultura alemã. Todo mundo ali é realista o suficiente para saber que Santa Cruz não tem como gerar 1,4 bilhão de dólares por ano sem a economia do fumo, embora se fale muito na necessidade de desenvolver alternativas para ela.

A RIQUEZA DO FUMO – Principais indicadores socioeconômicos de Santa Cruz
Área: 616 Km quadrados / População: 115.528 habitantes
Renda per Capita: US\$ 5.200 / Potencial de Consumo: US\$ 279,9 milhões
Expectativa de Vida: 65,1 anos / Mortalidade Infantil: 29/1000 nascimentos
Frota de Veículos: 37.939 / Hospitais/Clínica: 11 / Agências Bancárias: 13

EMPRESAS:

Indústria: 587
Serviços: 2.090
Agribusiness: 18
Comércio: 2.193
Agropecuária: 3.130

Fonte: Revista Exame – 24/julho/2002

DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA		
HECTARES	FAMÍLIA	%
0	38.210	25,0
De 1 a 10	49.290	32,2
De 11 a 20	38.962	25,4
De 21 a 30	16.674	10,9
De 31 a 50	7.227	4,7
Mais de 50	2.767	1,8
TOTAL	153.130	100,0

Fonte: AFUBRA - Relatório de Atividades 2001/2002

PROPRIEDADE FUMICULTORA

ESPECIFICAÇÃO	HECTARES	%
Área com Fumo*	2,6	14,1
Outras culturas	4,9	26,0
Pastagens	3,6	19,5
Mata nativa	3,3	17,8
Mata reflorestada	1,9	10,5
Área em descanso, Açude	2,2	12,1
TOTAL:	18,5	100,0

Fonte:AFUBRA-Relatório Atividades 2001/2002

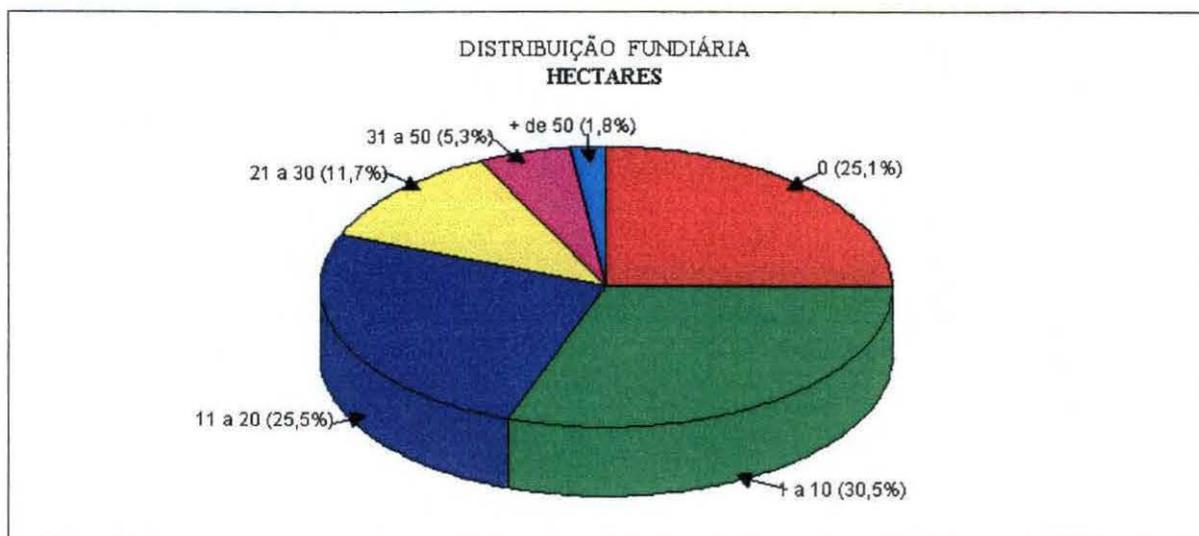
PERFIL SOCIOECONÔMICO DO FUMICULTOR

	2000/01	2001/02
ÁREA COM OUTRAS CULTURAS OU ATIVIDADES (há)	983,260	1.219,840
ÁREA COM FUMO (há)	253,790	304,510
TONELADAS PRODUZIDAS (t)	509,110	635,110
PREÇO MÉDIO (R\$/1KG)	2,45	2,85
VALOR BRUTO POR SAFRA	1.247.319.500,00	1.810.063.500,00
VALOR BRUTO POR FAMÍLIA (RS)	9.244,20	11.820,44
RECEITA COM OUTRAS CULTURAS OU ATIVIDADES (RS)	311.800.000,00	452.500.000,00
RECEITA BRUTA TOTAL (RS)	1.559.119.500,00	2.261.563.500,00
RECEITA BRUTA TOTAL (RS) POR FAMÍLIA	11.555,02	14.775,44

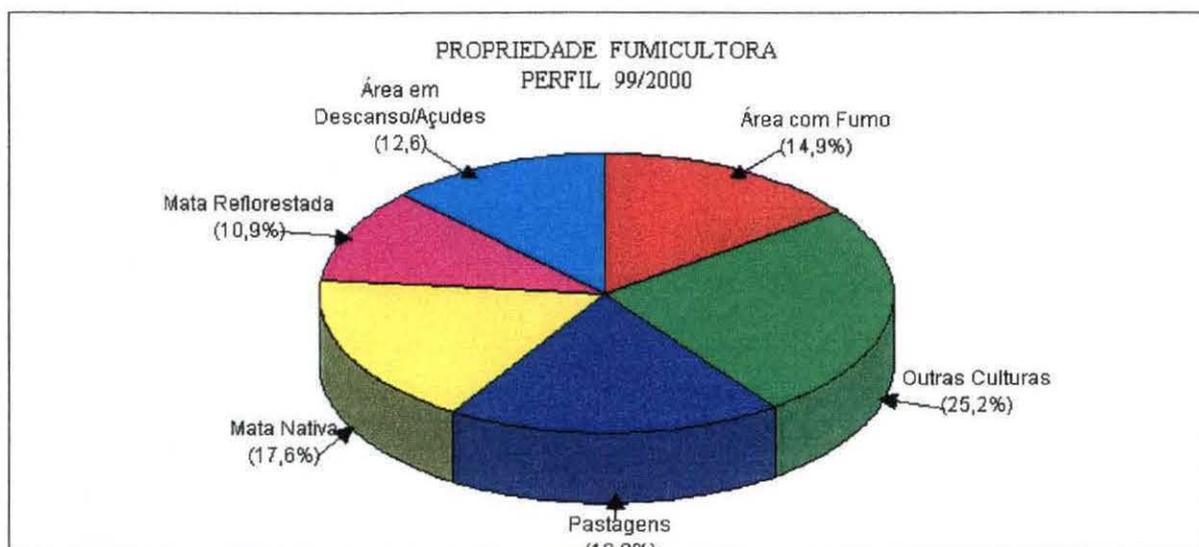
Fonte: AFUBRA -Relatório de Atividades 2001/2002

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA BRUTA					
R\$/MIL					
ITEM -	1998	1999	2000	TOTAL	MÉDIA
Governo	4.494.260	5.571.800	5.244.000	15.310.060	56,6%
Indústria	1.993.910	2.752.070	2.130.640	6.876.620	25,4%
Produtor	810.230	1.056.280	1.113.820	2.980.330	11,0%
Varejista	508.180	718.260	676.000	1.902.440	7,0%
TOTAL:	7.806.580	10.098.410	9.164.460	27.069.450	100%
CIGARROS E OS IMPOSTOS - 1999-					
Discriminação	REAIS -		PERCENTAGEM		
IPI	2.819.476.536,00//		33,17%		
ICMS IND.....	1.885.317.744,00//.....		22,18%		
ICMS VAREJO.....	239.702.256,00 //.....		2,82%		
SELO CONTROLE.....	249.902.352,00//.....		2,94%		
COFINS.....	300.902.832,00//.....		3,54%		
PIS	76.500.720,00//.....		0,90%		
TOTAL DE TRIBUTOS.....	5.571.802.440,00//....		65,55%		
Margem da Industria.....	2.028.335.800,00//....		23,86%		
Margem do Varejo.....	718.256.760,00//.....		8,45%		
Margem do Fumicultor.....	181.685.000,00//.....		2,14%		
TOTAL GERAL:.....	8.500.080.000,00//.100%				
Obs: A Indústria recolheu ao Tesouro Nacional mais de R\$ 5,5 bilhões, englobando obrigações fiscais como Previdência, Imposto de Renda sobre o lucro das empresas, além de taxas estaduais e municipais.					

Fonte: AFUBRA



Fonte: AFUBRA



Fonte: AFUBRA

Tabela 1 - Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção, segundo os principais produtos das lavouras temporárias - Brasil -2001

Principais produtos das lavouras temporárias	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Abacaxi (1) (2)	63 282	62 597	1 430 018	22 844	690 364
Algodão herbáceo (em caroço)	893 090	875 047	2 643 506	3 020	1 855 882
Alho	14 349	14 297	101 917	7 128	234 142
Amendoim (em casca)	105 115	105 000	201 748	1 921	103 695
Arroz (em casca)	3 171 110	3 142 636	10 184 027	3 240	2 998 552
Aveia (em grão)	257 596	257 481	342 386	1 329	75 446
Batata-doce	43 152	42 698	484 599	11 349	135 213
Batata-inglesa	154 176	153 974	2 848 624	18 500	1 506 587
Cana-de-açúcar (2)	5 022 187	4 957 594	344 281 802	69 445	8 683 475
Cebola	64 421	63 929	1 050 348	16 429	416 467
Centeio (em grão)	6 943	6 943	8 296	1 194	1 412
Cevada (em grão)	144 345	142 985	297 798	2 082	66 487
Ervilha (em grão)	1 893	1 893	4 442	2 346	4 089
Fava (em grão)	31 051	25 086	7 809	311	6 696
Feijão (em grão)	3 878 333	3 449 611	2 453 419	711	1 933 898
Fumo (em folha)	305 676	302 559	568 505	1 878	1 351 906
Juta (fibra)	1 204	954	1 308	1 371	572
Linho (semente)	4 595	4 595	4 361	949	1 396
Malva (fibra)	5 395	4 810	5 869	1 220	2 978
Mamona (baga)	176 528	171 618	99 941	582	39 020
Mandioca (2)	1 734 879	1 667 183	22 577 142	13 542	2 392 764
Melancia	78 232	77 321	1 449 592	18 747	268 576
Melão	14 304	14 196	264 427	18 626	91 782

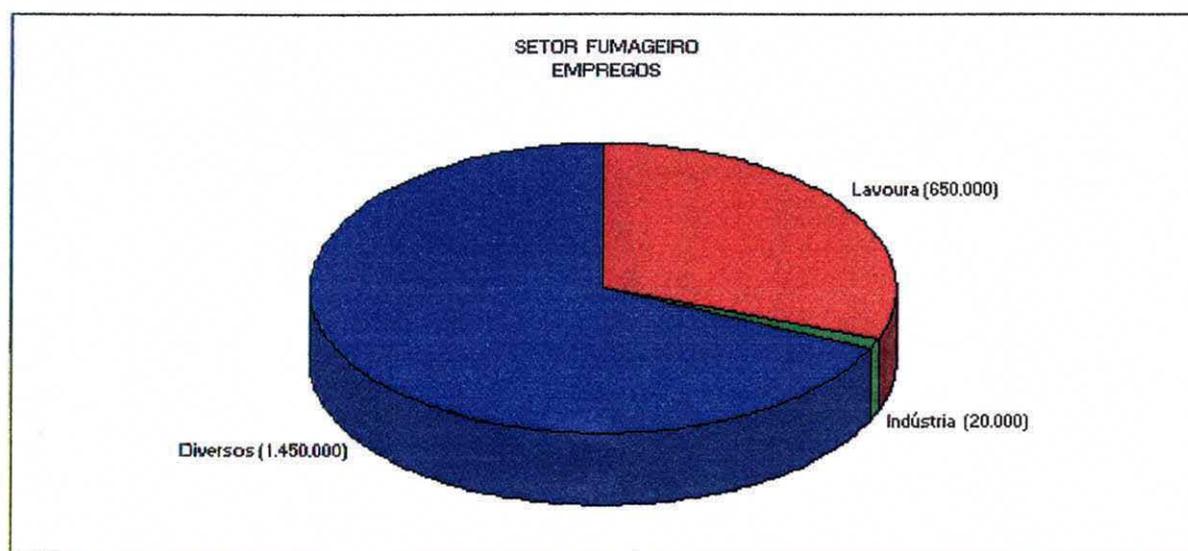
Milho (em grão)	12 906 390	12 330 275	41 955 265	3 402	6 316 123
Rami (fibra)	399	399	897	2 248	987
Soja (em grão)	13 977 551	13 974 299	37 881 339	2 710	10 969 923
Sorgo granífero (em grão)	508 380	490 191	914 380	1 865	91 837
Tomate	57 660	57 488	3 103 293	53 981	865 325
Trigo (em grão)	1 729 808	1 727 392	3 364 949	1 947	852 520

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2001.(1) Quantidade produzida em 1 000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare (2) A área plantada refere-se a área destinada a colheita no ano.

IMPORTÂNCIA SOCIAL DO FUMO

BRASIL - 2000

EMPREGOS	DIRETOS	INDIRETOS	TOTAL	%
Lavoura	650.000		650.000	30,7
Indústria	20.000		20.000	0,9
Diversos		1.450.000	1.450.000	68,4
TOTAL	670.000	1.450.000	2.120.000	100,0



O setor fumageiro presta importante contribuição social envolvendo mais de 2,1 milhões de pessoas no processo. Com isso, ameniza o desemprego, uma das grandes preocupações mundiais.

Fonte: Afubra

Área de fumo pode crescer de 5% a 7%

A próxima safra de fumo deve registrar um novo aumento na área plantada. O presidente do Sindicato da Indústria de Fumo (Sindifumo), Cláudio Henn, prevê um incremento entre 5% e 7%. Ele alega que o mercado interno está estabilizado, mas ainda há espaço nas exportações.

As condições climáticas das últimas semanas não interferiram no processo de produção, pois os agricultores possuem os canteiros de mudas com proteção contra o frio e a chuva. O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow, prevê que o percentual de aumento da área plantada na próxima safra vai superar a estimativa do Sindifumo. Para alertar os fumicultores do risco do excesso de oferta, a entidade está lançando uma campanha. A Afubra procura orientar os agricultores para que plantem dentro de suas possibilidades e evitem um excesso de oferta.

Afubra pede cautela ao fumicultor

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) planeja elaborar material explicativo alertando os agricultores sobre o risco do excesso de oferta de produto. O presidente da Afubra, Hainsi Gralow, afirma que a euforia do setor com o resultado deste ano torna difícil frear a intenção de ampliar o plantio. Ele salienta que a própria tecnologia permite ampliar a área com menos mão-de-obra e tempo, sendo ideal manter o espaço cultivado nesta safra.

A área plantada na safra de fumo 2001/02 superou a expectativa inicial das indústrias, com crescimento de 17,6%, o que equivale a 298.530 hectares cultivados, ante 253.790 da safra passada. A Afubra estima acréscimo de 13,4% no número de famílias que se dedica à atividade no Sul do país, universo que passou de 134.930 para 153.130. A indústria confirma que o percentual de aumento de área reflete a realidade, embora ainda não tenha os dados finais. Segundo o vice-presidente de produção do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Iro Schünke, a estimativa inicial era de 12%.

PRODUÇÃO

Estiagem afeta a qualidade do fumo

Cristiane Franco

Falta de chuva assusta produtores da região e pode prejudicar os lucros desta safra. Preocupação é maior no interior de Candelária e Vera Cruz, onde falta água para consumo

As chuvas localizadas que ocorreram durante a tarde de ontem não devem solucionar a estiagem que está atingindo as lavouras de fumo, milho e soja na região. No Vale do Rio Pardo a preocupação é com a qualidade do tabaco, que deve ter uma pequena quebra. No entanto, representantes do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) e da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) afirmam que esta queda não deve ser tão significativa. A previsão do 8º Distrito de Meteorologia é que nos próximos dias não haja chuvas fortes. Até sexta-feira, as tendências divulgadas são de tempo nublado a parcialmente nublado, com temperaturas variando entre os 12 e 31 graus.

O vice-presidente do Sindifumo, Iro Schünke, disse que tem ocorrido chuvas em pontos isolados que estão garantindo a produção. Em alguns locais está começando a se observar uma pequena redução na qualidade da planta, que está em fase de colheita. Ele destacou que a situação não é crítica, mas já causa preocupação aos produtores. A espera pela chuva é grande, segundo ele. "Mesmo chovendo pouco, vai ajudar a manter as lavouras por mais alguns dias", disse.

Schünke disse que os técnicos que fazem o trabalho de campo já estão repassando orientações de colheita para que os produtores antecipem a retirada de folhas que correm risco de queimar com o calor do sol. "Outra orientação é de não deixar poucas folhas nos pés, e os cuidados que devem tomar com a umidade dentro das estufas, procurando mantê-las sempre bem vedadas", disse.

O vice-presidente da Afubra, Romeu Schneider, afirma que a estiagem está provocando uma pequena deficiência nas ponteiros da planta, que aponta uma certa diferença com relação às folhas do início do pé. No entanto, ele destaca que as áreas mais afeta-



Milho está seco e preocupa produtores para a safrinha

HORTIGRANJEIROS

Para os produtores de hortigranjeiros da região a falta de chuva ainda não afetou o cultivo. O presidente da Associação de Hortigranjeiros de Santa Cruz, Danilo Hentschke, disse que a grande maioria dos produtores possui sistema de irrigação, por isso o plantio ainda não foi afetado. "O que nos preocupa é a redução dos níveis dos reservatórios que estão caindo. Vamos pedir ajuda para a Prefeitura para que possamos ampliar os açudes", disse.



Sistema de irrigação garante produção de hortigranjeiros

das – que não são consideradas críticas – estão localizadas na região de Candelária e Cerro Branco. A falta de chuva e o sol quente estão forçando a amarelção precoce das folhas. Por esta razão, a orientação é fazer as apanhadas antecipadamente.

Schneider disse ainda que o que preocupa com a antecipação da colheita é a sobrecarga das estufas, o que pode facilitar a ocorrência de incêndios. Apesar desta preocupação, o vice-presidente destaca que o maior problema da estiagem não está nas lavouras de fumo. Ele explica que as regiões mais afetadas são as do Norte e Oeste do Estado. "A região de produção de tabaco não está sofrendo tanto quanto as que produzem soja e milho", disse.

PREOCUPAÇÃO – O produtor de fumo Mauro Agnes disse que terá que antecipar em 15 dias a retirada do que resta de sua lavoura de fumo. Ele disse que foram plantados 35 mil pés e, com a falta de chuva,



Folhas do fumo correm o risco de queimar com o calor

localidades onde a falta de chuva está preocupando agricultores de diferentes culturas agrícolas. Os cultivos mais afetados são os de fumo, feijão e o de milho. "As pessoas já estão nos procurando para reclamar que falta água para os animais", disse. Segundo ele, a chuva que caiu na sexta-feira e no sábado não foi suficiente, pois ficou isolada na área da cidade. Na região serrana, que é a mais atingida, não houve precipitações.

Em Vera Cruz, a preocupação é com a localidade de Linha Dona Josefa, onde está faltando água para o consumo. O fumo, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Geraldo Back, ainda não foi afetado.



Agnes: lucro reduzido

Apenas os produtores de milho que fizeram o plantio da safrinha estão preocupados com a possibilidade de ficar sem sementes para a próxima safra. "A cultura do milho aqui depende da safrinha e, se não chover, podemos correr risco de sérias perdas", disse.

FUMICULTURA

Produtores ajudam a erradicar trabalho infantil em Santa Cruz

Sabrina Schneider

Na manhã de ontem, o Sindifumo e a Afubra promoveram uma solenidade para a entrega dos certificados de *Protetor da Criança e da Terra* para agricultores gaúchos

Representando os 40 mil produtores gaúchos que aderiram ao programa *O Futuro é Agora!*, desenvolvido pelo Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) em parceria com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), 56 agricultores receberam ontem, em Santa Cruz do Sul, o certificado de *Protetor da Criança e da Terra*. Para ter direito ao título, eles assumiram que os filhos irão completar, no mínimo, o ensino fundamental; aceitaram a inclusão do tema *Os direitos da Criança e do Adolescente* nas visitas e reuniões periódicas com orientadores agrícolas; comprometeram-se a apoiar e facilitar a participação dos filhos em cursos de capacitação técnica e a não permitir que menores de 18 anos manuseiem ou apliquem agrotóxicos.

O programa *O Futuro é Agora!* faz parte de uma campanha de conscientização desencadeada em novembro de 1998, quando o setor fumageiro assinou o Pacto para a Erradicação do Trabalho Infantil nas Lavouros de Fumo. Ao todo, há 150 mil fumicultores nos três Estados do Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, conforme o presidente do Sindifumo e coordenador do projeto, Cláudio Henn, a cultura do tabaco está presente em 259 municípios, onde a utilização da mão-de-obra familiar é uma prática que ocorre há várias gerações. "É algo enraizado, que queremos reduzir paulatinamente. Não temos nenhuma ilusão de que ela vai desaparecer a curto prazo", afirma.

EXEMPLOS

O produtor Arno Guinther Kurtz, da localidade de Linha Andrade Neves, no distrito santa-cruzeiro de Boa Vista, foi um dos que recebeu o certificado na solenidade. Ele tem dois filhos, mas apenas um em idade escolar. O rapaz concluiu o ensino fundamental em 2001, mas não sabe se vai continuar estudando. "Ele tem dúvidas. Na colônia tudo é mais difícil, às vezes é preciso ir embora para não parar. Mas eu gostaria que ele fosse em frente", garantiu.



Arno: dificuldades

Nilson e Renita Görck, de Linha Nova, também em Santa Cruz, compareceram à entrega com o filho José Augusto, de oito anos. Ele vai para a 3ª série e conta com todo o apoio dos pais, que garantem que, até hoje, o menino só tirou notas boas. O casal acredita que, atualmente, não se chega a lugar algum sem estudo, mesmo na lavoura. "É preciso estar informado, atualizado. Não é com o cabo da enxada que se resolve os problemas, mas com a cabeça", pondera Nilson. Ele afirma que vai fazer de tudo para que seus filhos não passem pelas mesmas dificuldades que ele.



Renita e Nilson garantem a educação do filho

Erradicação do trabalho infantil é tema de reunião

Santa Cruz do Sul — Comissões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil se reúnem hoje, das 9h às 17h, na sala 108 da Unisc. Estarão presentes representantes de Candelária, Lagoa Bonita do Sul, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. A reunião tem como objetivo a capacitação, a troca de experiências, e a identificação de limites na execução do programa.